

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**CARLOS RENATO UNGARETTI**

**A PRESENÇA GEOECONÔMICA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL (2010-2020):  
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA NO  
BRASIL E ARGENTINA**

**Porto Alegre  
2022**

**CARLOS RENATO UNGARETTI**

**A PRESENÇA GEOECONÔMICA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL (2010-2020):  
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA NO  
BRASIL E ARGENTINA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Jacqueline A. Haffner

**Porto Alegre  
2022**

## CIP - Catalogação na Publicação

Ungaretti, Carlos Renato

A presença geoeconômica da China na América do Sul (2010-2020): evolução dos investimentos em infraestrutura energética no Brasil e Argentina / Carlos Renato Ungaretti. -- 2022.

206 f.

Orientadora: Jacqueline Angélica Hernandez Haffner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. China : Brasil : Argentina. 2. Investimentos. 3. Energia. 4. Infraestrutura. I. Haffner, Jacqueline Angélica Hernandez, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**CARLOS RENATO UNGARETTI**

**A PRESENÇA GEOECONÔMICA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL (2010-2020):  
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA NO  
BRASIL E ARGENTINA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Relações  
Internacionais da Faculdade de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul.

Aprovado em: Porto Alegre, 29 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Jacqueline A. Haffner - Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Renato Coelho Baumann das Neves  
IPEA

---

Prof. Bruno Hendler  
UFSM

---

Prof. Andrés Ferrari  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

A finalização desta dissertação exige cumprimentos a uma série de colegas, professores, amigos e familiares, sem os quais não teria sido possível sequer ingressar no curso de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS (PPGEEI).

Em primeiro lugar, devo agradecer minha família. Ao meu pai, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes (*in memoriam*), por sempre me incentivar a seguir o caminho dos estudos. Levo teus ensinamentos comigo e tenho certeza que ficaria orgulhoso pelo que conquistei até aqui.

À minha mãe, Rosemarie Amaral Ungaretti Lopes, por seu apoio e suporte verdadeiramente incondicional. Me espelho na tua generosidade, simpatia e humildade para me tornar um ser humano melhor a cada dia. Aprendi coisas contigo que vão muito além dos conhecimentos que adquiri na universidade.

Aos meus irmãos, Jéssica Amaral Ungaretti Lopes e João Vitor Amaral Ungaretti Lopes, pelo apoio igualmente incondicional. Além dos proveitosos momentos juntos, posso dizer que cresço a cada uma de nossas conversas.

À minha namorada e companheira, Natália Oliveira dos Santos, por sempre escutar minhas angústias e inseguranças e por sempre ter os melhores conselhos. Tu és uma inspiração e eu tenho realmente muita sorte em te ter ao meu lado.

O caminho percorrido teria sido impossível sem o apoio, a colaboração e as trocas com professores e colegas. À minha orientadora, professora Jacqueline Haffner, agradeço pela confiança e pela parceria desde o curso Especialização, quando aceitou me orientar na escrita do Trabalho de Conclusão. Os teus conhecimentos, seriedade e comprometimento servem de exemplo.

Ao professor Andrés Ferrari, agradeço por lembrar que a vida não se resume a produção científicas e que há espaço para pensar outras formas de gerar e difundir conhecimentos. Não poderia deixar de mencionar o professor Diego Pautasso, com quem desfruto de uma relação de companheirismo. Devo a ti, além dos primeiros rascunhos do projeto desta dissertação, os meus primeiros passos nos estudos sobre a China.

Aos colegas do NEBRICS, Matheus Bianco e Gabriela Chagas. Estar com vocês durante todo o mestrado tornou tudo mais fácil e agradável. *Dizem lá* que as colaborações acadêmicas foram fundamentais, mas que de forma alguma supera o valor da amizade que construímos. Aos dois sou o amigo Matheus Fröhlic, com quem também nutro um carinho e uma admiração enorme.

Devo muito também aos colegas e amigos da Oficina de Estudos sobre China e Leste Asiático (OfChiLA), com quem desde 2019 discuto, construo e desenvolvo o pouco que sei sobre essa região do mundo que se mostra indispensável para compreensão dos rumos da humanidade.

Creio ser válido também mencionar as relações que construí no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde junho de 2021. Em especial, agradeço ao Marco Aurélio Mendonça, por ter confiado no meu trabalho e no meu potencial e ter me concedido uma bolsa de estudos para ampliar os horizontes das minhas pesquisas. O que aprendo contigo de forma alguma se restringe à Rota da Seda ou aos investimentos chineses.

Aos amigos do *Meu Edu Minha Vida*, agradeço pelos anos e anos de companheirismo. A força da amizade que tenho com vocês é tão significativa que sequer julgo ser necessário maiores detalhes. Fica a profunda gratidão por tudo até aqui e por tudo que virá.

Agradeço, ainda, aos membros da Comissão Coordenadora do PPGEEL, pelo excelente trabalho desenvolvido nos cursos de Mestrado e Doutorado. Apesar das dificuldades e obstáculos, percebo e valorizo a dedicação em oferecer o que há de mais avançado em cada linha de pesquisa. Tenho convicção de que o desenvolvimento econômico e social do Brasil passa pela valorização da universidade pública e nutro um orgulho sem tamanho em fazer parte da UFRGS e do PPGEEL.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo identificar o padrão e a lógica dos investimentos chineses em infraestrutura energética no Brasil e Argentina durante a última década (2010-2020). Em um primeiro momento, aborda-se o fenômeno da ascensão chinesa a partir de uma perspectiva sistêmica e estrutural, bem como os determinantes e fundamentos de sua estratégia de internacionalização econômica no século XXI, conhecida como *going global*. Com base nisso, são delineadas as manifestações dessa estratégia e de sua ampliação na América Latina e Caribe (ALC), particularmente no que diz respeito aos fluxos de Investimento Externo Direto (IED), financiamentos e projetos de infraestrutura. A partir do entendimento acerca dos determinantes e fundamentos da expansão econômica internacional da China e suas expressões na ALC, são mapeados e descritos os investimentos e projetos chineses em infraestrutura energética no Brasil e Argentina, entre 2010 e 2020. Os procedimentos e técnicas de pesquisa empregados são o da pesquisa bibliográfica e o da pesquisa documental. Além disso, o estudo, inserido dentro do campo da Economia Política Internacional (EPI), trabalha com a interação entre Estados e fatores econômicos, sendo o IED e outras formas de exportação de capital utilizados como fatores de análise. A obtenção dos dados relativos às transações de investimento, financiamento e projetos de infraestrutura se dá por meio de um conjunto de fontes de distintas naturezas. Ao final, são descritos os casos brasileiro e argentino. No Brasil, os investimentos chineses em infraestrutura energética se direcionam principalmente aos segmentos de geração e transmissão de energia, com ingresso de empresas estatais por meio de investimentos em fusão e aquisição e participação em processos licitatórios. Na Argentina, a participação chinesa em projetos de infraestrutura energética se dá menos por meio da emissão de IED e mais pelo financiamento e realização de projetos de infraestrutura. Apesar das diferenças, infere-se que os determinantes dos investimentos chineses também incluem motivações extraeconômicas, uma vez que atendem a um conjunto de objetivos estratégicos, asseguram a sua ascendência no longo prazo, entrelaçam as maiores economias sul-americanas em sua estratégia de desenvolvimento internacionalizado e projetam poder e influência em uma região tradicionalmente subordinada aos interesses de Washington.

**Palavras-chave:** China. Brasil. Argentina. Investimentos. Energia. Infraestrutura.

## ABSTRACT

The present research aims to identify the pattern and the logic of Chinese investments in energy infrastructure in Brazil and Argentina during the last decade (2010-2020). At first, the phenomenon of the Chinese rise is approached from a systemic and structural perspective, as well as the determinants and features of its strategy of economic internationalization in the 21st century, known as going global. Based on this, the manifestations of this strategy and its expansion in Latin America and the Caribbean (LAC) are outlined, particularly with regard to flows of Foreign Direct Investment (FDI), financing and infrastructure projects. Considering the understanding of the determinants and foundations of China's international economic expansion and its expressions in LAC, Chinese investments and projects in energy infrastructure in Brazil and Argentina between 2010 and 2020 are mapped and described. The procedures and research techniques are that of bibliographic review and documental research. In addition, the study, since it is located within the field of International Political Economy (EPI), function with the interaction between States and economic factors, with FDI and other forms of capital export used as analysis factors. Data on investment transactions, financing and infrastructure projects are obtained through a set of sources of different natures. Finally, the Brazilian and Argentine cases are described. In Brazil, Chinese investments in energy infrastructure are mainly directed to the energy generation and transmission segments, with the entry of state-owned companies related to investments in merger and acquisition and participation in bidding processes. In Argentina, Chinese participation in energy infrastructure projects occurs less through the issuance of FDI and more through the financing and execution of infrastructure projects. Despite the differences, it is inferred that the determinants of Chinese investments also include extra-economic motivations, since they meet a set of strategic objectives, ensure their long-term ascendancy, intertwine the largest South American economies in their internationalized development strategy, and project power and influence in a region traditionally subordinated to Washington's interests.

**Keywords:** China. Brazil. Argentina. Investments. Energy. Infrastructure.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fluxos de IED chinês, em milhões de US\$, 1982-1999 .....	31
Gráfico 2 - Fluxos de IED chinês, em milhões de US\$, 1999-2008. ....	34
Gráfico 3 - Investimento chinês e contratos de construção no exterior, em bilhões de US\$, 2008-2020	55
Gráfico 4 - Evolução do comércio exterior ALC-China, 2000-2019, em bilhões de US\$.....	61
Gráfico 5 - Exportações do Brasil, Peru e Chile para a China, períodos selecionados, grupos de produtos, em %.....	63
Gráfico 6 - Fluxos de IED chinês para a ALC, em milhões de US\$, 2005-2020.....	67
Gráfico 7 - Distribuição setorial do IED chinês na ALC, 2005-2020, em %.....	71
Gráfico 8 - Evolução setorial do IED chinês na ALC, intervalos selecionados, em milhões de US\$. ....	72
Gráfico 9 - Distribuição setorial das aquisições chinesas na ALC, 2005-2020, em %.....	74
Gráfico 10 - Distribuição setorial dos anúncios de investimentos greenfield da China na ALC, 2005-2020, em %.....	75
Gráfico 11 - Propriedade das empresas investidoras na ALC, 2005-2020, em % .....	76
Gráfico 12 - Evolução dos financiamentos do CDB e do CHEXIM na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$.....	82
Gráfico 13 - Destinos dos financiamentos chineses (CDB e CHEXIM) na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %.....	84
Gráfico 14 - Distribuição setorial dos financiamentos chineses na ALC (CDB e CHEXIM), 2005-2020, em %.....	86
Gráfico 15 - Número de empréstimos dos bancos comerciais chineses na ALC, 2012-2020..	89
Gráfico 16 - Destino dos empréstimos dos bancos comerciais chineses na ALC, 2012-2020, em número de empréstimos e em %.....	90
Gráfico 17 - Distribuição setorial dos empréstimos de bancos comerciais chineses na ALC, 2012-2020, em %.....	91
Gráfico 18 - Contratos de construção e infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ .....	95
Gráfico 19 - Distribuição setorial dos contratos de construção da China na ALC, 2005-2020, em %....	99
Gráfico 20 - Distribuição setorial dos projetos de infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %.....	100
Gráfico 21 - Projetos de infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, por tipo propriedade das empresas, em %.....	101
Gráfico 22 - IED chinês acumulado no Brasil, 2007-2020, em %.....	106

Gráfico 23 - Corrente de comércio sino-argentina, 2000-2021, em US\$ bilhões .....	138
Gráfico 24 - Distribuição setorial do IED chinês na Argentina, 2005-2020, em %.....	141
Gráfico 25 - Distribuição setorial dos empréstimos do ICBC na Argentina, 2014-2020, em número de projetos .....	146

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais produtos de exportação da ALC para a China, 2015-2019 .....	62
Quadro 2 - Dez maiores empresas chinesas na América Latina, por fluxo de IED. ....	78
Quadro 3 - Aquisições da State Grid no setor de transmissão de energia no Brasil .....	114
Quadro 4 - Participação da State Grid em processos de licitação para construção de infraestruturas de transmissão de energia .....	120
Quadro 5 - Aquisições da CTG no setor de geração de energia hidrelétrica no Brasil .....	126
Quadro 6 - Ativos eólicos da CTG Brasil.....	127
Quadro 7 - Ativos de geração da SPIC no Brasil .....	131
Quadro 8 - Ativos de energia solar e eólica adquiridos pela CGN no Brasil .....	132
Quadro 9 - Novos projetos eólicos da CGN, via Atlantic Renováveis, no Brasil .....	133
Quadro 10 - Acordos de swap cambial entre China e Argentina, 2009-2020 .....	143
Quadro 11 - Lista de financiamentos chineses na Argentina .....	144
Quadro 12 - Detalhamento do Projeto solar de Caucharí.....	160
Quadro 13 - Participação chinesa na Rodada 1 do programa RenovAr .....	164
Quadro 14 - Participação chinesa na Rodada 1.5 do programa RenovAr .....	166
Quadro 15 - Projetos confirmados da China no setor de renováveis da Argentina.....	168

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos chineses nos setores energético e de metais, 2005- jun.2021, em bilhões de US\$ e em %.....	40
Tabela 2 - Destinos do IED chinês na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %.....	68
Tabela 3 - Modalidade de IED chinês na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e número de transações.....	79
Tabela 4 - Financiamentos do CDB e do CHEXIM na ALC, 2005-2020, número de empréstimos e montante. ....	83
Tabela 5 - Destinos dos projetos de infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %. ....	96
Tabela 6 - Ativos em operação da CPFL Geração e CPFL Renováveis no setor de geração	122
Tabela 7 - Total de clientes da CPFL no segmento de distribuição, 2018-2020.....	123
Tabela 8 - Projetos de infraestrutura da China na Argentina, 2012-2020 .....	147
Tabela 9 - Detalhes das Rodadas do Programa RenovAr (1, 1.5 e 2) .....	159
Tabela 10 - Detalhes sobre a Rodada 1 do Programa RenovAr .....	163
Tabela 11 - Detalhes sobre a Rodada 1.5 do programa RenovAr .....	165
Tabela 12 - Presença chinesa nas Rodadas 1 e 1.5 do programa RenovAr, em MW e em %	167

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI	American Enterprise Institute
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BRI	Belt and Road Initiative
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CGIT	China Global Investment Tracker
CGN	China General Nuclear Power
CHEXIM	Banco de Exportação e Importação da China
CNRD	Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento
CAMMESA	Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico
CTG	China Three Gorges
EPC	Engineering, procurement and construction
ICBC	Banco Industrial e Comercial da China
MOFCOM	Ministério do Comércio
PCCh	Partido Comunista Chinês
PQ	Plano Quinquenal
RAP	Receita Anual Permitida
SGCC	State Grid Corporation of China
SPIC	State Power Investment Corporation
UHV	Ultra-Alta Tensão
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ASCENSÃO CHINESA E O SISTEMA MUNDIAL: TRAJETÓRIA E DETERMINANTES DA INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>18</b>
2.1	A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO E DA CHINA .....	19
2.2	A ESTRATÉGIA GOING GLOBAL E A EXPANSÃO INTERNACIONAL .....	30
<b>2.2.1</b>	<b>Determinantes e fundamentos dos investimentos chineses .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.2</b>	<b>O pós-crise de 2008 e a Iniciativa do Cinturão e da Rota .....</b>	<b>49</b>
<b>3</b>	<b>A PROJEÇÃO GEOECONÔMICA DA CHINA E SEUS REFLEXOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE .....</b>	<b>58</b>
3.1	A DIMENSÃO COMERCIAL E A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ..	59
3.2	INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED) .....	66
3.3	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CHINESES .....	80
3.4	CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.....	91
<b>4</b>	<b>OS INVESTIMENTOS CHINESES EM INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA NO BRASIL E ARGENTINA (2010-2020).....</b>	<b>103</b>
4.1	O CASO BRASILEIRO: INCURSÃO NO SETOR ELÉTRICO PELA VIA DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO .....	104
<b>4.1.1</b>	<b>Breves considerações das relações sino-brasileiras e o componente energético..</b>	<b>105</b>
<b>4.1.2</b>	<b>State Grid e China Three Gorges: As gigantes chinesas e a inserção nos segmentos de transmissão e geração de energia.....</b>	<b>108</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Novos entrantes e o emergente setor de renováveis.....</b>	<b>129</b>
4.2	O CASO ARGENTINO: DESEMBARQUE PELA VIA DOS EMPRÉSTIMOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.....	135
<b>4.2.1</b>	<b>Da parceria estratégica à Belt and Road: Relações econômicas, financeiras e cooperação em infraestrutura entre China e Argentina .....</b>	<b>136</b>
<b>4.2.2</b>	<b>A China construtora: Projetos de infraestrutura energética e o setor de renováveis.....</b>	<b>149</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>172</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>181</b>
	<b>ANEXO A – ASPECTOS METODOLÓGICOS E INFORMACIONAIS DAS BASES DE DADOS SOBRE IED CHINÊS.....</b>	<b>205</b>
	<b>ANEXO B – COOPERAÇÃO ENERGÉTICA SINO-BRASILEIRA, 2006-2019 .....</b>	<b>206</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A China desponta como um ator central nas redefinições em curso na estrutura de poder e riqueza internacional, desencadeadas a partir da década de 1970 (FIORI, 2008). As transformações estruturais do sistema internacional e a ascensão da Ásia Oriental à condição de centro dinâmico de acumulação (ARRIGHI, 2008) contribuíram para o fenômeno da ascensão chinesa e para a reconfiguração da geografia econômica internacional. Houve, a partir deste processo de transição sistêmica que reserva para a China um espaço de protagonismo, uma reorientação da América Latina e Caribe (ALC) para a Ásia, sobretudo em termos de produção, comércio, crédito e de investimentos (VADELL, 2018). Assim, as relações entre o país e a ALC tornaram-se mais densas, especialmente na última década. Em particular, a conversão da China em exportadora líquida de capitais gerou impactos diretos na ALC, que presenciou um verdadeiro “desembarque” de capitais chineses (ARMONY; STRAUSS, 2014) na forma de três vetores:

- a) Investimento Externo Direto (IED)<sup>1</sup>;
- b) financiamentos<sup>2</sup>;
- c) projetos de infraestrutura<sup>3</sup> (RECAJ, 2020).

Entende-se neste trabalho que as relações econômicas China-ALC ilustram a execução, por parte de Pequim, de uma estratégia de desenvolvimento internacionalizado que incorpora cada vez mais a região (WISE, 2020), seja como fornecedora de *commodities* ou como mercado para exportação de capitais, serviços e capacidade produtiva. Essa estratégia pode ser compreendida como uma ampliação da política *going global*<sup>4</sup>, delineada no início do século XXI e expandida por um conjunto de fatores no período pós-crise de 2008.

Nesse cenário, Brasil e Argentina vêm sendo um destino relevante para os empréstimos, investimentos e projetos de infraestrutura da China. Ambos os países desenvolveram relações estratégicas com o gigante asiático ao longo do século XXI e representam atores-chave para o

---

<sup>1</sup> Por IED entende-se um investimento que envolve um relacionamento de longo prazo e reflete um interesse e controle duradouros por uma entidade residente em uma economia em uma empresa residente em uma outra economia (UNCTAD, 2017)

<sup>2</sup> Os financiamentos chineses são empréstimos de instituições como o *China Development Bank* (CDB) e o *China Export-Import Bank* (CHEXIM), que oferecem diversos produtos financeiros aos países da região e às empresas chinesas (SONG, 2019).

<sup>3</sup> Os projetos de infraestrutura diferenciam-se do IED por constituírem “um serviço entre um cliente e um provedor mediante um contrato - usualmente resultado de um processo de licitação, embora o processo pode ser por designação direta -, no qual a propriedade é do cliente” (DUSSEL PETERS, 2020a, p. 2)

<sup>4</sup> Criada em 1999 e incorporada, em 2001, ao 10<sup>o</sup> Plano Quinquenal (2001-2005), a estratégia *going global* se caracteriza como um conjunto de políticas coordenadas para estimular as empresas chinesas a se internacionalizarem.

desenvolvimento da região e para a articulação de estratégias coordenadas. O Brasil é o principal receptor de IED chinês na ALC, tendo sido destino de US\$ 66 bilhões de investimentos desde 2007, dos quais 76% se dirigem ao setor energético<sup>5</sup> (CARIELLO, 2021). A Argentina<sup>6</sup>, por outro lado, se destaca como principal mercado para projetos de infraestrutura executados pela China na região, com registros que somam US\$ 15,4 em empreendimentos somente no setor de energia (RED ALC-CHINA, 2021a).

Neste contexto, entende-se que o aumento da presença chinesa na ALC, em geral, e no Brasil e na Argentina, em particular, é expressão da crescente internacionalização das dinâmicas recentes do desenvolvimento chinês, calcadas especialmente na exportação de capitais. Nos casos de Brasil e Argentina, essa projeção geoeconômica da China se materializa em investimentos e desenvolvimento de projetos de infraestrutura energética. A questão norteadora da pesquisa, portanto, se estrutura da seguinte forma: Qual a motivação dos investimentos chineses em infraestrutura energética no Brasil e Argentina (2010-2020)?

Parte-se da hipótese de que os investimentos chineses, em suas diferentes modalidades, sugerem em grande medida uma lógica de Estado, cujo objetivo ultrapassa a busca por recursos, mercados e tecnologias, envolvendo também a consecução de objetivos estratégicos e a projeção de poder e influência no exterior. Como hipótese secundária, infere-se a possibilidade de subordinação da infraestrutura econômica ao centro de decisão de uma potência extrarregional, com possível elevação das assimetrias de poder e riqueza e agravando assimetrias tecnológicas e financeiras em relação à China.

Observa-se que a evolução e as dinâmicas decorrentes dos investimentos chineses representam um tema em constante transformação. A academia de Relações Internacionais e de áreas correlatas vêm buscando compreender os significados, efeitos, contradições e complexidades associadas à projeção da China na ALC. Desta forma, uma das motivações para o desenvolvimento da pesquisa é justamente contribuir para os debates sobre a evolução da crescente presença econômica chinesa na região. Especificamente, a justificativa para a realização deste estudo é a necessidade de uma melhor compreensão dos investimentos e financiamentos chineses e de seus determinantes na ALC, bem como as suas manifestações em projetos de infraestrutura energética no Brasil e na Argentina.

---

<sup>5</sup> Os dados do Ministério da Economia registram cerca de US\$ 80 bilhões em investimentos desde 2003, dos quais cerca 70% aportados no setor energético (BRASIL, 2019b).

<sup>6</sup> Segundo dados da AEI (2021), cerca de metade dos investimentos e dos contratos de construção da China na Argentina se dirigem ao setor energético, ou US\$ 12,2 bilhões de um total de US\$ 22,8 bilhões.



O objetivo geral da pesquisa é identificar qual o padrão e a lógica dos investimentos chineses em infraestrutura energética no Brasil e Argentina na última década (2010-2020). Mais especificamente, intenta-se abordar em primeiro lugar, a partir de uma perspectiva sistêmica e estrutural, o fenômeno da ascensão chinesa, bem como os determinantes e fundamentos da estratégia de internacionalização de sua economia no século XXI (*going global*), principalmente a sua extensão no período pós-crise de 2008. Com base nestas discussões, pretende-se compreender as manifestações dessa estratégia e de sua ampliação na ALC, com destaque aos investimentos, financiamentos e projetos de infraestrutura. A partir do entendimento a respeito dos determinantes e fundamentos da expansão econômica internacional da China e de suas expressões na ALC, propõe-se mapear o investimento chinês em infraestrutura energética no Brasil e Argentina entre 2010 e 2020.

Os procedimentos e técnicas de pesquisa empregados são o da pesquisa bibliográfica e o da pesquisa documental<sup>7</sup>. A pesquisa, inserida dentro do campo de Economia Política Internacional (EPI), trabalha com a interação entre Estados e fatores econômicos (MILNER, 2004), sendo utilizado o IED como um dos fatores de análise, bem como outros formatos de alocação de capital (empréstimos e infraestrutura).

A obtenção dos dados relativos às transações de investimento, financiamento e projetos de infraestrutura se dá por meio de um conjunto de fontes. Para IED chinês no mundo e na ALC são consultadas fontes como o *China Global Investment Tracker* (CGIT), da fundação conservadora *American Enterprise Institute* (AEI), e os boletins do *Monitor of China's OFDI*, da Red ALC-China (2021a; 2021b). Outras fontes incluem documentos da CEPAL (2018; 2021) e relatórios produzidos por órgãos nacionais<sup>8</sup>. Para financiamentos, a plataforma *China Latin America Finance Database* é utilizada (GALLAGHER; MYERS, 2021), bem como outras bases de dados integradas a *Global Development Policy Center* (GDPC)<sup>9</sup>. Os dados sobre projetos de infraestrutura são primordialmente baseados no *Monitor de la Infraestructura China*

---

<sup>7</sup> A Pesquisa Documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, fontes primárias (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Foram consultados documentos de ordem político-diplomática (acordos, comunicados bilaterais, declarações multilaterais); Planos Quinquenais da China; relatórios de órgãos e instâncias governamentais da China, Brasil e Argentina.

<sup>8</sup> Como, por exemplo, relatórios produzidos pelo Ministério da Economia (BRASIL, 2019b) e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BRASIL, 2018). O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) também publica relatórios sobre investimentos chineses no Brasil (CARIELLO, 2019; 2021). No caso argentino, foram consultados dados do programa RenovAr (2021) para extrair informações sobre projetos em infraestrutura energética com envolvimento de empresas chinesas.

<sup>9</sup> É possível citar as seguintes bases: a) *China's Overseas Development Finance Database* (RAY; SIMMONS, 2020); b) *China's Global Energy Finance* (GDPC, 2022); c) *China's Global Power Database* (GALLAGHER et al., 2019). Além disso, salienta-se o *China-Latin America Economic Bulletin*, que reúne dados sobre comércio, investimento e financiamento chinês na ALC (RAY; BARBOSA, 2020; RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021).

*en America Latina y el Caribe* (DUSSEL PETERS, 2020a; 2021a), apesar de também recorrer à consulta de fontes complementares<sup>10</sup>.

Com base nos dados coletados a partir das fontes mencionadas, fica facilitada a compreensão dos instrumentos econômicos que caracterizam a crescente presença econômica da China na ALC, e no Brasil e na Argentina em específico, uma vez que permite a identificação de uma série de aspectos, como a distribuição por destino e setorial dos investimentos, além de suas modalidades (*greenfield* ou *brownfield*) e fatores (*resource-seeking*; *market-seeking*; *efficiency-seeking*; *strategic asset-seeking*) (DUNNING, 2000). Além disso, possibilita o mapeamento da propriedade das empresas (estatal, privada, mista) e o montante investido em projetos de maior significância. Outro aspecto relevante diz respeito ao detalhamento acerca das formas pelas quais ocorrem os financiamentos aos projetos de infraestrutura energética, os atores envolvidos nas transações e as formas pelas quais os empreendimentos são executados<sup>11</sup>.

Com a introdução e a conclusão, a dissertação é composta por cinco capítulos. O segundo capítulo aborda o fenômeno da ascensão chinesa a partir de uma perspectiva associada à construção do sistema mundial moderno, possibilitando a sua compreensão como causa e resultado das transformações estruturais desde a crise da década de 1970. Com base nas contribuições de Arrighi (1996; 2008), Arrighi e Silver (2001) e outros autores, entende-se que a trajetória de (re)emergência da China se beneficia do processo de “renascimento da Ásia Oriental” (ARRIGHI, 2008), inserindo o país de forma virtuosa nas cadeias de produção e comércio associadas ao regime de acumulação emergente do Leste Asiático (ARRIGHI, 1996).

Com o ingresso do século XXI, o país asiático passou a influenciar de forma cada vez mais decisiva as dinâmicas de crescimento regionais e globais, adotando estratégias, coordenadas e conduzidas pelo Estado, para expandir e internacionalizar sua economia, em particular a *going global*. No pós-crise de 2008, houve a ampliação dessa estratégia, convertendo-se em uma estratégia de desenvolvimento internacionalizado, ou *dragonomics*

---

<sup>10</sup> A base de dados da CGIT (AEI, 2021) dissocia “investimentos” e “contratos de construção”, sendo útil para obtenção de dados sobre infraestrutura. Outras fontes complementares são aquelas de notícias e informações das empresas, à medida que os dados sobre projetos de infraestrutura são de difícil rastreamento (DUSSEL PETERS, 2020a; 2021a).

<sup>11</sup> Na sequência do trabalho, será realizada uma diferenciação entre projetos de infraestrutura de natureza “*llave en mano*”, também referidos como “*turnkey projects*” ou pela sigla EPC (*engineering, procurement and construction*), e obras nas quais existe um envolvimento conjunto entre as firmas chinesas construtoras e empresas locais. Chauvet *et al.*, (2020) menciona a existência de dois tipos de contratos de construção, sendo um “convencional” e outro que envolve o estabelecimento de uma Parceria Público-Privada (PPP).

(WISE, 2020), cuja faceta mais evidente é a *Belt and Road Initiative* (BRI), ou Iniciativa do Cinturão e Rota<sup>12</sup>.

No terceiro capítulo, são analisadas as manifestações desse transbordamento das dinâmicas de desenvolvimento chinês na ALC, que presenciou um significativo aumento dos investimentos, financiamentos e projetos de infraestrutura da China no transcorrer da última década. Apesar de importantes continuidades, como a preponderância das estatais (*State-Owned Enterprises – SOEs*) e “onipresença” do setor público chinês (DUSSEL PETERS, 2015; 2020a) na realização de investimentos e execução de projetos de Infraestrutura, foi possível verificar que a inserção chinesa na ALC se complexificou ao longo do período analisado, passando a abarcar motivações que ultrapassam a busca por recursos e o imperativo de segurança energética (CUNHA, 2011; QUINTANA, 2012). Entre essas redefinições, destaca-se a expansão internacional de empresas chinesas no setor elétrico da região, seja via operações de fusão e aquisição (*brownfield*) ou por meio da construção de projetos de infraestrutura energética (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL, 2021; ELLIS, 2021a; RAY; BARBOSA, 2020).

No quarto capítulo, aprofunda-se o entendimento a respeito da presença geoeconômica chinesa na América do Sul, especificamente ao mapear o investimento chinês em infraestrutura energética no Brasil e Argentina. No caso brasileiro, os investimentos chineses em infraestrutura energética se direcionam aos segmentos de geração, transmissão e distribuição, com ingresso de empresas estatais – como a *China Three Gorges* (CTG) e a *State Grid Corporation of China* (SGCC) – por meio da aquisição de ativos e participação em processos licitatórios.

Na Argentina, a participação chinesa em projetos de infraestrutura energética se dá menos por meio da emissão de IED e mais pelo financiamento e realização de projetos de infraestrutura, em sua maioria de natureza *llave en mano*. Apesar das diferenças, infere-se que a afluência dos capitais chineses em infraestrutura energética em ambos os países serve ao propósito de Pequim de forjar uma estratégia de desenvolvimento internacionalizado, entrelaçando as maiores economias sul-americanas aos seus objetivos estratégicos de longo prazo e projetando poder e influência em uma região tradicionalmente subordinada aos interesses de Washington.

---

<sup>12</sup> Para fins de padronização, será utilizada a sigla “BRI” para se referir a Iniciativa do Cinturão e da Rota. A iniciativa, lançada em 2013, é também veiculada como “Nova Rota da Seda”, tendo um componente marítimo (Rota) e outro terrestre (Cinturão).

## 2 ASCENSÃO CHINESA E O SISTEMA MUNDIAL: TRAJETÓRIA E DETERMINANTES DA INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Pretende-se, neste capítulo, apresentar o fenômeno da ascensão chinesa face às transformações estruturais no sistema mundial, abordando especificamente o desenvolvimento do país e suas redefinições contemporâneas, que cada vez mais apontam para a execução de uma estratégia de desenvolvimento internacionalizado<sup>1</sup> (WISE, 2020). Em outras palavras, o objetivo é compreender, a partir de uma perspectiva sistêmica, a ascensão chinesa e os determinantes da estratégia da internacionalização de sua economia no século XXI, conhecida como *going global*, que será definida e analisada posteriormente. A contribuição deste capítulo para o conjunto do trabalho diz respeito ao entendimento da trajetória de internacionalização econômica e financeira da China e seus desdobramentos mais recentes, cujos efeitos ressoam de forma cada vez mais presentes nas economias latino-americanas.

Inicialmente, objetiva-se destacar os aspectos estruturais e sistêmicos que contribuíram para o processo de “ressurgimento”<sup>2</sup> da China à condição de potência “tripla”<sup>3</sup> (industrial, comercial e financeira), em especial o processo de ascensão do Leste Asiático à condição de regime dinâmico de acumulação (ARRIGHI, 1996). Este entendimento sistêmico facilita a compreensão do processo de desenvolvimento chinês desencadeado a partir das reformas econômicas capitaneadas por Deng Xiaoping (1978-1992), que inseriram à China nos fluxos de comércio, produção e investimento globais e regionais, integrando também o país nas instituições de governança política e econômica internacional. Em resumo, busca-se apresentar a ascensão chinesa como causa e efeito da transição sistêmica em curso<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Ao longo de sua obra, Wise (2020) busca explicar o que constitui essa “estratégia de desenvolvimento internacionalizado”, designado por ela como *dragonomics*, bem como suas implicações para as maiores economias da ALC. A execução dessa estratégia se deu sobretudo pela necessidade chinesa em termos de importação e obtenção de recursos (energéticos e alimentares, principalmente). Mais recentemente, a saturação do mercado doméstico em diversos setores, como de construção e infraestrutura, estimulou a continuidade e extensão dessa estratégia, que se tornou viável, entre outros fatores, pelo volume elevado de reservas internacionais da China.

<sup>2</sup> A ideia de “ressurgimento”, ou “rejuvenescimento”, conforme ecoado pelas autoridades chinesas, associa-se com a constatação de que, antes da expansão imperial no século XIX, a China, ao lado da Índia, era uma das principais potências econômicas do mundo. Assim, o atual momento internacional apontaria para um retorno de um mundo não-ocidental. Sobre a ideia de “rejuvenescimento”, ver Xinhua (2019).

<sup>3</sup> Nomenclatura utilizada por Jabbour e Paula (2018).

<sup>4</sup> Por “transição sistêmica” entende-se o processo de substituição de um ciclo de acumulação para o outro. Na visão de Arrighi (1996), estaríamos, desde a década de 1970, presenciando a fase de expansão financeira do ciclo de acumulação dos Estados Unidos. A fase de expansão financeira, conforme os ciclos de acumulação predecessores, constitui o prelúdio do fim de um ciclo de acumulação e a emergência de um novo, nucleado por um novo poder dominante. Na visão de Arrighi (2008), as guerras no Iraque e Afeganistão seriam sintomas da “crise terminal” da hegemonia dos Estados Unidos.

Em um segundo momento, pretende-se abordar as manifestações da opção chinesa em se incorporar aos circuitos da globalização como forma de atingir a ascensão ou desenvolvimento pacífico (BIJIAN, 2005). Uma dessas expressões foi a introdução da política *going global* (1999), entendida como um conjunto de estratégias do governo chinês para encorajar, apoiar e sustentar a internacionalização de grupos empresariais nacionais<sup>5</sup>. Por fim, o período pós-crise de 2008 é analisado, à medida que expressa, devido a simultâneos processos de transição interna e internacional (CINTRA; PINTO, 2017), um aprofundamento da internacionalização da economia chinesa, materializado na Nova Rota da Seda.

## 2.1 A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO E DA CHINA

Nesta seção, pretende-se apresentar o fenômeno de ascensão da China a partir de uma perspectiva sistêmica e estrutural, associando-o ao processo de “renascimento da Ásia Oriental” (ARRIGHI, 2008) e da própria transição sistêmica, em curso desde a década de 1970. A proposta inicial é apresentar as contribuições de Arrighi (1996; 1997; 2008) para explicar a ascensão do Leste Asiático à condição de centro dinâmico de acumulação em escala global. Essa ascensão e a posterior associação da China encontram-se no núcleo das redefinições do sistema mundial moderno, cujos contornos também sinalizam para a formação de um “futuro asiático” (KHANNA, 2019) ou “pós-ocidental” (STUENKEL, 2018).

Para Khanna (2019), os asiáticos mais uma vez se veem na posição de “centro” do mundo e de seu futuro. O continente já representa 50% do PIB global e dois terços do crescimento mundial. As estimativas apontam para um peso ainda maior no futuro. Dos US\$ 30 trilhões em crescimento de consumo da classe média até 2030, é esperado que apenas US\$ 1 trilhão venha das economias ocidentais. Além de produzir, exportar, importar e consumir mais do que qualquer outra região, também representa 60% da população mundial, com dez vezes a população da Europa e doze vezes a população da América do Norte (KHANNA, 2019).

Segundo Stuenkel (2018, p. 211), a construção do mundo “pós-ocidental” sinaliza a mudança do eixo de poder econômico, político e militar para o Oriente, sendo impulsionado pela ascensão da China e de outros emergentes, como a Índia. Esse mundo pós-ocidental não significa catástrofe, como argumentam as visões ocidentocêntricas. De uma perspectiva histórica, o fim do domínio ocidental encerra uma “aberração” que testemunhou uma concentração extrema de poder e riqueza numa pequena parcela do mundo.

---

<sup>5</sup> Essa política, oficialmente incorporada ao 11º Plano Quinquenal (PQ) (2001-2005), constitui um marco para os debates sobre a expansão do investimento chinês no exterior no século XXI.

Em seguida, a proposta é apresentar as reformas econômicas inicialmente empreendidas por Deng Xiaoping, situando-as no contexto de transição do eixo dinâmico de acumulação do Atlântico para o Pacífico. Desta forma, torna-se possível identificar como a China promoveu suas políticas nacionais de desenvolvimento em combinação com uma estratégia de inserção internacional que buscou se integrar às cadeias de produção e comércio regionais (PAUTASSO, 2011; VISENTINI, 2012). Defende-se que esta contextualização é essencial para, na sequência, apresentar a estratégia *going global* e os fundamentos e determinantes da internacionalização da economia chinesa e de suas corporações.

A ascensão da China encontra-se associada ao contexto global das décadas de 1960 e 1970, uma vez que as transformações irradiadas a partir deste período contribuíram com a emergência do Leste Asiático enquanto eixo dinâmico de acumulação. Segundo Arrighi (1996), a tendência a partir deste momento é de aumento da mobilidade geográfica do capital, componente essencial das condições sistêmicas que moldaram a reorganização da economia capitalista mundial em bases novas e mais amplas.

O ponto fundamental é o fim da fase de expansão material e o início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação dos Estados Unidos<sup>6</sup>, decorrente das profundas reorganizações na economia mundial, como a crise de superprodução no final da década de 1960 e o subsequente esgotamento do modelo fordista-keynesiano (BRENNER, 2006; POSTONE, 2008). Arrighi (1996, p. 15) assinala que a “expansão [financeira] atual assistiu a um crescimento explosivo do Japão e de outros países menores do leste asiático, que se transformaram num novo centro dos processos de acumulação de capital”. Nesse contexto, conformou-se na região da Ásia Oriental um “arquipélago capitalista”, composto

[...] de várias “ilhas” de capitalismo, que se elevam sobre um “mar” de trocas horizontais entre os mercados locais e mundiais, através da centralização, dentro de seus domínios, de lucros em larga escala e atividades de valor adicionado [...] O Japão é, sem sombra de dúvida, a maior dessas “ilhas capitalistas”. As “ilhas” menores do arquipélago capitalista são as cidades-Estados de Cingapura e Hong-Kong, o país-fortaleza que é Formosa e o semi-Estado nacional da Coreia do Sul [...] coletivamente, a competitividade do arquipélago capitalista do leste e sudeste asiáticos, a nova “oficina do mundo”, é o mais importante fator isolado a forçar os centros tradicionais de poder capitalista - a Europa Ocidental e a América do Norte -, a reestruturar suas próprias indústrias, suas próprias economias e seu próprio estilo de vida (ARRIGHI, 1996. p. 23).

<sup>6</sup> Por ciclo sistêmico de acumulação, Arrighi (1996) comenta que a sua composição decorre da combinação de períodos de expansão material e financeira (DMD’), sendo um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. Os quatro ciclos identificados desde o século XV se superpõem e duram mais de um século, derivando daí a ideia de “século longo”.

A compreensão do processo de formação desse “arquipélago capitalista” exige o resgate de dois aspectos estruturais. Primeiro, as contradições da ordem mundial da Guerra Fria norte-americana, em especial a crise de superprodução no final da década de 1960 e início da década de 1970, resultante da recuperação japonesa e europeia e a intensificação da competição intercapitalista (BRENNER, 2006). Segundo, a reação do capital japonês a essa crise, à medida que conseguiu expandir por toda região do leste e sudeste asiático a sua rede de subcontratação de múltiplas camadas<sup>7</sup> (ARRIGHI, 1997), integrando as economias da região cadeias de valor e estabelecendo uma íntima divisão regional do trabalho (VISENTINI, 2012).

Para Arrighi (1997, p. 118),

[...] a mais importante dentre as contradições da ordem mundial da Guerra Fria norte-americana era a necessidade de melhorar a economia japonesa de modo a transformá-la num bastião e amostra da política norte-americana de contenção do poder comunista na Ásia. A contradição residia no fato de que a melhoria da economia japonesa proporcionou [...] uma fonte valiosa de manufaturas baratas e boa publicidade para o Mundo Livre. Mas, ao mesmo tempo, criou novos competidores para a economia norte-americana, que estavam particularmente bem posicionados para tirar proveito da grande e crescente discrepância entre os custos de mão-de-obra nos países ricos e pobres

Ou seja, em meio ao cenário de acirramento da competição intercapitalista e de crise de lucratividade<sup>8</sup>, o Japão estava “bem posicionado” para tirar proveito da “oferta praticamente ilimitada de mão-de-obra barata na região do Leste Asiático” (ARRIGHI, 1997, p. 120). Essa e outras condições<sup>9</sup>, lembra Arrighi (1997), não se replicaram na Europa Ocidental, apesar da existência de reservas de mão-de-obra no oeste e sul de suas periferias. A perda de

<sup>7</sup> Segundo Arrighi (1997), o sistema japonês de subcontratação surgiu em um contexto florescimento de sistemas de “especialização flexível” e “informalização” durante a década de 1970. O sistema japonês se apoia e tende a reproduzir uma estrutura mais descentralizada de atividades produtivas do que as práticas de grandes empresas de outros Estados centrais capitalistas. As redes japonesas são instrumentos mais estáveis e efetivos de cooperação vertical e horizontal entre empresas do que as redes de subcontratação nos Estados Unidos e Europa Ocidental.

<sup>8</sup> O encerramento da “idade de ouro” inaugurada com o fim da Segunda Guerra Mundial começou a ser percebido em meados da década de 1960, acirrando as disputas entre as principais nações capitalistas e resultando na queda das taxas de lucro nos setores industriais. Dessa competição se deu um cenário de competição e “crise de lucratividade”, à medida que as empresas, com grande quantidade de capital imobilizado, resistiram em deixar suas fatias de mercado cada vez mais disputadas, gerando um ambiente de superprodução e supercapacidade. Para mais detalhes, ver Brenner (2006).

<sup>9</sup> Além da disponibilidade de mão-de-obra, o Japão e a Europa Ocidental se diferenciam em alguns aspectos nesse contexto de competição intercapitalista. O Japão, ao contrário da Europa Ocidental, era a única estrutura produtiva “respeitável” na Ásia, enquanto na Europa Ocidental havia ao menos três. Houve, dessa forma, mais incentivos para as empresas americanas se instalarem no unificado mercado europeu, aumentando a competição interempresarial. No Leste da Ásia, lembra Arrighi (1997), a estrutura dos acontecimentos foi totalmente distinta

competitividade de sua indústria levou os Estados Unidos a desvalorizar o dólar, pressionar pela valorização do *iene* e do marco alemão e, finalmente, abandonar o padrão dólar-ouro<sup>10</sup>.

Como resultado da intensa competição intercapitalista, tem início, no final da década de 1960, o processo de expansão regional do regime de subcontratação japonês. Arrighi (1997, p. 114) lembra que, após a revalorização do *iene* em 1967, o crescimento do investimento externo direto japonês “tornou-se verdadeiramente explosivo”. Os primeiros beneficiários foram as “ilhas menores do arquipélago capitalista”, ou o Grupo dos Quatro (Singapura, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul). Designados como “tigres de primeira geração” por Visentini (2012), esses países receberam indústrias japonesas de mão-de-obra intensiva, como têxteis e maquinário elétrico (ARRIGHI, 1997).

Por volta do final da década de 1980, os beneficiários da primeira rodada de expansão e descentralização industrial japonesa (Grupo dos Quatro) tinham se tornado os principais investidores nos países da Associação dos Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês). O resultado comenta Arrighi (1997, p. 117), foi uma segunda rodada de expansão industrial regional, por meio da qual uma massa maior de mão-de-obra foi incorporada “às redes de comércio e de produção do emergente arquipélago capitalista”.

As empresas beneficiárias da segunda rodada de expansão industrial, especialmente da Tailândia, juntaram-se às empresas japonesas e do Grupo dos Quatro na transmutação de atividades de mão-de-obra intensiva para países ainda mais pobres e mais populosos - “principalmente a China, mas também o Vietnã e, em menor medida, a Índia e o Paquistão - todos os quais ainda dotados de reservas grandes e competitivas de mão-de-obra barata” (ARRIGHI, 1997, p. 117). A China, nos anos 1990 e 2000, protagonizou a terceira rodada de expansão industrial na Ásia Oriental, progressivamente se convertendo em centro da expansão econômico e comercial da região (ARRIGHI, 2008).

As sucessivas ondas de desenvolvimento na Ásia Oriental são associadas ao modelo ou padrão de “gansos voadores” (*flying geese*). Para Xing (2020), esse padrão ilustra o fenômeno único de industrialização no Leste Asiático, no qual um grupo de nações da região estavam “voando juntos” em camadas, com o Japão na frente, representando diferentes estágios de desenvolvimento econômico. O modelo dos “gansos voadores”, prossegue Xing (2020),

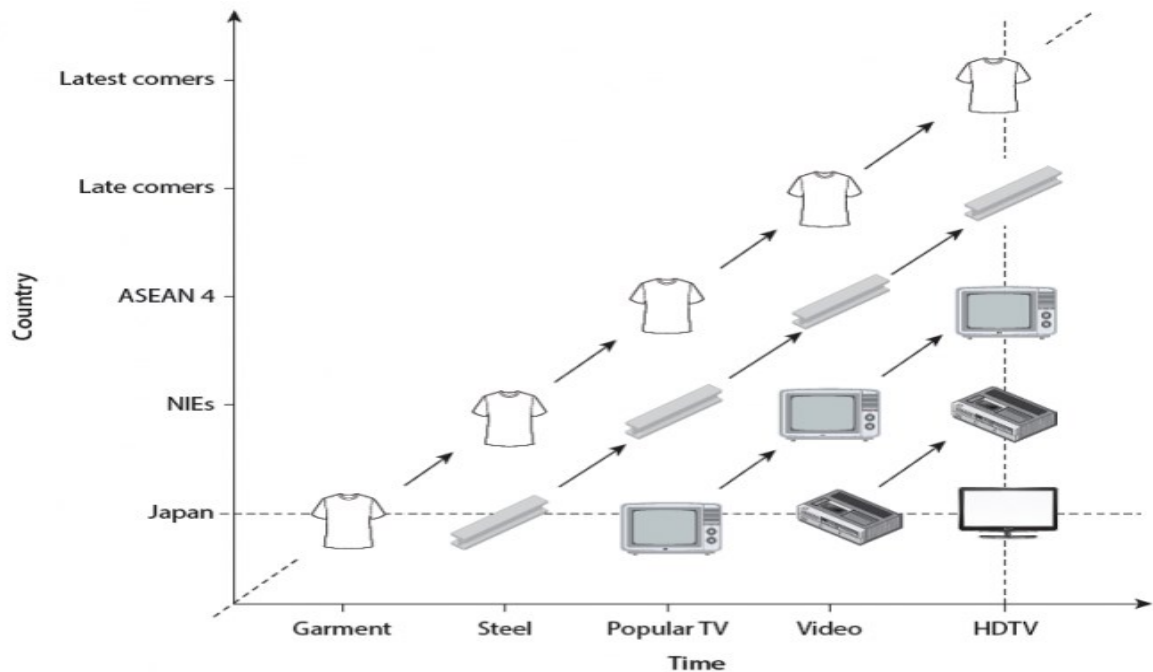
---

<sup>10</sup> Essas ações inauguram um período de “desordem monetária”. As crises petrolíferas (1973 e 1979) acentuaram ainda mais esse cenário de desordem. A decisão de elevar os juros por parte do governo Reagan (1981-1989) canalizou os fluxos financeiros para os Estados Unidos, especializando também o capital americano em intermediações financeiras. A recuperação econômica nas décadas de 1980 e 1990, combinado com a execução de um “keynesianismo militar”, veio acompanhada de um intenso processo de financeirização, outro sintoma do declínio relativo e da atual fase de expansão financeira. Para mais detalhes, ver Brenner (2006) e Arrighi (2008).



simboliza o ciclo de vida de indústrias, através dos quais produção, tecnologia e conhecimento são transmitidos da primeira para a última camada.

Figura 1 - Modelo dos gansos voadores



Fonte: D'Souza (2016).

O padrão dos “gansos voadores” (Figura 1), portanto, se expandiu prodigiosamente a partir do Japão, integrando uma variedade de localidades do sul e do leste da Ásia e tornando-se elemento-chave para compreender o renascimento econômico da Ásia Oriental (ARRIGHI, 2008). Após a crise financeira asiática de 1997, desencadeia-se ainda uma bifurcação entre o poder militar dos Estados Unidos e o poder financeiro do Leste Asiático, que se consolida o eixo dinâmico da economia mundial (ARRIGHI, 2008). De acordo com Obstfeld e Rogoff (2009), essa “bifurcação” estava associada com crescentes “desequilíbrios globais”, com a China e outros países do Leste Asiático acumulando montantes crescentes de reservas internacionais às custas dos déficits comerciais dos Estados Unidos.

Ou seja, a ascensão do Leste Asiático à condição de regime de acumulação emergente se vinculou com as reorganizações da produção mundial, que passaram a tomar formas crescentemente fragmentadas face à crescente competição interempresarial e à busca por mão de obra de baixo custo. O Japão, em razão de fatores como sua posição geopolítica privilegiada no contexto da Guerra Fria e da existência de um amplo espaço geográfico com reserva de mão-de-obra barata, passou a internacionalizar suas atividades industriais, transnacionalizando o seu regime de subcontratação.

Nesse contexto, a China acabou por se beneficiar das condições sistêmicas e estruturais que emergiram no Leste Asiático a partir da década de 1970, à medida que se deparou com um cenário regional favorável ao desenvolvimento. As condições estruturais, contudo, explicam apenas parcialmente a escala de desenvolvimento atingido pela China na atualidade. Nesse sentido, entende-se ser necessário descrever a trajetória gradual e experimental das políticas adotadas pelo país a partir de 1978, uma vez que, além de integrar a China de forma virtuosa às dinâmicas de comércio e produção regionais, foram capazes de tornar o país, em um espaço reduzido de tempo, uma potência comercial, industrial e financeira (JABBOUR; PAULA, 2018).

Além disso, o caso chinês se diferencia das outras ondas expansivas industrializantes no Leste Asiático por fatores como o desenvolvimento duplamente tardio do país (*late-late development*) e a gigantesca escala da absorção e de organização produtiva do país (*big-country effect*)<sup>11</sup>. Não menos relevante, a China detém mais autonomia em termos de inserção internacional do que os Tigres Asiáticos predecessores, em grande medida subordinados aos interesses dos Estados Unidos (RIBEIRO; UNGARETTI, 2021; VISENTINI, 2012).

Desta maneira, ressalta-se a importância em se apresentar as políticas de desenvolvimento executadas pela China a partir do período de reformas. A compreensão é a de que a ascensão da China constitui tanto causa como efeito das transformações sistêmicas em curso. Ou seja, o país, beneficiado pelos efeitos da financeirização do ciclo de acumulação norte-americano e da reorganização espacial da produção em direção ao Leste Asiático (ARRIGHI, 1996; 1997), foi capaz de executar um conjunto de políticas nacionais de desenvolvimento que progressivamente o tornaram o centro de acumulação da região (ARRIGHI, 2008), exercendo uma espécie de “efeito gravitacional” principalmente em razão dos ganhos de escala de seu aparato produtivo (PAUTASSO, 2011).

A trajetória de crescimento acelerado da China tem início com a Reforma e Abertura, desencadeada a partir da administração Deng Xiaoping (1978-1992), responsável pela opção estratégica de integrar o país à globalização econômica (BIJIAN, 2005). O objetivo era o de

---

<sup>11</sup> A inserção duplamente tardia do desenvolvimento chinês, em comparação aos outros países do Leste Asiático, permitiu a rápida expansão econômica e incorporação de tecnologias a baixo custo, configurando uma “vantagem do atraso”. A isso se soma a escala de seu mercado doméstico, com mais de 1,4 bilhão de pessoas, tornando os impactos externos de seu processo de industrialização sem precedentes. Em 2008, China estava consumindo metade da produção mundial de cimento, um terço de seu aço e mais de um quarto de seu alumínio. Em 2010, tornou-se o maior produtor mundial. Em 2013, tornou-se o principal destino de investimento estrangeiro direto. Em 2014, um ano depois, o comércio de mercadorias da China atingiu US \$ 4,2 trilhões, ultrapassando o dos Estados Unidos pela primeira vez. Para mais detalhes sobre os impactos da ascensão da China sob a perspectiva do Desenvolvimento Desigual e Combinado (DDC), ver Rosenberg e Doyle (2019).

reorganizar as prioridades chinesas, reduzir o atraso econômico e tecnológico e enfrentar desafios como a disputas políticas internas e o isolamento internacional (PAUTASSO, 2011).

As reformas liberalizantes foram lançadas na 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês (PCCh), em 1978<sup>12</sup>, cujo resultado inicial foi a remoção das tradicionais barreiras que obstaculizavam o processo de industrialização (AGLIETTA; BAI, 2015). A política das Quatro Modernizações representou um aspecto central da almejada “modernização socialista”, abrangendo ações específicas visando o desenvolvimento de setores estratégicos (agricultura, indústria, ciência & tecnologia e defesa) e a elevação da produtividade agrícola, o que também possibilitou mobilização de recursos para investimentos na indústria e em infraestrutura (AGLIETTA; BAI, 2015).

Além das Quatro Modernizações, os investimentos externos e o comércio exterior cumpriram um papel central no processo de modernização, proporcionando a incorporação de tecnologias e capitais estrangeiros e o aprimoramento da estrutura produtiva (CUNHA; ACIOLY, 2009). A atração dos investimentos estrangeiros se deu especialmente pela criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), inicialmente situadas em cidades estrategicamente localizadas para atração de capitais da chamada “diáspora chinesa<sup>13</sup>” (ARRIGHI, 2008). Segundo Cunha e Acioly (2009), as ZEE chinesas não eram qualitativamente distintas de outras Zonas de Processamento de Exportação<sup>14</sup> (ZPE) presentes em outras localidades do continente asiático, diferenciando-se mais por conta da escala de suas atividades.

Para Marti (2007, p. 10), as ZEE tinham como objetivo

[...] atrair investidores estrangeiros que, em troca, introduziram na China tecnologias e métodos modernos de administração, com o propósito de criar um fluxo de exportações gerador de divisas, encorajados por vendas sem impostos, taxas reduzidas, tarifas menores, infraestrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia.

Por outro lado, os benefícios oferecidos pela China para a instalação de multinacionais vinham acompanhados de um conjunto de condicionalidades. Isto é, os incentivos chineses não visavam a simples “transmutação de capacidade produtiva estrangeira”, permeando dinâmicas

<sup>12</sup> A meta exposta na Plenária do PCCh era a de promover a chamada “modernização socialista” (CHINA, 1978)

<sup>13</sup> Cunha e Acioly (2009) recordam que a maior ZEE, Shenzhen, beneficiou-se por sua proximidade com Hong Kong. A de Zhuhai localizou-se perto de Macau, enquanto a de Shantou foi posicionada em uma região da província de Guangdong, onde há um grupo étnico com fortes ligações com minorias sino-descendentes que vivem no sudeste asiático. A ZEE de Xiamen, por fim, foi instalada perto de Taiwan, potencializando suas atividades por meio da proximidade geográfica e cultural.

<sup>14</sup> Para Cunha e Acioly (2009), nas ZPEs são estabelecidas regras diferenciadas de tratamento do comércio exterior, com redução de procedimentos administrativos para a exportação e importação e redução dos impostos sobre insumos utilizados para a produção ao mercado internacional.

de transferência de tecnologia e capacidade de gestão, sobretudo por meio de práticas como a criação de *joint ventures* (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Nas décadas de 1980 e 1990, o processo de reformas teve continuidade. Costa e Pinto (2010, p. 29) argumentam que o segundo momento de “abertura ao mundo exterior” ocorreu com o chamado “pacote de 1984”, que autorizou a criação de catorze “cidades abertas”, entre elas Xangai, possibilitando-as negociar incentivos para atrair capital estrangeiro. Além dessas cidades abertas, denominadas de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), o governo eliminou, em 1986, o monopólio sobre o comércio exterior, habilitando os exportadores a transacionar bens e serviços com o exterior (PINTO, 2010).

A despeito da ameaça de interrupção do programa de reformas em razão da repressão aos estudantes em Tiananmen (1989), o programa de reformas se redefine e se aprofunda na década de 1990. Em março de 1992, as autoridades do Partido Comunista Chinês (PCCh) firmam um “grande compromisso” que assegurou a continuidade das reformas por um período de 100 anos (PINTO, 2010). O compromisso com as reformas ocorreu no contexto da visita de Deng às ZEEs situadas no sul do país, quando foi reforçada a necessidade de acelerar as reformas econômicas e reafirmada a importância de uma abordagem pragmática e não-ideológica de experimentação. Em outubro do mesmo ano, o 14º Congresso do PCCh concebeu e endossou o conceito de “economia socialista de mercado”, inaugurando a segunda fase das reformas econômicas (NAUGHTON, 2007).

Enquanto a primeira fase das reformas econômicas pautou-se pela liberalização do comércio exterior e pela introdução das ZEE, a segunda fase de reformas inaugurou um novo ciclo de inovações institucionais, abrindo caminho para a articulação de dois padrões concomitantes de crescimento, sendo um liderado pelas exportações (*export-led*) e outro pelos investimentos (*investment-led*) (JABBOUR; PAULA, 2018). O primeiro se fundamentou na promoção das exportações através da recepção de IED e ampliação das ZEEs, enquanto o segundo se caracterizou pelo incremento dos investimentos públicos em infraestrutura e de políticas industriais orientadas à geração de ganhos gerenciais e produtivos das empresas, em particular das estatais, aliadas do regime das ZEE (PINTO, 2010).

De acordo com Wise (2020), as autoridades chinesas, entre 1993 e 1998, lançaram uma “onda de reformas” (fiscais, tributárias, institucionais etc.), com o objetivo de corrigir distorções e aprofundar o comprometimento com uma estratégia de industrialização liderada pelas exportações, replicando em certo sentido as estratégias de desenvolvimento empregadas em outros países do Leste Asiático. Por outro lado, Jabbour e Paula (2018) enfatizam as reformas no sistema de financiamento nacional, marcado por inovações institucionais que

culminaram na formação dos quatro principais bancos da China<sup>15</sup> (*big four*) e, desta forma, possibilitaram o avanço da urbanização e o equacionamento da necessidade de volumosos investimentos nas mais diversas infraestruturas.

Hiratuka (2018b, p. 3), ao analisar essas duas dinâmicas, assinala que “o setor externo teve papel mais importante como fonte de divisas para sustentar o crescimento e evitar estrangulamentos externos e como mecanismo de transferência de tecnologia do que como fonte de demanda propriamente”. Ou seja, defende que o dinamismo mais recente da economia chinesa se atrela ao processo de urbanização e ao conjunto de transformações a ele associados. A evolução explosiva das taxas de urbanização - de 20% em 1978 para 55% em 2015 - foi acompanhado por massivos investimentos em infraestrutura para dar conta da expansão dos serviços públicos urbanos e das necessidades de interligação entre as grandes cidades, o que significou crescentes montantes de investimento em setores como o de construção civil, transportes, energia e telecomunicações (HIRATUKA, 2018b, p. 3)

Do ponto de vista da inserção internacional, as reformas econômicas - iniciadas em 1978 e reforçadas em 1992 - influenciaram a adoção de uma postura de baixo perfil (*low-profile*). Segundo Vaz-Pinto (2014), a atuação internacional deveria ser guiada pelo objetivo de construir um ambiente externo favorável ao desenvolvimento. Contudo, importante ressaltar que esse padrão de baixo perfil não se aplicava em assuntos considerados como de “interesse fundamental”, como a defesa da integridade territorial e do princípio de “uma só China”<sup>16</sup>.

Um dos objetivos dessa política externa que pode ser interpretada como “cautelosa” e “discreta” era a recuperação do espaço de atuação em organizações multilaterais e regionais (OLIVEIRA; LEITE, 2014). Na esteira da normalização das relações com os Estados Unidos, antes mesmo da introdução das reformas, a China já havia sido capaz de recuperar o seu assento no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), firmando sua posição internacional enquanto representante legítima da China (KISSINGER, 2011).

Depois disto, em 1982, a República Popular da China (RPC) ingressou no antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) na condição de membro-observador.

---

<sup>15</sup> Os quatro bancos são: a) Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, na sigla em inglês); b) Banco de Construção da China (CCB, na sigla em inglês); c) Banco de Agricultura da China (ABC, na sigla em inglês); d) Banco da China (BOC, na sigla em inglês). Além deles, há dois importantes bancos de desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, na sigla em inglês) e o Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM, na sigla em inglês). Para mais informações, ver Jabbour e Paula (2018).

<sup>16</sup> A política de “uma só China” (*One China Policy*) defende a existência apenas uma China – A República Popular da China (RPC). Taiwan, bem como regiões administrativas (Tibete, Macau, Hong Kong, Xinjiang), seriam integrantes e subordinados à soberania da China Popular. Essa política se manifesta em diversas ações da diplomacia chinesa. Em acordos bilaterais, por exemplo, é invariavelmente sublinhado o reconhecimento da RPC como sendo a representante legítima da China.

Além disso, em 1986, o país foi incorporado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BIRD) (NAIDIN; BRANDÃO; VIANA, 2012). Segundo Shambaugh (2013, p. 97), esses e outros movimentos demonstram que a China foi capaz de “construir um compromisso proativo nos regimes e organizações internacionais” durante o período de execução das reformas econômicas.

No pós-Guerra Fria, a diplomacia chinesa buscou superar o padrão de inimizade regional na Ásia-Pacífico, integrando-se em organismos regionais como a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), em 1991, e o Fórum Regional da ASEAN (ARF), em 1994. No contexto da crise financeira asiática de 1997, a China se engajou na formalização do mecanismo de cooperação conhecido como ASEAN+3 (China, Japão e Coreia do Sul), culminando com a proposição de uma Área de Livre-Comércio com os países da ASEAN, em 1999. Ademais, o escopo de cooperação regional foi ampliado para além do Sudeste Asiático, núcleo central da estratégia regional chinesa (JACQUES, 2012), englobando ações de cooperação com a Rússia e com os países da Ásia Central, o que resultou na criação dos “Cinco de Xangai” (1996), embrião da Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

Portanto, o entendimento é o de que a estratégia de reforma e abertura empreendida pela China, acompanhada de uma inserção internacional e regional de baixo e perfil e orientada à integração aos mecanismos formais e informais de concertação, beneficiou-se das transformações sistêmicas contribuíram para o “renascimento econômico da Ásia Oriental” (ARRIGHI, 2008, p. 17). A estratégia foi a de adotar um caminho experimental e gradual de modernização e industrialização, que por sua vez combinou dois padrões de crescimento distintos e simultâneos, sendo um conduzido pelas exportações e alavancado pelo ingresso de capitais ocidentais e da diáspora chinesa (ARRIGHI, 2008), enquanto outro impulsionado por massivos investimentos públicas em infraestrutura econômica (energia, transportes e comunicações), essenciais atender as necessidades do rápido crescimento urbano e industrial (JABBOUR; PAULA, 2018; HIRATUKA, 2018b).

Como resultado dessa trajetória de desenvolvimento que se entrelaça e influencia a transição sistêmica em curso, a China passa a exibir índices expressivos em termos de crescimento econômico e de comércio exterior. Entre 1979 e 2011, o país atingiu um crescimento real médio de 10% ao ano, com elevações de 8,5% em termos de PIB per capita (KROEBER, 2020). Enquanto isso, os índices de extrema pobreza<sup>17</sup> (menos de US\$ 1,90 por

---

<sup>17</sup> Segundo Kroeber (2020), a China recentemente declarou a erradicação da extrema-pobreza no país, concluindo uma trajetória que, iniciada décadas atrás, retirou 800 milhões de pessoas dessa situação.

dia) diminuíram para cerca de 12% da população em 2001, ante 75% em 1980 (AGLIETTA; BAI, 2015).

Igualmente resultante do processo de reformas, a participação do comércio exterior na composição do PIB se eleva de forma significativa, sobretudo após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Entre 1978 e 2010, as exportações chinesas se multiplicaram por mais de 160 vezes, crescendo a uma taxa média anual de 17,2% e chegando a representar 27% do PIB, em 2010 (CHERNAVSKY; LEÃO, 2011). Durante o mesmo período, as importações cresceram 130 vezes, passando de 7% para quase 24% do PIB, também em 2010. No cômputo geral (exportações e importações), a parcela do comércio exterior na composição do PIB saltou de 12,42%, em 1980, para 29,41%, em 2000, atingindo o pico de 64,48%, em 2006 (BANCO MUNDIAL, 2020a).

Os dados sobre comércio exterior merecem considerações adicionais. Antes da introdução das reformas, as exportações chinesas concentravam-se em produtos primários. Depois disto, avançaram gradualmente em direção às manufaturas leves (têxteis, calçados, brinquedos etc.) e, posteriormente, para produtos eletroeletrônicos e de informática, atividades ainda intensivas em mão-de-obra. No século XXI, observou-se um crescimento das exportações de máquinas e equipamentos de transporte, ao passo que se verificou a expansão das exportações do complexo eletroeletrônico, significativamente mais intensivos em tecnologia (CHERNAVSKY; LEÃO, 2011). A sofisticação da estrutura produtiva e das exportações reflete também a trajetória de outros países do Leste Asiático, que alcançaram o desenvolvimento não pela industrialização em si, mas pela “mobilidade ascendente na hierarquia de valor agregado da economia mundial capitalista” (ARRIGHI, 1997, p. 97).

Conforme referido, a expansão das exportações foi favorecida pelo ingresso da China na OMC, em 2001, refletindo a também mencionada pretensão de adotar uma estratégia “integracionista” em relação as instituições de governança (LEGRO, 2010). Em conjunto com a escala de sua trajetória de crescimento, a entrada na OMC influenciou decisivamente as dinâmicas de desenvolvimento regionais e globais, permitindo ao país se alçar à condição de potência comercial e industrial.

De um lado, a China tornava-se a “fábrica do mundo” e abastecia os centros desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, com bens manufaturados de média complexidade a baixo custo. Por outro, os simultâneos e acelerados processos de urbanização e industrialização, intensivos em matérias-primas e energia, alavancaram os intercâmbios comerciais com o mundo em desenvolvimento, alterando os termos de troca em favor dos países

exportadores de *commodities* e reorientando a geografia econômica internacional (MEDEIROS; CINTRA, 2015; VADELL, 2018).

Além de se tornar um ator importante no comércio internacional, a ascensão chinesa no século XXI também se notabilizou pela crescente emissão de investimentos externos, elevando ainda mais a presença internacional de sua economia e de suas empresas. Na sequência, objetiva-se justamente compreender essa dimensão da ascensão da China, detalhando os fundamentos e determinantes da estratégia *going global*.

## 2.2 A ESTRATÉGIA GOING GLOBAL E A EXPANSÃO INTERNACIONAL

Considerando a trajetória de ascensão da China, bem como suas relações diretas com o fenômeno de emergência do Leste Asiático como centro dinâmico de acumulação, pretende-se dar continuidade ao estudo da internacionalização da economia chinesa, abordando de forma mais específica a evolução da estratégia *going global* no século XXI.

O percurso de crescimento acelerado, inaugurado com o ciclo de reformas introduzido por Deng Xiaoping, se caracterizou pela crescente integração da China às dinâmicas da economia mundial, que ocorreu especialmente por intermédio da introdução das ZEEs. Ao mesmo tempo em que o país estreitava seus laços com a economia mundial e se colocava como um *player* no comércio internacional e como centro manufatureiro global, as autoridades chinesas começaram a estabelecer iniciativas para incrementar a presença internacional das empresas do país, encorajando-as a se internacionalizarem.

Antes mesmo da menção à estratégia *going global* no 16º Congresso do PCCh (1999), o Estado chinês já havia estabelecido mecanismos e flexibilizado restrições para possibilitar a emissão de investimentos no exterior. Em 1982, o Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC, na sigla em inglês) é criado, visando “padronizar os processos e práticas de emissão de investimento estrangeiro direto no país” (KOTZ; OURIQUES, 2021, p. 102). Em 1992, refletindo o aprofundamento das reformas e o “grande compromisso”, foram promovidos novos regramentos jurídicos e institucionais, facilitando o registro e a administração dos investimentos externos (RODRIGUES; HENDLER, 2018). Com isso, os investimentos passaram a alcançar quase 100 países, enquanto na década anterior esse número não ultrapassava 45 (KOTZ; OURIQUES, 2021).

Pen e Zheng (2015) separam a trajetória do IED chinês em três momentos. O primeiro seria entre 1979-1989, quando o investimento externo era rigidamente controlado. O segundo compreende o período de 1990-1999, quando o investimento externo estava em transição para

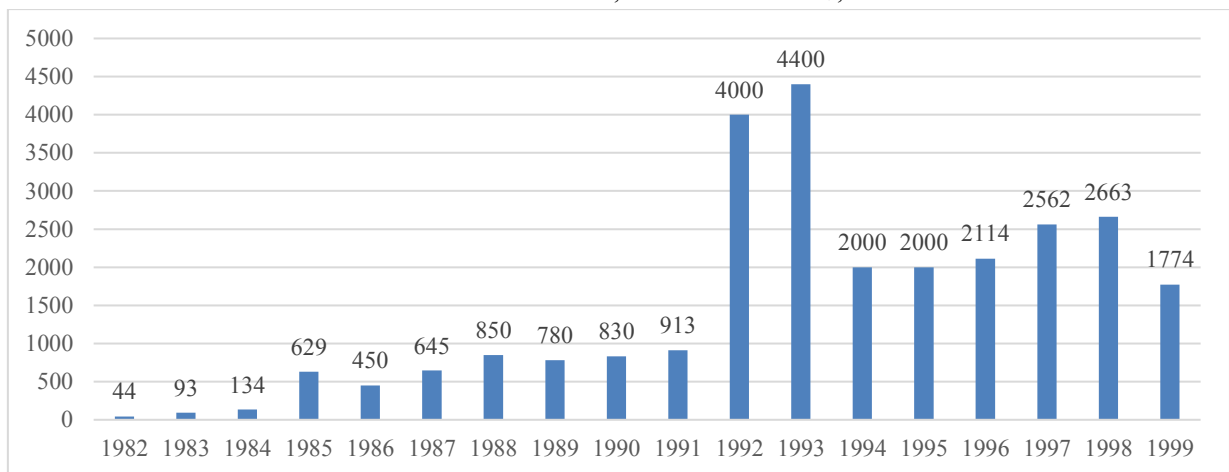


regras de mercado. Já o terceiro diz respeito ao período 2000-2009, momento em que o IED cresce rapidamente graças à estratégia *going global* e ao ingresso da China na OMC.

O desenvolvimento do IED chinês ainda perpassa quatro transições principais: a) de uma economia planificada para uma economia de mercado; b) de baixos níveis de investimento para altos níveis de investimento; c) de indústrias de baixo valor agregado (*low-end*) para indústrias de maior valor (*high-end*); d) de inexperiência para uma riqueza acumulada de experiência (PEN; ZHENG, 2015).

O Gráfico 1 apresenta a evolução do estoque de IED chinês entre 1982 e 1999.

Gráfico 1 - Fluxos de IED chinês, em milhões de US\$, 1982-1999



Fonte: Elaboração do autor com base em Pen e Zheng (2015).

De acordo com o Gráfico 1, estoque do IED chinês, entre 1982 e 1999, saltou de cerca de US\$ 40 milhões para cerca de US\$ 26 bilhões, em 1999. Entre 1981 e 1991, os fluxos anuais de IED não chegavam a US\$ 1 bilhão, atingindo seu pico em 1988, com o montante de US\$ 850 milhões. Com a introdução de novos regramentos e a transição para a introdução de mecanismos de mercado, os fluxos de IED na década de 1990 ultrapassam em todos os anos a marca de US\$ 1 bilhão, apesar de sua inconstância (PEN; ZHENG, 2015). Em 1992 e 1993, por exemplo, os fluxos de IED atingem a marca de US\$ 4 bilhões e US\$ 4,4 bilhões, respectivamente; por outro lado, entre 1995 e 2000, o montante máximo de investimento atingido foi de US\$ 2,6 bilhões, em 1998.

A despeito dessas irregularidades, o investimento direto chinês, que era extremamente limitado nos anos 1980, experimentou um crescimento durante a década de 1990, expandindo-se rapidamente no século XXI (JENKINS, 2019). Além do ingresso na OMC, essa expansão se explica pelo estabelecimento de mecanismos de ação coordenada, orientados para incentivar e sustentar a internacionalização de empresas chinesas.

Esses mecanismos, discutidos no 16<sup>a</sup> Congresso do PCCh (1999), foram designados como pertencentes à estratégia *going global*. Segundo Cintra e Pinto (2017, p. 394), quatro grandes objetivos foram estabelecidos:

- a) elevar o investimento chinês no exterior por meio da descentralização e flexibilização das autorizações para a saída de capitais;
- b) melhorar o nível e a qualidade dos projetos;
- c) reduzir os controles e estabelecer novos canais de financiamento;
- d) articular a política de internacionalização das companhias com outras ações para o setor externo, promovendo o reconhecimento das marcas chinesas.

Para Pen e Zheng (2015), a estratégia, deliberada nas preparações para o 10<sup>o</sup> Plano Quinquenal (2001-2005), seria implementada para auxiliar empresas relativamente competitivas, com várias formas de propriedade, a investir diretamente no exterior, de modo a elevar as exportações de bens e serviços e estabelecer conjunto robusto de empresas multinacionais. Além de nuclear o esforço industrializante, a iniciativa visava a construção de “campeões nacionais” em uma ampla variedade de setores, como de *commodities*, bens de consumo, alimentos e bebidas, comércio e navegação, construção, entre outros<sup>18</sup>.

Assim como o processo de reforma e abertura, a expansão do IED chinês se deu de forma planejada e coordenada pelo Estado, que criou uma complexa institucionalidade nos níveis normativo, instrumental e organizativo para conduzir o projeto de internacionalização (NOGUEIRA; HAFFNER, 2016). No nível normativo, destacam-se acordos internacionais, acordos bilaterais de investimentos e, na esfera nacional, os PQ de Desenvolvimento Econômico e Social, mais relevante referência de planejamento econômico do país. Abaixo deles, recordam Nogueira e Haffner (2016, p. 9), encontra-se uma “cadeia de documentos que orientam, nos níveis tático e operacional, o investimento direto chinês no exterior”.

Entre esses documentos, é salientado pelos autores as orientações e prioridades de instituições de planejamento e execução de políticas, essencialmente o Conselho de Estado<sup>19</sup>, o Banco de Exportação e Importação da China<sup>20</sup> (CHEXIM, na sigla em inglês), a Comissão

<sup>18</sup> Segundo Cunha e Acioly (2009), um conjunto de “campeões nacionais” se beneficia do plano chinês de internacionalização na primeira década do século XXI. Na área de petróleo e gás, é possível citar a Sinopec, a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e a PetroChina. Ainda no setor de *commodities*, há gigantes com participação estatal como a *Aluminum Corporation of China* (Chalco) e a Baosteel. Em bens de consumo, telecomunicações e produtos eletrônicos, destacam-se empresas como a Huawei e a Lenovo. Além disso, *Cofco International* se sobressai no setor de alimentos e a *China Ocean Shipping Group* e a *China State Construction Engineering Corporation* nos setores de navegação e construção civil, respectivamente.

<sup>19</sup> “Opiniões do Conselho de Estado sobre o Encorajamento e a Guia do Investimento e da Cooperação por Empresas Chinas”.

<sup>20</sup> “Prioridades de Investimento Direto no Exterior para Fomento de Crédito”.

Nacional de Reforma e Desenvolvimento<sup>21</sup> (CNRD), o Ministério do Comércio<sup>22</sup> (MOFCOM, na sigla em inglês), a Administração Estatal de Câmbio<sup>23</sup> (SAFE, na sigla em inglês) e a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais<sup>24</sup> (SASAC, na sigla em inglês). Em relação a esta última, Sauvant e Chen (2014) assinalam que sua finalidade principal é garantir que as operações das estatais no exterior cumpram duas funções primordiais:

- a) apoiar os objetivos econômicos e sociais da China;
- b) contribuir com o objetivo de transformar a estrutura industrial do país.

No plano instrumental, o Estado chinês oferece ferramentas de apoio ao investimento no exterior, como instrumentos financeiros, cambiais e informacionais, bem como benefícios fiscais e programas de auxílio e fomento. Ou seja, as firmas chinesas, caso suas atividades no exterior se alinhem aos objetivos de desenvolvimento nacional no longo prazo, têm a sua disposição incentivos, como financiamento, subsídios, isenções, empréstimos, taxas diferenciadas e facilidades cambiais operativas, bem como serviços informacionais específicos<sup>25</sup> (SAUVANT; CHEN, 2014; NOGUEIRA; HAFFNER, 2016). Salidjanova (2011) ainda pontua que o Conselho de Estado, no contexto de construção do aparato institucional voltado à promoção do investimento direto, passou a ter um papel central ao assegurar deduções de impostos, assistência financeira e cambial e outros instrumentos de estímulo.

No plano institucional organizativo, Nogueira e Haffner (2016) destacam o papel de três órgãos, acrescidos de outros dois no nível operacional autorizativo. O MOFCOM, o Conselho de Estado e a CNRD são as instâncias de maior relevância, sendo os dois últimos “mais dedicados às orientações em nível estratégico e o primeiro tanto em nível estratégico como operacional” (NOGUEIRA; HAFFNER, 2016, p. 11). Ao mesmo tempo, lembram os autores, estes três órgãos executam papéis autorizativos, em conjunto com a SAFE e a SASAC, sendo a última com a função de constituir o acionista majoritário das estatais.

Evidentemente, a estruturação desse aparato normativo, instrumental e organizativo não ocorreu de forma imediata, envolvendo ajustes e experimentações que proporcionaram a maturação gradual da estratégia. Em 2004, se sucedeu uma das mais relevantes adaptações institucionais, contexto em que o CHEXIM e a CNRD anunciaram novas diretrizes com o

<sup>21</sup> “Política de Direção Setorial do Investimento Externo” e, em um nível inferior de política pública para o investimento, as “Medidas Administrativas Provisórias para a Aprovação de Projetos de Investimento Ultramarinos”.

<sup>22</sup> “Medidas Administrativas”.

<sup>23</sup> Regulamentos de Administração Cambial para o Investimento Externo de Instituições Domésticas”.

<sup>24</sup> “Medidas Supervisionais Provisórias dos Investimentos Ultramarinos de Empresas Estatais”.

<sup>25</sup> “Catálogo dos países e dos setores para guia de investimentos ultramarinos”, “Guia dos países para o investimento e a cooperação internacional e “Sistema de serviços informacionais para investimento e cooperação internacionais”.

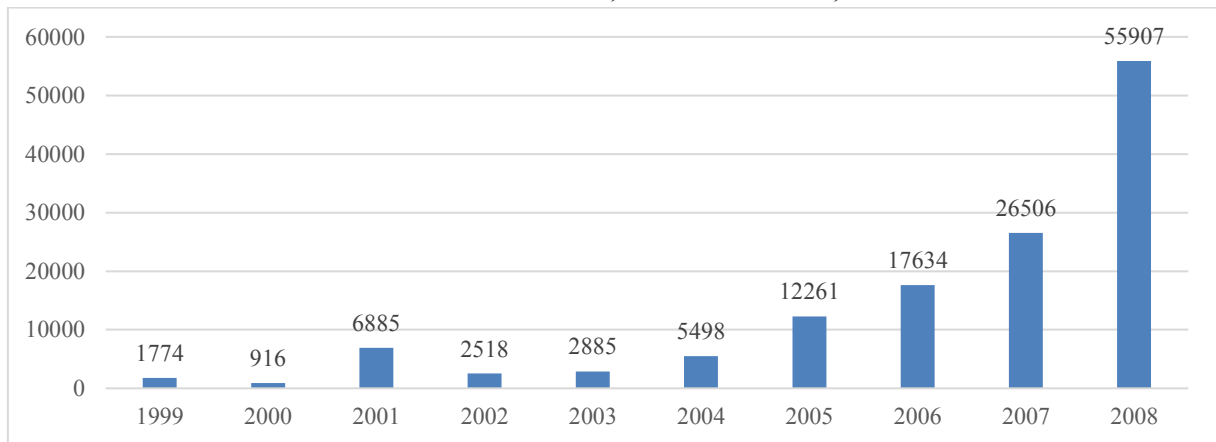
intuito de incentivar as inversões no exterior em áreas específicas (SANTOS; MILAN, 2014). As diretrizes, aglutinadas no documento “Projetos Prioritários de IED para Apoio de Crédito”, definiram critérios para financiar empresas competitivas em busca de recursos naturais estratégicos e mercados estrangeiros (SAUVANT; CHEN, 2014, p. 4).

Segundo Salidjanova (2011), o documento estabelecia como setores prioritários:

- a) exploração de recursos naturais para mitigar as carências domésticas;
- b) projetos que promovam a exportação de tecnologia, produtos, equipamentos e trabalho;
- c) centros de pesquisa estrangeiros (R&D) para utilizar tecnologia avançada, habilidades gerenciais e profissionais;
- d) fusões e aquisições com potencial de aprimorar a competitividade de empresas chinesas e acelerar a sua entrada em mercados no exterior.

Como resultado deste e de outros mecanismos de incentivo, o IED chinês, em termos de fluxo, expande-se de forma considerável no período 2005-2008 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Fluxos de IED chinês, em milhões de US\$, 1999-2008.



Fonte: Elaboração do autor com base em UNCTAD (2021).

De acordo com o Gráfico 2, os fluxos de investimento saltaram de cerca de US\$ 5,4 bilhões, em 2004, para mais de US\$ 55 bilhões, em 2008, corroborando o percurso de maturação do investimento chinês, que passa a evoluir também em termos de estratégia para entrada em mercados externos. De acordo com Kotz e Ouriques (2021, p. 103), os investimentos começaram a abarcar, além de *joint ventures*, “as fusões e aquisições, o capital de risco, o licenciamento de tecnologia, contratos de *outsourcing* e investimento *greenfield*<sup>26</sup>”.

<sup>26</sup> Investimentos *greenfield* podem ser traduzidos como “novos investimentos”, isto é, envolvem a construção de um novo projeto, como uma planta industrial, implicando em aumento da capacidade produtiva. Os investimentos designados como *brownfield* se caracterizam por operações de fusão e aquisição, nas quais é

Além disso, cresceu o número de empresas chinesas operando internacionalmente durante o período. Em 2004, eram cerca de 5 mil empresas chinesas com atuação no exterior, subindo para mais de 16 mil ao final de 2010 (PEN; ZHENG, 2015). Outra característica marcante da evolução do IED chinês consiste na diversificação setorial, gradualmente incorporando outros segmentos para além dos recursos naturais, como serviços comerciais e financeiros, logística, infraestrutura, tecnologia, agricultura, entre outros.

Em relação à propriedade das empresas investidoras, não se verificou uma diversificação em direção às companhias privadas ou de propriedade mista, especialmente neste estágio inicial da *going global*<sup>27</sup>. Jenkins (2019) lembra que as estatais, e em menor medida as empresas públicas locais, constituem o principal veículo de expansão do IED chinês. Em 2008 as estatais, controladas ou pelo governo central ou pela administração pública provincial e local, representavam cerca de 85% dos fluxos de investimento não-financeiros (PEN; ZHENG, 2015).

Apesar das análises sobre a estratégia *going global* enfatizarem a expansão do IED, é importante ressaltar que essa não é a única forma de expansão internacional das empresas chinesas. Segundo Jenkins (2019), a internacionalização também ocorre por meio da participação de projetos no exterior, particularmente por meio da exportação de serviços de construção e engenharia. Os projetos no exterior executados por empresas chinesas têm sido representativos desde a década de 1980, com origens ainda nos programas de ajuda internacional promovidos durante o período de Mao Zedong<sup>28</sup>. Mais adiante, quando analisarmos a presença chinesa na ALC, serão identificados também os projetos de infraestrutura com participação da China, diferenciando-os dos fluxos de IED.

Em resumo, foi possível identificar que a estratégia *going global* foi o produto de diferentes estágios de liberalização e flexibilização do investimento estrangeiro desde o período das reformas. Como resultado de uma maior integração da China à economia mundial, os órgãos e agências governamentais lançaram mão de uma “complexa institucionalidade”, visando elevar o investimento no exterior por meio da criação de um conjunto de instrumentos de incentivo (NOGUEIRA; HAFFNER, 2016). A elaboração de novas diretrizes em 2004 aperfeiçoou a institucionalidade voltada ao investimento estrangeiro, ampliando o alcance,

---

realizada a troca de propriedade de um determinado ativo, não significando necessariamente um aumento da capacidade produtiva.

<sup>27</sup> De acordo com Jenkins (2019), as empresas privadas passaram a ter maior espaço no âmbito dos investimentos com o passar do tempo, inclusive ultrapassando as estatais em termos de número de empresas com presença no exterior, embora com investimentos em uma escala inferior àqueles realizados por estatais.

<sup>28</sup> Segundo Jenkins (2019), esses projetos, antes de 1979, eram localizados em número relativamente pequeno de países. Os acordos eram firmados de governo para governo e executados por meio das empresas chinesas de construção. Um dos exemplos mais conhecidos foi a ferrovia TanZam, construída na década de 1970.

diversificando as formas de ingresso e favorecendo a internacionalização de empresas em diversos setores.

### 2.2.1 Determinantes e fundamentos dos investimentos chineses

Nesta subseção, o objetivo é identificar os determinantes e fundamentos do processo de internacionalização da economia chinesa, possibilitando a sua compreensão de forma mais profunda, principalmente ao dialogar com as teorias de internacionalização de empresas. Entende-se que, para além das motivações elencadas por Dunning (2000) sobre internacionalização, os investimentos externos chineses transparecem uma “lógica de Estado” e contemplam determinantes que podem ser interpretados como “extraeconômicos” (RODRIGUES; HENDLER, 2018; SANTOS; MILAN, 2014).

A literatura sobre teorias de internacionalização de empresas é consideravelmente ampla e engloba contribuições que se acumulam desde a década de 1960, quando as multinacionais dos países ocidentais, em especial dos Estados Unidos, iniciam um processo paulatino de inserção em mercados no exterior<sup>29</sup>. Entre essas contribuições, Santos e Milan (2014) elencam cinco:

- a) Teoria do Poder de Mercado;
- b) Teoria do Ciclo de Vida do Produto;
- c) Teoria da Internalização;
- d) Teoria da Escola de Uppsala;
- e) Paradigma Eclético de Dunning.

A despeito da importância de cada uma dessas concepções teóricas, optou-se, para os fins do presente trabalho, em descrever os principais pontos da teoria eclética, à medida que serve como ponto de partida para identificar os determinantes do IED chinês no século XXI. O Paradigma Eclético (DUNNING, 2000) - ou OLI (*Ownership, Location, Internalization*) - permanece como esquema analítico dominante para analisar os determinantes do IED e as atividades no exterior de empresas multinacionais. O paradigma pressupõe a interação entre três variáveis interdependentes (OLI), proporcionando explicações a respeito das vantagens e motivações para a internacionalização das firmas.

---

<sup>29</sup> Keohane e Ooms (1975) recordam que, em 1967, o produto das multinacionais dos Estados Unidos que operavam no exterior foi de 120 bilhões de dólares, o que corresponderiam ao tamanho da terceira maior potência econômica do planeta.

O sub-paradigma de propriedade (O) assinala que, quanto maior a vantagem competitiva de empresas investidoras em relação às outras firmas - e particularmente àquelas residentes no país em que há interesse em realizar investimento -, maior a chance desta empresa se engajar ou elevar a sua produção internacional (DUNNING, 2000). As vantagens de propriedade compreendem os “ativos intangíveis específicos das empresas e a sua própria capacidade de ordená-los fora de suas empresas e de beneficiar-se deles entre os seus concorrentes” (SANTOS; MILAN, 2014, p. 462).

O segundo sub-paradigma diz respeito às atrações locais (L) de países ou regiões para a realização de investimentos por parte das multinacionais (DUNNING, 2000). As empresas, com base em suas vantagens competitivas (marca, capacidade tecnológica, recursos humanos etc.), exploram as vantagens de localização oferecidas pelos países - como recursos naturais, mão de obra, infraestrutura, características do mercado, estabilidade da política econômica, etc. (MARINHO, 2013). Envolvem, em síntese, vantagens locais associadas à estrutura do mercado, ao câmbio, às condições de remessa de lucros e dividendos, à concorrência, aos fatores de produção, às barreiras tarifárias, entre outros (SANTOS; MILAN, 2014, p. 463).

O terceiro sub-paradigma diz respeito às vantagens de internalização (I), que é resultante das falhas do mercado e de suas imperfeições, como a falta de informação e as incertezas das transações em razão da falta de confiança e de controle sobre os agentes do mercado. Considerando esses aspectos, as empresas que buscam realizar investimentos fora das fronteiras do mercado de origem necessitam mensurar os custos dos tipos de internacionalização, como licenciamento ou IED (SANTOS; MILAN, 2014, p. 463). Em outras palavras, o investimento externo leva as empresas a “decidir entre as vantagens de internalizar (I) a produção ou conceder licença de produção para terceiros” (MARINHO, 2013, p. 30).

Deste modo, as firmas, com base em suas vantagens de propriedade (O) e nas vantagens do mercado local (L), bem como as vantagens de internacionalizar a produção (I), decidem sobre as melhores formas de se internacionalizar (DUNNING, 2000). Em resumo, a forma concreta como as companhias multinacionais atuam em um determinado mercado constitui uma combinação destes três fatores, que são contextuais e variam de acordo com o país, a indústria e as características da empresa (DUNNING, 2000; MARINHO, 2013).

Considerando essas questões, Dunning (2000) elenca quatro categorias principais de motivação para a internacionalização, contemplando a busca por:

- a) recursos (*resource seeking*);
- b) mercados (*market seeking*);
- c) eficiência (*efficiency seeking*); e

d) ativos estratégicos (*strategic asset seeking*).

De acordo com Hansson e Hedin (2007), a busca de recursos e mercados são as categorias mais conhecidas, sendo geralmente associadas com as primeiras ações de internacionalização das empresas. Por outro lado, a busca por eficiência e ativos estratégicos representam motivações que geralmente remetem a empresas multinacionais que já estão engajadas em atividades em outros mercados (HANSSON; HEDI, 2007).

A primeira motivação, entendida como busca por recursos (*resource-seeking*), é aquela orientada à obtenção de acesso a recursos, como os naturais (minerais, agrícolas, energéticos etc.), satisfazendo o interesse do investidor em assegurar o seu fornecimento ordenado (DUNNING, 2000; SANTOS; MILAN, 2014). Ou seja, essa tipologia lida com a busca de recursos que, ausentes ou mais caros no mercado de origem, são geralmente centrais à sobrevivência de uma empresa, especialmente se o material constitui um componente importante da produção (HANSSON; HEDI, 2007).

A segunda tipologia, denominada de *market seeking*, é destinada para satisfazer um determinado mercado estrangeiro, ou um conjunto de mercados, sendo orientado pela demanda (DUNNING, 2000). Para Santos e Milan (2014, p. 463), essa motivação relaciona-se com a procura de “dotações imóveis localizados fora das fronteiras do país de origem”, como tamanho do mercado, renda *per capita*, estrutura do mercado, acesso à mercados regionais e globais etc. Hansson e Hedi (2007) também elencam incentivos como a necessidade de presença direta no mercado local para adaptação cultural de produtos e serviços, a execução de estratégias que preveem uma presença física em mercados líderes que abrigam empresas concorrentes, bem como limitações do mercado doméstico (tamanho, saturação, demanda insuficiente, etc).

Já a terceira, designada como busca por eficiência (*efficiency seeking*), se destina para promoção de uma divisão de trabalho mais eficiente ou mesmo a especialização de um portfólio de ativos internos e externos de uma empresa multinacional (DUNNING, 2000). Essa tipologia de IED almeja o investimento racionalizado, com redução de custos relacionados com a produtividade da mão de obra, transportes e comunicações, ou mesmo ao aproveitamento de vantagens de um acordo de integração regional, por exemplo (SANTOS; MILAN, 2014). Os benefícios da racionalização da estrutura dos investimentos se dão geralmente em termos de economia de escala e diversificação do risco, frequentemente implicando em concentração da produção em um número limitado de lugares (HANSSON; HEDI, 2007).

A quarta tipologia - busca de ativos estratégicos (*strategic asset seeking*) – se atrela aos objetivos das firmas investidores em proteger ou elevar as suas vantagens específicas e/ou reduzir as de seus concorrentes (DUNNING, 2000). Ou seja, envolvem investimentos



orientados para sustentar ou reforçar a posição competitiva de uma empresa, bem como para enfraquecer a posição dos concorrentes, sobretudo por meio de ações que visam evitar o seu acesso à conhecimentos e tecnologias (HANSSON; HEDI, 2007). Diante das restrições de acesso à ativos intangíveis (patentes, *copyrights* etc), empresas multinacionais frequentemente investem no exterior para adquirir vantagens competitivas, englobando não somente novas tecnologias, mas também habilidades, competências, estratégias de marketing e benefícios de outros sistemas educacionais e de inovação (SANTOS; MILAN, 2014, p. 464).

Dada essa contextualização, bem como os principais determinantes econômicos para internacionalização de empresas, busca-se identificar os determinantes do IED chinês. Pretende-se, inicialmente, identificar a expansão dos investimentos chineses por meio dessas quatro tipologias. Na sequência, acrescenta-se, como sugere Santos e Milan (2014), um determinante extraeconômico, o da ampliação de poder nacional. Deste modo, torna-se possível compreender os determinantes e os fundamentos do IED chinês de forma mais completa, já que o paradigma eclético, bem como as demais teorias que apoiaram a sua formulação, concentram-se em fatores econômicos e se baseiam quase que exclusivamente em experiências ocidentais e de empresas privadas (SANTOS; MILAN, 2014).

Observa-se que os investimentos com a motivação de busca de recursos (*resource seeking*) são centrais aos objetivos de desenvolvimento de longo prazo da China. Salidjanova (2011) lembra que a China transitou de uma economia exportadora de petróleo para uma economia altamente dependente da importação de petróleo, tornando-se a terceira maior importadora em 2008, atrás somente do Japão e dos Estados Unidos<sup>30</sup>. Nesta perspectiva, a necessidade de assegurar recursos energéticos e outras matérias-primas para apoiar a continuidade do crescimento chinês explica a adoção de incentivos para promover a expansão internacional de firmas dos setores de petróleo e mineração, envolvendo tanto atividades de exploração e produção (*downstream*) quanto de distribuição, comercialização e refino (*upstream*) (JENKINS, 2019).

Entre os incentivos, destaca-se as condições estipuladas pela Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (CNRD) para que empresas chinesas de energia realizem operações de fusão e aquisição (*brownfield*) em países exportadores de petróleo (SALIDJANOVA, 2011). A partir de levantamentos de Santos e Milan (2014), é possível identificar que, entre 2004 e 2010, o estoque de IED chinês cresceu em todos os dez maiores

---

<sup>30</sup> Em 2018, a China respondeu por 24% do consumo global de energia e 34% do crescimento global do consumo de energia (BP, 2019).

produtores de petróleo<sup>31</sup>. Para Cunha (2011), a atuação de conglomerados estatais na área de petróleo e gás - como a Sinopec, *China National Oil Offshore Corporation* (CNOOC) e PetroChina -, configuram a articulação entre a busca de segurança energética, política externa e estratégia de crescimento de longo prazo.

Considerando a necessidade chinesa em assegurar sua segurança energética e obter acesso às fontes de recursos energéticos e minerais no exterior, não surpreende que parcela importante de seus investimentos no exterior desde 2005 correspondam aos setores energético e de metais, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1 - Investimentos chineses nos setores energético e de metais, 2005- jun.2021, em bilhões de US\$ e em %

Setor	Montante (em bilhões de US\$)	Representação (em % do total)
<b>Energia</b>	<b>419.510</b>	<b>32%</b>
Petróleo	122.300	9%
Gás	54.860	4%
Carvão	40.540	3%
Alternativa	31.480	2%
Hidráulica	29.660	2%
Sem classificação	140.670	11%
<b>Metais</b>	<b>155.330</b>	<b>12%</b>
Alumínio	23.830	2%
Cobre	41.480	3%
Ferro	51.200	4%
Sem classificação	38.820	3%
<b>Demais setores</b>	<b>717.220</b>	<b>56%</b>
<b>Total</b>	<b>1.292.060</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021).

Os fluxos de IED da China, entre 2005 e junho de 2021, se direcionaram em 46% aos setores energético e mineral. Ao discriminar os subsetores (Tabela 1), é possível identificar que os investimentos em petróleo, gás e carvão representaram 17% dos aportes realizados desde 2005, enquanto as inversões em alumínio, cobre e ferro corresponderam por 9% do total.

Os investimentos orientados à obtenção de recursos sugerem a pretensão do governo chinês em estabelecer uma base internacional de fornecimento de recursos naturais fundamentais à segurança energética do país (SANTOS; MILAN, 2014, p. 469). Em resumo, os investimentos chineses, a despeito de sua diversificação ao longo da última década, ainda permanecem fortemente ancorados em recursos energéticos e minerais (GAO; WANG, 2018).

<sup>31</sup> Em ordem decrescente: a) Venezuela; b) Arábia Saudita; c) Canadá; d) Irã; e) Iraque; f) Kuwait; g) Emirados Árabes; h) Rússia; i) Líbia; j) Nigéria. Para mais detalhes, ver Santos e Milan (2014).

A procura de novos mercados (*market seeking*) também constitui um motivador importante para a internacionalização de grupos empresariais chineses. Para Jenkins (2019), são diversas as razões que levam as empresas do país asiático a ingressar em novos mercados:

- a) estabelecer plantas industriais com o objetivo de contornar barreiras comerciais;
- b) aproveitar vantagens em países que possuem acesso preferencial em mercados desenvolvidos;
- c) elevar as margens de retorno em setores com elevado grau de maturação (têxteis e vestuário, calçados, bicicletas, aparelhos elétricos etc.) e/ou com intensa competição e saturação no mercado interno.

Salidjanova (2011) também argumenta que a busca por novos mercados ocorre em virtude do aumento da competição nos mercados domésticos, bem como em razão da pretensão de algumas empresas chinesas em adquirir vantagens em mercados pioneiros no exterior.

Os projetos de infraestrutura com participação de firmas chinesas enquadram-se dentro dessa motivação de busca de mercados, à medida que o setor de construção apresenta um grau elevado de competição no mercado interno. Conforme se verá na sequência, a resposta chinesa aos efeitos da crise financeira de 2008 aprofundou a capacidade ociosa da indústria pesada e tornou o setor de construção ainda mais saturado internamente, motivando empresas do país a adquirirem ativos existentes em outros mercados, conduzirem novos projetos de investimento ou mesmo firmarem contratos para construção de infraestruturas.

Entre os condicionantes da teoria eclética, a busca por eficiência (*efficiency seeking*) é a menos relevante quando se analisam os investimentos chineses no exterior. Os baixos salários e a alta produtividade na produção manufatureira na China explicam por que a realocação de plantas produtivas (*offshoring*) para localidades com baixos custos não tem sido uma característica marcante do IED chinês. Contudo, o aumento acentuado de salários em áreas costeiras do país tem levado algumas companhias chinesas a se internacionalizarem para países vizinhos, como Vietnã e Camboja (JENKINS, 2019).

Os investimentos que têm como motivação a busca por ativos estratégicos (*strategic asset seeking*) representa um meio pelo qual as firmas chinesas buscam superar desvantagens que emergem de sua posição retardatária na competição internacional (*latecomer*). Para Jenkins (2019), esse tipo de investimento ocorre especialmente com a finalidade de marcas ou tecnologias, envolvendo, sobretudo aquisições em mercados desenvolvidos. Salidjanova (2011) frisa que essa modalidade de investimento, realizada por meio ou de *joint ventures* ou de fusões aquisições, poupam a China de despender décadas na construção de marcas, podendo simplesmente adquirir firmas reconhecidas com o subsídio de fundos governamentais.

Destaca-se, por exemplo, a aquisição pela Lenovo da divisão de computadores pessoais da IBM, tornando a empresa uma das maiores produtoras de computadores do mundo (JENKINS, 2019). Outra operação de investimento relevante diz respeito a compra, por parte da *Geely Automotive* - uma das maiores montadoras chinesas -, da unidade da Volvo da *Ford Motors*, em 2010, pelo montante de US\$ 1,8 bilhão (SALIDJANOVA, 2011). Mais recentemente, em 2016, a estatal *China National Chemical* (ChemChina) realizou a maior transação de IED já realizada por uma empresa chinesa, desembolsando US\$ 43 bilhões para adquirir 98% da suíça *Syngenta*, companhia líder no campo da pesquisa genética e de biotecnologia (BLOOMBERG, 2016).

Ou seja, o IED chinês em ativos estratégicos, largamente concentrados em mercados desenvolvidos e mobilizados por meio de fusões e aquisições, contribuem para o desenvolvimento desse país por meio da obtenção de tecnologia avançada, processos de manufatura e conhecimentos gerenciais (SALIDJANOVA, 2011). De acordo com Jaguaribe (2018, p. 24), o IED em ativos estratégicos revela uma “divisão de trabalho” relativa aos fluxos de capitais chineses, com África, América Latina, Austrália e alguns países asiáticos recebendo a maioria dos investimentos em áreas como energia, recursos naturais e infraestrutura relacionada, enquanto Europa e Estados Unidos representam mercados para investimentos em serviços, mídia, telecomunicações, tecnologia e manufatura de ponta.

A expansão do IED chinês, em diferentes setores e por intermédio de distintas formas de internacionalização, enquadra-se nas tipologias presentes na teoria eclética de Dunning (2000). Conforme se adiantou, contudo, é possível investigar a existência de determinantes extraeconômicos, principalmente ao se considerar o papel do Estado enquanto condutor da estratégia *going global* e a centralidade das empresas estatais. A proposta é trazer indicativos da existência de elementos estratégicos do IED chinês, proporcionando uma compreensão mais profunda da internacionalização econômica da China no século XXI.

Neste sentido, Santos e Milan (2014) propõem o alargamento do paradigma eclético, acrescentando uma nova variável, a de ampliação do poder nacional. Para os autores, a sua inclusão poderia inclusive elucidar motivações de IED de outros países, embora a natureza do investimento chinês, coordenado pelo Estado e executado em boa medida por companhias do setor público, pode ser entendido enquanto qualitativamente distinto.

A busca pelo poder nacional, portanto,

[...] compreende a conveniência da realização de investimentos, sendo o Estado o investidor, a partir do interesse nacional que pode ser refletido em objetivos geopolíticos, compostos por propósitos militares, políticos e culturais, pelo exercício de poder por meio da indução de comportamentos ou mesmo por propósitos econômicos. Entretanto, difere do interesse econômico dos investidores privados pelo fato de refletir o interesse de um Estado nacional (SANTOS; MILAN, 2014, p. 478).

Considerando o excerto, esses objetivos de natureza geopolítica indicam que o investidor, no caso o Estado, é motivado a expandir as operações de empresas estatais na tentativa de também elevar o seu poder e influência nas relações internacionais. Sob uma perspectiva similar, Rodrigues e Hendler (2018, p. 6) argumentam que os fluxos de investimento chinês correspondem a uma “lógica de Estado”, não obedecendo, necessariamente, ao imperativo de retornos financeiros no curto prazo. A assertiva em torno da “lógica de Estado” e da “busca pelo poder nacional” é corroborada ao considerarmos que parcela importante do capital chinês tem origem em fundos e empresas controlados por agentes do governo, ao mesmo tempo em que as principais atividades de destino se associam a setores tidos como estratégicos para o desenvolvimento e a segurança da China no longo prazo.

Segundo Jenkins (2019), a expansão de investimentos chineses pode ser vista como um meio de estender a influência do país e recompensar regimes próximos. Além disso, pode ser utilizado como instrumento para perseguir objetivos político-diplomáticos no longo prazo, como a pretensão chinesa em isolar Taiwan<sup>32</sup>.

Cintra e Pinto (2017, p. 397), ao analisarem a internacionalização do capital chinês por meio de projetos de infraestrutura, sugerem que Pequim enseja “possibilitar que os países vizinhos se beneficiem de sua ascensão reforçando a diplomacia ‘ganha-ganha’”. Isto, pois, provê recursos para infraestrutura de transportes, energia e comunicações, essenciais para qualquer projeto de desenvolvimento (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Outro indicativo indireto de condicionantes extraeconômicos do IED chinês associa-se com o aumento da presença chinesa no continente africano no século XXI. Neste caso, a China parece buscar a construção de aliados a partir de interesses geopolíticos, considerando aspectos como o peso que os 54 países africanos, em conjunto, possuem na Assembleia Geral das Nações Unidas (SANTOS; MILAN, 2014). Na ALC, os investimentos chineses também são interpretados como instrumento para atingir objetivos político-diplomáticos, em especial a obtenção de apoio em foros multilaterais, a promoção do princípio de “uma só China” e a

---

<sup>32</sup> Não há investimentos registrados da RPC em Taiwan até o ano de 2010, apesar da existência de fortes fluxos no sentido contrário. Além disso, os investimentos em países que reconhecem Taipei são submetidos a processos distintos de aprovação, devendo ser reportado ao Conselho de Estado. Para mais detalhes, ver Jenkins (2019).

expansão de sua influência em uma região que ficou marginalizada dos interesses prioritários da política externa estadunidense no século XXI (DEHART, 2012; YU, 2015).

Os investimentos chineses também revelam objetivos econômicos estratégicos. Além das necessidades em garantir o fornecimento ordenado de energia, minérios e alimentos, as inversões no exterior também contribuem para a construção de redes de negócios e conquista de mercados, permitindo as firmas do país o reforço de suas capacidades tecnológicas (JAGUARIBE, 2018). Há, portanto, incentivos para a construção de empresas globalmente competitivas e, desta forma, torná-las vetores do desenvolvimento econômico nacional (SAUVANT; CHEN, 2014; JENKINS, 2019).

Além da proposta de alargamento da teoria eclética, outros aportes teórico-conceituais reforçam o argumento de que existem fatores estratégicos que condicionam a expansão internacional dos investimentos chineses. É inclusive um desafio, conforme sugere Jenkins (2019), dissociar os *drivers* estratégicos e comerciais na expansão internacional dos investimentos chineses. O caso das inversões em recursos naturais, por exemplo, atende tanto ao interesse estatal de obter fontes seguras de suprimento quanto ao interesse comercial das empresas envolvidas na exploração desses recursos (JENKINS, 2019).

A inseparabilidade entre as esferas da economia e da política é inerente ao próprio campo da Economia Política Internacional (EPI), permeado pela interação entre Estados e fatores econômicos (GILPIN, 1987; MILNER, 2014). Em outros termos, o campo da EPI é voltado para as relações entre economia e política, ou mais especificamente entre poder e riqueza no sistema internacional (PADULA, 2017).

Ao investigar as origens da própria disciplina, que remontam as reflexões da economia política clássica, Padula (2017, p. 03) compreende que:

O argumento central [...] é que nesta reflexão que origina a EPI [economia política clássica], os autores tinham como referência central a competição interestatal, e refletiram sobre como seus Estados deveriam atuar buscando acumular poder e riqueza, diante de ameaças geopolíticas externas, como forma de aumentar sua independência política internacional, diminuir a dependência/vulnerabilidade externa econômica e militar, promover sua segurança e desenvolvimento, e superar seu atraso frente a Estados concorrentes (rivais) mais poderosos e avançados economicamente. A economia nacional, e sua expansão através do comércio exterior, seriam bases para o aumento do poder, e mais especificamente do poder militar. Assim, nesta forma de olhar, poder e riqueza, economia e política, são relacionais e assimétricos entre Estados, e ao mesmo tempo pensados de forma indissociável e sinérgica. [...] A ameaça externa aparece como elemento central e a economia nacional é pensada não só em termos de progresso e projeção externa econômica, mas também como um instrumento para a independência e projeção política e segurança nacional, reduzindo vulnerabilidades externas políticas e econômicas (PADULA, 2017, p. 03).

De forma similar a ideia de que poder e riqueza são “relacionais e assimétricos” e devem ser pensadas de forma “indissociável e sinérgica” (PADULA, 2017, p. 03), a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação combina a “lógica do capital” e a “lógica territorial”, ou de poder, para explicar a ascensão e queda das hegemonias no capitalismo histórico (ARRIGHI, 1996). Nessa visão, a própria formação do sistema mundial moderno seria resultado da estreita ligação histórica entre o capitalismo e o sistema interestatal moderno. Em resumo, Arrighi (1996) entende que há conexões e inter-relações no processo de constituição e expansão do sistema mundial moderno entre a competição interempresarial e interestatal, podendo assumir diferentes formas, com consequências importantes para o funcionamento do próprio sistema, compreendido enquanto forma de governo e modo de acumulação.

Reconhecendo essa inter-relação e tomando como base as reflexões de Padula (2017, p. 03), a competição interestatal estimularia a atuação dos Estados em busca de acúmulo de poder e riqueza, como forma de elevar sua independência política, reduzir sua dependência e vulnerabilidades, promover sua segurança e desenvolvimento e superar o atraso frente aos Estados rivais. Nesse sentido, é possível argumentar que os investimentos externos chineses, conforme analisado nesta seção, possibilitam ao país não somente obter recursos, mercados e tecnologias para a expansão da economia nacional, mas também ocupar posições vantajosas no “tabuleiro do jogo internacional de poder” (SANTOS; MILAN, 2014, p. 471).

Em um dos trabalhos seminais da disciplina de EPI, Strange (1994) igualmente identifica a problemática em separar as esferas econômicas e política. Deste modo, defende que é inviável a distinção entre poder econômico e poder político em situações particulares, especialmente àquelas concernentes à economia política internacional. Para Strange (1994), é impossível ter poder político sem o poder de comprar, comandar a produção e de mobilizar o poder econômico. Ao mesmo tempo, é inviável ter poder econômico sem a sanção da autoridade política, sem o capital de segurança jurídica e física (STRANGE, 1994, p. 25).

De modo a equacionar esse desafio analítico, lança mão do conceito de “poder estrutural”, definido como “o poder de modelar e determinar as estruturas da política econômica global dentro da qual outros Estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos econômicos [...] têm que operar” (STRANGE, 1994, p. 25, tradução nossa). A ideia de poder estrutural seria mais do que o poder relacional, isto é, a capacidade um ator influenciar outro a fazer algo contra a sua vontade, sendo também mais do que somente o poder de definir a agenda internacional. Para Strange (1994), são quatro as fontes do poder estrutural:

- a) controle sobre a segurança;
- b) controle sobre a produção;

- c) controle sobre o crédito;
- d) controle sobre o conhecimento, crenças e ideias.

Em outro trabalho fundacional ao campo da EPI, Gilpin (1987) estipula que os Estados perseguem basicamente três objetivos. O primeiro e principal deles, verificado ao longo da história, é o de conquistar territórios a fim de atingir objetivos econômicos, securitários e outros interesses. O segundo é o de elevar a sua influência sobre o comportamento de outros Estados, correspondendo ao que Strange (1994) identifica como poder relacional. Já o terceiro, com importância crescente no mundo moderno, é o de “controlar ou ao menos exercer influência sobre a economia mundial, ou o que pode ser mais apropriadamente chamada de divisão internacional do trabalho” (GILPIN, 1987, p. 24, tradução nossa). Esse objetivo recorda Gilpin (1987), não pode ser facilmente isolado dos dois primeiros, sugerindo a já reiterada sinergia e indissociabilidade entre poder e riqueza (PADULA, 2017, p. 03).

Segundo Beeson (2018), a ascensão chinesa na última década está tornando cada vez evidente o que as contribuições da EPI já sugeriam, isto é, o poder e a influência dos governos nacionais são em grande medida determinados por mudanças relativas no equilíbrio do poder econômico, sendo tão relevantes quanto fatores estratégicos mais tradicionais. Khanna (2008), inclusive, já havia pontuado que, no período pós-Guerra Fria, as melhores avaliações de poder residem sobretudo em atributos econômicos, como produtividade econômica, participação no mercado global, inovação tecnológica, acesso à recursos naturais, entre outros.

Desse modo, as contribuições da geoeconomia, entendida como a utilização de instrumentos econômicos para atingir finalidades geopolíticas (BLACKWILL; HARRIS, 2016), também proporciona reflexões acerca das intersecções entre poder econômico e poder político. Os instrumentos econômicos são diversos, envolvendo políticas comerciais e de investimento, sanções econômicas e financeiras, ciberataques, subsídios econômicos, políticas financeiras e monetárias, energia e *comodities*. Os Estados, assim, fazem uso dessas ferramentas, entre as quais os investimentos diretos, para promover interesses nacionais, estabelecer áreas de influência, impossibilitar caminhos autônomos e independentes para outros países e incorporar ações econômicas e realidades maiores ao poder estatal (BLACKWILL; HARRIS, 2016; RODRIGUES, 2021).

Sob uma perspectiva geoeconômica, é possível sugerir que China aproveita sua capacidade de controlar o investimento estrangeiro para perseguir objetivos estratégicos no plano internacional. Entre estatais como veículos para uso de reservas internacionais, fundos soberanos, bancos públicos e agências governamentais, Pequim “[...] controla não somente uma vasta soma [de capital], mas também uma série de mecanismos para canalizar esses



investimentos” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 148). Em outras palavras, o país se utiliza de suas capacidades econômicas para construir cadeias seguras de suprimento de petróleo, estimular as suas exportações, aplicar as suas reservas internacionais para uso estratégico, expandir a internacionalização de sua moeda e obter benefícios a partir da concessão de empréstimos com governos estrangeiros (GALLAGHER, 2016; RODRIGUES, 2021).

Uma última perspectiva que salienta as relações simbióticas entre poder e riqueza e entre Estado e economia nacional é a “teoria do universo em expansão” (FIORI, 2008). Nessa perspectiva, o sistema mundial deve ser encarado como um “universo de expansão contínua”, onde os Estados, e as grandes potências em particular, lutam pelo “poder global”, culminando em sucessivos períodos de ordem e desordem, expansão e crise, guerra e paz.

Segundo Fiori (2008), há em curso, desde a crise da década de setenta, um aumento da pressão competitiva dentro do sistema mundial, caracterizando o quarto momento de “expansão explosiva<sup>33</sup>” desde o longo século XIII. Dentro deste esquema teórico, os Estados competem entre si para elevar a riqueza nacional, ocupar posições monopolísticas e obter “lucros extraordinários” (BRAUDEL, 2005).

A concepção de “Estados-economias nacionais” (FIORI, 2009, p. 142) é sugestiva:

O que existe são sempre economias e moedas nacionais, que lutam entre si para aumentar a riqueza nacional, por meio da conquista de territórios econômicos supranacionais cada vez mais extensos, nos quais se imponha a moeda do vencedor e seus capitais possam ocupar posições monopolísticas e obter “lucros extraordinários”. Depois do século XVI, foram sempre os “Estados-economias nacionais” que lideraram a expansão capitalista e os Estados expansivos ganhadores que realizaram o mesmo com a acumulação de capital, em escala mundial. E a “moeda internacional” sempre foi a moeda do “Estado-economia nacional” mais poderoso, em determinada região e durante determinado tempo.

A despeito de enfatizar a questão da moeda e de seu papel na competição internacional, argumenta-se que a perspectiva adotada por Fiori (2009) permite interpretar a estratégia *going global* como mecanismo para a China expandir e acumular poder e riqueza, elevando a sua projeção econômica regional e global e possibilitando a obtenção de “lucros extraordinários” por meio do estabelecimento de posições monopolísticas.

Ainda de acordo com Fiori (2010, p. 144)

---

<sup>33</sup> A pressão competitiva da mais recente “expansão explosiva” do sistema mundial fundamenta-se na estratégia imperial dos Estados Unidos e no crescimento vertiginoso dos Estados asiáticos e da China, em particular. Para mais detalhes, ver Fiori (2008).

[...] não há possibilidade de que algum desses Estados nacionais se transforme em uma nova potência sem dispor de uma economia dinâmica e de um projeto político-econômico expansivo. E fica cada vez mais difícil que algum capital individual ou bloco de capitais nacionais, públicos ou privados, se expanda para fora de suas fronteiras nacionais sem contar com o apoio ativo dos seus Estados, o que só ocorrerá quando esses Estados também tiverem projetos “extraterritoriais”. Fora da Europa, só os Estados Unidos, o Japão e agora a China, e talvez a Índia, conseguiram tornar-se potências regionais, e só os Estados Unidos conseguiram ter uma projeção global.

No caso chinês, o apoio ativo do Estado em projetos “extraterritoriais” se expressa não somente na coordenação da expansão global dos investimentos, mas também na realização de projetos de infraestrutura no exterior, outro componente relevante da estratégia *going global* (JENKINS, 2019).

Gao e Wang (2018) sintetizam a dinâmica de coordenação na consecução destes projetos de infraestrutura no exterior. Trata-se de uma lógica de “quatro players e uma plataforma” que envolve:

- a) líderes políticos “apertam as mãos” e fazem o negócio;
- b) os bancos, incluindo bancos de desenvolvimento e bancos comerciais, garantem financiamento;
- c) empresas estatais constroem a infraestrutura e grandes projetos para investimento na África e outras regiões;
- d) o setor privado entra com os negócios, enviando bens manufaturados para outros países.

Esse “ecossistema” articula e retroalimenta os mecanismos controlados pelo Estado, isto é, são bancos estatais e reservas internacionais financiando a internacionalização de estatais (BLACKWILL; HARRIS, 2016), proporcionando ainda a inserção de grupos privados em busca de novos mercados.

Em resumo, buscou-se compreender os fundamentos da estratégia *going global*, explorando seus condicionantes econômicos e extraeconômicos. Argumentou-se que a expansão dos investimentos chineses se enquadra nos condicionantes econômicos da teoria eclética de Dunning (2000), uma vez que as firmas chinesas têm interesses comerciais associados com a busca de recursos, mercados e ativos estratégicos, sobretudo (JENKINS, 2019). Há indicativos, contudo, da existência de condicionantes extraeconômicos para os investimentos chineses, sendo possível “alargar” o paradigma para incluir a variável de “ampliação do poder nacional” (SANTOS; MILAN, 2014).

Além do alargamento proposto por Santos e Milan (2014), outras perspectivas teóricas associadas ao campo da EPI e da geoeconomia defendem a impossibilidade em se separar o

poder econômico do poder político, ou a lógica de acumulação de poder da lógica de acumulação de riqueza (GILPIN, 1987; STRANGE, 1994; ARRIGHI, 1996; FIORI, 2008; 2009; 2010; BLACKWILL; HARRIS, 2016; PADULA, 2017). O entendimento, por fim, é o de que a estratégia *going global*, ampliada no período pós-crise de 2008, revela a intensificação de “estratégia de desenvolvimento internacionalizado” (WISE, 2020), cujos objetivos, simbolizados na Iniciativa do Cinturão e da Rota, ultrapassam a lógica mercadológica, incorporando também um conjunto de objetivos estratégicos.

### 2.2.2 O pós-crise de 2008 e a Iniciativa do Cinturão e da Rota

Nas últimas seções, observamos como se deu a trajetória de desenvolvimento chinês, tanto em termos sistêmicos como de políticas de desenvolvimento adotadas no período pós-1978. Foi abordado, também, o processo de internacionalização das firmas chinesas no século XXI, envolvendo seus objetivos, institucionalidade e determinantes. Para uma melhor compreensão da projeção geoeconômica da China na atualidade, é imprescindível analisar os efeitos da crise financeira de 2008, à medida que impactaram não somente o regime de crescimento chinês, mas também contribuíram para promover uma inserção internacional mais proativa e assertiva, em grande medida calcado na expansão da exportação de capitais.

Diante dos efeitos prolongados da crise financeira, as autoridades chinesas adotaram um conjunto de ações para estabelecer uma “nova normalidade<sup>34</sup>” em termos de modelo de desenvolvimento, com implicações para a inserção internacional. Um desses impactos se deu na ampliação da estratégia *going global*, com elevação dos investimentos e da presença das empresas chinesas no exterior, enquanto outra redefinição relevante foi o abandono da política externa de “baixo perfil” predominante desde a década de 1980 (JAGUARIBE, 2018; YAN, 2014). Pretende-se, daqui por diante, abordar essas alterações na inserção internacional da China no período pós-crise de 2008, demonstrando suas motivações e implicações no sistema internacional, com destaque para o lançamento da BRI, em 2013.

A trajetória de desenvolvimento inaugurada em 1978 tinha dois vetores principais. O primeiro fundamentava-se em altas taxas de investimento, com mobilização de recursos para grandes projetos de infraestrutura e de ampliação da capacidade industrial. Essa dinâmica foi fortalecida com reformas no sistema bancário e nas empresas estatais durante os anos 1990 (JABBOUR; PAULA, 2018), ampliando os canais de financiamento e as capacidades

---

<sup>34</sup> Expressão utilizada no 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e que caracteriza uma desaceleração no ritmo de crescimento e uma maior preocupação com a *qualidade* do crescimento.

gerenciais das empresas chinesas, especialmente em setores como construção civil, transporte, energia, telecomunicações e saneamento (HIRATUKA, 2018b). Já o segundo, que remonta a estratégia de criação das ZEEs, tinha como objetivo a criação de grandes zonas de processamento e de exportação, o que acabou tornando a China um grande *player* do comércio internacional, tendo os Estados Unidos e outros mercados desenvolvidos como principais destinos das exportações (CHERNAVSKY; LEÃO, 2011).

Os impactos da crise financeira de 2008 evidenciaram os limites e desequilíbrios desses dois vetores, suscitando a emergência de um cenário simultâneo de transição interna e internacional (CINTRA; PINTO, 2017). De um lado, o reforço dos investimentos, como forma de arrefecer os efeitos da crise, avançaram as taxas de investimento de 40% para 47% do PIB, gerando capacidade ociosa em inúmeros setores e tornando-os dependentes de grandes projetos de infraestrutura, da expansão do mercado imobiliário, do endividamento das províncias e dos governos locais, bem como da alavancagem de segmentos do setor bancários e não-bancário (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015). Por outro lado, o recuo persistente da demanda internacional nos mercados desenvolvidos comprometeu o regime de crescimento liderado pelas exportações.

Zhang (2016) sintetizou os desequilíbrios do regime de crescimento chinês em quatro pilares centrais:

- a) a redução na demanda externa sinalizou o esgotamento de um regime de crescimento fortemente amparado nas exportações;
- b) as distorções geradas pelas altas taxas de investimentos ilustraram a necessidade de reorientar os motores do crescimento, elevando a importância do consumo doméstico e reduzindo a relevância da variável investimento;
- c) os impactos ambientais do modelo de crescimento dependente da ampliação da geração de energia a partir de fontes fósseis (carvão, especialmente) evidenciou o imperativo de adotar políticas de redução da emissão dos Gases do Efeito Estufa<sup>35</sup> (GEE).
- d) Quarto, o regime de crescimento anterior à crise financeira legou desigualdades de diferentes naturezas (econômicas, sociais e regionais), exigindo a construção de um “Estado de bem-estar com características chinesas”<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Em 2007, a China ultrapassou os Estados Unidos enquanto maior emissor de dióxido de carbono, permanecendo nessa posição até os dias atuais.

<sup>36</sup> Cintra e Pinto (2017) argumentam que a construção de um novo “contrato social” na China envolve ações para reduzir as desigualdades sociais e regionais, como maior cobertura no sistema de saúde e previdência, provisão

Diante desses desequilíbrios, as autoridades chinesas iniciam discussões em torno da revisão da estratégia de desenvolvimento, com implicações diretas para a inserção internacional do país. Essa revisão envolve a construção de um novo regime, cujo intuito é equacionar as contradições e reforçar novos vetores de crescimento. A busca pelo “novo normal” encontra-se sublinhada no 13º Plano Quinquenal (2016-2020), que afirma a necessidade de construir uma sociedade “moderadamente próspera”, o que envolve:

[...] implementar planos e políticas estratégicas por parte do Comitê Central do PCCh, alcançar uma compreensão precisa das profundas mudanças nos ambientes nacionais e internacional enfrentadas pela China em seus esforços de desenvolvimento, adaptar-se proativamente, compreender e guiar a nova normalidade em termos de desenvolvimento econômico, promovendo de forma abrangente o desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado (CHINA, 2015, p. 06, tradução do autor).

Em termos práticos, o referido Plano previu um nível de crescimento da ordem de 6,5% para o período 2016-2020, representando uma desaceleração em relação aos níveis de períodos anteriores. O último PQ (2021-2025), lançado em março de 2021, inclusive não prevê metas para o crescimento do PIB, sugerindo uma maior ênfase com a *qualidade* do crescimento (ZHU, 2021). Além da capacidade ociosa em distintos setores (aço, alumínio, refino de petróleo, cimento etc.) e da necessidade em estimular o consumo interno, outra preocupação está associada com a capacidade inovativa da economia chinesa e sua dependência tecnológica frente ao controle estrangeiro (HIRATUKA, 2018b).

Em 2015, as autoridades chinesas lançaram o programa *Made in China 2025*, cujo objetivo declarado é o de elevar a capacidade produtiva doméstica - para 40% em 2020 e para 70% em 2025 - em setores estratégicos, como o de semicondutores. Incorporado ao 13º PQ (2016-2020), o *Made in China* foca em dez setores:

- a) nova tecnologia de informação avançada;
- b) máquinas e ferramentas automatizadas e robótica;
- c) equipamentos aeroespaciais e aeronáuticos;
- d) equipamento marítimo e transporte de alta tecnologia;
- e) equipamento moderno de transporte rodoviário;
- f) veículos e equipamentos de nova energia;
- g) equipamentos de energia;
- h) equipamentos agrícolas;

---

de bens públicos “universais”, desenvolvimento com menor impacto ambiental, ampliação da renda e do consumo, entre outros.

- i) novos materiais;
- j) biofármacos e equipamentos médicos avançados (PAUTASSO, 2019).

O *Made in China 2025* também agrega esforços em torno da mudança estrutural da economia chinesa, com redução dos setores industriais mais intensivos em recursos e investimentos fixos e a elevação das indústrias e serviços mais sofisticados. O avanço tecnológico, assim, colabora tanto para elevar a produtividade na agricultura quanto para enfrentar a questão dos impactos ambientais do crescimento chinês (HIRATUKA, 2018b).

A mudança estrutural da economia chinesa e a busca pela manutenção de seu dinamismo em direção a uma sociedade “moderadamente próspera” também engloba um processo de transição internacional (CINTRA; PINTO, 2017). Para Jaguaribe (2018), a crise de 2008 constitui um ponto de inflexão na estratégia econômica chinesa, provocando a busca por novas dinâmicas de crescimento interno e externo e forjando uma política externa mais proativa. A execução de uma inserção internacional mais atuante, especialmente a partir da administração Xi Jinping (2013-atual), visava também contribuir para a superação dos desafios domésticos e para reforçar a busca chinesa em não somente se adaptar ao ambiente externo, mas de moldá-lo ativamente (MAÇÃES, 2018).

Se, internamente, o rebalanceamento do desenvolvimento chinês se dá pela desaceleração do ritmo de crescimento e pela introdução de novos vetores, associados, sobretudo com a inovação tecnológica, externamente desdobra-se uma estratégia de intensificação dos investimentos e dos projetos de infraestrutura em outros mercados, reduzindo as distorções e desequilíbrios em termos de capacidade ociosa (SCHERER, 2015; CINTRA; PINTO, 2017; HIRATUKA, 2018b).

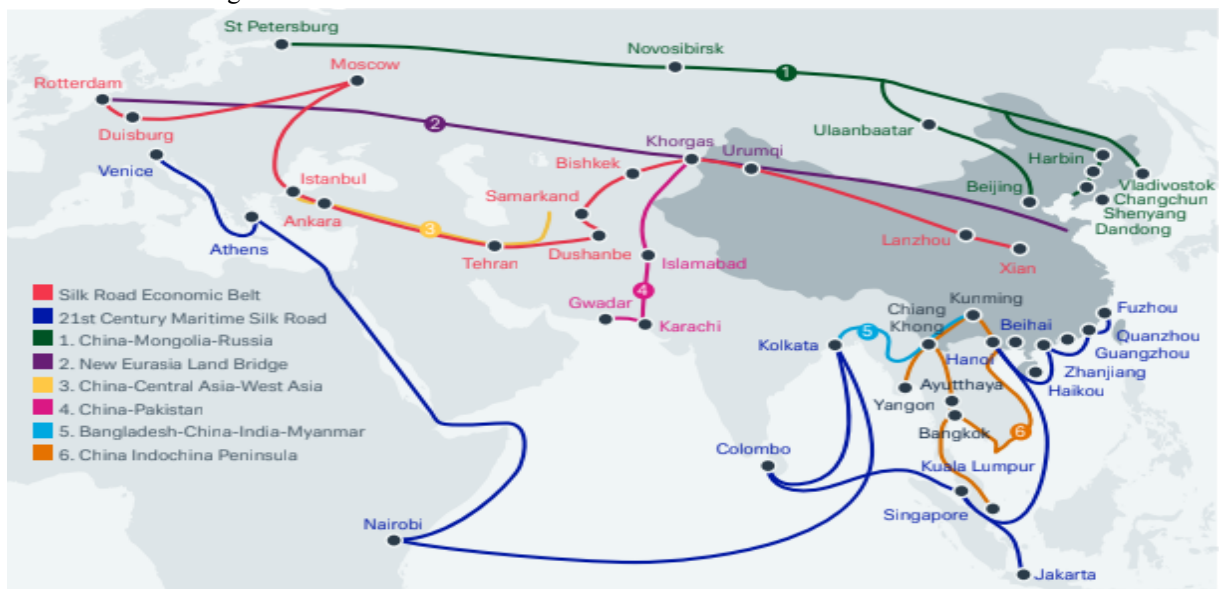
A “renovação” da estratégia *going global* desdobra-se no que Scherer (2015) denomina como “novo projeto geoeconômico”, sendo designado por Wise (2020) como uma estratégia de desenvolvimento internacionalizado. Seja como for, o principal pilar desse novo estágio reside na BRI, entendido como uma “proposta” (HILLMANN, 2018), ainda em seu estágio inicial, cuja finalidade central é a promoção da integração na Eurásia a partir da liderança e do dinamismo econômico chinês.

De acordo com Scherer (2015), o novo projeto geoeconômico chinês começou a tomar forma a partir de setembro de 2013, quando o presidente Xi Jinping, em visita ao Cazaquistão, anunciou a pretensão de construir o “Cinturão Econômico da Rota da Seda”. Um mês depois, na Indonésia, o presidente chinês anunciou o objetivo de estabelecer a “Rota Marítima do Século XXI”, conectando a China com a Europa por meio de “passagens econômicas”

envolvendo o Mar do Sul da China, o Oceano Índico, o norte da África e o Mar Mediterrâneo (CHINA, 2017).

Dois anos após os discursos no Cazaquistão e na Indonésia, a CNDR, em conjunto com o Ministério de Relações Exteriores e o MOFCOM, aglutinaram as iniciativas em torno do que ficou conhecido como “*One Belt, One Road*”, sendo posteriormente rebatizado para BRI. Nesse documento, são também elencados os seis corredores econômicos internacionais que comportam a iniciativa (Figura 2), cujo desenvolvimento promete impulsionar a integração entre China, Ásia, Europa e África por meio de um conjunto de projetos de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, gasodutos, oleodutos, usinas geradoras, linhas de transmissão, cabos de fibra óptica etc.).

Figura 2 - Corredores econômicos internacionais da Belt and Road Initiative



Fonte: Deutsche Bank, 2019.

Essa iniciativa, que representa o principal vetor de inserção internacional da China na atualidade (PAUTASSO *et al.*, 2020), “repousa sobre um montante excepcional de projetos de infraestrutura a serem construídos por empresas chinesas, com financiamento principalmente chinês” (SCHERER, 2015, p. 35-51). Hiratuka (2018b) reforça a racionalidade em torno da exportação de investimentos e de projetos de infraestrutura, argumentando que o incentivo para realização dessas obras representa uma forma das grandes empresas chinesas continuarem atuando de maneira crescentemente internacionalizada, compensando a saturação do mercado interno. Além disso, a expansão dos investimentos contribui para criar novas demandas para a capacidade produtiva ociosa na indústria pesada (CINTRA; PINTO, 2017).

Xing (2019, p. 08, tradução do autor) reforça essa concepção, afirmando que:

O objetivo final da iniciativa OBOR é muitas vezes interpretado como uma forma de redirecionar o excesso de capacidade doméstica do país e o capital para o desenvolvimento da infraestrutura regional, a fim de, por um lado, continuar a manter robusta a indústria e a produção chinesas e, por outro lado, para manter uma baixa taxa de desemprego através da retenção de uma taxa de crescimento do PIB aceitável. Externamente, o objetivo é abrir caminho para a transmissão de bens e serviços chineses a novos mercados e melhorar o comércio e outras relações com o Sudeste Asiático, Ásia Central e países europeus.

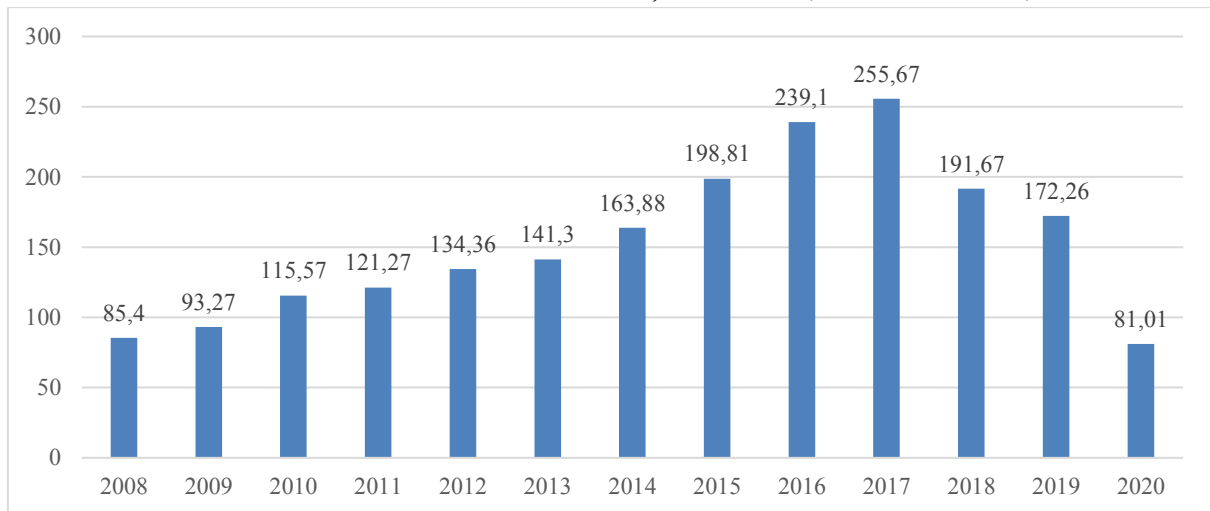
Wise (2020) argumenta que, por necessidade, a China prossegue uma “estratégia de desenvolvimento internacionalizado” desde o período das reformas liberalizantes, especialmente em razão do déficit de recursos energéticos, minerais e agrícolas. Ao mesmo tempo, lembra que, com a saturação do mercado doméstico em grandes projetos industriais e de infraestrutura, o país asiático encontra-se pressionado para alocar recursos de forma mais produtiva e eficiente. Em um contexto em que os bancos multilaterais ocidentais estão focados na redução da pobreza e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, Wise (2020) defende que a China vem atuando para financiar projetos que preenchem lacunas de infraestrutura cruciais em outros países em desenvolvimento como parte de sua própria estratégia de desenvolvimento internacionalizado.

Wise (2020), assim como Gao e Wang (2018), assinala que a viabilidade dessa estratégia decorre da rápida acumulação de reservas internacionais por parte da China, em torno de US\$ 3,1 trilhões em abril de 2021 (RESERVAS..., 2021). A racionalidade básica para compreender a expansão dos investimentos na última década encontra-se justamente na utilização dessas reservas de forma estratégica, ilustrando também a insatisfação em reter esses recursos e assegurar baixos retornos dos títulos de tesouro dos Estados Unidos (GAO; WANG, 2018). Blackwill e Harris (2016) igualmente pontuam movimentos, a partir de 2013, orientados ao objetivo de fazer uma gestão das reservas internacionais de forma mais “inovadora”, apoiando a internacionalização de grupos chineses em projetos da economia real.

O 13º PQ (2016-2020) explicitamente afirma a pretensão de “apoiar as empresas a aumentar o investimento no exterior e se tornar mais profundamente integrado nas cadeias globais de produção, valor e logística” (CHINA, 2016). Considerando as motivações e racionalidades em torno da ampliação da internacionalização da economia chinesa na última década, cabe apresentar o Gráfico 3, que ilustra a evolução do investimento direto chinês e os contratos de construção no exterior, durante o período 2008-2020.



Gráfico 3 - Investimento chinês e contratos de construção no exterior, em bilhões de US\$, 2008-2020



Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021).

Percebe-se, portanto, a trajetória ascendente do investimento chinês entre 2008 e 2017, com uma queda em 2018 e 2019, permanecendo ainda em patamares superiores aos verificados antes de 2013. Em razão da pandemia de coronavírus e de maiores restrições externas e regulações internas para saídas de investimento, houve uma queda mais acentuada em 2020, registrando o menor índice em doze anos (SCISSORS, 2020). De toda forma, é perceptível uma ampliação dos investimentos na última década, impulsionado pela BRI, que induz a emissão de investimentos, em grande medida por parte de estatais (DU; ZHANG, 2018). Conforme se verá adiante, esse movimento se replica na América Latina, que presencia fluxos crescentes de IED chinês desde 2010.

Diante da contextualização e da apresentação dos dados, cabe destacar que o “novo projeto geoeconômico” (SCHERER, 2015) ou o aprofundamento da “estratégia de desenvolvimento internacionalizado” (WISE, 2020) não se resume aos objetivos de dar vazão à capacidade ociosa da indústria pesada e alocar as reservas internacionais em projetos cujo retorno financeiro é mais elevado, mas envolve também a busca de liderança nas dimensões comerciais, econômicas e financeiras internacionais (ZHA, 2015). Ao migrar indústrias intensivas em trabalho e capital e criar infraestruturas e ampliar a “conectividade” na Eurásia e fora dela, a China procura avançar em direção ao topo da hierarquia de valor agregado nas cadeias globais de produção e comércio, possibilitando ainda a exportação de padrões tecnológicos em serviços de engenharia e telecomunicação (MAÇÃES, 2018).

Desta forma, observa-se que a BRI, além de servir para equacionar desafios de economia política doméstica (CAI, 2017), evidencia um transbordamento do desenvolvimento da China, cumprindo também diversos objetivos entrelaçados, tais como:

- a) criar demanda para a capacidade ociosa da indústria nacional;

- b) ampliar a segurança em recursos naturais, energéticos e alimentares;
- c) impulsionar a internacionalização das empresas chinesas e a exportação de serviços (de engenharia, especialmente);
- d) fortalecer o comércio regional e o papel gravitacional da China na recriação do sistema sinocêntrico;
- e) reduzir as desigualdades regionais, especialmente do oeste chinês;
- f) contribuir para combater desafios securitários a partir do desenvolvimento e da integração regional;
- g) fomentar a conversibilidade do *renmimbi* (RMB), tornando a moeda chinesa reserva de valor e meio de comércio corrente (PAUTASSO *et al.*, 2021, p. 6)

Entende-se que, desde a ascensão de Xi Jinping, a China vem transitando de uma inserção internacional de baixo perfil para uma inserção mais proativa e assertiva, interpretado por Yan (2014) como sendo pautado pela “busca de resultados” (*striving for achievement*). Conforme discutido, Pequim busca não somente assegurar recursos, expandir mercados e obter tecnologias e ativos estratégicos, mas também ampliar o poder nacional (SANTOS; MILAN, 2014). Nesse contexto, os fluxos de IED tendem a ganhar “importância estratégica no contexto de uma nova visão geoeconômica e geopolítica que pretende gerar outras dinâmicas de acumulação de capital”, tendo como base investimentos e financiamentos que “[...] disputam os espaços na economia internacional, comprando ativos voltados para o controle de mercados, tecnologias e marcas.” (SCHUTTE; DEBONE, 2017, p. 95).

A inserção internacional mais ativa, em parte assentada na exportação de capitais, se verifica de forma mais evidente na arena financeira, na qual a China procura despontar na posição de liderança. Hiratuka (2018b) argumenta que, como resposta às lentas mudanças nas instituições financeiras tradicionais, a diplomacia chinesa se engajou na construção de espaços de governança alternativos, com destaque para o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês), com capital autorizado de US\$ 100 bilhões, e participação de cerca de 26% de capital subscrito pela China.

Em conjunto com os outros BRICS, a China criou, em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), ou Banco do BRICS, com capital autorizado de US\$ 50 bilhões, voltado para financiamento de projetos de “infraestrutura sustentável”. Além disso, anunciou, em 2015, a criação do Fundo da Rota da Seda, reservando US\$ 40 bilhões para financiar projetos associados com a BRI.

Além da criação dessas “instituições paralelas” no âmbito financeiro (STUENKEL, 2018), a internacionalização do desenvolvimento chinês se dá por intermédio de dois bancos de

desenvolvimento com atuação global - *China Development Bank* (CDB) e *China Export-Import Bank* (CHEXIM)<sup>37</sup> - e, em menor medida, de bancos comerciais, como o *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC). De acordo com Chin e Gallagher (2019), a China vem criando, a partir dessas instituições financeiras nacionais e multilaterais, um “modelo de espaço de crédito coordenado”, cuja atuação, guiada sobretudo pelo Estado, simultaneamente compete e complementa as contrapartes ocidentais, servindo também como suporte para a internacionalização de empresas públicas e privadas do país.

Em suma, o aprofundamento da estratégia de desenvolvimento internacionalizado (WISE, 2020) contribuiu para a criação de um “novo projeto geoeconômico” (SCHERER, 2015), simbolizado na BRI. A exportação de investimentos e a execução de projetos de infraestrutura no exterior, além de contribuir para reduzir a capacidade ociosa e para utilizar as reservas internacionais de forma estratégica, amplia a presença internacional da China e de suas corporações, conseqüentemente elevando sua capacidade de exercer poder e influência nas mais distintas regiões do globo. Essa intensificação da expansão global dos investimentos chineses se manifestou de forma significativa no cenário latino-americano, que passou a recepcionar investimentos, financiamentos e projetos de infraestrutura com envolvimento chinês.

---

<sup>37</sup> Na América Latina, por exemplo o CDB e o CHEXIM oferecem diversos produtos financeiros aos países da região, envolvendo empréstimos soberanos, financiamento para projetos de infraestrutura, crédito de exportação, empréstimos concessionais de ajuda externa, entre outros (SONG, 2019).

### 3 A PROJEÇÃO GEOECONÔMICA DA CHINA E SEUS REFLEXOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

No capítulo anterior, foram descritas as trajetórias de desenvolvimento e inserção internacional da China, com destaque para a estratégia *going global* e sua ampliação na última década, cuja manifestação concreta se dá no lançamento da BRI, em 2013. Neste sentido, foram identificados os aspectos estruturais que favoreceram o processo de ascensão chinesa, bem como os determinantes econômicos e extraeconômicos de sua estratégia de internacionalização e expansão econômica no século XXI.

Neste capítulo, o objetivo consiste em compreender as manifestações dessa estratégia de internacionalização e seu aprofundamento na última década, considerando sobretudo os investimentos, financiamentos e projetos de infraestrutura com envolvimento chinês na ALC e na América do Sul, em particular. Em outras palavras, busca-se entender de que forma ocorreu essa interação entre os países da região e a China a partir de 2010, que passou a envolver novos vetores além do comércio (HIRATUKA, 2018b; RECAJ, 2020).

Inicialmente, a proposta é realizar uma breve recapitulação das relações entre a China e os países da região, principalmente a reorientação comercial e econômica destes para a Ásia com a virada para o século XXI. Em um segundo momento, a proposta é identificar a evolução do IED chinês na região, descrevendo suas características em termos de trajetória, distribuição setorial, propriedade das empresas investidoras e modalidade dos investimentos.

Depois disto, pretende-se apresentar outros dois vetores das relações econômicas, os quais se encontram em grande medida relacionados. O primeiro deles diz respeito aos financiamentos dos bancos de desenvolvimento (*policy banks*), em especial o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, em inglês) e o Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM, em inglês), que oferecem às empresas chinesas e aos países da região uma série de produtos financeiros (SONG, 2019). Além deles, vale mencionar os bancos comerciais chineses, como o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, em inglês), que também vêm ampliando sua atuação na ALC nos últimos anos.

O segundo vetor são os projetos de infraestrutura, em alguma medida são financiados por empréstimos institucionais chineses. Ou seja, há uma correspondência entre os empréstimos concedidos por bancos chineses e projetos de infraestrutura capitaneados pelas empresas do país asiáticos (CEPAL, 2018; 2021), embora os projetos de infraestrutura com envolvimento chinês admitam distintas fontes de financiamento (DUSSEL PETERS, 2020a).

Por meio da análise desses vetores, será possível compreender como se desdobra o “desembarque” de capitais chineses na região (ARMONY; STRAUSS, 2014), possibilitando um entendimento mais acurado das manifestações da estratégia de desenvolvimento internacionalizado da China na região (WISE, 2020). Desta forma, o principal esforço deste capítulo consiste em apresentar tanto os fluxos de IED, que envolvem interesses duradouros de uma empresa residente em uma economia em outra economia (UCNTAD, 2017; SCISSORS, 2020), quanto dos projetos de infraestrutura atrelados ao financiamento chinês, que possuem duração definida<sup>1</sup> e não envolvem propriedade do ativo (DUSSEL PETERS, 2021a).

Em resumo, a projeção geoeconômica da China na ALC envolve múltiplos atores, tais como governos, empresas estatais e privadas, bancos de financiamento e outras entidades, tendo se complexificado desde 2010. A investigação a respeito das engrenagens das relações econômicas sugere redefinições e permanências, abrangendo aspectos como a “onipresença” do setor público chinês (DUSSEL PETERS, 2015) e diversificação dos interesses e objetivos estratégicos de Pequim na região, que passaram a abarcar motivações que ultrapassam a busca por recursos e o imperativo de segurança energética (CUNHA, 2011; QUINTANA, 2012). Nesse contexto de diversificação, destaca-se a expansão incursão chinesa no setor elétrico sul-americano (RAY; BARBOSA, 2020; CEPAL, 2021; ELLIS, 2021a), seja via operações de fusão e aquisição ou pela via da construção de projetos de infraestrutura energética.

### 3.1 A DIMENSÃO COMERCIAL E A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Conforme visto no capítulo anterior, a trajetória de desenvolvimento teve duas dinâmicas distintas e entrelaçadas, sendo uma liderada pelas exportações e outra interna, impulsionada pelos investimentos. A dinâmica interna se baseou fortemente nos investimentos em infraestrutura econômica, necessários para dar conta dos rápidos processos de urbanização e industrialização.

Além de exigir volumosos investimentos em infraestrutura e reformas no sistema financeiro da China (JABBOUR; PAULA, 2018), os processos de industrialização e urbanização também impactaram a dimensão do comércio internacional, com efeitos significativos e duradouros especialmente para os países sul-americanos, abundantes em matérias-primas e recursos naturais (CUNHA, 2011). O *boom* das *commodities*, puxado pelo

---

<sup>1</sup> De acordo com Chauvet *et al.*, (2020), a duração de um projeto e sua construção pode se estender por um período prolongado de tempo, mas possui uma delimitação temporal definida.

crescimento chinês e pela inserção de sua economia nas redes de comércio internacional, reorientou as economias da região em direção a Ásia, e particularmente para a China.

Pecequillo (2013, p. 109) enfatiza que a entrada da China na OMC e o reconhecimento de seu *status* como economia de mercado alteraram rapidamente os laços comerciais. Os países da região abandonaram o questionamento das práticas comerciais chinesas, deixando de aplicar medidas *antidumping*, por exemplo. Outro fator que contribuiu para expansão das trocas comerciais se relaciona com a visita de Hu Jintao em 2004, “[...] quando dezenas de acordos comerciais, de investimento e de cooperação foram assinados com diversos países da região.” (MEDEIROS; CINTRA, 2015, p. 34). Fornes e Mendez (2018) também entendem que a visita de Hu Jintao, a segunda de um presidente chinês a ALC no século XXI, teve como resultado mais visível a explosão dos fluxos de comércio.

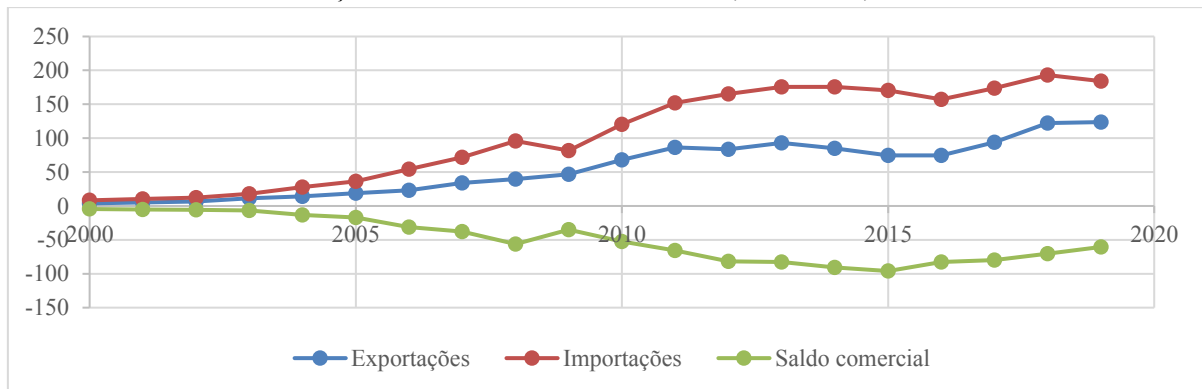
Prazeres, Bohl e Zhang (2021) recordam que nas duas últimas décadas o desdobramento mais relevante em termos de comércio exterior para a ALC foi a crescente importância chinesa, que transitou de uma posição insignificante para se tornar o segundo maior parceiro comercial da região como um todo. Como consequência disso, parceiros tradicionais perderam espaço na fatia do comércio regional, especialmente os Estados Unidos, mas também a União Europeia (UE) e alguns países latino-americanos, incluindo o Brasil (BARROS *et al.*, 2021).

Em 2000, o intercâmbio comercial entre a ALC e a China somava US\$ 12,1 bilhões, com US\$ 3,8 bilhões em exportações da região e US\$ 8,3 em importações provenientes da China<sup>2</sup>. Em 2010, as exportações já somavam US\$ 67,8 bilhões e as importações US\$ 120,3 bilhões, configurando uma corrente de comércio superior a US\$ 188 bilhões (Gráfico 4).

---

<sup>2</sup> Em 2002, do total exportado pelos países da América Latina, 2,1% tiveram a China como destino; em 2011 esse número subiu para 9,8%. Para as importações, se em 2002 apenas 4,3% de tudo que era importado pelos países analisados vinham da China, em 2011 essa participação havia se elevado para 16,4%. Para mais detalhes, ver Medeiros e Cintra (2015).

Gráfico 4 - Evolução do comércio exterior ALC-China, 2000-2019, em bilhões de US\$



Fonte: Elaboração do autor com base em WITS (2021).

O Gráfico 4 apresenta o forte crescimento dos laços comerciais entre a China e os países da ALC entre 2000 e 2019. A trajetória ascendente foi interrompida em 2015, quando as economias chinesas e latino-americanas desaceleraram e os preços das *commodities* nos mercados globais declinaram (JENKINS, 2019). Houve, a partir de 2017, uma retomada dos fluxos de comércio, tendo em vista a elevação nos preços do petróleo, minério de ferro e cobre, beneficiando especialmente as exportações de Brasil, Chile e Peru (KOLESKY; BLIVAS, 2018). Ademais, a disputa comercial entre China e Estados Unidos favoreceu as exportações de soja de Brasil, Argentina e Uruguai, à medida que supriram a lacuna deixada pelos fornecedores norte-americanos (RAY; BARBOSA, 2020).

Em razão dos impactos recessivos da Covid-19, as trocas comerciais caíram para US\$ 296 bilhões em 2020, embora as exportações tenham permanecido elevadas, ao redor dos 136 bilhões<sup>3</sup>. Em termos de PIB regional, houve um aumento na representação do comércio com a China: as importações do mercado chinês equivaleram a 3,8% do PIB da região, enquanto as exportações para a China representaram 3,2% (RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021).

Em relação ao saldo comercial, o Gráfico 4 apresenta déficits sustentados por parte da ALC, especialmente a partir de 2010, visto que se elevaram as importações do mercado chinês e o ritmo das exportações da região reduziu. Os números agregados, contudo, escondem as especificidades das relações de comércio, particularmente as interações distintas que a China nutre com alguns países sul-americanos e os países centro-americanos e caribenhos.

No contexto sul-americano, há países que detêm relações superavitárias com a China, a exemplo de Brasil, Chile e Peru<sup>4</sup>, responsáveis pela exportação das principais *commodities*

<sup>3</sup> Segundo Ray, Albright e Wang (2021), as razões para isso residem na elevação dos preços do minério de ferro, com os estímulos para a recuperação econômica na China elevando a demanda por materiais de construção.

<sup>4</sup> Em 2009, a China superou os Estados Unidos como principal parceiro comercial brasileiro, ao passo que as trocas comerciais com o Peru e o Chile foram impulsionadas por Tratados de Livre Comércio (TLC), assinados em 2005 e 2008, respectivamente

importadas pelo país asiático (Quadro 1). Em 2019, esses três países tiveram a China como principal fonte de importações e maior mercado para as exportações, enquanto outros países latino-americanos viram o país asiático se colocar como segunda maior fonte de mercadorias importadas (PRAZERES; BOHL; ZHANG, 2021).

Por outro lado, países como México e Panamá, bem como a Colômbia na América do Sul, possuem relações deficitárias com a China. Wise (2020) pontua que isso se deve ao fato de que estes países têm pouco a oferecer a China em termos de recursos naturais. O México, em particular, é um dos países da ALC com uma das maiores correntes de comércio com a China<sup>5</sup>, embora em sua maioria no lado das importações, sobretudo insumos e bens intermediários para montagem e exportação aos Estados Unidos (BÁRCENA, 2021).

A demanda chinesa por *commodities* agrícolas, minerais e energéticas, combinado a abundância desses recursos em determinados países sul-americanos, moldou uma forte relação de complementaridade, ao passo que compartimentando a região em setores de atração específicos (PECEQUILO, 2013).

O Quadro 1 mostra os fornecedores e a sua representação nas cinco principais *commodities* importadas pela China:

Quadro 1 - Principais produtos de exportação da ALC para a China, 2015-2019

Commodity	Representação nas exportações China-ALC (em %)	Principais países exportadores
Soja e outras oleaginosas	20,6%	Brasil (87%) e Argentina (12%)
Petróleo cru	16,2%	Brasil (51%), Venezuela (31%), Colômbia (13%)
Minério de cobre e concentrados	14,6%	Chile (47%) e Peru (41%)
Minério de ferro e concentrados	10,1%	Brasil (88%)
Cobre refinado	8,5%	Chile (82%) e Peru (10%)
<b>Total, 5 principais</b>	<b>69,9%</b>	<b>Brasil (51%), Chile (20%), Peru (11%) e Venezuela (8%)</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em Ray, Albright e Wang (2021).

Nota-se, a partir do Quadro 1, que quatro países sul-americanos (Brasil, Peru, Chile e Venezuela) são responsáveis por prover 90% das cinco principais *commodities* importadas pela China, refletindo não somente a especialização da pauta exportadora dos países da região, mas

<sup>5</sup> A corrente de comércio sino-mexicana atingiu a marca de US\$ 81,4 bilhões em 2020, com um déficit comercial de US\$ 65 bilhões para o México. Dados da UN Comtrade Data (2021).

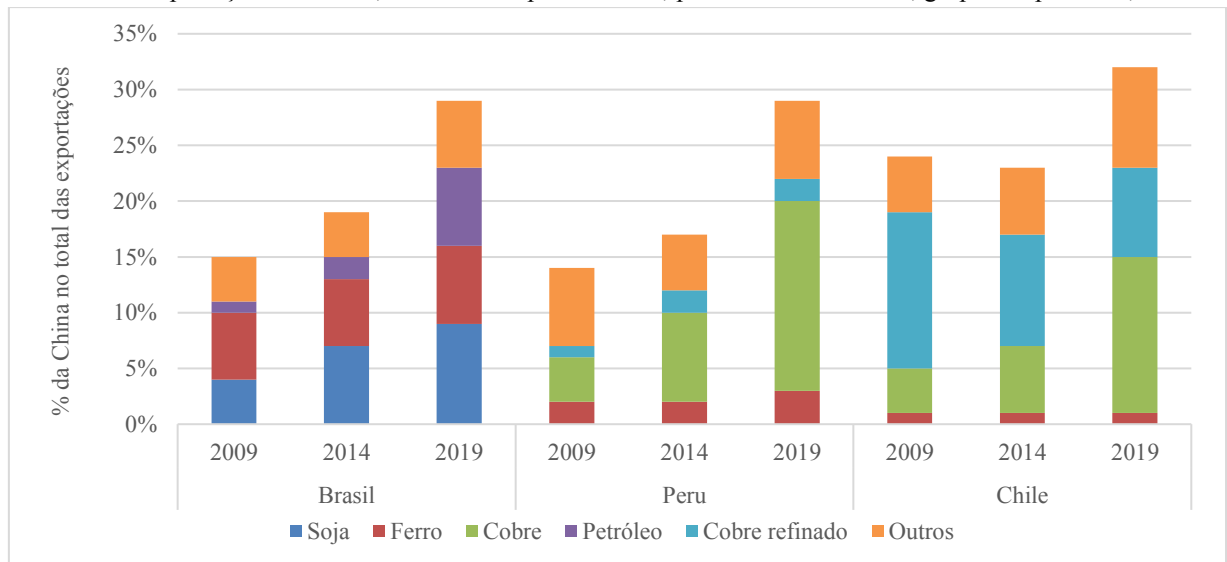


também a concentração dos fluxos de comércio da ALC com a China em alguns países e em alguns recursos (VADELL, 2013; PECEQUILO, 2013).

O Brasil, que detém uma pauta de exportações para a China pouco diversificada<sup>6</sup>, é o principal fornecedor de soja para o país, sendo seguido pela Argentina. Em 2019, a maior economia sul-americana também foi responsável por quase 90% das importações chinesas de minério de ferro da região, bem como 51% das exportações de petróleo cru<sup>7</sup>.

Chile e Peru, países ricos em minérios e detentores de TLC com a China, são os principais fornecedores de minério de cobre e cobre refinado para a China (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Exportações do Brasil, Peru e Chile para a China, períodos selecionados, grupos de produtos, em %.



Fonte: Elaboração do autor com base em Harvard University (2021).

O Gráfico 5 seleciona as economias que têm na China o seu principal parceiro comercial, apresentando os principais produtos de exportação e a representação do mercado chinês em relação ao total das exportações. Nos três casos, é possível notar uma prevalência de poucos produtos, bem como uma crescente presença da China no cômputo geral das exportações, próxima dos 30% nos três países, em 2019.

A especialização produtiva, ilustrada nos casos de Brasil, Peru e Chile provoca questionamentos a respeito da configuração de uma relação de dependência, ou de

<sup>6</sup> No caso do Brasil, a especialização produtiva e a primarização da pauta exportadora é nítida, com as três principais *commodities* (soja, minério de ferro e petróleo), representando cerca de 80% da pauta exportadora do país. Segundo dados da *ComexStat* (2022), as exportações para a China em 2021 se concentraram nestes três produtos: a) soja (31%), b) minério de ferro e seus concentrados (33%); c) óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (16%).

<sup>7</sup> Em razão de fatores como as sanções contra a economia venezuelana e a prática de utilizar países intermediários como forma de enviar carregamentos à China, os dados de exportação de petróleo do país são subestimados, segundo Ray, Albright e Wang (2021).

interdependência assimétrica, na qual os termos de troca se assemelham aos padrões de interação típicos de uma relação centro-periferia (BERNAL-MEZA, 2019). Desta forma, são geralmente enfatizados os riscos relacionados à primarização da pauta exportadora e à desindustrialização, que podem tornar a região mais vulnerável às oscilações do mercado internacional e da própria demanda chinesa (RODRIGUES, 2021). Além disso, existem receios que se associam ao aumento da concorrência chinesa nos mercados da região e a queda das relações de comércio intrarregionais<sup>8</sup>.

Por outro lado, a demanda chinesa significou um novo mercado para exportações, com implicações sobre a balança comercial e acúmulo de divisas, em especial para algumas economias sul-americanas. Deste modo, a ascensão da China representou um motor de crescimento na primeira década do século XXI, bem como um fator de recuperação econômica após a crise financeira de 2008. Em linhas gerais, os países sul-americanos exportadores de matérias-primas se beneficiaram dos efeitos do crescimento chinês, com expansão do crescimento e dos mercados internos (MEDEIROS; CINTRA, 2015).

Prazeres, Bohl e Zhang (2021) argumentam que certo grau de concentração das exportações é até mesmo inevitável, considerando o peso da demanda chinesa. Em 2019, o país contabilizou quase 70% das importações mundiais de ferro e quase 60% das compras globais de cobre e soja. Isto é, mesmo que Brasil, Chile e Peru pretendessem diversificar seus parceiros, seria um desafio encontrar novos mercados para escoar a produção de suas *commodities*.

Sob a perspectiva chinesa, o imperativo de diversificar as fontes de importação de energia e outros recursos constituiu uma motivação central, contribuindo ainda para o estabelecimento de parcerias estratégicas e Tratados de Livre Comércio (TLC), como nos casos do Peru e Chile (QUINTANA, 2012; WISE, 2020). Além disso, a China observa a região como um mercado importante para suas exportações de bens industriais e realização de investimentos, ao mesmo tempo em que busca promover seus objetivos político-diplomáticos, como a obtenção de apoio em foros multilaterais e a ampliação do princípio de “uma só China”.

Diante desse conjunto de interesses econômicos e estratégicos, a China lança, em 2008, seu primeiro Livro Branco para a *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*

---

<sup>8</sup> O Brasil, por exemplo, recentemente perdeu o posto de principal parceiro comercial da Argentina, que foi assumido pela China. De acordo com Barros *et al.*, (2021), a ascensão chinesa coloca desafios relevantes ao Brasil, em especial o deslocamento do comércio de parceiros regionais e a perda de mercados na América do Sul. Desta forma, o impacto ocorre em indústrias que são mais intensivas em emprego e têm mais valor agregado, ao mesmo tempo em que implica em que reduz as possibilidades de internacionalização de pequenas e médias empresas brasileiras no cenário regional.

(ALC), onde pontua suas áreas de interesse e a agenda econômica e diplomática para a região<sup>9</sup>. De acordo com o documento, os dois lados, desde o início do século XXI, “têm desfrutado de intercâmbios de alto nível mais frequentes, maior confiança política mútua, cooperação mais estreita em economia, comércio, ciência e tecnologia, cultura e educação, e apoio mútuo e estreita coordenação em assuntos internacionais” (CHINA, 2008).

Segundo Fornés e Mendéz (2018), o documento é o primeiro de quatro marcos das relações diplomáticas da China com a ALC. O segundo foi o ambicioso programa de cooperação conhecido como “1+3+6”<sup>10</sup>, anunciado pelo presidente Xi Jinping na Cúpula de Líderes da China e América Latina e Caribe, em 2014, na cidade de Brasília. O terceiro foi a adoção do Plano de Cooperação China-CELAC (2015-2019), da Declaração de Pequim e das Regulações do Fórum China-CELAC, em janeiro de 2015, que estabeleceram propostas para treze áreas temática (CELAC, 2015). Já o quarto se associa com a publicação do segundo Livro Branco para a América Latina, oito anos após a publicação da primeira versão (CHINA, 2016).

Seria possível acrescentar outros dois acontecimentos. Em 2018, a China e os países da região concordam em adotar a Declaração de Santiago (CELAC, 2018), no contexto do II Fórum China-CELAC. Na ocasião, também foi publicada uma declaração especial sobre a Nova Rota da Seda, na qual é sublinhado que a ALC passa a ser considerada parte integrante da Rota da Seda Marítima<sup>11</sup>. O sexto e último acontecimento seria a realização do último Fórum China-CELAC<sup>12</sup>, realizado em dezembro de 2021, cujo resultado foi o anúncio do Plano de Cooperação China-CELAC em Áreas-Chave (2022-2024) (CELAC, 2021).

Esses esforços orientados a uma maior aproximação político-diplomática refletem ao menos duas questões fundamentais. Primeiro, retrata a existência de um nível mais profundo de trocas econômicas, que passaram a envolver também os investimentos, os empréstimos e os projetos de infraestrutura. Sugere, também, que o envolvimento chinês se vincula com objetivos de cunho estratégico, principalmente a pretensão de estabelecer uma “área de influência” em um espaço tradicionalmente influenciado pelos Estados Unidos (YU, 2015).

---

<sup>9</sup> O documento também estipula uma série de áreas específicas para cooperação, enfatizando as possibilidades em torno das esferas do comércio, dos investimentos, de infraestrutura, entre outras. Rodrigues (2020) realiza uma análise mais detalhada deste e do segundo Livro Branco, ou *policy paper*, publicado em 2016.

<sup>10</sup> A estrutura de cooperação “1+3+6” pressupõe a articulação entre um plano (Plano de Cooperação China-CELAC), três forças motrizes (comércio, investimentos e cooperação financeira) e seis áreas de cooperação (energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação).

<sup>11</sup> A declaração menciona que os países da ALC fazem parte da extensão natural da Rota da Seda Marítima e são participantes indispensáveis na cooperação internacional da BRI (CELAC, 2018).

<sup>12</sup> Segundo Ellis e Lazarus (2022), o novo plano reforça os objetivos da China de expandir seu envolvimento com a região em uma ampla gama de setores econômicos, sobretudo a construção de infraestrutura em vários domínios.

Busca-se, daqui para a frente, compreender esses outros vetores de interação econômica, identificando sua evolução, seus determinantes e seus enfoques, de modo a enquadrá-los no panorama mais geral de internacionalização discutido no capítulo anterior.

### 3.2 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED)

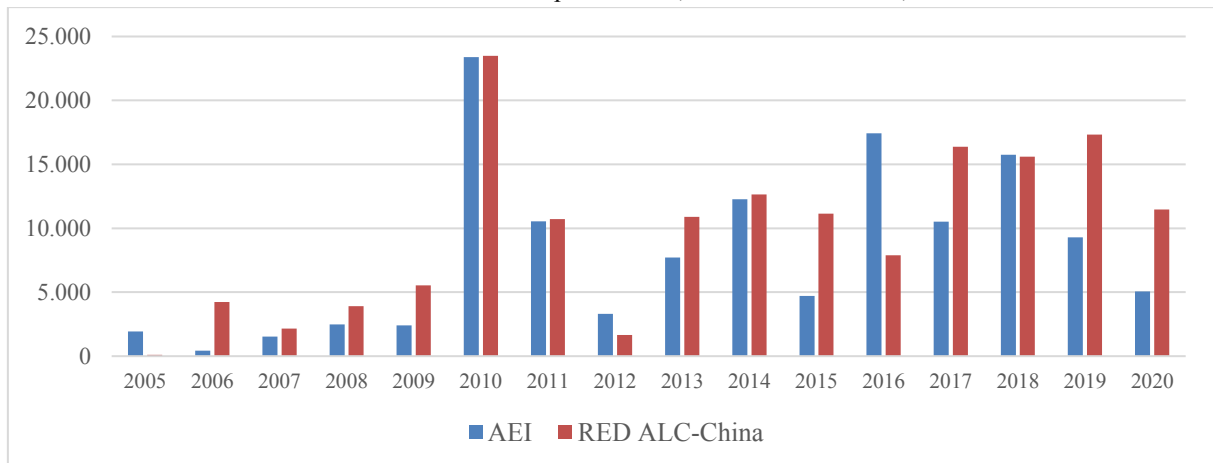
As relações entre China e ALC na primeira década do século XXI se caracterizaram pelo dinamismo comercial transpacífico, enquanto que, na última década, o engajamento chinês recebeu novos contornos, expandindo-se para outras esferas e abrigando um massivo ingresso de investimentos (AVENDANO; MELGUIZO; MILNER, 2017). O projeto chinês de internacionalização elevou os investimentos no exterior, embora sua chegada à ALC tenha de fato ocorrido no período pós-crise de 2008, quando se sucedem na China redefinições estruturais que modificam as bases de seu regime de crescimento e os fundamentos de sua inserção internacional (CINTRA; PINTO, 2017; JAGUARIBE, 2018).

Diferentes bases de dados buscam capturar a chegada de investimentos chineses. Os dados da *China Global Investment Tracker* (CGIT), da *American Enterprise Institute* (AEI, 2021), e da *Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China* (RED ALC-CHINA, 2021b) serão utilizados, sendo complementados por relatórios produzidos pela CEPAL (2018; 2021), *Atlantic Council* (AVENDANO; MELGUIZO; MILNER, 2017), Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) (CARIELLO, 2019; 2021) e *Global Development Policy Center* (RAY; BARBOSA, 2020; RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021).

Optou-se por não utilizar os dados do Ministério do Comércio da China (MOFCOM, em inglês), em decorrência de distorções, especialmente aquelas geradas pela não verificação do destino final do investimento (Anexo A). A escolha pelas duas bases referidas se justifica pelo fato delas serem de livre acesso, apresentarem dados atualizados (ao menos até 2020) e serem amplamente conhecidas e empregadas em diversos estudos sobre investimentos chineses.

O Gráfico 6 apresenta a evolução dos fluxos de IED da China na ALC entre os anos de 2005 e 2020, considerando os dados da AEI (2021) e da Red-ALC China (2021a).

Gráfico 6 - Fluxos de IED chinês para a ALC, em milhões de US\$, 2005-2020



Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021) e Red-ALC China (2021a).

De acordo com o Gráfico 6, nota-se a elevação dos investimentos chineses na ALC a partir de 2010<sup>13</sup>. Segundo os dados da AEI (2021), são US\$ 128,75 bilhões em investimentos desde 2005, distribuídos em 151 transações, com uma média de US\$ 833 milhões. Somente na última década, foram US\$ 119,98 bilhões repartidos em 135 investimentos. Os dados da Red-ALC China (2021a) igualmente capturam a crescente presença de investimentos, identificando US\$ 155 bilhões aportados desde 2005, em mais de 460 transações. Desde 2010, são US\$ 139 bilhões repartidos em 402 operações de investimentos. A média dos dados da Red-ALC China (2021a) é inferior, da ordem de US\$ 338 milhões, podendo ser explicado pelo fato de que, ao contrário da AEI (2021), mapeia também investimentos inferiores a US\$ 95 milhões<sup>14</sup>.

Cariello (2021), ao analisar os dados de ambas as plataformas, constata que os investimentos têm registrado um curso irregular desde o pico atingido em 2010. O Gráfico 6 demonstra trajetórias similares até 2015, com divergências entre 2016 e 2019. As convergências reaparecem em 2020, quando as duas bases registraram queda, com redução de 57% de acordo com a AEI (2021) e de 37% segundo a Red ALC-China (CARIELLO, 2021).

<sup>13</sup> Os dados apresentam um maior volume de IED chinês na última década, com uma média anual de US\$ 10,9 bilhões, segundo a AEI (2021), e US\$ 12,65 bilhões, segundo a Red-ALC China (2021a).

<sup>14</sup> Para mais detalhe sobre questões metodológicas, ver Anexo I.

Tabela 2 - Destinos do IED chinês na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %

País e região	AEI		Red-ALC China	
	Em milhões de US\$	Em %	Em milhões de US\$	Em %
<b>América Central e Caribe</b>	<b>7.270</b>	<b>5,65%</b>	<b>22.953</b>	<b>14,79%</b>
México	2.840	2,21%	13.533	8,72%
Barbados	0	-	2.557	1,65%
Trinidad e Tobago	1.170	0,91%	1.508	0,97%
Jamaica	1.170	0,91%	1.072	0,69%
Antígua e Barbuda	740	0,57%	2.000	1,29%
Cuba	500	0,39%	220	0,14%
Bahamas	350	0,27%	-	-
Nicarágua	300	0,23%	204	0,13%
Panamá	200	0,16%	923	0,59%
Honduras	-	-	360	0,23%
Rep. Dominicana	-	-	288	0,19%
Costa Rica	-	-	188	0,12%
Outros*	-	-	100	0,06%
<b>América do Sul</b>	<b>121.480</b>	<b>94,35%</b>	<b>132.195</b>	<b>85,21%</b>
Brasil	58.130	45,15%	52.599	33,90%
Peru	24.890	19,33%	28.512	18,38%
Chile	14.250	11,07%	19.651	12,67%
Argentina	10.020	7,78%	13.100	8,44%
Equador	6.170	4,79%	3.432	2,21%
Venezuela	4.570	3,55%	3.206	2,07%
Bolívia	-	-	2.981	1,92%
Colômbia	1.780	1,38%	4.951	3,19%
Guiana	1.670	1,30%	3501	2,26%
Uruguai	-	-	242	0,16%
Suriname	-	-	20	0,01%
<b>Total</b>	<b>128.750</b>	<b>100%</b>	<b>155.148</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021) e Red-ALC China (2021a).

\* Haiti (US\$ 72 milhões), Belize (US\$ 24 milhões) e El Salvador (US\$ 4 milhões).

A Tabela 2 apresenta os destinos do IED chinês na ALC entre 2005 e 2020, com similaridades e discrepâncias entre as bases de dados. De um lado, identifica-se que a diferença de US\$ 26,39 bilhões esconde descompassos em relação às fontes utilizadas. O primeiro deles diz respeito ao número de destinos, com a base da Red-ALC China (2021a) cobrindo um conjunto maior de países, visto que também mapeia transações abaixo dos US\$ 95 milhões. Outra diferença diz respeito ao peso da América do Sul, da ordem de 95% na base da AEI (2021) e de 85% na base da Red-ALC China (2021a).

A diferença em relação ao México é a que mais chama a atenção, sendo da ordem de US\$ 11 bilhões, o que o faz saltar do sétimo principal destino, segundo a base de dados da AEI (2021), para quarto principal, segundo a Red-ALC China (2021a). Os três primeiros destinos,

contudo, se mantém, com o Brasil liderando, sendo seguido por Peru e Chile. A Argentina transita entre quarto e quinto principal destino.

O Brasil, com uma representação que varia entre 45% e 34% do total, constitui-se enquanto centro gravitacional dos fluxos de IED chinês na região (CARIELLO, 2021). Os investimentos no setor energético predominam. Inicialmente, as inversões se concentram no setor de petróleo e gás, sendo seguido por diversas aquisições no setor elétrico, conforme se verá adiante<sup>15</sup> (HIRATUKA, 2019; ROSITO, 2020; CEPAL, 2021).

O Peru, segundo principal destino, recebeu investimentos significativos no setor de mineração<sup>16</sup>, em sua maioria em empreendimentos para exploração e extração de cobre e ferro, embora também tenham se sucedido inversões nos setores petrolífero, pesqueiro e financeiro (UNGARETTI; HAFFNER, 2020). Entre 2019 e 2020, o país também recebeu investimentos no setor elétrico, com aquisições levadas a cabo pela CTG (CEPAL, 2021).

O Chile, que até pouco tempo não figurava entre os principais destinos de IED chinês, vem recebendo mais inversões nos últimos anos. De acordo com relatório da Cepal (2018), as estimativas de investimentos da China no país, entre 2005 e 2017, eram de apenas US\$ 400 milhões. Os dados da AEI (2021) confirmam essa presença mais recente, mostrando que 83% dos investimentos no país, equivalente a US\$ 11,8 bilhões, ocorreu a partir de 2018. De forma similar, a Red-ALC China (2021a) identifica que 81% das inversões chinesas se sucedeu depois de 2017. Em termos setoriais, há um equilíbrio entre investimentos em recursos naturais, com 47% do total, e setor de serviços, com 44% do total (RED-ALC CHINA, 2021a).

Na Argentina, os fluxos de IED se direcionam, em sua maioria, ao setor de recursos naturais e serviços, especialmente em atividades envolvendo petróleo e gás, mineração, agronegócio, carne bovina e pesca. (STANLEY, 2019b). Diferentemente do Chile, em que a maior parte das inversões chinesas ocorreu nos últimos anos, cerca de três quartos das transações de investimento na Argentina ocorreram entre 2010 e 2013<sup>17</sup>.

No México, país onde há maior discrepância entre as bases, aproximadamente 46% dos investimentos chineses se direcionam ao setor de manufaturas (RED-ALC CHINA, 2021a), sinalizando dinâmicas distintas em relação aos países sul-americanos, centrada em recursos

<sup>15</sup> Os dados do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BRASIL, 2018) igualmente salientam a relevância do setor elétrico, com 20 projetos entre 2010 e 2017, avaliados em US\$ 25 bilhões. Segundo Cariello (2021), o setor de eletricidade, gás e água contempla 48% dos investimentos chineses no Brasil, entre 2007 e 2020.

<sup>16</sup> Os dados da Red-ALC China (2021), contudo, apontam que 88% dos investimentos chineses no país se dão no setor de recursos naturais, enquanto os dados da AEI (2021) sinalizam que 63% dos investimentos ocorrem no setor de metais, com destaque para projetos de exploração e extração de cobre, que correspondem a 48% do total.

<sup>17</sup> Os dados da AEI (2021) igualmente apontam que 71% do IED chinês no país ocorreu entre 2010 e 2013.

naturais. No segmento de manufaturas, são mais de noventa transações, as quais somam US\$ 6,1 bilhões, com uma média de US\$ 102,7 milhões<sup>18</sup>. A maior diferença reside no registro de uma transação avaliada em US\$ 5 bilhões pela Red-ALC China (2021a), referente a aquisição da Zuma Energia por parte *State Power Investment Corporation* (SPIC), em 2020<sup>19</sup>.

Dussel Peters (2021b), ao desagregar os dados por país destino, identifica uma tendência de diversificação, apontando que Chile, Peru e México tornaram-se os principais receptores de IED chinês nos últimos anos. Combinados, esses três países absorveram 76,8% dos investimentos desde 2017. Entre 2010 e 2014, foram os mercados brasileiro e argentino que concentraram 61,17% do montante de IED chinês na ALC (DUSSEL PETERS, 2021b).

Os dados da Red-ALC China (2021a) e da AEI (2021) categorizam os investimentos de maneira distinta, possibilitando um mapeamento complementar a respeito da evolução setorial do IED chinês. De uma forma geral, os investimentos chineses, em um primeiro momento, se concentraram em atividades extrativas<sup>20</sup>. Em um segundo momento, foi possível notar uma diversificação, com uma série de aquisições no setor de eletricidade, gás e água, bem como projetos de investimento *greenfield* em uma miríade de setores, incluindo energias renováveis, telecomunicações, serviços financeiros, entre outros (CEPAL, 2021).

Os dados da AEI (2021) demonstram uma predominância do setor energético, que contabilizou 60% do total do IED chinês entre 2005-2020, sendo seguido pelo setor de metais, com 26%, conforme aponta o Gráfico 7.

---

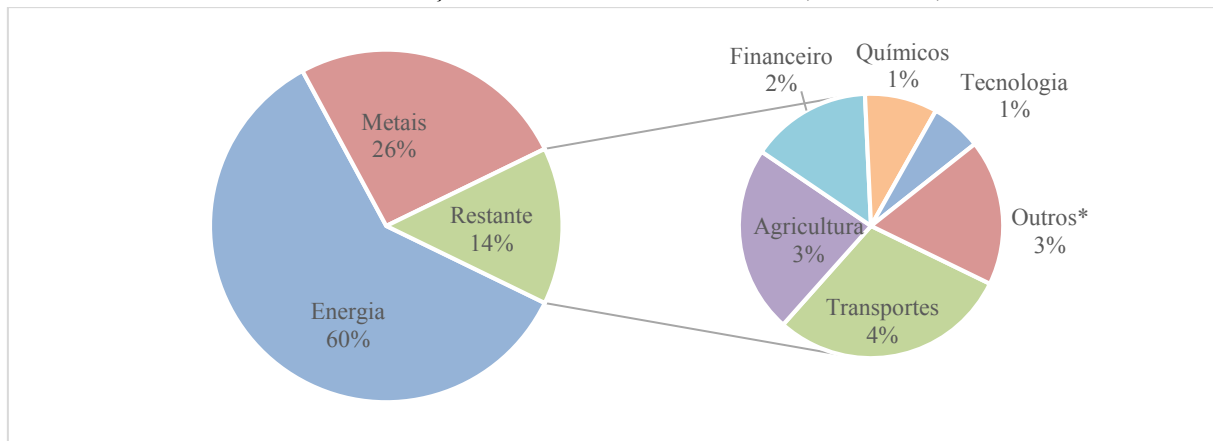
<sup>18</sup> A média um pouco superior a US\$ 102 milhões pode justificar o baixo número de inversões mapeado pela AEI (2021), que registra apenas investimentos superiores a US\$ 95 milhões.

<sup>19</sup> A SPIC concluiu a compra da Zuma Energia, a maior empresa independente de energia renovável do México, como parte de seus esforços para aumentar sua capacidade de geração limpa no exterior. Os valores da transação, contudo, não foram divulgados pela empresa (ESTATAL..., 2020).

<sup>20</sup> Segundo Ludeña (2017) cerca de 90% dos investimentos, entre 2011 e 2014, investimentos foram aportados em atividades extrativas.



Gráfico 7 - Distribuição setorial do IED chinês na ALC, 2005-2020, em %



Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021).

\* Turismo, imobiliário, logística, outros, serviços públicos.

O Gráfico 7 ilustra a concentração dos investimentos chineses nos setores energético e de metais, que em conjunto somaram 86% do total. Conforme referido, os investimentos em *commodities* minerais e energéticas contribuem para a China atender sua demanda por recursos necessários para manter os seus níveis de crescimento econômico e assegurar sua segurança energética. Igualmente referido, a estratégia de desenvolvimento internacionalizado chinesa (WISE, 2020), que articula segurança energética, política externa e interesses de desenvolvimento de longo prazo (CUNHA, 2011), se mostrou evidente em 2010, ano do pico de inversões chinesas, quando US\$ 17,25 bilhões foram alocados no setor de petróleo<sup>21</sup>.

Entre 2010 e 2011, as principais transações no setor de petróleo ocorreram nos mercados brasileiro e argentino. No Brasil, a Sinopec e a Sinochem aportaram, somadas, cerca de US\$ 10 bilhões em aquisições de ativos da espanhola Repsol e da norueguesa *Stat Oil*, respectivamente. Por sua vez, a CNOOC adquiriu 50% da argentina Bridas, por US\$ 3,1 bilhões, ao passo que a Sinopec aportou US\$ 2,45 bilhões para comprar os ativos da *Occidental Petroleum Company* (OXI) no mercado argentino (CEPAL, 2021; LUDEÑA, 2017).

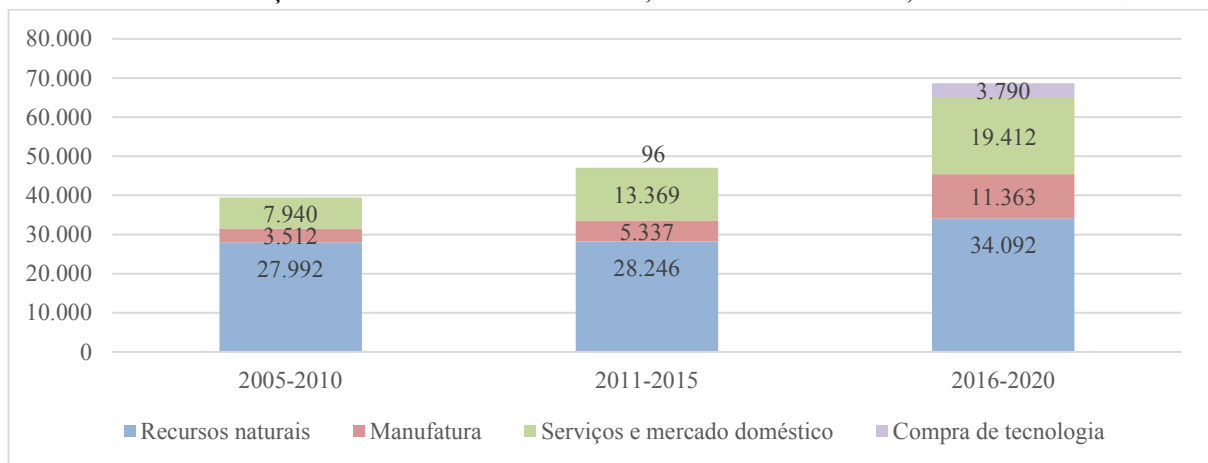
Enquanto Brasil e Argentina inicialmente se sobressaíram com a recepção de aportes chineses no setor petrolífero, o mercado peruano se caracteriza como o principal destino de IED no setor mineral (LUDEÑA, 2017). A transação de maior vulto ocorreu em 2014, quando um consórcio de empresas chinesas, lideradas pela *Mineral Metals Group* (MMG), adquiriu a mina de cobre de Las Bambas, por US\$ 5,85 bilhões, constituindo o maior investimento chinês no país (UNGARETTI; HAFFNER, 2020).

<sup>21</sup> Os dados da AEI (2021) contabilizam US\$ 11,68 bilhões em investimentos no setor de petróleo, deixando sem classificação as aquisições realizadas pela CNOCC e pela Sinopec no mercado argentino, que somaram US\$ 5,57 bilhões. Com base em Ludeña (2017) e Stanley (2019b), agregaram-se essas duas transações ao cálculo dos investimentos em petróleo. Desta forma, chegou-se ao valor de US\$ 17,25 bilhões.

Os dados agregados sugerem uma concentração do montante de IED chinês nos setores energético e mineral (Gráfico 7), o que de certa forma oculta a tendência de diversificação anteriormente mencionada, que passa a se manifestar partir de 2013 e 2014, tendo em vista fatores como o recuo nos preços internacionais das *commodities* (DUSSEL PETERS, 2019).

Ao separar os dados da Red-ALC China (2021a) em intervalos selecionados, é possível visualizar sinais dessas redefinições (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Evolução setorial do IED chinês na ALC, intervalos selecionados, em milhões de US\$.



Fonte: Elaboração do autor com base em Red-ALC China (2021a).

O Gráfico 8 evidencia a evolução setorial do IED chinês na América Latina entre 2005-2020, considerando os setores de recursos naturais, manufatura, serviços e mercado doméstico e compra de tecnologia. Os investimentos em recursos naturais permaneceram relevantes, embora com uma trajetória de queda em termos de representação: entre 2005 e 2010, eles eram 71% do total, decaindo para 60% entre 2011 e 2015 e para 50% entre 2016 e 2020. Já os investimentos em serviços subiram de 20%, entre 2005 e 2010, para 28% entre 2011 e 2015, permanecendo com a mesma representação entre 2016 e 2020.

Apesar de os dados da Red ALC-China (2021a) sugerirem a diversificação setorial dos investimentos, estes ainda mostram uma tendência em grande medida sutil, à medida que ainda conferem um protagonismo ao setor de recursos naturais. Os dados da AEI, em particular aqueles relativos ao setor energético, igualmente sugerem essa modificação, mostrando uma redução das inversões no setor de petróleo e gás e uma elevação de aportes em projetos hidrelétricos e de energias alternativas<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> No setor de petróleo e gás, são US\$ 27,39 bilhões alocados no setor de petróleo e gás, representando 36% dos aportes desde 2005. Deste total, US\$ 18,47 foram investidos até o final do ano de 2013. Os investimentos no setor hidrelétrico, ao contrário, ocorreram em sua totalidade a partir de 2013, sugerindo a transição dos capitais

Contudo, os dados da plataforma não classificam os investimentos segundo a atividade envolvida no investimento (extração, geração, distribuição, transmissão), mas sim de acordo com a fonte de energia (petróleo, carvão, alternativa e hidrelétrica). Por conta disso, uma parte significativa dos investimentos no setor de energético ficam sem classificação, o que prejudica a análise relativa às redefinições setoriais do IED chinês na ALC<sup>23</sup>.

Diante dessas deficiências, o relatório produzido pela Cepal (2021) oferece indicativos mais adequados para apresentar essa diversificação setorial do IED chinês, especialmente ao estabelecer uma análise que entrelaça dimensões setoriais e modalidades de ingresso (*brownfield* e *greenfield*). De um lado, é possível identificar que, entre 2015 e 2020, as aquisições no setor de eletricidade cresceram de forma relevante, inclusive ultrapassando os setores de petróleo e mineração (Gráfico 9). Por outro lado, os novos investimentos (*greenfield*) foram responsáveis por apresentar um grau mais elevado de diversificação (Gráfico 10).

No âmbito das aquisições, a transição para o setor de eletricidade, motivada por fatores como a redução no preço internacional das *commodities*, se deu inicialmente no Brasil, com as estatais CTG e State Grid elegendo o mercado do país como prioritário em suas estratégias de expansão internacional (BARBOSA, 2020a). A partir de 2018, as firmas chinesas começaram a adquirir ativos também nos mercados chileno e peruano. Ray, Albright e Wang (2021) recordam que, em 2020, a CTG e a State Grid compraram mais de US\$ 6,5 bilhões em ativos da americana *Sempra Energy* nos setores elétricos de ambos os países.

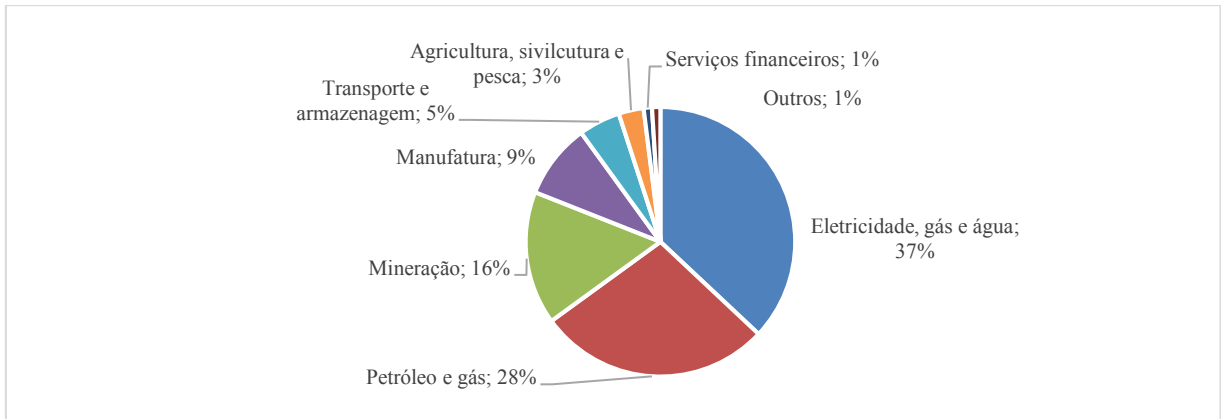
O Gráfico 9 confirma a diversificação setorial em direção ao setor elétrico sul-americano, especialmente.

---

chineses para o setor de geração de energia. O mesmo ocorre com os investimentos em energias alternativas, com US\$ 3,3 bilhões aportados após o ano de 2014, constituindo 95% do total.

<sup>23</sup> Desde 2005, são cerca de US\$ 37 bilhões em investimentos sem classificação, com transações que poderiam ser enquadradas no setor de petróleo e gás, embora aparentemente com uma maioria localizada no segmento de infraestrutura de geração, distribuição e transmissão de energia.

Gráfico 9 - Distribuição setorial das aquisições chinesas na ALC, 2005-2020, em %



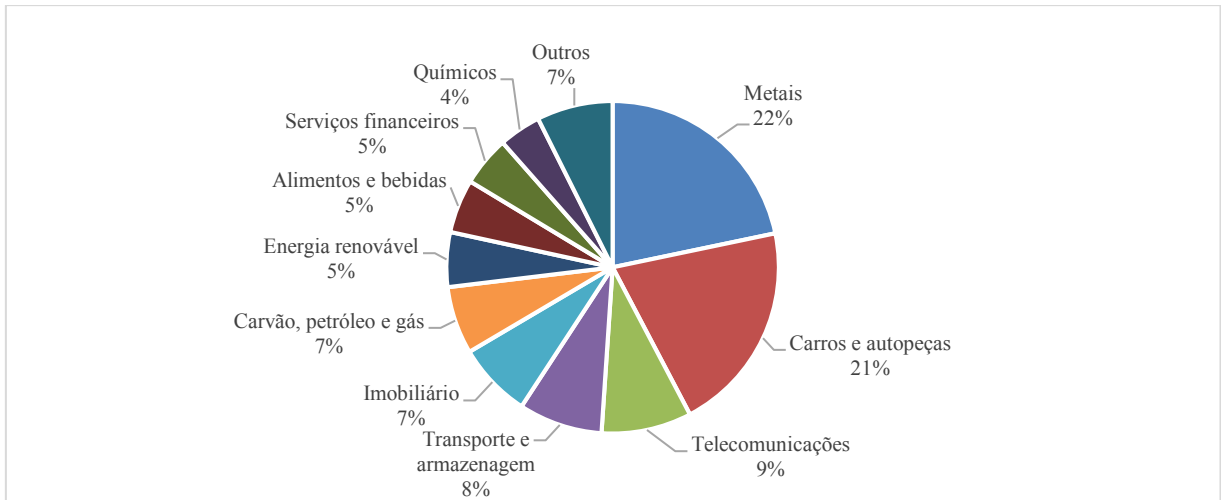
Fonte: Elaboração do autor com base em Cepal (2021).

De acordo com o Gráfico 9, os setores de eletricidade, petróleo e mineração somam 81% das operações de fusão e aquisição (*brownfield*) da China na ALC desde 2005, com os setores de manufatura, transporte, agricultura e serviços financeiros compondo o percentual restante. De maneira geral, os investimentos no setor elétrico cresceram de forma significativa nos últimos anos, somando mais de US\$ 30 bilhões desde 2010, com um protagonismo acentuado da CTG e da State Grid (CEPAL, 2021).

Em relação aos determinantes das aquisições chinesas na ALC, verifica-se a incorporação de determinantes que ultrapassam a busca de recursos, envolvendo também a procura por novos mercados. Conforme se verá com mais detalhes na sequência, em particular no caso brasileiro, companhias como a State Grid expandiram suas operações como meio de compensar a saturação do mercado interno, adquirindo fatias de mercados em crescimento, ao mesmo tempo em que cumprindo o papel de exportar bens, insumos e tecnologias associados com a base industrial chinesa.

Se a diversificação na esfera das aquisições em grande medida se resumiu ao aumento das inversões no setor elétrico, os investimentos de natureza *greenfield* apresentaram um grau mais elevado de diversificação setorial, abrangendo aportes em um conjunto de setores. Ao contrário das aquisições, onde os três principais setores concentraram mais de 80% dos investimentos, os três principais setores na esfera dos investimentos *greenfield* representaram 52% do total (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Distribuição setorial dos anúncios de investimentos greenfield da China na ALC, 2005-2020, em %



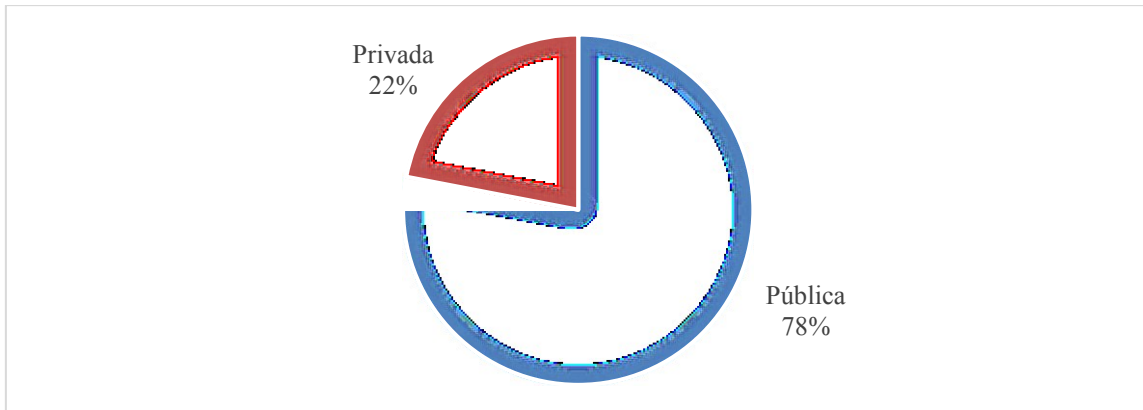
Fonte: Elaboração do autor com base em Cepal (2021).

De forma geral, é seguro inferir que as redefinições na esfera do IED chinês incluíram, além das aquisições em ativos de eletricidade, novos projetos de investimentos em transporte e armazenagem, manufatura, energias renováveis, telecomunicações, serviços financeiros, entre outros (CEPAL, 2018; 2021). Outra ressalva que merece ser realizada é a de que os investimentos no setor extrativo persistiram, mesmo com a queda nos preços das *commodities*, embora tenham se tornado menos dominantes em comparação com outros setores (AVENDANO; MELGUIZO; MINER, 2017).

Se a análise setorial dos fluxos de IED sugerem novas tendências na esfera das aquisições e dos investimentos *greenfield*, é importante também mencionar aspectos que apontam para continuidades. Talvez a mais significativa delas diz respeito ao que Dussel Peters (2015) designa como “onipresença do setor público”, de modo a caracterizar a predominância de empresas estatais (SOE, na sigla em inglês) na esfera dos investimentos. Nesse aspecto – o da propriedade das empresas investidoras – a diversificação foi menos representativa, permanecendo a cargo das estatais a função de atuarem enquanto locomotivas do investimento chinês e, conseqüentemente, dos interesses de Pequim na região.

O Gráfico 11 apresenta a participação de empresas públicas e privadas no montante de IED chinês na ALC.

Gráfico 11 - Propriedade das empresas investidoras na ALC, 2005-2020, em %



Fonte: Elaboração do autor com base em Red-ALC China (2021a).

Conforme sugere o Gráfico 11, a propriedade das empresas investidoras na ALC é predominante pública, envolvendo 78% dos aportes, equivalente a aproximadamente US\$ 121 bilhões. São 210 transações realizadas por estatais desde 2005, com uma média de US\$ 579 milhões por investimento. Por outro lado, as empresas privadas são responsáveis até mesmo por um número maior de transações, com 254 no total, embora com uma média de US\$ 136 milhões, resultando em um montante de US\$ 34 bilhões em investimentos desde 2005.

Diante dessa característica singular e que não se reproduz em experiências de multinacionais ocidentais – que tradicionalmente constituíram o objeto de estudo das teorias de internacionalização –, é possível sugerir, em consonância com outros estudos previamente citados, que os fluxos de IED da China na região não se limitam a condicionantes econômicos, contemplando também determinantes que transparecerem uma lógica de Estado e que também se orientam a ampliação do poder nacional (SANTOS; MILAN, 2014; RODRIGUES; HENDLER, 2018). O imperativo de assegurar o abastecimento de insumos energéticos e a pretensão de diversificar as parcerias estratégicas no mundo em desenvolvimento e de projetar influência na economia internacional (PECEQUILO, 2013; VADELL, 2013), seriam alguns dos indicativos estratégicos a respeito da afluência de IED chinês nos países da região.

Além da segurança energética e a busca de recursos, a diversificação dos investimentos para outros setores também reflete interesses estratégicos associados à mudança estrutural da economia chinesa e ao rebalanceamento de seu regime de crescimento. Desta forma, multinacionais do país, em especial de construção e infraestrutura, são estimuladas a expandirem sua presença internacional, compensando a saturação do mercado doméstico, aliviando a pressão sobre a capacidade ociosa da indústria pesada, exportando serviços e tecnologias e, conforme assinalado, ocupando posições no tabuleiro do jogo de poder internacional (SANTOS; MILAN, 2014).

Conforme visto, o Estado chinês edificou um aparato estatal e estabeleceu uma complexa institucional para guiá-lo no seu projeto de internacionalização (NOGUEIRA; HAFFNER, 2016), na qual as estatais exercem um papel central e se apresentam como vetores de inserção e projeção geoeconômica internacional. De mineração, petróleo e gás e infraestrutura a represas hidrelétricas e parques eólicos, as estatais chinesas incrementam sua presença na região, algumas exportando excesso de capacidade produtiva, enquanto outras assegurando necessidades energéticas de longo prazo (AVENDANO; MELGUIZO; MINER, 2017). Destaca-se, também, o componente da exportação de padrões tecnológicos, aspecto central na competição econômica internacional, envolvendo tanto setores emergentes (energia eólica e solar, veículos elétricos, redes 5G, etc.) quanto mais tradicionais (reatores nucleares, linhas de transmissão de energia, etc.).

Dussel Peters (2021b) identifica que, desde o início do século XXI, apenas cinco empresas, todas elas estatais do setor de energia, acumularam cerca de 36% do montante total de IED chinês na ALC. Em 39 transações, essas estatais – Sinopec, SGCC, CTG, *State Power SPIC* e *China National Petroleum Corporation* (CNPC) – alocaram mais de US\$ 50 bilhões em investimentos na região desde 2005.

A plataforma da AEI (2021), que mapeia transações acima de US\$ 95 milhões, identifica a presença de 71 empresas chinesas na ALC. Destas, algumas corporações se sobressaem com vultosas operações de investimento, inclusive maiores do que as cinco destacadas pelas bases da Red-ALC China (2021a).

Segundo as informações da plataforma, as dez empresas com maior investimento na ALC cobrem 66% dos aportes chineses (Quadro 2), sendo responsáveis por 58 das transações, algumas delas em associação com outras corporações do país.

Quadro 2 - Dez maiores empresas chinesas na América Latina, por fluxo de IED.

Empresa	Propriedade	Setor	Número de transações	Montante (em milhões de US\$)	Em %
China Petroleum and Chemical (Sinopec)	Pública	Energia	7	17.010	13%
State Grid	Pública	Energia	7	16.380	13%
China Three Gorges	Pública	Energia	13	12.010	9%
China National Petroleum Corp. (CNPC)	Pública	Energia	9	9.460	7%
China Minmetals	Pública	Metais	3	7.900	6%
China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)	Pública	Energia	7	6.310	5%
Chinalco	Pública	Metais	3	4.250	3%
Chengdu Tianqi	Privada	Metais	2	4.280	3%
Sinochem	Pública	Energia	2	4.050	3%
China Railway Construction	Pública	Metais e transportes	4	3.750	3%
Outros			94	43.350	34%
<b>Total</b>			<b>151</b>	<b>128.750</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021).

De acordo com o Quadro 2, as dez empresas chinesas com maior envolvimento na ALC, em termos de montante de investimento, abrangem 64% dos investimentos, sendo responsáveis por 57 transações na região, o que corresponde a 38% dos investimentos acima de US\$ 95 milhões. Nove destas dez empresas são públicas, sendo a *Chengdu Tianqi* a única companhia de capital privado<sup>24</sup>.

A SPIC é a única das cinco companhias listada por Dussel Peters (2021b) que não se encontra entre as dez maiores empresas do Quadro 2, situando-se na 13ª colocação das maiores empresas chinesas nos dados da AEI (2021). As empresas do setor energético predominam, contemplando grandes companhias do setor de petróleo (Sinopec, CNPC, CNPC, Sinochem), bem como a CTG e a State Grid, empresas que vêm tendo uma inserção mais agressiva no setor elétrico sul-americano (HÁRAN; GAVA, 2020). Por fim, outra questão relevante remete ao fato de que 45 empresas chinesas com atuação na ALC possuem investimentos entre US\$ 100 milhões e US\$ 1 bilhão, cobrindo uma ampla variedade de atividades, do setor agrícola e de serviços financeiros ao de turismo e imobiliário.

Até o momento, verificou-se que os investimentos chineses se concentram inicialmente em recursos naturais (petróleo, cobre, ferro, etc.), com uma progressiva diversificação setorial,

<sup>24</sup> Em 2018, a Tianqi Lithium, baseada em Chengdu, adquiriu 23,77% das ações da mineradora chilena de lítio SQM (Sociedad Química y Mineradora de Chile), a um preço total de aproximadamente US\$ 4 bilhões. Com a compra, a Tianqi passou a ser o segundo maior acionista da empresa, uma das maiores produtoras de lítio do mundo, com um total de 25,86% das ações da SQM (TIANQI LITHIUM, 2021).



marcada por aquisições no setor elétrico e por inversões de natureza *greenfield* em uma ampla de gama de atividades (Gráfico 10). Além disso, constatou-se que os aportes mais representativos, em termos de volume, são realizados por empresas estatais, reforçando o argumento acerca da lógica de Estado que impera no projeto de internacionalização chinês.

Embora já tenham sido dados alguns indicativos em relação à modalidade de ingresso das firmas chinesas, em particular a sua intersecção com a dimensão setorial, entende-se como relevante o esforço em detalhar alguns elementos, à medida que elucidam ainda mais as formas pelas quais o IED chinês “desembarca” na ALC. Deste modo, a Tabela 3 sintetiza as informações trazidas pelas plataformas da AEI (2021) e da Red-ALC China (2021a).

Tabela 3 - Modalidade de IED chinês na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e número de transações.

AEI				
Tipo de inversão	Montante (em milhões de US\$)	Em %	Número de transações	Em %
Greenfield	28.920	22%	48	32%
Brownfield	99.830	78%	103	68%
<b>Total</b>	<b>128.750</b>	<b>100%</b>	<b>151</b>	<b>100%</b>
Red-ALC China				
Tipo de inversão	Montante (em milhões de US\$)	Em %	Número de transações	Em %
Greenfield	52.083	34%	280	60%
Brownfield	103.065	66%	184	40%
<b>Total</b>	<b>155.148</b>	<b>100%</b>	<b>464</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021) e da Red-ALC China (2021a).

A despeito das divergências, os dados da AEI (2021) e da Red-ALC China capturam um panorama similar em relação ao modo pelo qual as empresas chinesas ingressam nos mercados da região. Em ambos os casos, os investimentos de tipo *brownfield* (fusões e aquisições) dominam em termos de investimento acumulado, enquanto os novos investimentos (*greenfield*) são maioria em relação ao número de transações<sup>25</sup>. Ou seja, as operações de fusão e aquisição são maiores em relação ao volume, enquanto os novos investimentos geralmente abarcam projetos menores e em uma gama maior de setores, contando ainda com uma maior

<sup>25</sup> A média das aquisições é maior em ambas as bases. No caso da AEI (2021), a média das transações *brownfield* é de US\$ 969 milhões, contra US\$ 603 milhões das operações *greenfield*. As informações da Red-ALC China (2021a) mostram a mesma tendência, embora em valores menores, com uma média de US\$ 369 milhões para investimentos *brownfield* e US\$ 187 milhões para novos investimentos.

presença de empresas privadas. Cabe ressaltar, contudo, a existência de grandes projetos de natureza *greenfield* nos setores de mineração e, em menor medida, petróleo<sup>26</sup>.

A prevalência das aquisições em parte se explica em parte pela preferência de empresas chinesas em adquirir ativos e projetos já existentes, o que facilita a curva de aprendizado de negócios em novos mercados e a adaptação às condições político-institucionais locais. Ao mesmo tempo, que evita acusações de neocolonialismo e danos ambientais associados com investimentos *greenfield*, sobretudo na indústria extrativa (ABDENUR, 2017; RIBEIRO; UNGARETTI, 2021). Noutras palavras, a aquisição de empresas já consolidadas nos mercados locais permite um processo de aprendizagem mais ágil e eficiente, mostrando-se também interessante para o aproveitamento de oportunidades de mercado.

Em resumo, se formos estabelecer um “arquétipo” do IED chinês na ALC, especialmente a partir da última década, poderíamos inferir que o padrão geralmente se vincula com grandes aquisições conduzidas por estatais no setor energético e de mineração, abarcando empreendimentos extrativos (petróleo, gás, cobre, ferro, lítio, etc.) e em infraestrutura (portos, hidrelétricas, linhas de transmissão, parques eólicos e solares, etc.). Contudo, vimos que os investimentos chineses também englobam novas inversões (*greenfield*) em outros setores (telecomunicações, manufatura, energias renováveis, serviços financeiros, etc.), com alguma inserção de empresas privadas, situados sobretudo no desenvolvimento de projetos de menor escala.

Nas próximas seções, objetiva-se apresentar os dados sobre financiamentos e contratos de construção na ALC, bem como suas intersecções (CEPAL, 2018, 2021), proporcionando um panorama mais completo acerca do “desembarque” de capitais chineses na região. Entende-se que desta forma é possível extrair aspectos mais gerais a respeito das manifestações da estratégia de desenvolvimento internacionalizado da China na ALC (WISE, 2020), preparando as bases para uma análise mais profunda dos casos brasileiro e argentino.

### 3.3 FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CHINESES

Conforme referido, a elevação da presença econômica da China na ALC a partir de 2010 envolve não somente os fluxos de investimento e os intercâmbios comerciais, mas também liberação de financiamentos e construção de projetos de infraestrutura. Objetiva-se, neste

---

<sup>26</sup> O setor de metais figura entre os principais no âmbito dos novos investimentos, ao lado do setor automotivo e de telecomunicações (Gráfico 10). Os projetos no setor extrativo encontram-se sobretudo no Peru, enquanto novos investimentos em manufatura de metais se localizam especialmente no México (CEPAL, 2021).

subcapítulo, apresentar os principais mecanismos de financiamento da China na região, identificando sua evolução, características e seu papel na estratégia de desenvolvimento internacionalizado executado por Pequim. Essa contextualização é relevante na medida em que os empréstimos institucionais chineses servem como reforço do desmembramento do IED, do investimento em infraestrutura e das relações comerciais (RECAJ, 2020).

O Banco de Desenvolvimento da China (CDB, em inglês) e o Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM, em inglês) constituem engrenagens fundamentais ao projeto de internacionalização chinês inaugurado com a estratégia *going global*<sup>27</sup> (JENKINS, 2019). Liu, Xu e Fan (2020) argumentam que esses *policy banks* desempenham um papel central no financiamento para o desenvolvimento internacional “com características chinesas”, cujo modelo transcende a ajuda externa tradicional<sup>28</sup> (doações, empréstimos concessionais, etc.).

Desta forma, os empréstimos chineses e sua contribuição no panorama da cooperação internacional empreendida por Pequim também compreendem instrumentos financeiros na forma de empréstimos não-concessionais, como créditos de exportação, empréstimos oficiais a preços de mercado e linhas estratégicas de crédito para empresas chinesas (MALCALZA, 2019). De forma complementar, Lin e Wang (2017) assinalam que uma das atribuições do CDB e do CHEXIM diz respeito ao provimento de “capital paciente<sup>29</sup>” para grandes projetos de infraestrutura, sendo particularmente aos países em desenvolvimento.

Desde 2009, essas duas instituições têm se expandido de forma significativa, atingindo abrangência global. Entre 2008 e 2019, o CDB e o CHEXIM empenharam US\$ 462 bilhões em 858 projetos no exterior, valor que se aproxima aos aportes do Banco Mundial durante o mesmo período. O continente asiático é o principal destinatário desses financiamentos, com 36% do total, sendo seguido pelos continentes americano, com 28%, e africano, com 22%. Os setores de energia e transporte foram os mais relevantes, recebendo cerca de 35% do total dos fluxos de financiamento (RAY; SIMMONS, 2020).

---

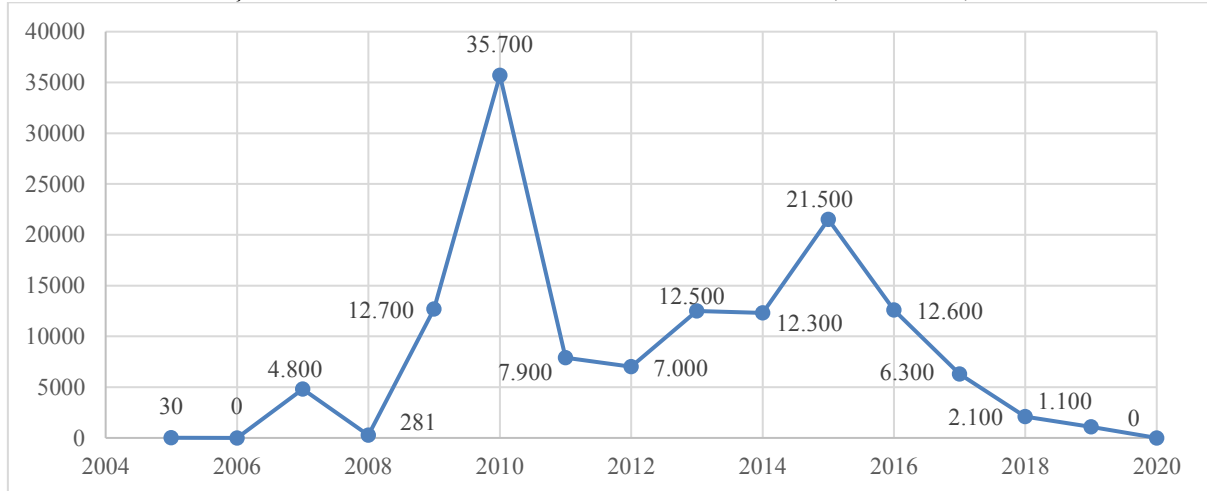
<sup>27</sup> Cabe lembrar que ambas as instituições se encontram subordinadas à liderança do Conselho de Estado, servindo as suas diretrizes e atuando como veículos das ações de cooperação internacional promovidas pela China.

<sup>28</sup> De acordo com as definições de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), estipulado pela OCDE (2008), empréstimos concessionais têm intrinsecamente um componente de concessão (taxas de juros abaixo do mercado e longos períodos de maturação), envolvendo fluxos de capital e recursos intergovernamentais, com orientação para o desenvolvimento e o bem-estar social e com um componente de doação de ao menos 25% do valor total

<sup>29</sup> Lin e Wang (2017) entendem que a China, além de exportar suas vantagens comparativas, emprega “capital paciente”, com maturidade dez anos ou mais. Entende-se por “capital paciente” um investimento em um “relacionamento”, pelo qual um investidor tem uma participação de longo prazo no desenvolvimento de um país. Esses investidores estão mais dispostos e mais capazes a assumir riscos, desempenhando ainda um papel relevante no financiamento de infraestrutura, uma vez que muitas vezes é acompanhado por *know-how* tecnológico e administrativo. Ainda sobre o conceito de capital paciente, ver Kaplan (2016).

O CDB e o CHEXIM expandiram sua atuação na ALC a partir de 2009, conforme apresentado pelo Gráfico 12.

Gráfico 12 - Evolução dos financiamentos do CDB e do CHEXIM na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$.



Fonte: Elaboração do autor com base em Gallagher e Myers (2021).

Com base no Gráfico 12, nota-se uma elevação nos financiamentos chineses na ALC sobretudo entre 2009 e 2015, apresentando, contudo, uma trajetória irregular. Assim como no caso dos fluxos de IED, o pico de financiamentos foi atingido em 2010, quando mais de US\$ 35 bilhões em recursos foram liberados para os países latino-americanos. Após uma queda considerável em 2011, os aportes voltaram a subir entre 2013 e 2015. Depois disto, identifica-se uma tendência de declínio, também refletindo um panorama mais geral a respeito da atuação internacional do CDB e do CHEXIM<sup>30</sup>. Em 2020, pela primeira vez desde 2006, não houve liberação de empréstimos soberanos aos países da região.

As razões para a queda dos empréstimos chineses contemplam aspectos como reavaliação de custos e benefícios de projetos, transações problemáticas no portfólio de financiamentos e receios a respeito da capacidade de pagamentos de determinados Estados (MYERS; RAY, 2021). A queda no preço internacional das *commodities*, somada aos desequilíbrios fiscais e de endividamento decorrentes da pandemia em determinados países da região, igualmente influenciaram a adoção de um comportamento mais criterioso por parte dos emprestadores. Outro fator se vincula com pressões internas para desalavancagem das operações no exterior, impactando na disposição dos bancos chineses em realizar novos empréstimos, sobretudo em ambientes de alto risco (MYNGEY; KRATZ, 2021).

<sup>30</sup> De forma similar ao verificado na ALC, os empréstimos destas duas instituições no exterior vêm apresentando uma tendência de queda desde 2017. Em escala global, foram US\$ 75 bilhões desembolsados em 2016, contra apenas US\$ 3,9 bilhões, em 2019. Ver, entre outros, Ray *et al.*, (2021) e Mingey e Kratz (2021).

A despeito deste recuo, os empréstimos do CDB e do CHEXIM, entre 2005 e 2017, excederam os financiamentos combinados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aos países da região (KOLESKY; BLIVAS, 2018). Myers e Ray (2021) assinalam que a queda verificada a partir de 2017 não significa a inação da atuação dos bancos de desenvolvimento, que permanecem relevantes, sobretudo ao gerir fundos regionais de investimento, realizar operações de co-financiamento com outras instituições multilaterais e servir como suporte às empresas chinesas e seus interesses na região.

No agregado, são US\$ 136,8 bilhões comprometidos por ambas as instituições desde 2005, com uma média anual de US\$ 8,55 bilhões (GALLAGHER; MYERS, 2021). Em termos de volume, o CDB desponta como principal canal de financiamento (Tabela 4).

Tabela 4 - Financiamentos do CDB e do CHEXIM na ALC, 2005-2020, número de empréstimos e montante.

Instituição	Montante (em bilhões de US\$)	Em %	Número de empréstimos	Em %
Banco de Desenvolvimento da China (CDB)	97,9	72%	40	40%
Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM)	25	18%	54	55%
Outros	13,9	10%	5	5%
<b>Total</b>	<b>136,8</b>	<b>100%</b>	<b>99</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em Gallagher e Myers (2021).

O CDB é responsável por mais de 70% dos financiamentos na região, embora corresponda por apenas 40% do número de empréstimos. O CHEXIM, por sua vez, aportou apenas US\$ 25 bilhões, ou 18% do total, distribuídos em 54 empréstimos, correspondendo por 55% do total. As operações classificadas como “outros” englobam cinco empréstimos do CDB e do CHEXIM em co-financiamento com outras instituições, como o ICBC e o Citic.

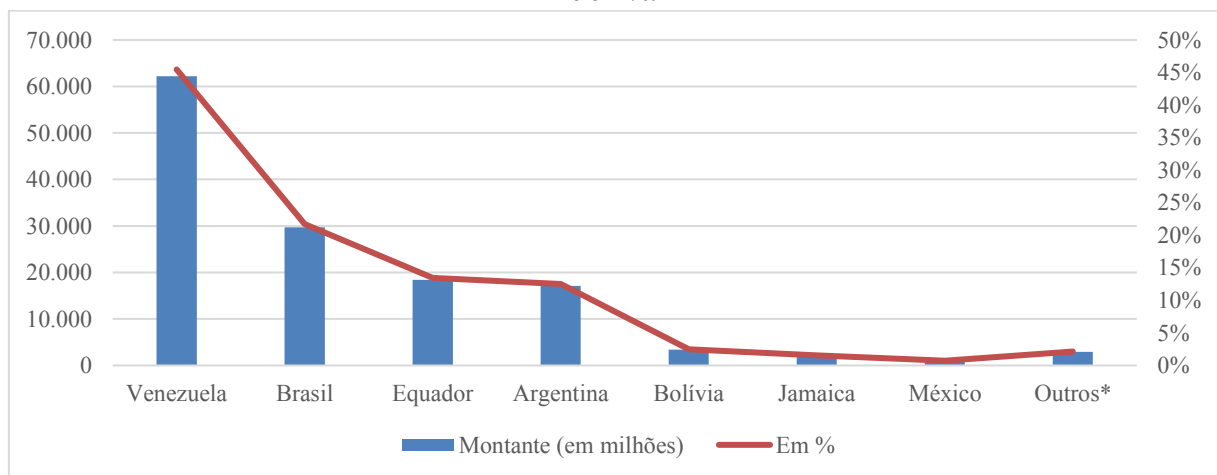
Observa-se que a China, ao contrário dos investidores tradicionais (Estados Unidos, Japão e UE), proclama continuamente o princípio da não-intervenção. Em outros termos, a liberação de recursos para cooperação não envolve condicionantes à política interna dos países receptores (KAPLAN, 2016; RECAJ, 2020). Neste sentido, o argumento é o de que o financiamento ao desenvolvimento internacional promovido pela China constitui uma forma de Cooperação Sul-Sul, desafiando o modelo tradicional de ajuda externa promovido pela OCDE (LIN; WANG, 2017; LIU; XU; FAN, 2020).

De acordo com o mencionado, a China busca superar a lógica “doador” e “receptor”, traduzindo esta relação em bases assentadas no benefício mútuo. Para tanto, acrescenta as relações de comércio e investimento à lógica da ajuda externa, adaptando-se as realidades locais

e as vantagens comparativas de cada país (LIN; WANG, 2017). Dentro desse modelo, os bancos chineses liberam financiamentos lastreados em exportações futuras de matérias-primas, prática realizada na ALC e conhecida como “*loan for oil*”<sup>31</sup> (BRAUTIGAM; GALLAGHER, 2014). Segundo Liu, Xu e Fan (2020), a introdução de mecanismos alternativos contribuem para conformar uma relação essencialmente “ganha-ganha”: de um lado, a China oferece sua capacidade técnica e financeira em favor do desenvolvimento dos países receptores, enquanto, por outro, exporta o excesso de sua capacidade produtiva.

Há, com toda certeza, limites e possibilidades associadas ao financiamento chinês. Na ALC, esses financiamentos têm se concentrado em poucos países (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Destinos dos financiamentos chineses (CDB e CHEXIM) na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %.



Fonte: Elaboração do autor com base em Gallagher e Myers (2021).

Nota-se, a partir do Gráfico 13, que mais de 90% dos financiamentos do CDB e do CHEXIM, entre 2005 e 2020, se concentraram em quatro países (Venezuela, Brasil, Equador e Argentina). Com exceção do Brasil, os outros três países têm em comum o escasso acesso aos mercados financeiros internacionais, bem como a dotação de recursos naturais. Para estes países, a China se apresentou, principalmente ao longo da última década, como uma fonte alternativa de recursos para financiamento de projetos de infraestrutura (RECAJ, 2020).

Jenkins (2019) observa que há uma relação positiva entre exportações de petróleo e empréstimos institucionais chineses, em especial nos casos da Venezuela e Equador, países

<sup>31</sup> Segundo Brautigam e Gallagher (2014), a negociação dessa modalidade de empréstimo envolve o Ministério das Finanças do país destinatário, a empresa exportadora da *commodity* e a empresa chinesa importadora, bem como o Ministério responsável pelo projeto objeto de financiamento. O governo que toma o empréstimo assina o contrato com o banco chinês, e os rendimentos de um valor especificado da exportação (geralmente em quantidade) são depositados em uma conta de garantia com o banco chinês, e sacados para reembolsar o empréstimo, usualmente vinculado a um contrato de construção com uma firma chinesa.

considerados como de risco elevado e com baixas notas por parte das agências de classificação. Diante dos riscos, os emprestadores chineses utilizaram as exportações de *commodities* como forma de tornar as operações mais seguras, permitindo o desenvolvimento de projetos com taxas razoáveis (BRAUTIGAM; GALLAGHER, 2014). Os empréstimos por petróleo (*loan for oil*), portanto, constituíram uma modalidade empregada especialmente nestes países<sup>32</sup>, embora três contratos de empréstimo do CDB com a Petrobras também tenham incluído cláusulas referentes ao envio de petróleo para a China (BARBOSA, 2020b).

As informações sobre esta modalidade de empréstimo, todavia, são desencontradas. O relatório da Cepal (2018), por exemplo, afirma que 15% dos empréstimos chineses incluem cláusulas que os vinculam com a venda de matérias-primas. Já Brautigam e Gallagher (2014) estimam que cerca de metade dos contratos dos *policy banks* chineses na região são lastreados em petróleo. A dificuldade em obter informações públicas sobre as condições de pagamento acaba por dar razão às críticas associadas à opacidade dos contratos de empréstimo, que muitas vezes acabam se assemelhando com contratos de natureza comercial, com cláusulas de sigilo e arbitragem que dificultam a divulgação de informações sobre inadimplência ou reestruturação de dívidas (HORN; REINHART; TREBESCH, 2019).

Na Venezuela, a liberação de empréstimos chineses se sucedeu, sobretudo por meio da criação de fundos conjuntos de cooperação, por sua vez responsáveis pelo financiamento de centenas de projetos em áreas como construção, mineração, hidrocarbonetos, telecomunicações e manufatura<sup>33</sup>. Piña (2019) assinala que os mecanismos pelos quais os empréstimos foram aprovados implicaram o compromisso, por parte do país sul-americano, de honrar as dívidas contraídas com envios de petróleo para a China.

No Equador, os empréstimos se direcionaram para construção de infraestruturas entendidas como estratégicas, sobretudo durante o governo de Rafael Corrêa (2007-2017). Entre 2010 e 2018, foram selados vinte e seis acordos<sup>34</sup>, totalizando US\$ 13,6 bilhões. Sob diferentes modalidades e com propósitos diversos, o destaque recaiu para a construção de sete hidrelétricas (GÁRZON; CASTRO, 2018; LOZANO, 2019; SALGADO, 2019).

<sup>32</sup> De acordo com Gallagher (2016), o CDB, em 2011, liberou um empréstimo de US\$ 4 bilhões para a Venezuela, assegurado com a venda de 230 mil barris de petróleo por dia. Outro exemplo foi a liberação de US\$ 1 bilhão ao Equador, em 2009, com o pagamento assegurado pelo envio de 39 mil barris de petróleo por dia.

<sup>33</sup> Segundo Piña (2019), os desembolsos dos empréstimos foram efetivados por meio do Fundo Conjunto China-Venezuela (JCVF, em inglês) e o Fundo de Grande Volume de Longo Prazo (LTLVF, em inglês). Esses mecanismos foram criados com contribuições da China, por meio do CDB, e da Venezuela, por meio do Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN).

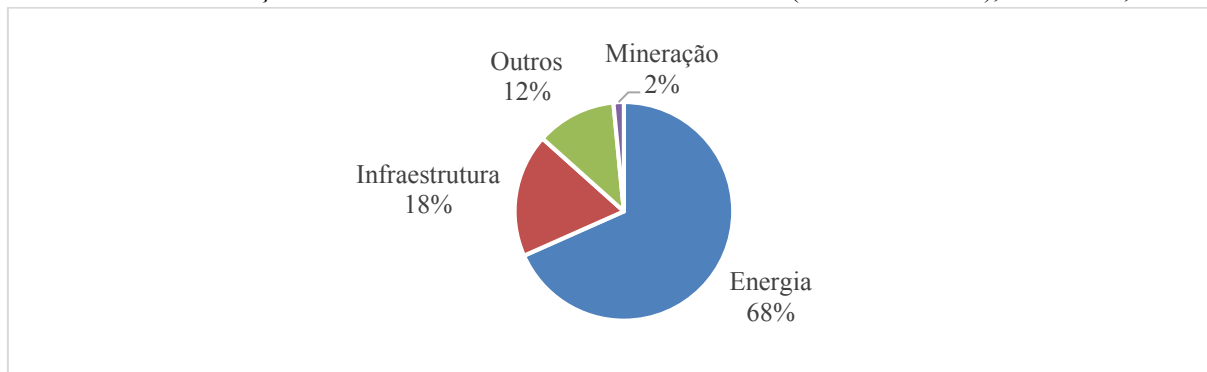
<sup>34</sup> Segundo Salgado (2019), doze empréstimos foram para construção de infraestruturas e catorze foram discricionários - embora metade destes empréstimos estivessem condicionados ao financiamento de infraestruturas e projetos de investimento com participação de empresas chinesas, incluindo quatro empréstimos garantidos por petróleo. Para mais detalhes, ver Salgado (2019).

No caso argentino, quarto principal receptor de recursos na ALC, as dinâmicas foram um tanto distintas, a despeito da similaridade em relação às dificuldades no acesso às fontes internacionais de financiamento. Desde 2007, o país recebeu US\$ 17,1 bilhões em empréstimos, destinados especialmente para projetos de infraestrutura energética e de transportes (STANLEY, 2019a). Entre estes projetos, é válido mencionar a liberação de US\$ 332 milhões do CHEXIM para construção da usina de energia solar de Caucharí, cujos detalhes serão discutidos com maior profundidade no próximo capítulo.

O Brasil não enfrenta as mesmas desconfianças dos agentes financeiros internacionais como os outros três países, mas se coloca como o terceiro principal receptor de recursos do CDB e do CHEXIM. A Petrobras foi a principal destinataria dos recursos (US\$ 25 bilhões). A companhia observou os fundos chineses como uma fonte alternativa para financiar a sua recuperação, dado o contexto adverso decorrente dos efeitos da operação Lava-Jato e do recuo no preço internacional de petróleo (HIRATUKA; DEOS, 2019).

Em termos setoriais, há igualmente uma concentração, com o setor de energia se sobressaindo (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Distribuição setorial dos financiamentos chineses na ALC (CDB e CHEXIM), 2005-2020, em %



Fonte: Elaboração do autor com base em Gallagher e Myers (2021).

Os empréstimos institucionais chineses se acumulam nos setores de energia e infraestrutura, contabilizando por 86% do total de financiamentos. As atividades envolvidas no setor de mineração, ao contrário dos fluxos de IED, mostraram-se pouco representativas.

Diferentemente do capital ocidental, que aporta seus financiamentos em diferentes setores, o capital chinês se focaliza em infraestrutura e atividades de extração, servindo ao objetivo da China no sentido de promover suas exportações de serviços, tecnologias e capacidade produtiva, bem como sustentar a internacionalização de “campeões nacionais” e suas relações com governos da região (GALLAGHER, 2016; KAPLAN, 2016; RECAJ, 2020; CEPAL, 2021). Os recursos chineses também vão ao encontro das necessidades dos países da



ALC, que apresentam uma lacuna anual de investimentos em infraestrutura ao redor de US\$ 150 bilhões, ou 2,5% do PIB regional (CAVALLO; POWELL, 2019).

No setor de energia, os financiamentos chineses se direcionaram para atividades de exploração e extração de petróleo, construção de hidrelétricas e projetos eólicos e solares<sup>35</sup>. Em relação à infraestrutura de transportes, houve a liberação de créditos para edificação e reabilitação de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Os bancos chineses também financiaram obras de infraestrutura social, contemplando projetos para construção de escolas, hospitais e de mobilidade urbana (DUSSEL PETERS, 2020a).

De acordo com os dados do *China Latin America Finance Database* (GALLAGHER; MYERS, 2021), a Venezuela é a principal receptora de recursos no setor de energia, acumulando US\$ 55 bilhões em empréstimos. A Argentina é a principal beneficiária no segmento de infraestrutura, enquanto o Equador se sobressai em empreendimentos de infraestrutura social, incluindo a liberação de US\$ 5,3 bilhões pelo CHEXIM para financiar programas nas áreas de saúde e educação.

Além do estabelecimento de acordos de financiamento com os governos de países da ALC, o CDB e o CHEXIM cumprem o papel de gerir fundos regionais de desenvolvimento. Entre 2014 e 2015, foram criados três fundos com o objetivo de ampliar os instrumentos de financiamento da China na região, sendo eles:

- a) China Latin-America Production Capacity Cooperation Investment Fund (CLAI);
- b) Special Loan Program for China-Latin America Infrastructure Project;
- c) China-LAC Cooperation Fund (CLAC).

Combinados, esses fundos totalizam US\$ 60 bilhões em capital<sup>36</sup>, tendo como objetivo principal realizar investimentos em capital (*equity Investment*), apoiando a atuação das empresas chinesas na região em atividades de manufatura, alta-tecnologia, infraestrutura, energia, agricultura, cooperação financeira, energia limpa, etc. (MYERS; RAY, 2021).

Conforme verificado, as ações de cooperação e financiamento ao desenvolvimento por parte do CDB e CHEXIM chineses se elevaram de forma significativa na última década, com picos de aportes em 2010 e 2015. A partir de 2016, contudo, é perceptível um refluxo dos

<sup>35</sup> Os dados da *China's Global Energy Finance* (GALLAGHER, 2021) sugerem que os empréstimos no setor de energia se direcionam para projetos de exploração e extração (US\$ 32,5 bilhões) e de geração de energia (US\$ 9,3 bilhões), com destaque para uma variedade de empreendimentos no setor hidrelétrico (GALLAGHER, 2021).

<sup>36</sup> No caso brasileiro, ainda há o *Brazil China Cooperation Fund*, com capital de US\$ 20 bilhões, sendo US\$ 5 bilhões alocado por instituições financeiras brasileiras. De acordo com Maia (2021), o Fundo ainda não financiou projetos por diversos fatores.

empréstimos institucionais chineses (Gráfico 12), que se vinculam a uma confluência de fatores e refletem tendências que se verificam também em outras regiões, conforme adiantado.

O primeiro destes fatores se relaciona com um aspecto estrutural e macroeconômico, que diz respeito ao recuo no volume de reservas internacionais da China<sup>37</sup>, entendidas como “lastro” que viabilizaram a expansão internacional dos investimentos e financiamentos chineses ao longo da última década (BLACKWILL; HARRIS, 2016; WISE, 2020). Neste cenário, desencadearam-se pressões internas para desalavancagem das operações no exterior, bem como um maior apelo para que sua atuação novamente se enfoque no ambiente interno e no financiamento à recuperação econômica doméstica (MINGEY; KRATZ, 2021).

Além do recuo nas reservas internacionais e novas necessidades atreladas aos impactos da pandemia da Covid-19, os emprestadores chineses e as autoridades financeiras do país encontram-se em um processo de reavaliação dos custos e benefícios dos financiamentos no exterior. O recuo no preço internacional das *commodities* influencia neste processo de reavaliação, à medida que vem comprometendo a capacidade de pagamento de empréstimos lastreados em *commodities* (MYERS; RAY, 2021). Em âmbito global, estima-se que até 1 em 4 dólares concedidos pela China por meio de empréstimos no exterior estão sob renegociação, totalizando US \$ 94 bilhões (MINGEY; KRATZ, 2021).

A Venezuela, por exemplo, recebeu seu último empréstimo ainda em 2016, não tendo sido agraciada com novos aportes desde então. As perspectivas de perdas em projetos no portfólio dos bancos, somado a crise político-institucional e a capacidade de pagamento do país, contribuíram para uma maior cautela por parte dos emprestadores. O Equador, que recebeu volumosos empréstimos para projetos de infraestrutura entre 2015 e 2016, igualmente se vê em um contexto de dificuldades para honrar os compromissos com a banca chinesa.

Evidentemente, a pandemia enfraqueceu ainda mais a capacidade de endividamento destes países e restringiu o seu espaço fiscal, tornando-se necessárias ações para reestruturar e renegociar as dívidas dos governos equatoriano e venezuelano. Cabe destacar, conforme sugere Myers e Ray (2021), que esse processo de reestruturação tem sido extensivo, esvaziando em certo sentido as críticas a respeito das acusações de “armadilha da dívida”.

Por outro lado, questionamentos a respeito da qualidade e da sustentabilidade dos projetos têm tido efeitos no sentido de remodelar os padrões ambientais, sociais e financeiros dos empreendimentos objeto de financiamento. Novas diretrizes têm sido anunciadas por parte

---

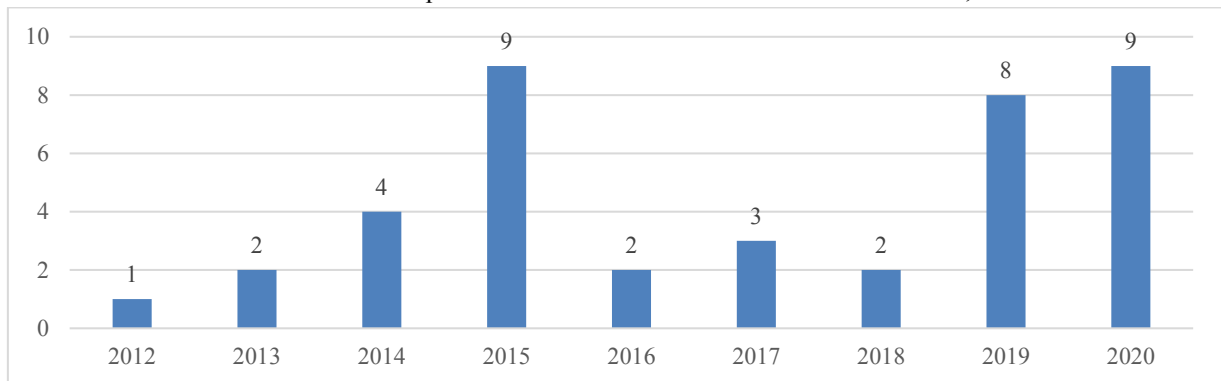
<sup>37</sup> De acordo com dados do Banco Mundial (2020b), houve uma redução relevante no nível de reservas internacionais da China entre 2014 e 2016, de US\$ 3,9 trilhões para US\$ 3,09 trilhões, mantendo-se estável desde então.

do CDB e do CHEXIM e de autoridades financeiras, visando racionalizar futuros fluxos de financiamento e sinalizando uma maior preferência para o desenvolvimento de projetos menores e mais sustentáveis (MINGEY; KRATZ, 2021; WANG, 2021).

Nesse contexto de reestruturação do panorama, os bancos comerciais, nomeadamente os *big four*<sup>38</sup>, têm tido um papel mais ativo nos últimos anos, atenuando o recuo nos níveis de financiamento do CDB e do CHEXIM. Recaj (2020) lembra que os principais bancos comerciais, de caráter igualmente público, oferecem serviços às famílias e ao investimento empresarial, concentrando-se principalmente na própria China, embora com uma presença internacional cada vez maior<sup>39</sup>. Com isso, os bancos comerciais convertem-se em parte integrante do que Chin e Gallagher (2019) denominam como “espaço de crédito coordenado”, ao se referir às interações entre diferentes atores (governos, estatais, empresas privadas, bancos, etc.) nas ações de financiamento ao desenvolvimento internacional promovidas por Pequim.

De acordo com o *China-Latin America Commercial Loans Tracker*, os bancos comerciais chineses vêm expandindo sua presença na ALC desde o lançamento da BRI, em 2013, e especialmente após a incorporação da região a iniciativa, em 2018 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Número de empréstimos dos bancos comerciais chineses na ALC, 2012-2020



Fonte: Elaboração do autor com base em Myers (2021).

Entre 2012 e 2020, são quarenta empréstimos mapeados, com picos registrados em 2015 e 2020. Interessante notar que, ao contrário dos aportes do CDB e do CHEXIM, ocorre uma ampliação da atuação dos bancos comerciais em 2019 e 2020, particularmente do ICBC, responsável por 32 operações na região. Myers (2021) reconhece a dificuldade em mapear os

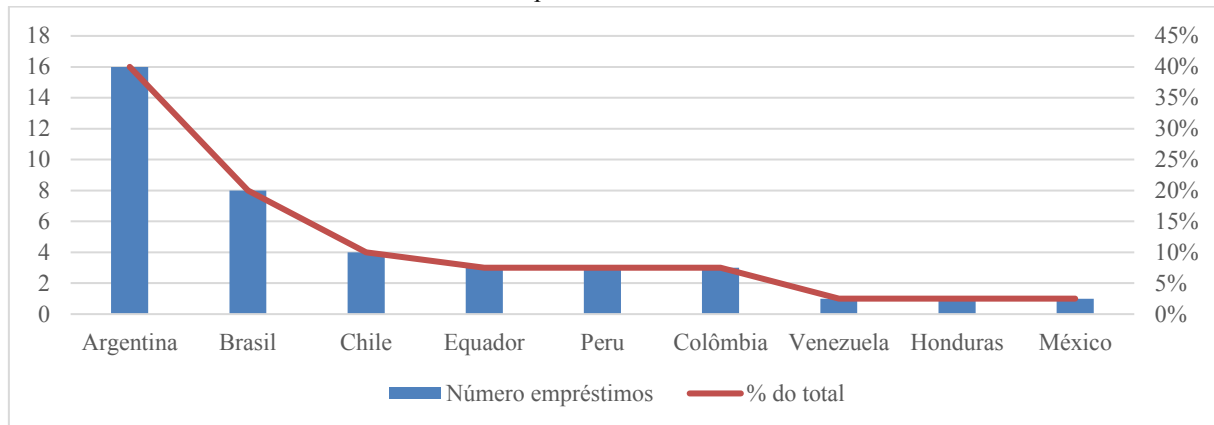
<sup>38</sup> Os “big four” são os seguintes: Banco da China (BOC, em inglês), Banco de Construção da China (CCB, em inglês); Banco de Agricultura da China (ABC, em inglês).

<sup>39</sup> De acordo com Ugaretche e León (2020), uma das formas pelas quais os bancos comerciais chineses expandem sua atuação na ALC tem sido a instalação de filiais e subsidiárias. Enquanto as filiais reportam ao sistema financeiro no mercado de origem e não tem base de capital, as subsidiárias atuam como bancos nacionais e são independentes. Na ALC, são quatro filiais e doze subsidiárias dos bancos comerciais chineses, com presença na Argentina, Brasil, Chile, México, Panamá e Peru.

valores dos empréstimos, visto que sua atuação se encontra em grande medida atrelada com a formação de consórcios de credores.

De toda forma, é possível extrair alguns aspectos relevantes, tanto em termos setoriais como de destino (Gráficos 16 e 17).

Gráfico 16 - Destino dos empréstimos dos bancos comerciais chineses na ALC, 2012-2020, em número de empréstimos e em %



Fonte: Elaboração do autor com base em Myers (2021).

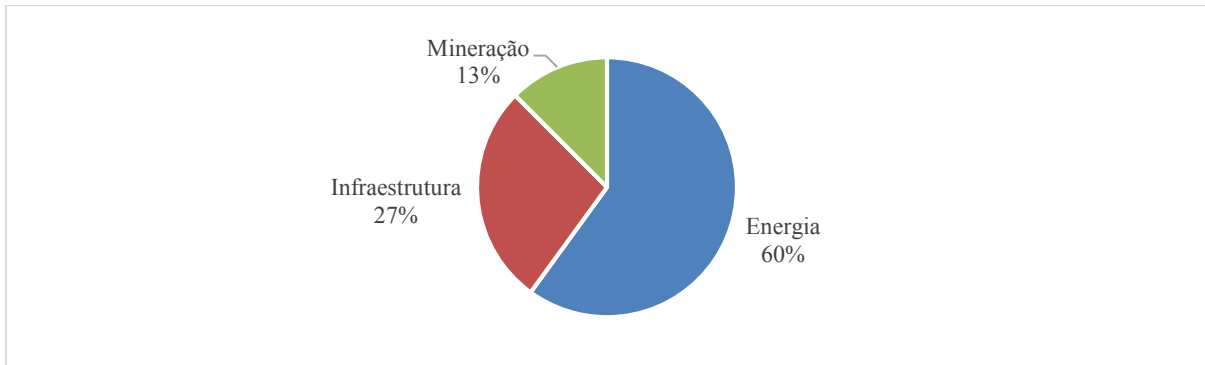
De acordo com Gráfico 16, Argentina recebe 40% do número de empréstimos, possivelmente associado com a progressiva presença do ICBC no país, particularmente após a aquisição da *Standards Bank Argentina*, em 2011 (MYERS, 2021). Outro ponto importante é a distribuição um pouco mais descentralizada em termos de destino, embora ainda restrito em um grupo pequeno de países – nove de um total de trinta e cinco no universo latino-americano. Além disso, destaca-se a baixa representação do Equador e da Venezuela<sup>40</sup>, destinos importantes de aportes do CDB e do CHEXIM ao longo da última década.

O Brasil novamente aparece como um destino importante, embora desta vez com um portfólio mais diversificado de projetos, quando comparado aos aportes dos *policy banks*, em sua maioria concentrados em empréstimos para a Petrobras (HIRATUKA; DEOS, 2019). Como exemplos, é possível citar a liberação de recursos do ICBC e outras entidades para a expansão do porto de São Luís e a aquisição da CTG das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, em 2013. Outro aspecto importante é a presença do Chile e do Peru, ausentes da lista de principais tomadores de empréstimos do CDB e do CHEXIM.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Enquanto a Venezuela recebeu apenas um aporte do ICBC, em 2013, o Equador recebeu três empréstimos, em 2012, 2016 e 2019, sendo dois do Banco da China (BOC, em inglês) e um do ICBC.

<sup>41</sup> No Peru, os empréstimos se voltaram para a expansão de projetos mineiros (Las Bambas e Marcona), enquanto no Chile os aportes se distribuíram em infraestrutura energética (eólica, hidrelétrica e de petróleo e gás).

Gráfico 17 - Distribuição setorial dos empréstimos de bancos comerciais chineses na ALC, 2012-2020, em %



Fonte: Elaboração do autor com base em Myers (2021).

Os setores de energia e infraestrutura se sobressaem, tal como os financiamentos do CDB e do CHEXIM (Gráfico 14). Myers e Ray (2021) argumentam que os bancos comerciais, em linha com as diretrizes de Pequim para direcionar recursos para projetos de alta qualidade, têm voltado suas atenções para projetos em energia eólica e solar, por exemplo. Os dados, porém, indicam que apenas cinco projetos em energias renováveis foram financiados por essas instituições, de um total de vinte e quatro. Outros quinze projetos foram financiados no setor de petróleo e gás, enquanto quatro no setor hidrelétrico (MYERS, 2021).

Na sequência, objetiva-se apresentar os contratos de construção e os projetos de infraestrutura com envolvimento chinês na ALC, representando o último e quarto vetor analisado neste capítulo.

### 3.4 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

As seções anteriores mostraram que houve um maior engajamento econômico chinês na ALC ao longo da última década, com fortes laços de intercâmbio comercial, emissão de IED e liberação de empréstimos. Pretende-se, nesta seção, observar o quarto elemento que caracteriza as relações econômicas entre o gigante asiático e os países latino-americanos, que são os projetos de infraestrutura sob modalidade de contratação (CEPAL, 2021).

Em primeiro lugar, reitera-se que, apesar de muitas das pesquisas sobre expansão internacional da China tenham se focado nos envios de IED, esta não constitui a única maneira pela qual as firmas chinesas se internacionalizam (JENKINS, 2019, p. 76). De acordo com Dussel Peters (2020a; 2021a), os projetos de infraestrutura diferenciam-se dos investimentos diretos especialmente por conta da propriedade, podendo ser definido como um serviço entre um cliente e um provedor mediante um contrato, sendo usualmente resultado de um processo de licitação, embora também possa se suceder por designação direta.

Scissors (2020) igualmente assinala que, diferentemente do IED, esses projetos de infraestrutura não envolvem propriedade, tampouco preveem um período indefinido de atuação de uma empresa em outro país. Ou seja, os projetos de infraestrutura no exterior, apesar de envolver a presença das empresas chinesas enquanto durar o período de construção de um determinado empreendimento, não conduzem o seu estabelecimento permanente, característica que define o IED (JENKINS, 2019).

Os projetos envolvem sobretudo atividades de construção, embora também contemplem outros tipos de serviço - concepção, desenho, monitoramento, manutenção, operação, entre outras. Além disso, admitem uma multiplicidade de canais de financiamento, embora haja uma correspondência, em termos setoriais e de destino, entre os empréstimos institucionais chineses e os contratos de construção do país na ALC (CEPAL, 2018; 2021; RECAJ, 2020). Na visão de Dussel Peters (2020a), os projetos de infraestrutura constituem o elo mais complexo do relacionamento sino-latino americano, exigindo uma maior interação com atores locais em uma variedade de dimensões (política, legal, ambiental, social, econômica, etc.).

Considerando essa diferenciação entre IED e projetos de infraestrutura, entende-se ser relevante sublinhar algumas características destes projetos de infraestrutura sob modalidade de contratação com participação da China.

Primeiro, são projetos que resultam da experiência acumulada de empresas chinesas em obras de infraestrutura (GRANSOW, 2015). É reconhecido que, no transcorrer da trajetória de desenvolvimento chinês, as empresas chinesas aperfeiçoaram suas capacidades técnicas ao assumir a construção de grandes e complexos projetos de infraestrutura (CHAUVET *et al.*, 2020). Além de suas competências, a internacionalização destas empresas de construção se vincula com a redução das taxas de investimento em ativos fixos de infraestrutura na própria China, em um contexto de rebalanceamento, gerando incentivos para a expansão internacional e conseqüente diversificação de suas atividades e clientes (DUSSEL PETERS, 2021a).

Segundo, o financiamento desses projetos em grande medida ocorre por intermédio dos bancos de desenvolvimento chineses, em especial do CDB e do CHEXIM (CEPAL, 2018; 2021). Apesar do suporte financeiro, Chauvet *et al.*, (2020) ressalta que a competitividade adquirida pelas corporações chinesas em atividades de construção e engenharia as colocam em patamar de competir em processos de licitação em diversas regiões e países mundo afora.

Terceiro, as construtoras chinesas apresentam uma preferência por projetos de natureza *llave en mano* (*turnkey projects*, EPC, etc), nos quais o custo e o período de realização são previamente fixados e, portanto, “fechados” (CEPAL, 2018). Neste sentido, Dussel Peters (2020a) sublinha a capacidade chinesa de oferecer projetos que integram praticamente a

totalidade dos seus múltiplos segmentos, desde o financiamento e desenho até processos posteriores a própria construção, despertando inclusive debates a respeito dos processos de aprendizagem e transferência de tecnologia. Em outros termos, esses contratos de construção de obras públicas ou privadas se caracterizam como “convencional”, com potencialidades ainda não suficientemente exploradas para o desenvolvimento de projetos na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) (CEPAL, 2018; CHAUVET *et al.*, 2020).

Quarto, os projetos de infraestrutura através da modalidade de contratação têm sido largamente utilizados no marco da BRI, constituindo um meio pelo qual é catalisada a participação global de empresas e tecnologias chinesas na ALC e em outras regiões (CEPAL, 2021). Os projetos de infraestrutura, que constituem o núcleo da proposta de “conectividade” imbricada na BRI, fazem parte do que Dussel Peters (2020a) e outros estudos denominam como “globalização com características chinesas<sup>42</sup>”.

Quinto, o setor de infraestrutura foi identificado pelas autoridades chinesas como uma das prioridades no relacionamento com a ALC, evidenciado no esquema de cooperação conhecido como “1+3+6”<sup>43</sup> e no modelo “3x3”<sup>44</sup>. Para Niu (2018), as razões para essa priorização são diversas, perpassando motivações como o enorme déficit em infraestrutura dos países latino-americanos e o consenso internacional em torno do papel positivo dos investimentos em infraestrutura para atingir as metas de desenvolvimento sustentável.

Chauvet *et al.*, (2020) recorda que, na ALC, a cobertura e qualidade da infraestrutura é insuficiente, obstaculizando o crescimento econômico sustentável e inclusivo, bem como o atingimento de objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, como redução de pobreza, melhora da educação, emprego e saúde, e mitigação de impactos ambientais. Além das necessidades que não são cobertas, há ainda uma série de serviços de infraestrutura que não

---

<sup>42</sup> Vadell, Secches e Burger (2019) entendem que, com a BRI, a pretensão de Pequim é estabelecer uma “globalização com características chinesas”, baseada em investimentos produtivos e em infraestrutura, em antagonismo à globalização de corte ocidental (neoliberal), baseada em pilares como a liberalização financeira e desregulação das economias nacionais. Ainda sobre a ideia de “globalização com características chinesas”, ver Pautasso, Doria e Nogara (2020).

<sup>43</sup> A estrutura “1+3+6” de cooperação foi inicialmente mencionada em julho de 2014, na ocasião do estabelecimento do Fórum China-CELAC. A ideia se refere a um Plano (Plano de Cooperação China-CELAC), três forças motrizes (comércio, investimentos e cooperação financeira) e seis prioridades de cooperação (energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação como prioridades de cooperação) (CHINA, 2016). Ver, também, Jiang (2015).

<sup>44</sup> O modelo “3x3” foi inicialmente proposto em 2015, durante visita do premier chinês, Li Keqiang, à região. O modelo 3x3 se refere à construção de capacidades em logística, eletricidade e informação, permitindo interações entre empresas, sociedade e governo, ao passo que expandindo os três canais de financiamento envolvendo fundos, empréstimos de crédito e seguro (CHINA, 2016). Ver, também, Kolesky e Blivas (2018) e Niu (2018).

funcionam adequadamente, exemplificado em interrupções ocasionais ou frequentes de diferentes serviços (água, eletricidade, saneamento, enchentes, etc.).

Sexto, os países da ALC, ao buscarem fontes para expandir suas opções de financiamento para desenvolvimento de infraestrutura, observam a China como um potencial parceiro. Por sua vez, o país asiático tem interesse em lidar com desafios relativos à capacidade ociosa de sua estrutura produtiva industrial, ao passo que observa oportunidades para internacionalizar suas empresas de construção e engenharia e exportar serviços e tecnologias (NIU, 2018). Nesse esquema, a complementaridade exerce um papel central, à medida que a China oferece suas capacidades técnicas e de financiamento de modo a atender objetivos vinculados à mudança estrutural de sua economia, ao mesmo tempo em que contempla as necessidades dos países da região, carentes de capital e *expertise* para execução de grandes e complexos projetos de infraestrutura.

Em linhas gerais, há nítida complementaridades para cooperação em infraestrutura, embora existam também controvérsias e desafios associados com impactos ambientais e sociais (NIU, 2018). Kolesky e Blivas (2018) também assinalam a existência de projetos que carecem de uma análise adequada de custos e benefícios, com indícios insuficientemente elucidativos acerca de sua racionalidade econômica. Outros riscos se associam com as capacidades das empresas locais no médio e longo prazo, considerando a preferência chinesa por contratos de construção convencional e a prioridade concedida para a utilização de insumos, equipamentos e tecnologia de fornecedores chineses (CHAUVET *et al.*, 2020; DUSSEL PETERS, 2020a).

Existem, portanto, oportunidades e riscos vinculadas aos contratos de construção e projetos de infraestrutura da China na ALC. De um lado, as capacidades chinesas podem contribuir para preencher a lacuna de investimentos em infraestrutura, especialmente no marco da BRI, atenuando vulnerabilidades que caracterizam a trajetória de desenvolvimento da região nas últimas décadas (GRANSOW, 2015; PAUTASSO *et al.*, 2020). Por outro lado, há receios a respeito do enfraquecimento dos setores de engenharia e construção das economias locais e dos impactos socioambientais de grandes empreendimentos. Outra preocupação ainda se vincula com benefícios possivelmente limitados de projetos cuja motivação reside quase que exclusivamente no escoamento das exportações de *commodities* (RODRIGUES, 2021).

Considerando essa dualidade característica de uma geoeconomia híbrida<sup>45</sup>, Dussel Peters (2020a, 2021a) identifica que, sob uma perspectiva das cadeias de valor, os projetos de

---

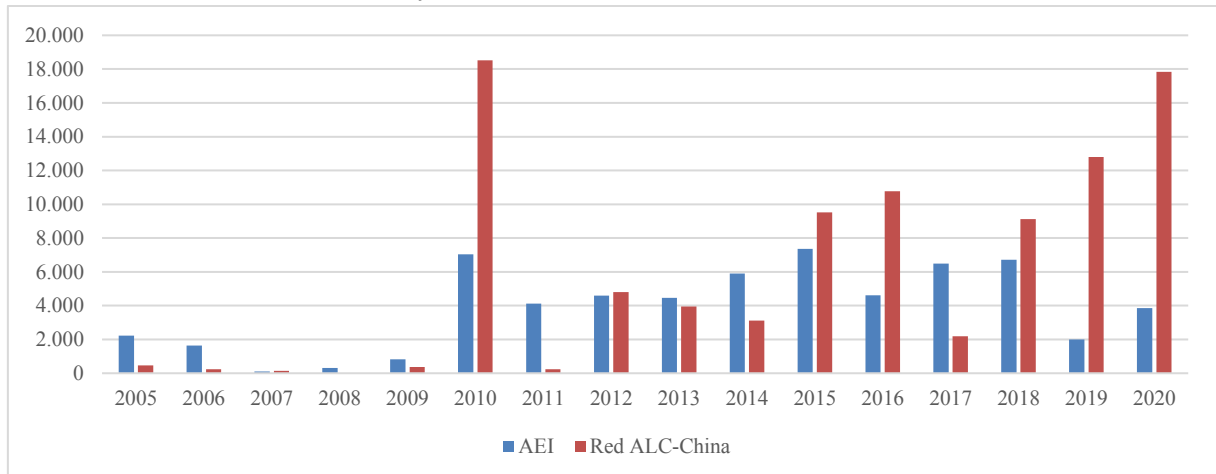
<sup>45</sup> Rodrigues (2021, p. 05) conceitua “geoeconomia híbrida” como o emprego de instrumentos econômicos a partir de uma dualidade multiforme, contraditória e assimétrica que, quando utilizadas em certos países ou regiões, apresentam vantagens e desvantagens. É um processo de projeção econômica com finalidades



infraestrutura constituem as atividades mais complexas no âmbito das relações China-ALC, uma vez que estas exigem competências que superam as esferas do comércio, logística, financiamento e investimento. De forma mais específica, a consecução exitosa de projetos de infraestrutura demanda conhecimentos de costumes locais, regionais e nacionais, exigindo também constantes processos de aprendizagem em termos de marcos regulatórios nacionais, trâmites de processos licitatórios, características dos ambientes político-institucionais, abrangência de regulamentos trabalhistas e ambientais, entre outros<sup>46</sup>.

Assim como os fluxos de IED e os empréstimos institucionais, os contratos de construção, ou projetos de infraestrutura, se elevaram de forma significativa na última década, conforme sugere o Gráfico 18, que apresenta os registros da *China Global Investment Tracker* (CGIT), produzido pela AEI (2021), e do *Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean 2020*, elaborado pela Red ALC-China (2021b).

Gráfico 18 - Contratos de construção e infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$



Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021) e Red ALC-China (2021b).

O Gráfico 18 apresenta a evolução dos contratos de construção (AEI, 2021), ou dos projetos de infraestrutura (RED ALC-CHINA, 2021b), entre 2005 e 2020. Os registros da AEI (2021) demonstram poucos projetos entre 2005 e 2009, ao passo que manifestam uma média anual de US\$ 5,2 bilhões em contratos entre 2010 e 2020. Ao total, são mapeados 136 contratos, avaliados em US\$ 62,3 bilhões, com uma média de US\$ 458 milhões por contrato.

geopolíticas, materializado pela junção de aspectos que trazem consigo tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus, caracterizando-se, expressando-se ou manifestando-se pela composição de elementos díspares, ambíguos e em diversas modalidades político-econômicas.

<sup>46</sup> Jáuregui (2021) e Abdenur, Folly e Santoro (2021) conduziram estudos que enfatizaram a centralidade de processos de aprendizagem institucional das firmas chinesas, analisando os casos dos projetos de infraestrutura energética na Argentina e de empreendimentos ferroviários no Brasil, respectivamente.

Os registros da Red ALC-China (2021b) demonstram uma média anual, entre 2010 e 2020, maior do que aquela apresentada pelos dados da AEI (2021), da ordem de US\$ 8,43 bilhões. Desde 2005, são US\$ 94 bilhões, distribuídos em 138 projetos, com uma média de US\$ 682 milhões por transação (RED ALC-CHINA, 2021b).

A despeito de ilustrarem uma elevação do volume de projetos a partir de 2010, é possível notar mais disparidades do que similaridades entre os registros. As maiores divergências ocorreram em 2010, ano de pico dos projetos de infraestrutura, e nos dois últimos anos (2019 e 2020), com montantes registrados pela AEI (2021) abaixo da média anual da última década.

Em termos de destino, igualmente é possível identificar divergências (Tabela 5).

Tabela 5 - Destinos dos projetos de infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %.

Base de dados País e região	AEI		Red-ALC China	
	Em milhões de US\$	Em %	Em milhões de US\$	Em %
<b>América Central e Caribe</b>	<b>8.390</b>	<b>13,4%</b>	<b>20.845</b>	<b>22,2%</b>
Antígua e Barbuda	260	0,4%	413	0,4%
Bahamas	0	0,0%	39	0,0%
Barbados	490	0,8%	23	0,0%
Belize	0	0,0%	69	0,1%
Costa Rica	810	1,3%	860	0,9%
Cuba	240	0,4%	5.270	5,6%
Guatemala	700	1,1%	0	0,0%
Honduras	350	0,6%	530	0,6%
Jamaica	1.510	2,4%	7.193	7,6%
México	500	0,8%	3.015	3,2%
Nicarágua	230	0,4%	0	0,0%
Panamá	2.190	3,5%	3.107	3,3%
Trinidad e Tobago	1.110	1,8%	326	0,3%
<b>América do Sul</b>	<b>54.360</b>	<b>86,6%</b>	<b>73.245</b>	<b>77,8%</b>
Argentina	12.790	20,4%	25.226	26,8%
Bolívia	5.060	8,1%	4.727	5,0%
Brasil	9.580	15,3%	12.773	13,6%
Chile	160	0,3%	2.452	2,6%
Colômbia	660	1,1%	6.507	6,9%
Equador	7.830	12,5%	8.020	8,5%
Guiana	1.080	1,7%	138	0,1%
Paraguai	0	0,0%	12	0,0%
Peru	1.820	2,9%	5.287	5,6%
Uruguai	180	0,3%	40	0,0%
Venezuela	15.200	24,2%	8.063	8,6%
<b>Total</b>	<b>62.750</b>	<b>100%</b>	<b>94.090</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021) e Red ALC-China (2021b).

Nota-se, a partir da Tabela 5, a predominância da América do Sul nos projetos de infraestrutura, embora os dados da Red ALC-China (2021b) apresentem uma maior representatividade para os países da América Central e Caribe, sobretudo em razão de projetos na Jamaica, Cuba, México e Panamá. Além disso, é possível identificar divergências acentuadas nos registros de países como Colômbia, Chile, Cuba, Jamaica e Venezuela, sobretudo.

A diferença entre as bases possivelmente se explica, em parte, pela definição mais abrangente de projeto de infraestrutura adotada na base da Red ALC-China (2021b), uma vez que considera atividades e processos que não se resumem apenas à construção, mas que englobam segmentos da cadeia de valor que são parte dos projetos: concepção, *design*, construção em várias etapas e múltiplos processos pós-construção, como serviços de monitoramento, manutenção e até mesmo operação (DUSSEL PETERS, 2020a; 2021a).

Outra diferença pode estar vinculada com o registro de projetos parados ou mesmo suspensos por parte da Red ALC-China (2021b), que acabam entrando na categoria de “transações problemáticas” na base da AEI (2021)<sup>47</sup>. Assim como em relação ao IED, pequenos projetos de infraestrutura, abaixo dos US\$ 95 milhões, não são contabilizados pela AEI (2021), sendo registrados na Red ALC-China (2021b)<sup>48</sup>. As divergências também podem se explicar por omissões no momento de coleta e registro dos projetos.

Em termos de convergências, cabe destacar a importância dos projetos de infraestrutura na Argentina, Brasil, Equador e Venezuela<sup>49</sup>, principais receptores de empréstimos institucionais chineses, sugerindo a referida correspondência ou correlação entre os vetores analisados. Ou seja, é correto inferir que uma parcela desses contratos de construção de obras públicas é financiada por bancos chineses (CEPAL, 2018; 2021).

Na Argentina, por exemplo, são diversos projetos financiados pela China e que contam com os serviços de construção e engenharia exportados por empresas do país asiático. Stanley (2018) identifica que a China constitui uma das principais – senão a principal – fonte de recursos para a infraestrutura, considerando as já mencionadas dificuldades do país sul-americano em acessar os mercados financeiros internacionais. Desde 2015, são US\$ 22 bilhões em projetos

---

<sup>47</sup> De acordo com os dados de transações problemáticas da AEI (2021) para a ALC, são US\$ 36 bilhões em projetos que não avançaram e/ou não foram entregues. O registro desses projetos, contudo, não diferencia investimentos e contratos de construção, dificultando a inferência sobre sua influência na diferença entre as bases.

<sup>48</sup> Segundo a base da Red ALC-China (2021b), são 26 projetos de infraestrutura com valor inferior a US\$ 95 milhões, totalizando US\$ 1,25 bilhões.

<sup>49</sup> Nos dados da AEI (2021), esses quatro países concentram 72,4% dos contratos de construção, enquanto que, na base da Red ALC-China (2021b), o percentual é de 57,4%.

de infraestrutura, contemplando obras públicas de transporte ferroviário, energia hidrelétrica, parques solares e eólicos, distribuição de gás e saneamento (STANLEY, 2018).

O Brasil, assim como o restante da ALC, apresenta insuficiência de investimentos em infraestrutura, com implicações negativas ao crescimento e à competitividade de sua economia<sup>50</sup>. Desde 2005, são 17 projetos mapeados pela Red ALC-China (2021b), totalizando cerca de US\$ 12 bilhões. Os projetos incluem linhas de transmissão de energia, ferrovias, gasodutos, portos, termelétricas, obras de mobilidade urbana, entre outros.

Conforme mencionado, os empréstimos chineses contribuíram para o desenvolvimento de um conjunto de projetos hidrelétricos no Equador, cujos serviços de construção e engenharia ficaram a cargo de empresas chinesas<sup>51</sup>. Segundo Garzón e Castro (2018), o CHEXIM e o CDB ajudaram o Equador com o financiamento de aproximadamente US\$ 3 bilhões para sete projetos hidrelétricos construídos por empresas chinesas:

- a) Coca Codo Sinclair (1500 MW);
- b) Sopladora (487 MW);
- c) Minas-San Francisco (270 MW);
- d) Toachi-Pilatón (245 MW);
- e) Delsintanisagua (180 MW);
- f) Quijos (50 MW);
- g) Mazar-Dudas (21 MW).

O objetivo de diversificar a matriz energética, reduzir a dependência em combustíveis fósseis e impulsionar o desenvolvimento econômico veio acompanhado de desafios relevantes, associados com os custos dos projetos, a sustentabilidade da dívida externa e os impactos ambientais e sociais. O maior dos projetos hidrelétricos (Coca Codo Sinclair) também se notabilizou por escrutínios vinculados com a negociação dos termos dos empréstimos firmado junto ao CHEXIM, a qualidade dos materiais, os procedimentos de transferência de tecnologia e a subcontratação de empresas locais (GARZÓN; CASTRO, 2018; LOZANO, 2019).

Na Venezuela, as firmas chinesas foram responsáveis por prestar serviços de construção e engenharia especialmente no setor de energia. Segundo dados da Red ALC-China (2021b), são dez projetos desde 2007, com destaque para construção de termoelétricas. Os projetos no país contaram com a participação destacada de empresas como a *China National Machinery*

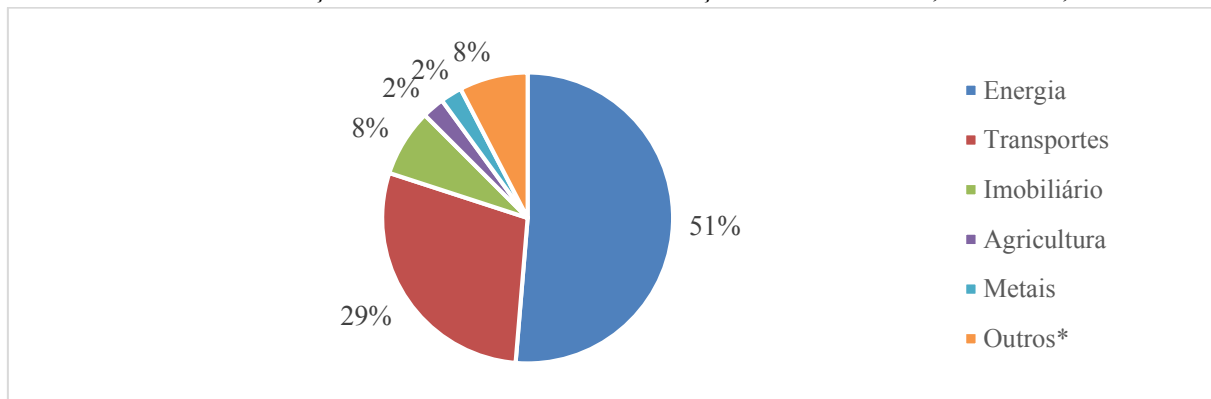
<sup>50</sup> Segundo Cavallo, Powell e Serebrisky (2020), o país foi o que menos dispendeu recursos em infraestrutura em toda a região em 2019, com investimentos públicos inferiores a 0,5% do PIB.

<sup>51</sup> Os dados da AEI (2021) sugerem que as firmas chinesas detêm contratos de construção no setor hidrelétrico que superam os US\$ 5 bilhões, enquanto os dados da Red ALC-China (2021b) igualmente listam a participação de construtoras chinesas em projetos neste segmento.

*Industry Corporation* (Sinomach) e *Power Construction Corporation of China* (PowerChina). A base da AEI (2021) mapeia uma quantidade maior de contratos de construção (22 no total), com um montante de cerca de US\$ 15 bilhões (Tabela 5).

Em termos setoriais, igualmente se notam diferenças, embora ambas as bases apresentem uma preponderância dos setores de energia e transportes, concentrando entre 80% e 90% dos projetos de infraestrutura da China na região (Gráficos 19 e 20).

Gráfico 19 - Distribuição setorial dos contratos de construção da China na ALC, 2005-2020, em %.



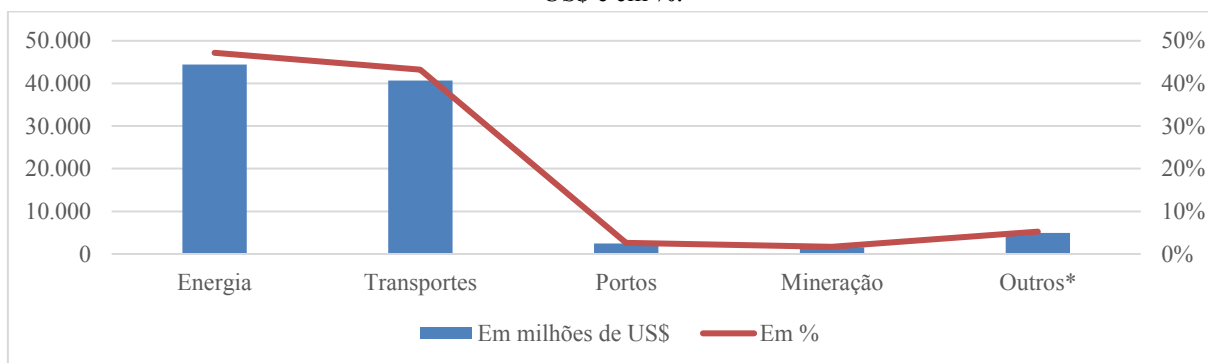
Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021).

\* A classificação “outros” inclui: Agricultura; Químicos; Entretenimento; Saúde; Logística; Tecnologia; Turismo; Serviços públicos.

De acordo com o Gráfico 19, os contratos de construção da China na ALC se concentram nos setores de energia e transportes, somando 80% dos mais de US\$ 60 bilhões dos projetos desde 2005. Os projetos hidrelétricos se sobressaem, totalizando US\$ 13,8 bilhões, ou 43% dos contratos no setor energético. Em relação ao setor de transportes, destacam-se os projetos rodoviários (cerca de US\$ 11 bilhões) e ferroviários (US\$ 5,6 bilhões).

Niu (2018) entende que as ferrovias de alta-velocidade, a despeito do potencial atrelado com a *expertise* das construtoras chinesas, encontraram dificuldades variadas na região, com exemplos de insucesso no Brasil, México e Venezuela. O projeto da ferrovia bioceânica, por exemplo, não avançou por conta das incertezas associadas ao desafio logístico, de engenharia e de financiamento (KOLESKY; BLIVAS, 2018; NIU, 2018). Há, por outro lado, empreendimentos ferroviários em andamento na Argentina, bem como projetos rodoviários e de mobilidade urbana, como a construção do metro de Bogotá (US\$ 3,4 bilhões), a cargo da *China Communications Construction Company* (CCCC).

Gráfico 20 - Distribuição setorial dos projetos de infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, em milhões de US\$ e em %.



Fonte: Elaboração do autor com base em Red ALC-China (2021b).

\* A classificação “outros” inclui: Aquedutos; Aeroportos; Saúde; Segurança; Telecomunicações.

O Gráfico 20 novamente reforça a preponderância dos setores de energia e transporte, responsáveis por 90% dos projetos desde 2005, segundo a Red ALC-China (2021b). Igualmente importante é a baixa representatividade dos projetos de infraestrutura no setor de mineração, uma das atividades preferenciais tanto para as aquisições como para novos investimentos (*greenfield*) da China na região. Os projetos no setor energético são maioria, abarcando centrais hidrelétricas, usinas de energia renovável, redes de transmissão e projetos de gás e petróleo, assim como um projeto de energia nuclear na Argentina (CEPAL, 2021).

Entre 2000 e 2018, as firmas chinesas estiveram envolvidas com 91 projetos de infraestrutura, incluindo 28 em geração de energia (23 hidrelétricas), 15 portos, 7 rodovias, 7 ferrovias, 6 refinarias de petróleo e gás, 3 aeroportos, 5 estádios, 2 linhas de transmissão e outros 17 projetos (KOLESKY; BLIVAS, 2018). Em 2019 e 2020, a Red ALC-China (2021b) identificou outros 53 projetos, sendo 28 no setor de transportes e 11 no setor de energia, incluindo 6 em energias limpas (eólica ou solar) e 2 em usinas hidrelétricas. Cabe, ainda, mencionar outros 7 projetos em telecomunicações no Peru, Argentina, Paraguai e Chile.

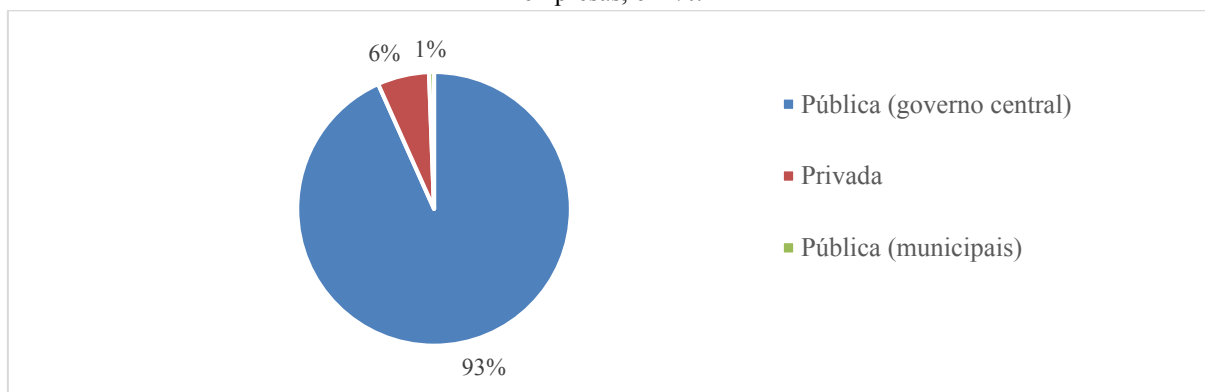
Em linhas gerais, a China vem remodelando o panorama da infraestrutura na ALC por meio da construção e modernização de uma miríade de infraestruturas (NIU, 2018). Os projetos de infraestrutura geralmente vêm acompanhados com o financiamento dos bancos chineses, suprindo necessidades investimento dos países latino-americanos (CHAUVET *et al.*, 2020), embora com possíveis impactos indesejados para a construção de capacidades das firmas locais, à medida que os empréstimos geralmente vêm acompanhados por cláusulas de compra de equipamentos, insumos e serviços de empresas chinesas.

Por fim, entende-se como relevante abordar como a dimensão da infraestrutura e manifesta a já citada “onipresença” do setor público chinês na ALC (DUSSEL PETERS, 2015). Entre 2005 e 2020, foram de 37 empresas com participação em projetos de infraestrutura na

região, com ampla proeminência das estatais do governo central, inclusive com representação superior à aquela verificada com os fluxos de IED.

De acordo com o Gráfico 21, as empresas públicas chinesas correspondem por cerca de 93% dos projetos de infraestrutura na ALC, em termos de montante de investimento.

Gráfico 21 - Projetos de infraestrutura da China na ALC, 2005-2020, por tipo propriedade das empresas, em %.



Fonte: Elaboração do autor com base em Red ALC-China (2021b).

Entre 2005 e 2020, cinco empresas chinesas, todas elas públicas do governo central, se sobressaíram na esfera da infraestrutura, contabilizando por 68% do total das inversões. São elas:

- a) China Communications Construction Company (CCCC);
- b) China Railway Construction Company (CRCC);
- c) PowerChina;
- d) China National Nuclear Corporation (CNNC);
- e) China National Petroleum Corporation (CNPC).

Para Dussel Peters (2021a), são múltiplas as características e diferenças entre as próprias empresas, como o alto valor médio por projeto, de US\$ 2,4 bilhões para CNPC e US\$ 7,9 bilhões para CNNC<sup>52</sup>, além de o número significativo de projetos realizados por empresas como a CCCC e PowerChina.

Casado e Andreoni (2021) descrevem, por exemplo, a expansão da CCCC na ALC, estabelecendo um paralelo entre o aumento de sua presença nos países da região e o declínio das empreiteiras brasileiras, em especial a Odebrecht, após os eventos que sucederam a Operação Lava-Jato. Atualmente, a CCCC está desenvolvendo projetos de infraestrutura em ao

<sup>52</sup> O projeto da CNNC se refere a usina nuclear Atucha III, na Argentina, que tem suas origens em um acordo de cooperação assinado em 2014. O projeto não avançou desde então, sendo recentemente reavivado, considerando a entrada da Argentina na BRI, em fevereiro de 2022. Os detalhes do projeto serão discutidos no próximo capítulo.

menos 19 países latino-americanos, incluindo projetos emblemáticos como o Trem Maia (México), o porto de São Luís (Brasil), a expansão do aeroporto internacional da Guiana Francesa, a Estrada Norte-Sul na Jamaica e o sistema de metrô de Bogotá (Colômbia).

A PowerChina, empresa com vinte e três projetos na ALC (RED ALC-CHINA, 2021b), vem se destacando por ser uma das principais empreiteiras com atuação na Argentina, desenvolvendo projetos de natureza EPC sobretudo no setor de energias renováveis. Segundo Koop (2020), a empresa foi responsável pela construção de cinco usinas eólicas e seis parques solares, possuindo outros doze projetos de construção em andamento, totalizando mais de US\$ 1,5 bilhões em contratos.



#### 4 OS INVESTIMENTOS CHINESES EM INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA NO BRASIL E ARGENTINA (2010-2020)

Ao longo da dissertação, buscou-se apresentar aspectos referentes ao fenômeno da ascensão chinesa desde o final da década de 1970, principalmente os fatores sistêmicos e internos que estimularam a crescente integração da China aos circuitos econômicos e financeiros internacionais. No século XXI, essa integração recebeu novos contornos, com a introdução da estratégia *going global*, responsável por orientar, promover e sustentar a internacionalização das empresas chinesas em busca de recursos, mercados e tecnologias (SALIDJANOVA, 2011; SAUVANT; CHEN, 2014; NOGUEIRA; HAFFNER, 2016).

Conforme visto, ao longo do capítulo anterior, o Brasil se constitui como “centro gravitacional” dos fluxos de IED chinês na ALC (CARIELLO, 2021), absorvendo entre 45% e 34% do total de investimentos na região. Do conjunto de investimentos aportado no país, aponta Cariello (2021), aproximadamente metade se destina ao setor elétrico, principalmente por meio de operações *brownfield* por parte de estatais como a *China Three Gorges* (CTG) e a State Grid. Além delas, outras empresas têm desembarcado no mercado brasileiro igualmente pela via do IED, como demonstram as experiências da *China General Nuclear Power* (CGN) e da *State Power Investment Corporation* (SPIC). O Brasil acabou por se mostrar um destino prioritário para internacionalização destas e outras companhias, tendo em vista a existência de complementaridades (BARBOSA, 2020a) e a confluência de fatores internos que favoreceram uma maior presença das empresas chinesas (BECARD; LESSA; SILVEIRA, 2020).

A Argentina, como visto anteriormente, embora situada entre os maiores receptores de IED, se destaca como sendo o principal mercado em termos de projetos de infraestrutura (DUSSEL PETERS, 2020a; 2021a). Diferentemente do Brasil, a participação chinesa em projetos de infraestrutura energética ocorre principalmente pela prestação de serviços de construção e engenharia (EPC, *llave em mano*, etc.), em alguns casos contando também como apoio financeiro chinês.

A análise a seguir privilegiará projetos e transações destacadas nos dois mercados, bem como a atuação dos principais atores. Pretende-se, assim, analisar os casos brasileiro e argentino visando a extração de apontamentos a respeito da *natureza* e *motivação* dos investimentos chineses em infraestrutura energética em ambos os países. Além disso, o detalhamento dos casos em questão permitirá um delineamento de suas diferenças e semelhanças.

O recorte setorial (infraestrutura energética) e geográfico (Brasil e Argentina) tem o potencial de aprofundar o entendimento a respeito da projeção geoeconômica da China na ALC,

no geral, e na América do Sul, em particular. De um lado, o setor energético desponta como um dos mais relevantes – senão o principal – em termos de da presença econômica da China na região. Por outro lado, Brasil e Argentina, além de terem estabelecido “parcerias estratégicas abrangentes<sup>1</sup>” com a RPC, são relevantes receptores de investimentos em infraestrutura energética e constituem atores protagônicos no cenário sul-americano

Preliminarmente, é possível inferir que a RPC, ao executar uma estratégia *coordenada* de desenvolvimento internacionalizado, é capaz de se *adaptar* às condições nacionais e locais, ao mesmo tempo em que avançando diversos interesses estratégicos. Noutras palavras, os investimentos chineses em infraestrutura energética no Brasil e Argentina, embora expressem características distintas, manifestam motivações que se coadunam ao propósito de Pequim de forjar uma estratégia de desenvolvimento internacionalizado, notadamente marcada por objetivos como o de expansão de mercados, exportação de serviços e tecnologias, aquisição de ativos estratégicos e, através da consolidação de sua presença nas duas maiores sul-americanas, projeção de poder e influência por meio de instrumentos econômicos.

#### 4.1 O CASO BRASILEIRO: INCURSÃO NO SETOR ELÉTRICO PELA VIA DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

Nesta seção, o objetivo primordial consiste em compreender de que forma ocorreu o desembarque de investimentos chineses no setor energético brasileiro, especificamente em projetos de infraestrutura energética. Desta forma, entende-se, tornar-se-á possível balizar não somente *como* se deu esse ingresso de investimento, mas também a sua natureza e a sua articulação com objetivos mais abrangentes da projeção geoeconômica de Pequim na América do Sul. Antes disso, contudo, assume-se ser relevante recapitular, de forma breve, determinados aspectos do componente energético das relações sino-brasileiras. A partir disto, a proposta é identificar os principais e atores, projetos e empreendimentos de infraestrutura energética com participação direta e indireta da China no Brasil, sobretudo na última década.

---

<sup>1</sup> O Brasil estabeleceu uma parceria estratégica ainda em 1993, elevando-a ao patamar de “Parceria Estratégica Global”, em 2012. No caso argentino, a “parceria estratégica” foi firmada em 2004, sendo posteriormente alçada a categoria de “parceria estratégica abrangente”, em 2014.

#### 4.1.1 Breves considerações das relações sino-brasileiras e o componente energético

As relações Brasil e China receberam atributos estratégicos na virada do século XX para o XXI, com forte incremento das trocas comerciais e aprofundamento do diálogo diplomático. Além das complementaridades econômicas, haviam sinergias em relação à necessidade de transformar as estruturas de governança internacional e de promover uma ordem global multipolar (CARDOSO, 2012).

De acordo com Becard (2011), novas possibilidades para as relações bilaterais emergiram a partir da década de 2000, tendo em vista a expansão do capitalismo mundial no Leste Asiático e as redefinições na inserção internacional dos países. Do ponto de vista sistêmico, a ascensão do Leste Asiático à condição de centro dinâmico de acumulação reorientou as economias sul-americanas para a Ásia (VADELL, 2018), ao passo que a integração chinesa aos circuitos econômicos internacionais se somou às modificações na própria política externa brasileira, que passou a adotar um caráter “ativo e altivo”<sup>2</sup>. Nesse cenário, a China converteu-se em um importante elemento da estratégia de “autonomia pela diversificação” empregada pelo Brasil, que entre outros objetivos visava elevar a margem de manobra do país por meio de alianças de caráter Sul-Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Becard (2011) recorda que a viagem do presidente Lula da Silva à China, em 2004, foi tida como uma das mais marcantes de seu governo<sup>3</sup>. Na ocasião, acordou-se o aprofundamento da parceria estratégica e a criação de futuros arranjos de cooperação, como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Posteriormente, novos avanços se sucederam, evidenciado na assinatura de dois Planos de Ação Conjunta (2010-2014) e do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). Em 2012, as relações foram elevadas para o patamar de “Parceria Estratégica Global”<sup>4</sup>.

Paralelamente, os intercâmbios comerciais cresceram de forma expressiva, impulsionados pela demanda chinesa por *commodities* minerais, agrícolas e energéticas (MEDEIROS; CINTRA, 2015). Conforme visto, a China se converteu no principal parceiro comercial do Brasil em 2009, superando os Estados Unidos. Em 2021, a China foi destino

---

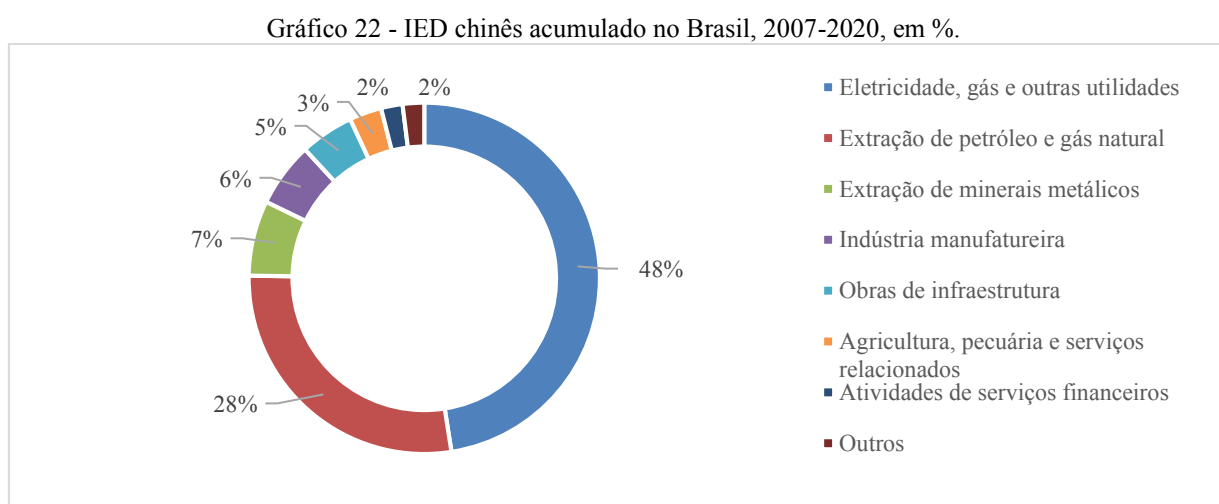
<sup>2</sup> Expressão utilizada pelo ex-chanceler Celso Amorim para caracterizar a política externa brasileira durante o governo Lula da Silva (2003-2010).

<sup>3</sup> A comitiva foi acompanhada por nove ministros de Estado, seis governadores e centenas de empresários

<sup>4</sup> Essa redefinição ocorreu em visita do Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, ao Brasil, conjuntamente à Conferência Rio+20. Além da modificação, houve a assinatura do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e a criação do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres.

31,3% das exportações totais brasileiras e o saldo comercial bilateral correspondeu por 65% do superávit comercial do país<sup>5</sup>.

Consoante ao que foi mapeado no capítulo anterior, as relações econômicas entre Brasil e China excederam a dimensão comercial a partir de 2010, essencialmente por meio do ingresso de investimentos diretos. Com um foco inicial no setor de petróleo e gás, os investimentos chineses logo passaram a se direcionar para grandes projetos no setor elétrico, devido à expansão da estratégia de *going global* e às condições favoráveis para as empresas chinesas se inserirem no mercado brasileiro (ROSITO, 2020; BARBOSA, 2020a; BECARD; LESSA; SILVEIRA, 2020). Apesar da predominância do setor energético, que concentra quase 80% do IED chinês no Brasil, outros setores também vêm recebendo investimento chinês (Gráfico 22).



Fonte: Elaboração do autor com base em Cariello (2021).

Na esfera multilateral, Brasil e China, ao lado de outros emergentes, agregaram esforços contundentes para pressionar por reformas nas instituições de governança econômica internacional, envolvendo iniciativas para revisar a distribuição das quotas-parte no Fundo Monetário Internacional (FMI) e institucionalizar o G20 como principal espaço de debate da agenda macroeconômica mundial. As sinergias e a visão comum com relação à ordem política e econômica global cimentaram a posição da China enquanto parceiro estratégico, evidenciado em movimentações designadas por Silva (2015) como “coalizações de geometria variável”.

A mais notória dessas alianças consistiu na formalização do acrônimo BRIC, em 2009, posteriormente expandido para BRICS, com a entrada da África do Sul, em 2011. Em 2014, os

<sup>5</sup> Segundo dados da ComexStat (2022), as exportações brasileiras para a China somaram US\$ 87,9 bilhões em 2021, com um saldo comercial favorável de US\$ 40,2 bilhões. O país asiático também foi a principal origem das importações, com US\$ 47,6 bilhões, totalizando uma corrente de comércio de US\$ 135,5 bilhões.

membros do arranjo construíram o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), com capital autorizado de US\$ 100 bilhões, bem como o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), cuja criação decorreu do objetivo de estabelecer mecanismos de prevenção contra eventuais choques financeiros internacionais.

O estreitamento dos laços sino-brasileiros no século XXI é, portanto, decorrente da interação entre diferentes fatores, tais como:

- a) elevação da interdependência econômica em termos de comércio e investimento;
- b) os interesses comuns e compartilhados em temas da agenda internacional;
- c) o perfil ativo da política externa brasileira, caracterizado por uma estratégia de autonomia pela diversificação.

Evidentemente, é válido pontuar que os últimos anos exibiram um retraimento do ímpeto das relações bilaterais. Desde o governo Michel Temer (2016-2018), há em curso um processo de “desengajamento estratégico” na política externa brasileira (SILVA, 2018). Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, sucessivos episódios de atrito diplomático estremeceram o diálogo bilateral<sup>6</sup>, levando a interpretações que inclusive apontaram para uma ruptura de princípios tradicionais e norteadores da diplomacia brasileira.

Em resumo, o criticismo e as incertezas em torno da parceria estratégica sino-brasileira impediram um aprofundamento das relações. Apesar dos fluxos de comércio e investimento não terem sido afetados pelas fricções diplomáticas (CARIELLO, 2021), o potencial das relações com a China poderia ter sido melhor aproveitado em um cenário de estabilidade, incluindo iniciativas que contemplam a cooperação energética. Neste sentido, entende-se que não foram alcançados avanços significativos em termos da construção de uma estratégia de longo prazo para a China, o que envolve a exploração de oportunidades de cooperação em três agendas principais (financeira, tecnológica e de infraestrutura) e a estruturação de sinergias em segmentos emergentes, incluindo energias renováveis (ROSITO, 2020).

A dimensão da cooperação energética esteve invariavelmente presente nos acordos bilaterais firmados desde 2006 (Anexo B), quando se teve início as reuniões da COSBAN e da Subcomissão de Energia e Mineração. O setor de energético também esteve contemplado nos Planos de Ação Conjunta (2010-2014 e 2015-2021) e no Plano Decenal de Cooperação (2012-

---

<sup>6</sup> Embora as ambiguidades no trato com Pequim remontem até mesmo antes da eleição presidencial de 2018, um conjunto de temas e episódios que abalaram o diálogo político a partir de 2020, com destaque para acusações de autoridades brasileiras sobre a origem da pandemia do novo coronavírus, as disputas geopolíticas envolvendo a tecnologia 5G e a empresa chinesa Huawei, bem como o escrutínio do governo federal sobre a eficácia da vacina CoronaVac, produzida no Brasil pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. Para mais detalhes, ver Amorim e Ferreira (2021).

2021). Nestes documentos, políticas, estratégias e iniciativas de natureza bilateral foram delineadas e executadas para os segmentos de petróleo e gás, geração e transmissão de energia e cooperação científico-tecnológica. Em 2019, ainda foi firmado um novo Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energias Renováveis e Eficiência Energética, prevendo áreas prioritárias de cooperação energética e promoção de investimentos (BRASIL, 2019b).

Em resumo, os laços do relacionamento bilateral foram estreitados ao longo do século XXI, a despeito do recente esvaziamento. Além das convergências multilaterais e a elevação dos níveis de comércio e investimento, ambos os países foram capazes de estabelecer instrumentos e canais de diálogo de cooperação que acabaram por se estender ao campo da energia. O incremento do interesse chinês no setor energético se explica por fatores como a descoberta das reservas do Pré-sal e as oportunidades de negócio oferecidas pela tendência de expansão do setor elétrico brasileiro (SCHUTTE; DEBONE, 2017). Soma-se a isso o já mencionado objetivo de Pequim de forjar uma estratégia de desenvolvimento internacionalizado que seja capaz de incorporar o Brasil e a região como um todo, permitindo a exportação de bens, serviços e padrões tecnológicos e elevar o grau de sua projeção econômica por meio da consolidação de sua presença no maior mercado de energia da América do Sul.

#### **4.1.2 State Grid e China Three Gorges: as gigantes chinesas e a inserção nos segmentos de transmissão e geração de energia**

Nesta seção, pretende-se compreender a forma pela qual as empresas chinesas se inseriram nos segmentos de geração de transmissão de energia, especificamente a State Grid e a CTG. A opção em se trabalhar inicialmente com estas empresas se justificam pelo fato delas serem as principais investidoras chinesas no setor de eletricidade, sendo responsáveis por 74% dos investimentos no setor entre 2007 e 2020<sup>7</sup> (CARIELLO, 2021). Diante dessa importância, objetiva-se, a partir do levantamento das transações de investimento e da descrição dos projetos, identificar as motivações em torno da incursão dessas empresas no setor elétrico brasileiro.

Primeiramente, é importante elencar os fatores que explicam a expansão acelerada dos investimentos chineses no setor de energia. Entre os principais, assevera Barbosa (2020a, p. 3), encontra-se a complementaridade entre Brasil e China no setor de renováveis: a rica dotação de recursos do Brasil, a necessidade de expandir a capacidade instalada e a rede elétrica e as condições internas (mercado, legais e políticas), somadas ao poder financeiro e a capacidade

---

<sup>7</sup> De acordo com levantamento realizado por Barbosa (2020a), o percentual até 2019 era inclusive maior, da ordem de 81%, com a State Grid liderando (56%) e a CTG em segundo lugar, com 27% do total.

tecnológica da China, acabaram por criar uma situação ideal para a chegada das empresas chinesas. A contínua expansão da demanda e oferta de eletricidade no Brasil ao longo do tempo representou outro fator fundamental (BARBOSA, 2020a).

Além das complementaridades, Becard, Lessa e Silveira (2020, p. 60-64) detalham os fatores nos níveis doméstico e empresarial para elucidar as condições favoráveis que permitiram as empresas chinesas expandir sua presença no setor elétrico brasileiro.

A nível doméstico, a crise econômica desencadeada a partir de 2015, com estagnação resultante do fim do ciclo das *commodities*, bem como a depreciação do real frente ao dólar, contribuiu para o barateamento de uma série de ativos. Nesse contexto, criou-se uma conjuntura vantajosa para as empresas internacionais buscarem oportunidades de expansão na forma de aquisição de ativos oferecidos a preços competitivos. Além disso, o governo brasileiro passou a buscar por novos investidores aptos para operar em setores que exigem elevada capacidade de investimento, com destaque para a infraestrutura (geração e transmissão).

No nível das empresas e dos negócios, três processos se sobressaíram:

- a) a decisão estratégica do governo chinês de melhorar as relações com o Brasil, levando as estatais do país a se beneficiar diretamente da abundância de recursos financeiros disponibilizados, com taxas de juros bastante competitivas por parte dos bancos de desenvolvimento do país. O acesso aos créditos se somou com o objetivo de Pequim de expandir a presença internacional de suas empresas, principalmente através da aquisição de ativos existentes ou estabelecimento de novas operações;
- b) desdobramentos decorrentes das disrupções no setor elétrico produziram desequilíbrios econômicos e grandes perdas de negócios, gerando condições para uma maior receptividade aos investidores chineses<sup>8</sup>. A publicação da Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, posteriormente transformada na Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013<sup>9</sup>, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, estabeleceu as regras para a renovação antecipada de um importante conjunto de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A nova Lei obrigou as empresas de energia a renovar antecipadamente suas concessões, que estariam sujeitas a tarifas 20% mais baixas em 2015, modificando o planejamento e

---

<sup>8</sup> Antes disso, lembram Becard, Lessa e Silveira (2020), havia uma maior oposição aos investimentos estrangeiros no setor elétrico, particularmente de vertentes mais nacionalistas dentro de grupos políticos que faziam parte do governo.

<sup>9</sup> Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Para mais detalhes, ver Brasil (2013).

a lógica dos negócios no setor e afetando as previsões de receita e o fluxo de caixa programado;

- c) a combinação de crise política provocada pelos escândalos de corrupção e seus consequentes impactos na estratégia de negócios dos *players* brasileiros na indústria pesada e de construção civil mostrou-se outro elemento crucial. As empresas do setor de construção, que eram controladoras de fatias significativas de um amplo número de negócios no setor elétrico, foram forçadas a se desfazer rapidamente de uma grande quantidade de ativos, tendo em vista as dificuldades financeiras causadas pela interrupção de contratos de obras públicas e por problemas de fluxo de caixa.

Portanto, as complementaridades e as condições internas do mercado brasileiro contribuíram de forma relevante para a internacionalização da *State Grid* e da CTG no país. A forma mais relevante de internacionalização destas empresas se deu por meio do IED, com operações de fusão e aquisição (*brownfield*) representando 76% dos investimentos alocados até 2019 (BARBOSA, 2020a). Diante disso, o foco a seguir se dará justamente nos fluxos de IED, bem como nos seus determinantes, embora tenham ocorrido projetos de infraestrutura de grande magnitude, como a construção dos linhões de Belo Monte pela *State Grid*.

Schutte e Debone (2017, p. 95) recordam que os investimentos chineses, especialmente na era Xi Jinping, ganham importância estratégica no contexto de uma nova visão geoeconômica e geopolítica. Trata-se de uma pretensão de gerar novas dinâmicas de acumulação, disputando e comprando ativos na economia mundial para o controle de mercados, tecnologias e marcas, tanto nos mercados centrais como nos emergentes. No caso do setor elétrico, as estatais chinesas, face à saturação do mercado doméstico, buscam a conquista de novos mercados (*market-seeking*), projetando ainda padrões tecnológicos, especialmente no caso da *State Grid*, líder em novas tecnologias de transmissão.

Com base nas discussões anteriores, argumenta-se que a expansão das empresas chinesas e sua participação em empreendimentos de infraestrutura energético no mercado brasileiro é resultante de determinantes econômicos e extraeconômicos. De um lado, a busca de mercados soluciona o problema da saturação do mercado interno, decorrente especialmente da desaceleração do crescimento no contexto do “novo normal”. Por outro lado, a internacionalização destas empresas serve a propósitos estratégicos, como o equacionamento do problema de excesso de capacidade produtiva, a exportação de padrões tecnológicos associados com a base produtiva doméstica a projeção de poder e influência por meio da ocupação de grandes mercados regionais, sobretudo pela via do IED e dos projetos de



infraestrutura. Noutras palavras, a expansão destas empresas contribui para o desenvolvimento chinês no longo prazo e fortalece as bases de uma ativa projeção geoeconômica.

Na sequência, apresentar-se-á a trajetória da State Grid no mercado brasileiro.

#### 4.1.2.1 State Grid

A *State Grid Corporation of China* (SGCC) foi fundada em 2002, tendo sido resultado de um processo de reestruturação coordenado pelo Conselho de Estado, no qual se deu a divisão da antiga *State Power Corporation of China*<sup>10</sup> em duas grandes empresas, cinco grupos de geração e quatro empresas de assessoria de negócios. As duas companhias criadas foram a SGCC e a *China Southern Power Grid Company* (PROENÇA; KUPFER, 2018).

A SGCC desempenha um papel central dentro dos novos investimentos estatais orientados ao avanço técnico-científico do setor energético, participando dos processos de planejamento, execução e financiamento de projetos relacionados ao aprimoramento da infraestrutura do setor elétrico e ao desenvolvimento de tecnologias para a garantia de um abastecimento energético limpo e estável (VANDERLEI, 2018). Neste sentido, a empresa vem executando programas de construção de redes inteligentes (*smart grids*), com a finalidade de edificar um sistema de inovação próprio. Após centenas de projetos-piloto na própria China, a SGCC colaborou para o desenvolvimento de negócios estruturados para atender a demanda de equipamentos-chave e ainda se tornou um ator influente na definição de padrões internacionais sobre redes inteligentes (PROENÇA; KUPFER, 2018).

A empresa também desenvolveu um sistema de transmissão em ultra-alta tensão (*Ultra-High Voltage – UHV*)<sup>11</sup>, que permite a transmissão de energia a distâncias intercontinentais, com perdas mínimas e redução de impactos ambientais (PROENÇA; KUPFER, 2018). Segundo Silveira (2018) a tecnologia UHV se presta à transmissão de energia por distâncias acima de mil quilômetros sem a perda do nível de tensão, podendo ser controlada de forma remota e automática para que sejam realizadas compensações no sistema ao qual está integrada, sendo viável a conexão com linhas de corrente alternada, de tensão mais baixa.

---

<sup>10</sup> Segundo Vanderlei (2018), o surgimento da empresa se deu em um contexto de reestruturação do setor elétrico chinês e das empresas responsáveis por sua operação, sendo parte de um grupo seletivo de corporações supervisionada e controlada pelo Estado, embora resguardando um certo nível de autonomia decisória

<sup>11</sup> Essa tecnologia, conforme será mostrado, foi aplicada nas duas linhas de transmissão da usina hidrelétrica de Belo Monte, com participação da State Grid. As linhas UHV podem se dar sob corrente contínua (HVDC) e alternada (HVAC).

Com base nestes avanços tecnológicos, a SGCC propôs, em 2015, a criação do *Global Energy Internet*, visando edificar interconexões energéticas conectadas a uma rede de energia de ultra-alta tensão para potencialmente fornecer energia limpa em todo o mundo (SILVEIRA, 2018). Ainda em 2015, o próprio governo Xi Jinping anunciou a proposta da *Global Energy Interconnection* (GEI), que consiste em uma visão para formar um sistema de energia moderno e dominado por energia limpa, centrado na eletricidade e conectividade.

O objetivo da GEI é tornar a energia sustentável acessível e facilitar a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, inaugurando um novo cenário de desenvolvimento global marcado pelo desenvolvimento verde e de baixo carbono (GICA, 2018). A tecnologia de transmissão UHV da SGCC constitui componentes-chave da iniciativa, à medida que permite a transmissão eficiente de energia a longas distâncias, sendo potencialmente a contribuição chinesa para a transição energética de baixo carbono (SILVEIRA 2018).

Para dar suporte ao projeto na arena internacional, uma instituição não-governamental, com sede em Pequim, foi estabelecida em 2016 com o patrocínio da SGCC, a *Global Energy Interconnection Development Cooperation Organization* (GEIDCO), composto por empresas e entidades de todo o mundo, incluindo a própria brasileira Eletrobras. O presidente da GEIDCO, Liu Zhenia, foi também presidente por 12 anos da SGCC, tendo desde então lançado propostas em torno da criação de interconexões globais de energia assentado em três pilares: *smart grids*, tecnologia UHV e energia renovável. O objetivo é construir redes de energia globalmente conectadas até 2070, com uma série de “etapas” a serem consideradas para a criação de “um mercado global de eletricidade” com base em “um sistema transcontinental e transregional de assentamentos de eletricidade”. (DOWNIE, 2020).

O argumento do estudo de Silveira (2018) é o de que o projeto da GEI se alinha de forma concreta aos objetivos da BRI, formalmente expandida para a ALC, em 2018. Segundo a autora, projetos desenvolvidos pela State Grid no Brasil e em países da região, particularmente em “vazios estratégicos” como a Amazônia, podem reservar componentes de natureza geopolítica, com a construção de possíveis impasses no longo prazo para o relacionamento sino-brasileiro. Embora seja ainda cedo para prever o desdobramento desta iniciativa de conexão energética global e o papel do Brasil, é possível reconhecer a natureza estratégica de inversões chinesas em infraestrutura energética, conforme será analisado na sequência.

Em relação à liderança global da SGCC e a sua importância no segmento de transmissão de energia, destaca-se que a empresa é a maior concessionária do mundo, fornecendo energia para 1,1 bilhão de habitantes e cobrindo cerca de 88% do território chinês, ao passo que operando redes de energia em outros países e regiões. Além disso, ocupa o 2º lugar na *Fortune*

500, possuindo uma receita total de US\$ 410 bilhões de dólares (STATE GRID CORPORATION OF CHINA, 2022).

No Brasil, a inserção da SGCC iniciou em 2010, quando a companhia, por meio da criação da *State Grid Brazil Holding* (SGBH)<sup>12</sup>, adquire as concessões e patrimônios do consórcio Plena Transmissora, de propriedade das espanholas Elecnor, Isolux, Abengoa e Cobra (SILVEIRA, 2018). O investimento da SGBH envolveu a compra de sete subestações, doze transformadores e mais de três mil quilômetros de linhas de transmissão. A aquisição, avaliada em US\$ 1,72 bilhões, representou o primeiro grande investimento da SGCC em países não-asiáticos, tornando a SGBH a quinta maior companhia do segmento de transmissão de energia do Brasil<sup>13</sup> (SCHUTTE; DEBONE, 2017; VANDERLEI, 2018, p. 91-92).

Segundo Silveira (2018), as sete concessionárias possuem internconexões nos estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. As concessionárias são as seguintes:

- a) Itumbiara (817 km);
- b) Serra Paracatu (246 km);
- c) Poços de Caldas (308 km);
- d) Serra da Mesa (681 km);
- e) Ribeirão Preto (412 km);
- f) Expansion Transmissão de Energia Elétrica (575 km); e
- g) Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo (212 km) (Quadro 3).

Em 2012, a SGBH adquiriu mais cinco concessionárias de transmissão de outro grupo espanhol - *Actividades de Construcción y Servicios* (ACS) -, interessado em se desfazer dos ativos por conta dos impactos da crise de 2008 nos balanços da empresa (BARBOSA, 2020a). Com a operação, avaliada em US\$ 942 milhões, a State Grid assumiu as dívidas da empresa, avaliadas em US\$ 411 milhões (ZHU; CHEN, 2012).

As cinco empresas adquiridas foram as seguintes:

- a) Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (506 km);

---

<sup>12</sup> No Brasil, a State Grid Brasil Holding – SGBH, é uma empresa de capital fechado, constituída em abril de 2010, com o objetivo principal de manter participação acionária em outras empresas. A SGBH é uma subsidiária das estatais chinesas *Top View Grid Investment Limited*, com participação de 0,0001% e da *International Grid Holdings Limited* (IGHL), com participação de 99,9999%. Ambas as empresas são subsidiárias da estatal *State Grid Corporate of China* (SGCC), com sede em Pequim. A SGBH foi constituída em 2010, quando o Brasil foi escolhido pela *State Grid International Development Limited* (SGID) e pela *Top View Investment Limited* para realizar o primeiro grande investimento do conglomerado em países não asiáticos (SILVEIRA, 2018, p. 138).

<sup>13</sup> De acordo com Silveira (2018), a aquisição garantiu o direito de a empresa atuar no segmento de transmissão por um período de 30 anos, até 2037, ano final da concessão.

- b) Iracema Transmissora de Energia S.A. (400 km);
- c) Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (547 km);
- d) Araraquara Transmissora de Energia S.A (30 km);
- e) Catxerê Transmissora de Energia S.A (606 km) (Quadro 3).

Com a compra dos ativos, de aproximadamente dois mil quilômetros de extensão e 12 subestações com interconexões nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, a SGBH praticamente dobrou a carteira de linhas de transmissão (PROENÇA; KUPFER, 2018; SILVEIRA, 2018).

A compra da maioria acionária da CPFL Energia, a ser trabalhada de forma mais detalhada na sequência, ainda rendeu a SGBH o controle sobre outros ativos de transmissão de energia, fazendo com que as aquisições da empresa no Brasil desde 2010 proporcionassem o seu controle sobre mais de cinco mil quilômetros em linhas de transmissão, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Aquisições da State Grid no setor de transmissão de energia no Brasil

Data	Concessionária	Extensão (em Km)	Empresa vendedora	UF
Dez. 2010	Itumbiara Transmissora de Energia	817	Plena Transmissora	MT/GO/MG/SP/DF
	Serra Paracatu Transmissora de Energia	246		
	Poços de Caldas Transmissora de Energia	308		
	Serra da Mesa Transmissora de Energia	681		
	Ribeirão Preto Transmissora de Energia	412		
	Expansion Transmissão de Energia Elétrica	575		
	Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo	212		
Maio.2012	Catxerê Transmissora de Energia	606	ACS	SP/MS/MG
	Iracema Transmissora de Energia	400		
	Araraquara Transmissora de Energia	30		
	Linhas de Transmissão do Itatim	547		
	Porto Primavera Transmissora de Energia	506		
Jul. 2015	Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil	79	CME, Tecneira	PA
	Linhas de Transmissão de Montes Claros	162	Cobra instalaciones	MG
Jan. 2017	Consortio Planalto Transmissão	187	CPFL	RS/SC
	CPFL Transmissão Piracicaba	0		
	CPFL Transmissão Morro Agudo	2		
<b>Total</b>		<b>5770</b>		

Fonte: Elaboração do autor com base em ANEEL (2021), Barbosa (2020a), Silveira (2018) e outras fontes.

Além da aquisição de ativos existentes, a SGBH também participou ativamente de leilões realizados pela ANEEL, ora estabelecendo *joint ventures* em novos projetos com

empresas brasileiras e ora atuando sem parceiros (Quadro 4). Entre 2011 e 2012, a SGBH participou de leilões da ANEEL junto com as empresas Furnas e Copel. Para Cote (2014, p. 20), a criação de parcerias com empresas brasileiras constituiu uma oportunidade para a SGBH aprender e se adaptar às práticas de negócios no país, ao mesmo tempo em que sinalizou para outros atores (empresas, reguladores, licenciadores) que a State Grid é uma empresa confiável.

Em 2011, a SGBH firma sua primeira parceria no país. Com a brasileira Furnas, a empresa formou o consórcio vencedor do leilão da ANEEL 006/2011 (Lote H), referente à construção de duas subestações no estado de Goiás (SILVEIRA, 2018). O projeto, de pequeno porte, contou com suporte de US\$ 4 milhões do Banco da China (BARBOSA, 2020a). O consórcio Luziania-Niquelandia praticou um deságio (desconto) de 5,2%, oferecendo uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 7,447 milhões (ANEEL, 2021).

Em março de 2012, a SGBH, em conjunto com a Copel arrematou os lotes A e B do Leilão 002/2012, referente à construção das linhas de transmissão da hidrelétrica de Tele Pires (1820 MW) (COLOMBI NETO, 2016). O Lote A vencido pelo consórcio Sino-Copeliano previu a construção de 1005 km de linhas de transmissão e três subestações, com interconexões nos estados de Mato Grosso e Goiás (SILVEIRA, 2018). O deságio praticado no leilão foi de 43,01%, com RAP de R\$ 126,42 milhões (ANEEL, 2021).

Em relação ao Lote B, a SGBH e a Copel formaram o Consórcio Guaraciaba, arrematando o projeto de construção de duas linhas de transmissão de 606 km e uma subestação, com interconexões nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. O deságio praticado foi de 36,96%, prevendo uma RAP de R\$ 73,08 milhões.

Em novembro de 2012, a SGBH ainda formou o Consórcio Paranaíba em parceria com a Copel e Furnas, arrematando o lote G do leilão 007/2012, referente à construção de três linhas de transmissão de 967 quilômetros de extensão, com interconexões nos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais. O deságio praticado foi de 5,57%, oferecendo uma RAP de 100,26 milhões (ANEEL, 2021).

A construção das linhas de transmissão e subestações do Complexo de Teles Pires foram o primeiro grande projeto da SGBH em parceria com empresas brasileiras, tendo sido o leilão de maior vulto vencido pela estatal chinesa até então. Destacam-se as elevadas taxas de deságio praticadas para os Lotes A e B, de 43,01% e 36,96%, respectivamente.

A estratégia de praticar altos deságios se mostrou como uma das principais estratégias da State Grid, inviabilizando a concorrência em leilões relevantes (SILVEIRA, 2018). Para Cote (2014, p. 20), a prática também sinaliza uma disposição em sacrificar retornos elevados para aumentar a participação da empresa em um mercado importante no exterior, podendo ainda

indicar falta de familiaridade com os processos de licitação brasileiros. Segundo Cui e Zhang (2018) a estratégia se coaduna com os objetivos da State Grid em seu processo de internacionalização, isto é, adquirir ativos estratégicos em países anfitriões, fazer investimentos financeiros antecipando um retorno de longo prazo e combinar a exportação de tecnologias e serviços de engenharia com experiência gerencial.

O investimento comprometido pela State Grid e pela Copel para construção das linhas de transmissão dos Lotes A e B do Complexo de Teles Pires foi da ordem de US\$ 750 milhões, segundo Proença e Kupfer (2018). A Red ALC-China (2021b) registra US\$ 560 milhões em investimento, similar aos US\$ 550 milhões computados pela AEI (2021). Como não se trata de uma aquisição e sim de um projeto de infraestrutura, o rastreamento do valor do investimento torna-se mais difícil (DUSSEL PETERS, 2020a). Ressalta-se que o valor da RAP envolve somente as receitas estimadas da operação das linhas e subestações durante o período de concessão. Os dados divulgados pela ANEEL à época sugerem que a expectativa de investimentos com todos os cinco lotes do leilão seria de R\$ 2,9 bilhões (ROCHAS, 2012).

Em 2013, a SGBH propõe seu primeiro projeto individual, vencendo o leilão 007/2013, referente à licitação da construção das instalações de transmissão da subestação Marechal Rondon (VANDERLEI, 2018). O projeto incluía a construção de uma linha de transmissão com 33 quilômetros de extensão e a construção de uma subestação, com interconexões nos estados de São Paulo e Minas Gerais (SILVEIRA, 2018). O deságio praticado no leilão foi de 28% e RAP, de R\$ 14,58 milhões (ANEEL, 2021).

Em 2014 e 2015, a SGBH participa dos leilões relativos à licitação da concessão dos linhões de Belo Monte (Fase 1 e Fase 2). Barbosa (2020a) comenta que os dois marcos da State Grid – não apenas em seu desenvolvimento no Brasil, mas também na história recente do setor de transmissão brasileiro – foram justamente as duas longas linhas da barragem de Belo Monte. O projeto inaugurou a tecnologia de transmissão UHV no país e constituiu a primeira vez em que a State Grid empregou o sistema fora da China (HIRATUKA, 2018a). Ao Brasil, interessa a sua utilização, que entrega maior eficiência energética na transmissão de energia a longas distâncias, sendo necessário para conectar a segunda maior usina hidrelétrica do país e os centros consumidores na região Sudeste (BARBOSA, 2020a).

O Lote AB do leilão 011/2013, único do certamente, foi vencido em fevereiro de 2014 pelo consórcio IE Belo Monte, formado pela SGBH e pelas empresas Furnas e Eletronorte. Assim como no caso do leilão de transmissão de Teles Pires, o deságio praticado pelo consórcio foi elevado, da ordem de 36%, com uma RAP de R\$ 434 milhões (ANEEL, 2021). A linha de transmissão inicia na subestação Xingu, localizada a cerca de 17 quilômetros da usina, e se

estende até subestação Estreito, próximo à fronteira de São Paulo. A construção de apenas duas subestações impede maiores perdas de energia (HIRATUKA, 2018a).

Segundo Schutte e Debone (2017), o consórcio se responsabilizou pela construção e operação da linha de 2.092 quilômetros e capacidade de 800 kW em corrente contínua, possibilitando o escoamento de energia do Pará aos centros consumidores. O “linhão demandou a construção de 4.500 torres, 25 mil quilômetros de cabos e uso de mais de 64.000 toneladas de aço, cruzando quatro estados e 65 municípios no país (COLOMBINI; NETO, 2016; HIRATUKA, 2018a; BARBOSA, 2020a). A obra foi finalizada e colocada em operação em dezembro de 2017, dois meses antes do prazo de 44 meses estipulado pela ANEEL (LINHA..., 2017).

O projeto traz consigo alguns aspectos marcantes e que merecem destaque. Primeiro, trata-se do primeiro projeto de corrente contínua de 800 kW no país, no qual as empresas chinesas, e a State Grid em específico, possuem domínio (SCHUTTE; DEBONE, 2017). Segundo, o projeto marca um novo ciclo de investimentos no setor elétrico brasileiro, com presença marcante de empresas chinesas, reduzindo o predomínio das multinacionais ocidentais (BECARD; MACEDO, 2014). Terceiro, o emprego da tecnologia UHV, além de permitir a transmissão de energia com eficiência em longas distâncias, também reflete o resultado dos esforços chineses em desenvolver tecnologias no segmento de transmissão e a aquisição de ativos no exterior para o seu emprego, podendo ainda viabilizar projetos de interconexão global, com acesso às fontes de energia extrafronteira (SILVEIRA, 2018).

Um quarto elemento diz respeito à cooperação financeira que balizou a concretização do projeto, cujo custo girou em tornou de R\$ 5,6 bilhões (US\$ 1,6 bilhões) (HIRATUKA, 2018a). Segundo Cui e Zhang (2018), foram quatro as fontes principais de financiamento:

- a) subscrição de capital do consórcio vencedor;
- b) emissão de títulos corporativos;
- c) empréstimos para capital de giro;
- d) empréstimo para financiamento de projetos.

O financiamento de R\$ 2,56 bilhões por parte do BNDES cobriu cerca de 46% do custo total da obra. A liberação de recursos por parte das filias brasileiras do ICBC, do Banco de Construção da China (CCB), do Banco de Agricultura da China (ABC) e do Banco da China (BOC) contribuíram com US\$ 11,7 milhões, US\$ 111,4 milhões, US\$ 23,2 milhões e US\$ 8 milhões, respectivamente (HIRATUKA, 2018a; BARBOSA, 2020a). O restante dos capitais foi oriundo de subscrição de capital próprio das empresas formadoras do consórcio (R\$ 1,36

bilhão), bem como da emissão de títulos através da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Santander (R\$ 370 milhões) (CUI; ZHANG, 2018).

Em 2015, a SGBH venceu sozinha a licitação para a construção da Segunda Fase das linhas de transmissão de Belo Monte, praticando um deságio de 19% no leilão 007/2015 (lote único), com RAP de R\$ 994 milhões e prazo de concessão de trinta anos (ANEEL, 2021). O traçado do projeto atravessa cinco estados e mais de oitenta municípios. O escoamento de energia da usina até a estação conversora no Rio de Janeiro exigiu a construção de mais de 4000 torres e a utilização de 69 mil toneladas de condutores (HIRATUKA, 2018a).

Com prazo de construção de 50 meses, o segundo linhão foi finalizado e testado em setembro de 2019, meses antes do prazo final (COSTA, 2019a). A importância do projeto para a State Grid se justifica no fato de que foi a primeira linha de transmissão com uso de tecnologia UHV construído de forma independente pela empresa no exterior, que assumiu as funções de projetar, construir e operar a linha e as estações conversoras. A extensão de mais de 2500 quilômetros ainda tornou o projeto a maior linha transmissão de energia do mundo até o momento (CUI; ZHANG, 2018).

O investimento necessário para a construção do projeto foi superior a R\$ 8 bilhões (US\$ 2,2 bilhões). Os mecanismos utilizados foram a emissão de títulos privados e a captação de recursos junto ao BNDES<sup>14</sup>, por sua vez garantidos com uma letra de garantia emitida pelo CDB (CUI; ZHANG, 2018). Com isso, a SGBH foi capaz de captar recursos a baixas taxas de juros e prazos alongados. Ademais, o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) liberou cerca de R\$ 1 bilhão para realização do projeto, manifestando o próprio interesse do governo brasileiro com a expansão na utilização da tecnologia UHV (CUI; ZHANG, 2018). Silveira (2018) também lembra que esta linha permitirá a conexão com linhas de menor tensão, possibilitando a integração de usinas fontes de geração renovável ao sistema nacional.

Outro aspecto relevante a ser pontuado diz respeito à contratação de empresas chinesas para construção de trechos específicos das Fases 1 e 2 das linhas de Belo Monte, sustentando o argumento de que a internacionalização das estatais do setor elétrico ocorre em alguma medida de forma coordenada, servindo ao propósito de aliviar a capacidade produtiva ociosa e exportar padrões tecnológicos e serviços de construção e engenharia. A construção dos mais de cinco mil quilômetros das duas linhas de transmissão contou com a contratação na modalidade EPC

---

<sup>14</sup> O BNDES aprovou financiamento no valor de R\$ 5,2 bilhões para a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (XRTE), empresa pertencente ao grupo chinês State Grid. O empréstimo do BNDES para a XRTE representou 61% dos investimentos totais do projeto, no valor de R\$ 8,5 bilhões (BNDES, 2018).



de oito empresas chinesas<sup>15</sup>, em conjunto com empresas brasileiras e multinacionais estrangeiras, como a Brametal e a Siemens. Os equipamentos da tecnologia de 800 kV da *Nari Group*, *China XD Group*, *PG Group* outros fabricantes foram amplamente aplicados nos dois projetos. (CUI; ZHANG, 2018; BARBOSA, 2020a).

Em 2016, a SGBH participou do leilão 013/2015, arrematando os lotes C e O, referentes à construção de linhas de transmissão e subestações em Mato Grosso. O Lote C previa a construção de 1005 quilômetros de linhas de transmissão, bem como duas estações conversoras, com RAP de R\$ 334 milhões. O outro lote previa a edificação de 262 km de linhas de transmissão e duas subestações, com R\$ 58,12 milhões de RAP (ANEEL, 2021).

Até o ano de 2016, a presença da SGBH esteve restrita no segmento de transmissão, seja pela participação em leilões da ANEEL ou aquisição de ativos existentes. O panorama se modificou em 2017 com uma aquisição de elevada magnitude realizada pela empresa, que desembolsou R\$ 14,19 bilhões (US\$ 4,5 bilhões) para compra de 54,64% das ações da CPFL Energia (CHINESA..., 2017). A transação envolveu a compra de participações da Camargo Corrêa e de fundos de pensão - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Fundação Companhia Energética de São Paulo, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobrás de Seguridade Social e a Fundação SABESP de Seguridade Social (VANDERLEI, 2018, p. 80).

No total, a State Grid adquiriu 556.164.817 ações ordinárias (ON) da CPFL Energia ao preço de R\$ 25,51 por ação, o que equivale aos R\$ 14,19 bilhões anteriormente mencionados. Além disso, foi acertada a aquisição das ações da CPFL Renováveis que pertenciam à Camargo Corrêa, pelo valor de R\$ 12,20 por ação, ou R\$ 3,17 bilhões (BUSTELLO; CARIELLO; FRAGOSO, 2017).

Após esses investimentos, a companhia chinesa solicitou às instituições reguladoras brasileiras o requerimento de duas Ofertas Públicas de Ações (OPA), com o intuito de adquirir as partes societárias remanescentes da CPFL, intensificando sua participação nos ativos para 94,75% (VANDERLEI, 2018). Ao final de 2018, a State Grid ainda teve a OPA concluída para a compra do restante das ações da CPFL Energias Renováveis. A empresa chinesa pagou R\$ 16,85 por ação, equivalente a um total de R\$ 4,1 bilhões (US 1,06 bilhão), passando a deter 99,94% do capital social da CPFL Renováveis (BRASIL, 2018).

---

<sup>15</sup> As empresas são as seguintes: a) Sepco1; b) *China Electric Power*; c) *China Electric Power Equipment and Technology*; d) *Xinjiang Power Transmission & Substation Engineering*; e) *East China Power Transmission & Substation Engineering*; f) *Hunan Power Transmission & Substation Engineering*; g) *Fujian Electric Power Engineering*; e h) XPTT.

Barbosa (2020a, p. 22) estima que as aquisições das maiorias acionárias da CPFL Energia e da CPFL Renováveis somaram ao total US\$ 13,3 bilhões. A base da AEI (2021) computa US\$ 4,91 bilhões para a compra da maioria acionária (54,64%) e outros US\$ 3,44 bilhões para a compra do restante das ações (41,31%), não tendo registros sobre os montantes desembolsados para a compra da maioria acionária da CPFL Renováveis. Atualmente, a State Grid detém 83,7% do capital social da *holding* CPFL Energia (CPFL ENERGIA, 2021b).

Com a compra, a SGBH ampliou consideravelmente a sua cobertura no mercado brasileiro nos segmentos de transmissão, distribuição e geração de eletricidade a partir de energias renováveis (BUSTELO; CARIELLO; FRAGOSO, 2017). No segmento de transmissão, foram três concessionárias acrescidas ao portfólio da empresa chinesa (Quadro 3). Em 2018, a State Grid, por meio da CPFL, ampliou sua presença no segmento de transmissão por meio da conquista de três novos empreendimentos (Quadro 4). Os projetos foram arrematados nos leilões 02/2018 e 04/2018 da ANEEL, referentes à construção da subestação Maracanaú II, no Ceará, e edificação de novas subestações e linhas de transmissão nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (CPFL ENERGIA, 2019).

Quadro 4 - Participação da State Grid em processos de licitação para construção de infraestruturas de transmissão de energia

Data	Leilão	Lote	Concessionária	Parceiro	Extensão	Deságio	RAP (em R\$ mi)	UF
Dez. 2011	006/2011	H	Consórcio Luziania-Niquelandia	Furnas (49%)	0	5,20%	7,4	GO
Mar.2012	002/2012	A	Consórcio Sino-Copelino	Copel (49%)	1.005 km	43,01%	126,42	MT/GO
Mar.2012	002/2012	B	Consórcio Guaraciaba	Copel (49%)	606 km	36,96%	73,08	MT/MG/GO
Nov. 2012	007/2012	G	Consórcio Paranaíba	Copel (24,5%) e Furnas (24,5%)	967 km	5,57%	100,26	BA/GO/MG
Out. 2013	007/2013	P	State Grid Brazil Holding	Nenhum	33 km	28%	14,58	SP/MS
Fev. 2014	011/2013	AB	Consórcio IE Belo Monte	Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%)	2.092 km	36%	434	PA/TO/GO/MG
Jul. 2015	007/2015	Lote único	State Grid Brazil Holding	Nenhum	2.518 km	19%	994	PA/TO/GO/MG/RJ
Abr.2016	013/2015	C	State Grid Brazil Holding	Nenhum	1.005 km	0,00%	334	MT
Abr.2016	013/2015	O	State Grid Brazil Holding	Nenhum	262 km	5,30%	58,12	MT
Jun. 2018	02/2018	9	CPFL Geração de Energia S. A	Nenhum	2 km	52,77%	7,22	CE
Dez. 2018	04/2018	5	CPFL Geração de Energia S. A	Nenhum	320 km	57,10%	26,38	SC

Data	Leilão	Lote	Concessionária	Parceiro	Extensão	Deságio	RAP (em R\$ mi)	UF
Dez. 2018	04/2018	11	CPFL Geração de Energia S. A	Nenhum	85 km	38,50%	33,88	RS
<b>Total</b>					<b>8895</b>		<b>2209,34</b>	

Fonte: Elaboração do autor com base em ANEEL (2021), Barbosa (2020a) e CPFL (2019).

Ao computar as aquisições e os novos projetos de construção por meio da participação em leilões da ANEEL (Quadros 3 e 4), são mais de catorze mil quilômetros de linhas de transmissão, percorrendo mais de dez estados brasileiros. A maioria destas linhas (8.895 km) correspondem aos novos projetos, dos quais os dois linhões de Belo Monte perfazem parcela significativa (4.610 km). Em relação aos novos projetos, salienta-se que o deságio médio praticado foi da ordem de 27,28%, com uma RAP superior a R\$ 2 bilhões de retornos anuais.

Em 2021, a CPFL Energia ainda adquiriu o controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão Energia Elétrica (CEEE-T). O lance de R\$ 2,67 bilhões venceu o leilão de privatização, com ágio de 57,13%<sup>16</sup>, suficiente para arrematar 66% das ações que eram de propriedade do governo do estado do Rio Grande do Sul. Com a aquisição, a CPFL Energia quadruplicou sua presença no mercado de transmissão, acrescentando 72 subestações e 6000 quilômetros de linhas de transmissão em seu portfólio<sup>17</sup> (CPFL ENERGIA, 2021a).

Conforme mencionado, a aquisição da CPFL expandiu a atuação da State Grid para o segmento de geração, à medida que herdou um portfólio composto por ativos com capacidade instalada de 4,3 GW e que cobrem 113 unidades em 10 estados do Brasil (BARBOSA, 2020a). As fontes de energia são diversas (hidráulica, eólica, solar, biomassa), sendo a CPFL a terceira maior geradora privada de energia do país (CPFL ENERGIA, 2021b).

De acordo com Relatório Anual publicado referente ao ano de 2020, a *holding* CPFL Geração, compreendendo a CPFL Renováveis, controla seis usinas hidrelétricas (UHE) e duas usinas termelétricas (UTE). Sob a CPFL Renováveis, a atuação envolve duas UHE, 43 pequenas centrais hidrelétricas (PCH), seis centrais geradoras hidrelétricas (CGH), 45 parques eólicos, oito UTEs de biomassa, e uma usina solar (Tabela 6). Em construção, ainda há uma PCH (28 MW) e quatro parques eólicos (CPFL ENERGIA, 2021b).

<sup>16</sup> Segundo o governo do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021), o valor inicial estabelecido era de R\$ 1,7 bilhão.

<sup>17</sup> Assim, a State Grid passou a controlar mais de 20.000 quilômetros de linhas de transmissão no Brasil.

Tabela 6 - Ativos em operação da CPFL Geração e CPFL Renováveis no setor de geração

<b>Fonte de energia</b>	<b>Unidades</b>	<b>Capacidade instalada (em MW)</b>	<b>Em %</b>
Usinas Hidrelétricas (UHes)	8	1.966	46%
Usinas Termelétricas (UTEs)	2	182,3	4%
Pequenas Centrais Hidrelétricas	43	477,4	11%
Centrais Geradoras de Hidrelétrica	6		
Parques eólicos	45	1.308,60	30%
Usinas Termelétricas de Biomassa	8	370	9%
Usina solar	1	1,1	0%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>4.305</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em CPFL Energia (2021b).

A compra da CPFL pela State Grid também elevou de forma substantiva a sua atuação no segmento de distribuição, visto que a CPFL é historicamente uma das maiores distribuidoras de energia elétrica do país. Com a aquisição da CPFL, o número de unidades consumidoras atendidas por empresas chinesas cresceu mais de sete vezes (BARBOSA, 2020a).

Segundo o Relatório Anual da CPFL (2021b, p. 21), a empresa é a segunda maior distribuidora do país em volume de energia vendida, representando cerca de 14% do mercado nacional. O atendimento se espalha por quatro estados da federação e engloba aproximadamente 10 milhões de clientes em 687 municípios. O fornecimento de energia aos consumidores se dá por meio de quatro distribuidoras.

- a) CPFL Paulista: atua em 234 municípios no interior do estado de São Paulo e atende 4,67 milhões de clientes
- b) CPFL Piratininga: atua em 27 municípios no interior e litoral do estado de São Paulo e atende 1,83 milhões de clientes
- c) CPFL Santa Cruz: presente em 45 municípios nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, atendendo 476 mil clientes
- d) RGE Sul Distribuidora de Energia: atua em 381 municípios do estado do Rio Grande do Sul e atende 2,97 milhões de clientes.

A grande maioria dos clientes atendidos é residencial, conforme ilustra a Tabela 7:

Tabela 7 - Total de clientes da CPFL no segmento de distribuição, 2018-2020

	2018	2019	2020	Em % (2020)
Residencial	8.544.035	8.721.256	8.926.689	90%
Industrial	58.241	57.116	55.865	1%
Comercial	532.592	529.815	520.139	5%
Rural	361.908	363.500	362.325	4%
Poder público	60.685	61.868	63.350	1%
Serviço público	10.194	10.512	10.786	0%
Iluminação pública	11.659	11.809	12.300	0%
Consumo próprio	982	943	951	0%
Outros	191	192	186	0%
<b>Total</b>	<b>9.580.487</b>	<b>9.757.011</b>	<b>9.952.591</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em CPFL Energia (2021b).

A inserção da State Grid no setor elétrico se deu de forma acelerada, envolvendo inicialmente o segmento de transmissão e posteriormente abarcando também atividades de geração e distribuição, particularmente após a aquisição da CPFL Energia. No setor de transmissão, a empresa chinesa atualmente controla mais de 20 mil quilômetros de linhas de transmissão, tendo sido responsável também pela introdução da tecnologia UHV no setor elétrico brasileiro.

No setor de geração, o destaque recai para o controle de mais de 1300 MW de geração de energia eólica, representando um dos maiores portfólios do país<sup>18</sup>. Além disso, a compra da CPFL igualmente pode ser encarada como a aquisição de um ativo estratégico (BARBOSA, 2020a), concedendo a State Grid o controle de cerca de 14% da distribuição de energia do país (CPFL ENERGIA, 2021b; 2022).

#### 4.1.2.2 China Three Gorges

Embora a aquisição da CPFL tenha conferido a State Grid participação importante no setor de geração e distribuição de energia, o foco de sua atuação esteve invariavelmente mais associado ao segmento de transmissão, onde possui domínio sobre tecnologias inovadoras. De forma contrária, a CTG e sua expansão no setor de energia brasileiro se deu especialmente no segmento de geração, com uma sucessão de aquisições a partir de 2011.

Igualmente estatal e sob controle do Conselho de Estado, a CTG tem sua atuação centrada em negócios de geração de energia hidrelétrica, embora também englobe projetos eólicos e solares.

<sup>18</sup> Os ativos em geração de energia eólica sob controle da State Grid por meio da CPFL correspondem por cerca de 6% do total nacional, considerando uma capacidade instalada de 20.687 MW (ONS, 2021).

A empresa foi fundada em 1993, com sua gênese associada à construção e operação da Usina de Três Gargantas, no rio Yangtzé, com capacidade instalada de 22.500 MW, o que a torna a maior usina hidrelétrica do mundo (PROENÇA; KUPFER, 2018).

Por conta de suas capacidades operacionais e excelente corpo técnico, asseveram Proença e Kupfer (2018), a empresa foi uma das escolhidas pelo governo central para capitanear a estratégia *going global*, possuindo uma presença internacional que cobre o gerenciamento de unidades ao redor do mundo, como a usina hidrelétrica de Merowe, no Sudão (1.250 MW); Murum (994 MW), nas Filipinas; Nam Ngiep 1 (180 MW), no Laos; e Karot (720 MW), no Paquistão. Além disso, é importante mencionar os projetos eólicos *offshore* na Alemanha, como o *Meerwind Wind Park* (288 MW) e parques solares na Grécia (PROENÇA; KUPFER, 2018).

De acordo com o *website* da filial brasileira, a CTG é um grupo de energia limpa focado no desenvolvimento e operação de hidrelétricas de grande porte, atuando também em segmentos renováveis, com presença em mais de 40 países. A companhia se notabiliza por ser a maior produtora de energia hidrelétrica do mundo, com capacidade total instala (incluindo eólica e solar) de aproximadamente 124 GW, tanto em operação como em construção (CTG BRASIL, 2022a). Para efeitos de comparação, a capacidade instalada da matriz energética do Brasil gira ao redor dos 173 GW (ONS, 2022).

Segundo dados da AEI (2021)<sup>19</sup>, a empresa realizou cerca de US\$ 24,5 bilhões em investimentos no exterior desde 2006, dos quais US\$ 6,5 bilhões se sucederam no Brasil, computando por aproximadamente 26% do total. O levantamento de Barbosa (2020a) sugere uma relação ainda maior, da ordem de 60%, registrando US\$ 7,9 bilhões em investimentos da empresa no Brasil, de um total de cerca de US\$ 13,3 bilhões. Apesar da considerável diferença, é correto inferir que a empresa, assim como a State Grid, priorizou o Brasil para a expansão de sua atuação no exterior (SCHUTTE; DEBONE, 2017).

O mercado brasileiro se “abriu” para a CTG quando a mesma optou por adquirir 21,35% das ações da portuguesa Energias de Portugal (EDP)<sup>20</sup> em dezembro de 2011. A EDP está presente no país desde 1999, com empreendimentos na área de geração (SILVEIRA, 2018). Segundo Fernandes (2014), a aquisição de parcela da EDP, pelo valor de EUR 2,7 bilhões, patenteou a CTG mais uma oportunidade para ampliar o seu processo de internacionalização e aceder o *know-how* da empresa em projetos de energias renováveis no Brasil e em Portugal. A parceria estratégica com a empresa

---

<sup>19</sup> Quando analisados os contratos de construção da CTG no exterior, são cerca de US\$ 10 bilhões em projetos de infraestrutura energética mundo afora, em sua maioria hidrelétricas, cobrindo países na Ásia, África e, em menor medida, América Latina e Caribe (AEI, 2021).

<sup>20</sup> A EDP tem o controle das ações da EDP Energias do Brasil e EDP Renováveis (EDPR).

portuguesa permitiu a CTG diversificar oportunidades de investimento e controlar indiretamente investimentos em geração, comercialização e distribuição de energia elétrica em diversos estados brasileiros (FERNANDES, 2014, p. 167).

A partir desta participação indireta por meio da EDP, a CTG investiu consistentemente em outros projetos no Brasil nos anos seguintes, estendendo sua presença primordialmente para o setor de geração hidrelétrica. A partir de 2013, com a constituição da CTG Brasil, a empresa passou a exercer opções de compra relacionadas aos ativos de geração da EDP no Brasil, começando pela aquisição de 50% das hidrelétricas de Jari e Cachoeira e Caldeirão, pelo valor de US\$ 179 milhões (PROENÇA; KUPFER, 2018; BARBOSA, 2020a).

Em 2014, a CTG se associa com a EDP Brasil e à Furnas para construção da usina hidrelétrica de São Manoel (735 MW), situada no rio Tele Pires. A EDP Brasil, que detinha 66,6% do Consórcio Terra Nova, vencedor da concessão para construção da central, vendeu 33,3% de sua participação para a empresa chinesa (BUSTELLO; CARIELLO; FRAGOSO, 2016). O valor exato da compra ficou entre US\$ 348 milhões e US\$ 390 milhões, segundo diferentes fontes (KUPFER; FREITAS, 2018; BARBOSA, 2020a; AEI, 2021).

Apenas um ano depois, a CTG adquiriu da Triunfo Participações 100% das usinas hidrelétricas de Salto, situado no estado de Goiás, e Garibaldi, localizado no estado de Santa Catarina (SCHUTTE; DEBONE, 2017). O investimento foi de US\$ 486 milhões e a capacidade instalada das duas usinas somadas é de 306 MW (BARBOSA, 2020a; SILVEIRA, 2016)

Em 2016, a CTG realizou a sua maior aquisição no exterior, arrematando, em leilão da ANEEL, as hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira. O investimento de US\$ 3,7 bilhões pode ser considerado um marco na expansão da empresa no Brasil, tendo em vista o tamanho de ambos os projetos, os quais, combinados, somam uma capacidade instalada de 4.995 MW (BARBOSA, 2020a). A aquisição das hidrelétricas, anteriormente pertencentes a Companhia Energética de São Paulo (CESP), tornou a CTG segunda maior geradora de energia com capital privado no país, atingindo uma capacidade instalada de 6000 MW (BUSTELLO; CARIELLO; FRAGOSO, 2016; SCHUTTE; DEBONE, 2017; HIRATUKA, 2018a).

Também em 2016, a CTG adquiriu todos os ativos da *Duke Energy* no Brasil. O investimento de US\$ 1,2 bilhões incluiu oito hidrelétricas com capacidade total instalada de 2.242 MW, situadas no rio Paranapanema, bem como duas pequenas centrais hidrelétricas, localizadas no rio Sapucaí-Mirim, no estado de São Paulo, com capacidade instalada de 16 MW cada (BUSTELLO; CARIELLO; FRAGOSO, 2016). Com a compra, a capacidade de geração de energia da CTG subiu para 8,2 GW, consolidando sua posição enquanto uma das principais operadoras do setor elétrico brasileiro (HIRATUKA, 2018a).

Quadro 5 - Aquisições da CTG no setor de geração de energia hidrelétrica no Brasil

Ano	Ativo	Participação CTG Brasil	Empresa vendedora	Capacidade instala (em MW)	Montante (em milhões de US\$)
2013	UHE Cachoeira Caldeirão	50%	EDP	392,95	179
	UHE Santo Antônio do Jari	50%		219	
2014	UHE Salto	100%	Triunfo	116	486
	UHE Garibaldi	100%		191,9	
2016	UHE Jupia	67%	CESP*	1.551,20	3700
	UHE Ilha Solteira	67%		3.444	
	UHE Canoas I	31%	Duke Energy	82,5	1200
	UHE Canoas II	31%		72	
	UHE Capivara	63%		643	
	UHE Chavantes	63%		414	
	UHE Jurumirim	63%		100,9	
	UHE Rosana	63%		354	
	UHE Salto Grande	63%		73,8	
	UHE Taquaruçu	63%		525	
	PCH Palmeiras	63%		16,5	
	PCH Retiro	63%		16	
<b>Total</b>				<b>8212,75</b>	<b>5565</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em CTG Brasil (2022b), Barbosa (2020a) e outras fontes.

Nota: Venda da participação da CESP ocorreu no leilão 012/2015 da ANEEL.

UHE = Usina hidrelétrica.

PCH = Pequena Central Hidrelétrica.

De acordo com o Quadro 5, as aquisições da CTG no mercado brasileiro desde 2013 somaram mais de US\$ 5,5 bilhões em investimento e representaram o controle sobre mais de 8000 MW de capacidade instalada. Nota-se que o projeto da hidrelétrica de São Manoel, na qual a CTG possui uma fatia de 33,3%, não está presente no Quadro 5, justamente por não se tratar de uma aquisição, e sim de um novo projeto.

Ao acrescentar os 735 MW de São Manoel, a participação da CTG no segmento de geração hidrelétrica sobe para quase 9000 MW e os investimentos para mais de US\$ 6 bilhões, conferindo a empresa a já mencionada posição de segunda maior geradora “privada” de energia no Brasil. Por fim, cabe mencionar a participação indireta que a CTG detém em 15 hidrelétricas em Santa Catarina por meio da EDP, acionista majoritário da CELESC<sup>21</sup>, empresa pública estadual do setor elétrico (BARBOSA, 2020a).

Ainda no segmento de geração, é importante salientar a participação da CTG Brasil em projetos eólicos. Em 2015, a empresa comprou 49% do capital de 11 parques eólicos da EDP Renováveis por US\$ 155 milhões (BUSTELLO; CARIELLO; FRAGOSO, 2016).

<sup>21</sup> A EDP Energias do Brasil adquiriu ações da Celesc nos últimos anos e já detém 29,29% do capital da companhia, sendo a maior acionista, superando o governo de SC que tem 20,20% (BENETTI, 2021).



Os ativos eólicos contemplados somam 328 MW de capacidade instalada (Quadro 6).

Quadro 6 - Ativos eólicos da CTG Brasil

Ativo	UF	Início das operações	Capacidade instalada (em MW)	Final da concessão
Parque Eólico Elebrás Cidreira I (Tramandaí)	RS	2014	70	Ago. 2032
Parque Eólico Água Doce	SC	2006	9	Ago. 2032
Parque Eólico Horizonte	SC	2004	4,8	Indeterminado
Parques Eólicos Baixa do Feijão I, II, III e IV	RN	2016	120	Jan. 2036
Parques Eólicos Aroeira, Jericó, Umbuzeiros e Aventura I	RN	2018	124,2	2037
<b>Total</b>			<b>328</b>	

Fonte: Elaboração do autor com base em CTG Brasil (2022b).

Além dos ativos com participação direta da CTG Brasil, cabe destacar a participação indireta da CTG por meio da EDP e da EDP Renováveis, cuja presença no setor de energia brasileiro ocorre nas atividades de geração, transmissão e distribuição. Vale lembrar que, após a aquisição realizada em 2011, a CTG desfruta de controle sobre 20,22% do capital e dos votos exercitáveis da empresa (EDP, 2022).

A participação indireta da CTG sobre os ativos da EDP Brasil, o que inclui ativos da EDP Renováveis e da CELESC, incrementam ainda mais a sua presença no mercado brasileiro, estendendo-a para além da geração de energia. De forma similar ao caso da State Grid/CPFL, a empresa diversifica seu leque de operações no Brasil, atuando de forma direta e indireta em ativos que não necessariamente se incluem no núcleo de competências da empresa. No que diz respeito somente à geração, são mais 2121 MW de capacidade acrescidos ao portfólio da CTG por meio das duas hidrelétricas e da usina termelétrica inteiramente controlados pela EDP<sup>22</sup>.

Diante do mapeamento da participação da CTG no setor elétrico brasileiro, entende-se como relevante trazer aspectos a respeito dos determinantes e motivações de seus investimentos, bem como as razões de curto e longo prazo que explicam essa inserção. Entre fatores de curto prazo, Becard, Lessa e Silveira (2020) já haviam mencionado as razões circunstanciais que permitiram uma elevação das aquisições e novos projetos, como a reestruturação do setor elétrico brasileiro e os impactos da Operação Lava Jato sobre grandes

<sup>22</sup> Esses ativos são os seguintes: a) UTE Pecém (720,27 MW); b) UHE Peixe Angical (498,75 MW); c) UHE Luis Eduardo Magalhães (902,5 MW) (EDP BRASIL, 2021).

*players* nacionais, ao passo que Barbosa (2020a) destacou os desinvestimentos de multinacionais estadunidenses e europeias em razão dos efeitos da crise financeira de 2008.

As razões de longo prazo se associam com aspectos vinculados com a demanda doméstica em expansão, a existência de um sistema legal e regulatório estável e a possibilidade de obtenção de margens de lucro elevadas (BARBOSA, 2020a). Deste modo, a tendência de expansão do setor elétrico, e as necessidades de novas inversões para ampliar a capacidade instalada, se coadunaram com o arranjo concorrencial e a estabilidade institucional do setor elétrico para catalisar a inserção da empresa no Brasil, que também se mostrou interessada em aceder ganhos em termos de desenvolvimento gerencial<sup>23</sup>.

Em relação aos determinantes, Barbosa (2020a) também argumenta que a acumulação de capacidade técnica por parte da companhia, somada à redução das oportunidades dentro da China, contribuíram para a execução de estratégias de busca de mercado (*market-seeking*), com implicações diretas para a promoção de exportações relacionadas aos serviços de engenharia e construção prestados pela empresa. Conforme argumentado, a internacionalização de grandes conglomerados estatais chineses manifesta um equilíbrio entre objetivos estratégicos de Pequim e busca pela maximização de retornos (BUSSILI; JAIME, 2021).

A “lógica de Estado” se manifesta, por exemplo, no suporte financeiro de bancos públicos para aquisição de ativos. O ICBC desembolsou cerca de US\$ 1 bilhão para a compra das hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira, investimento de maior vulto já realizado pela empresa chinesa no exterior (BARBOSA, 2020a). Myers e Ray (2020) também mencionam que a CTG tomou recursos do *CLAI Fund* para finalizar a compra dos ativos da Duke Energy.

Em síntese, a inserção da CTG em projetos de infraestrutura energética no Brasil decorre de fatores de curto e longo alcance, expressando motivações de busca de mercado. Em um curto espaço de tempo, a estatal chinesa foi capaz de adquirir uma série de ativos no setor elétrico brasileiro, tornando-se a segunda maior geradora de energia do país, com capital privado (CTG BRASIL, 2022a). A sua presença nos segmentos de distribuição e transmissão ainda é indireta, por meio da EDP e da CELESC, contrastando com a estrutura vertical (geração, transmissão e distribuição) que a State Grid alcançou por meio da aquisição da CPFL Energia (BECARD; LESSA; SILVEIRA, 2020).

---

<sup>23</sup> De acordo com Proença e Kupfer (2018), a CTG também buscou no Brasil o desenvolvimento de soluções que viabilizem usinas de baixa queda e a possibilidade de aportar seu *know-how* em instrumentação digital para operação de usinas, além de sua engenharia e gestão de bacias, com elevadores e eclusas, de modo a compor com as competências da engenharia brasileira.

Sob uma perspectiva geoeconômica, a presença da CTG constitui outra relevante engrenagem da presença chinesa no maior mercado de energia na América do Sul, conferindo experiências e aprendizados para expansão em outros países da região, em um movimento já abordado no capítulo anterior. A atuação da companhia proporciona a exportação de capacidade ociosa, de conhecimentos e de tecnologias, servindo tanto para o rebalanceamento do regime de crescimento quanto para ampliar o alcance das estatais chinesas no exterior, com implicações para o grau de influência de Pequim sobre o Brasil e a região como um todo.

#### 4.1.3 Novos entrantes e o emergente setor de renováveis

Depois de descrever as trajetórias da State Grid e da CTG, cabe analisar a atuação de outras duas empresas com ingresso mais recente no setor elétrico, sendo elas a *State Power Investment Corporation of China* (SPIC), e a *China General Nuclear Power* (CGN). Ambas as companhias possuem atuação em atividades de geração, ao passo que a segunda exclusivamente orientada para geração a partir de fontes renováveis (eólica e solar).

Em relação a SPIC, atesta-se que esta é um dos cinco principais geradores de energia no mundo, com 187 GW de capacidade instalada na China e no exterior. A sua presença se espalha por 46 países e regiões, incluindo 37 países ao longo da BRI (SPIC, 2021). De acordo com Schutte e Debone (2017), a SPIC é fruto de uma fusão realizada em 2015 entre a *China Power Investment Corporation* e a *State Nuclear Power Technology Corporation*, sendo que a segunda havia aberto, em 2013, um escritório de representação no Rio de Janeiro, visando explorar o mercado de tecnologia nuclear no Brasil.

No exterior, são 6,65 GW de ativos em operação e outros 1,72 GW em construção, com uma taxa de 73% de energia limpa (SPIC, 2021). A empresa realizou investimentos em países como Turquia, Austrália, Chile, Paquistão, além do Brasil, com um montante acumulado de cerca de US\$ 8,2 bilhões<sup>24</sup> (AEI, 2021). No Brasil, a presença da SPIC começa no final de 2016, quando adquiriu os ativos da australiana *Pacific Hydro*. Desde 2006 no país, a empresa australiana detinha controle sobre dois parques eólicos em operação no estado da Paraíba (Millenium e Vale dos Ventos), com geração de 58 MW e abastecimento de 104 mil residências anualmente (SILVEIRA, 2018; SPIC BRASIL, 2022).

Em 2017, a empresa arrematou, via leilão da ANEEL, a usina hidrelétrica de São Simão, localizada no Rio Paranaíba, entre os estados de Goiás e Minas Gerais (BUSTELLO;

---

<sup>24</sup> Em 2021, a companhia adquiriu uma das maiores empresas do setor de renováveis no México, a Zuma Energia, conforme mencionado no capítulo anterior

CARIELLO; FRAGOSO, 2017). O consórcio vencedor desembolsou cerca de US\$ 2,3 bilhões para adquirir a usina, que tem capacidade instalada de 1710 MW (BARBOSA, 2020a). Ao lado da SPIC, majoritária na concessão, estão a também chinesa *Zhejiang Energy International* e os fundos de investimentos *ZLCFB-Hong Kong International Investment Cooperation* e *CPD Energy Investment Co* (SPIC BRASIL, 2022).

Além da hidrelétrica de São Simão, a SPIC demonstrou interesse na compra da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, situado no estado de Rondônia. As possibilidades de venda da usina, com capacidade instalada de 3568 MW, se aventam desde 2017, quando a chinesa chegou a fazer uma proposta pela participação da estatal mineira Cemig. A proposta teria sido realizada ao bloco de controle da concessionária (Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez), que tem demonstrado disposição em se desfazer do empreendimento, devido à problemas financeiros e outras razões (SPIC..., 2018). Em 2019, a SPIC realizou uma nova proposta para compra de 15% do empreendimento, que acabou não agradando a Cemig e os demais acionistas (PROPOSTA..., 2019).

Em 2020, a SPIC expandiu sua atuação para atividades de geração de energia a partir de gás natural. A empresa chinesa assinou um contrato vinculante para adquirir 33% dos projetos termelétricos GNA I e GNA II, em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro (RAMALHO, 2020). Com autorização para comercialização de energia desde setembro de 2021, a GNA I tem capacidade instalada de 1.338 MW, enquanto a GNA II, em construção, possuirá uma capacidade instalada de 1.672 MW (SPIC BRASIL, 2021).

As duas usinas pertencem a Gás Natural Açú (GNA), um *joint venture* entre a Prumo Logística (controlada pela EIG), BP e Siemens. A SPIC também se firmou contrato para participação nos projetos de expansão (GNA III e GNA IV), que preveem a utilização combinada do gás natural liquefeito (GNL) tanto do pré-sal quanto importado. A partir deste projeto, a SPIC marca a sua estreia na geração de gás natural, em linha com seus planos de elevar a capacidade de geração no país para 3 GW (RAMALHO, 2020).

Quando finalizadas, as quatro usinas térmicas somarão 6,4 GW de capacidade instalada (CARIELLO, 2021). O investimento total planejado para o complexo de gás e energia da GNA, possivelmente o maior da América Latina, é de cerca de US\$ 5 bilhões (SPIC BRASIL, 2021).

Quadro 7 - Ativos de geração da SPIC no Brasil

Data	Ativo	Participação	Parceiros	Investimento	Empresa vendedora	Capacidade instalada (MW)	Status
2016	Parques eólicos Millenium e Vale dos Ventos	100%	Nenhum	Sem informações	Pacific Hydro	58	Em operação
2017	Usina hidrelétrica de São Simão	51%	Zhejiang Energy International e fundos de investimentos	US\$ 2,3 bilhões	Cemig	1710	Em operação
2020	Complexo térmico GNA (I, II, III e IV)	33%	Prumo Logística, BP e a Siemens	US\$ 1,65 bilhões	Gás Natural Açú (GNA)	6400	Em construção*

Fonte: Elaboração do autor com base em SPIC Brasil (2022) e outras fontes.

Nota: GNA I está em operação desde setembro de 2021.

De acordo com o Quadro 7, é possível notar uma presença não desprezível da SPIC no setor de geração no Brasil, embora menos significativa se comparado a CTG. A empresa, uma “nova entrante” no setor elétrico brasileiro, tem investimentos finalizados e em planejamentos próximos a US\$ 4 bilhões<sup>25</sup>, bem como uma capacidade instalada que pode atingir 3GW de potência quando concluídas as obras do Complexo do Porto de Açú<sup>26</sup>. O empreendimento pode ser considerado estratégico por uma série de razões, desde o seu tamanho e localização até a complexidade envolvida na operação, que prevê a construção de terminais para movimentação e armazenagem de GNL (SPIC BRASIL, 2021).

É possível inferir que a SPIC seguiu os passos das outras empresas chinesas com investimentos em infraestrutura energética no Brasil, sobretudo ao explorar oportunidades de mercado decorrentes da conjuntura doméstica que acometeu empresas brasileiras do setor de construção. A hidrelétrica de São Simão, por exemplo, foi adquirida junto a Cemig, que também demonstrou interesse em se desfazer da hidrelétrica de Santo Antônio, embora as negociações para esta usina em específica não tenham sido bem sucedidas. Ao mesmo tempo, a SPIC ingressa no segmento de gás natural, em conexão com a exploração *offshore* do pré-sal, expressando possibilidades de negócio em outras atividades para além da geração hidrelétrica.

Outra empresa chinesa com presença mais recente no setor de eletricidade brasileiro é a CGN, que desde 2019 tem adquirido e participado de projetos eólicos e solares, juntando-se a CTG, a State Grid e a própria SPIC, que também tem ativos diretos e indiretos nestes segmentos. Novamente recorrendo aos dados da AEI (2021), a CGN dispendeu investimentos

<sup>25</sup> Quando levado em consideração a proporcionalidade da participação da SPIC, o valor do investimento decresce para US\$ 2,72 bilhões.

<sup>26</sup> O cálculo aqui realizado leva em consideração a proporção do ativo pertencente a SPIC.

no exterior superiores a US\$ 12 bilhões desde 2014, abrangendo países como o Reino Unido, Cazaquistão, Malásia, França, Irlanda, Suíça, além do Brasil<sup>27</sup>.

O primeiro investimento da CGN no mercado brasileiro ocorreu em janeiro de 2019, quando a empresa adquiriu três usinas de energia renovável no Nordeste, pertencentes à italiana Enel, por um valor de aproximadamente US\$ 785 milhões (BRASIL, 2019b). Os ativos negociados foram as usinas solares de Nova Olinda, no Piauí, e Lapa, na Bahia, além do parque eólico Cristalândia, também na Bahia. Em conjunto, os ativos possuem 540 MW de capacidade instalada (COSTA, 2019b). Segundo Andreoni (2019), as usinas solares compradas junto à empresa italiana, que detém o maior portfólio solar do país, estão entre as maiores do território brasileiro.

Meses depois, em julho de 2019, a CGN realizou um investimento para comprar da empresa Atlantic o seu portfólio de energia eólica, que inclui alguns dos mais importantes parques eólicos do país (ANDREONI, 2019). A transação, avaliada em cerca de US\$ 1 bilhão, ocorreu por meio da Actis, gestora britânica de fundos *private equity*, que era detentora dos negócios da empresa. Com a aquisição, a CGN passou a controlar integralmente os ativos da Atlantic, que englobam projetos eólicos nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul e somam 642 MW de capacidade instalada (CARIELLO, 2021).

O Quadro 8 apresenta os ativos de energia solar e eólica adquiridos pela CGN no Brasil, considerando a sua localidade, montante de investimento, empresa vendedora e capacidade instalada.

Quadro 8 - Ativos de energia solar e eólica adquiridos pela CGN no Brasil

Data	Ativo	UF	Investimento (em milhões de US\$)	Empresa vendedora	Capacidade instalada (em MW)
Jan. 2019	Usina solar Nova Olinda	PI	785	Enel	292
	Usina solar Lapa	BA			158
	Parque eólico Cristalândia	BA			90
Jul. 2019	Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar	RS	1100	Atlantic	207
	Complexo Eólico Lagoa da Barra	PI			195
	Complexo Eólico Morrinhos	BA			180
	Parque eólico Eurus III	RN			30
	Parque eólico Renascença V	RN			30
<b>Total</b>			<b>1885</b>		<b>1182</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em Cariello (2021) e outras fontes.

<sup>27</sup> De acordo com Costa (2019b), a atuação internacional da CGN ocorre através da *CGN International Holdings*, braço não-nuclear da empresa dedicado ao desenvolvimento de projetos renováveis no exterior (COSTA, 2019b).

Cariello (2021) ainda recorda que a CGN arrematou, em leilão da ANEEL, as usinas eólicas de Aura Caetité (I, II, III e IV), Aura Tanque Novo (I, II e III) e Aura Queimada Nova (I e II). A participação no leilão 04/2019 ocorreu através da participação da Atlantic Renováveis, incorporada a CGN, e prevê investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão. Em conjunto, os novos projetos eólicos somarão 218,5 MW de potência instalada (Quadro 9).

Quadro 9 - Novos projetos eólicos da CGN, via Atlantic Renováveis, no Brasil

Ativo	Potência (em MW)	UF	Investimento (em milhões de R\$)
Aura Caetité 01	29,4	BA	137,38
Aura Caetité 02	29,4	BA	137,38
Aura Caetité 03	29,4	BA	137,38
Aura Caetité 04	21,2	BA	99,06
Aura Queimada Nova 01	30	PI	140,18
Aura Queimada Nova 02	29,4	PI	137,38
Aura Tanque Novo 01	21,2	BA	99,06
Aura Tanque Novo 02	15,9	BA	74,29
Aura Tanque Novo 03	12,6	BA	58,87
<b>Total</b>	<b>218,5</b>		<b>1020,98</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em ANEEL (2021).

Os novos projetos eólicos adquiridos pela CGN incrementaram sua posição no setor e confirmam a pretensão declarada da empresa de expandir sua capacidade instalada no país para 3GW até 2024 (COSTA, 2020; FUCUCHIMA, 2020). Com o acréscimo de 218 MW de potência, a capacidade instalada de energia eólica da CGN subirá para 950 MW, distribuídos em dezenas de unidades que conformam os complexos controlados pela empresa chinesa. Soma-se a isto os outros 450 MW em energia solar adquiridos junto a italiana Enel, ainda em 2019, fazendo com que o portfólio da empresa totalize 1400 MW de potência instalada.

A inserção da CGN no setor de renováveis aponta tendências relevantes em relação à cooperação energética bilateral e a própria inserção internacional da China<sup>28</sup>, que sinalizam para um maior foco em investimentos em energias limpas e outros setores emergentes, como veículos elétricos e de baixa emissão. Kong e Gallagher (2020) pontuam que, após uma década

<sup>28</sup> Yi (2021) lembra que o presidente chinês anunciou, em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2021, que a China "não construirá novas usinas elétricas a carvão no exterior". Ao mesmo tempo, comprometeu-se com o apoio da China à países emergentes na busca de um desenvolvimento verde e com baixo teor de carbono.

de liderança global em investimento, produção e execução, a China consolidou suas indústrias solar e eólica de forma globalmente competitiva.

O potencial de ampliação dos investimentos chineses em renováveis se assenta em duas constatações:

- a) os dois principais provedores de financiamento para projetos de desenvolvimento internacional (CDB e CHEXIM) estabeleceram diretrizes específicas para promover a internacionalização da indústria de renováveis sob o pilar da BRI;
- b) as metas de desenvolvimento em energia renovável descritas nas Contribuições Nacionais Determinadas (NDC, na sigla em inglês) do Acordo de Paris apontam para um potencial de US\$ 800 bilhões em investimento em energia eólica e solar (KONG; GALLAGHER, 2020).

No mercado brasileiro, essa liderança se expressa na *performance* de empresas de origem chinesa (Jinko, BYD, JA Solar, Trina e Canadian Solar) e sua participação no provimento de painéis fotovoltaicos e turbinas aerogeradoras (COSTA, 2019c). O setor de renováveis se apresenta como possível catalisador da cooperação energética, dada as complementaridades existentes e as condições climáticas favoráveis em distintas regiões do país (ANDREONI, 2019; RIBEIRO; UNGARETTI, 2020). Conforme será visto na sequência, a China já vem desempenhando um papel importante na construção de parques eólicos e solares na Argentina, atuando de forma alinhada aos programas governamentais de transição energética e em coordenação com entidades locais e empresariais (JÁUREGUI, 2021).

A CGN, vale destacar, não é a primeira, tampouco será a última, a explorar o emergente setor de renováveis. A State Grid tem atuação, sobretudo no segmento de energia eólica, tendo em vista os ativos sob gestão da CPFL e CPFL Renováveis (BARBOSA, 2020a). A CTG, através da EDP Renováveis, também adquiriu e desfruta de participação indireta em parques eólicos e usinas solares no país. A SPIC, de forma mais tímida, igualmente possui dois parques eólicos em seu portfólio de projetos no país. No setor eólico, a participação chinesa já alcança os 13% da capacidade de instalada do país – 2.644 MW de um total de 20.687 MW (ONS, 2021).

A elevação da produção eólica e, em menor medida solar, na matriz energética brasileira expressa a redução dos custos para produção de energia a partir destas fontes, tornando-as mais competitivas e apontando tendências emergentes. Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS, 2021), a participação da energia eólica na matriz elétrica brasileira subiu de 0,8%, em 2010, para 9,4%, em 2020, com expectativas de que alcance a representação



de 11,3%, em 2024. Para a energia solar, o crescimento foi de zero, em 2010, para 1,8%, em 2020, com expectativa de crescimento para 2,4%, em 2024.

Em resumo, os “novos entrantes” no setor elétrico brasileiro manifestam que as possibilidades de novos investimentos e projetos não se encerraram com as aquisições realizadas especialmente pela CTG e State Grid, que passaram a ter uma posição relevante nas atividades de geração e transmissão, respectivamente. Além da SPIC e da CGN, ainda há outras empresas chinesas do setor de energia que não foram mencionadas, bem como outras que ainda não realizaram investimentos no mercado brasileiro, embora exista o interesse de algumas delas (TANG, 2017). Apesar de o padrão das inversões chinesas esteja ainda bastante atrelado às operações *brownfield*, especialmente no setor de geração hidrelétrica – devido em parte ao pouco espaço para novos projetos -, há no horizonte perspectivas de novos investimentos *greenfield*, com potencialidades no segmento de renováveis.

#### 4.2 O CASO ARGENTINO: DESEMBARQUE PELA VIA DOS EMPRÉSTIMOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Nesta seção, objetiva-se apresentar o caso dos investimentos chineses em infraestrutura energética na Argentina, outro importante mercado regional no qual as empresas do país asiático têm buscado se inserir visando explorar oportunidades no que diz respeito ao desenvolvimento de novos projetos. No capítulo anterior, identificou-se que a Argentina, além de hospedar fluxos de IED (Tabela 2), se destaca como sendo o principal mercado para construção de projetos de infraestrutura de transporte e energia (DUSSEL PETERS, 2021a). No campo financeiro, a Argentina, além dos acordos de *swap* cambial (troca de moedas) firmados junto à China, também é o quarto principal receptor de empréstimos dos bancos de desenvolvimento (Gráfico 13). Myers (2021) ainda sublinha que a Argentina, em número de projetos, é o principal destino de empréstimos dos bancos comerciais chineses.

Dada essa breve recapitulação, pretende-se descrever a evolução das relações econômicas sino-argentinas, cobrindo um período que abrange desde o estabelecimento da parceria estratégica, em 2004, à recente entrada da Argentina na BRI, em fevereiro de 2022. A partir desta contextualização, que privilegiará os vetores econômicos das relações bilaterais (comércio, IED, finanças e infraestrutura), buscar-se-á, com base no mapeamento da presença chinesa em projetos de infraestrutura energética, identificar o padrão e a lógica dos investimentos chineses em infraestrutura energética na Argentina.

#### 4.2.1 Da parceria estratégica à Belt and Road: Relações econômicas, financeiras e cooperação em infraestrutura entre China e Argentina

As relações da Argentina com a RPC foram estabelecidas no início da década de 1970, mais especificamente em 1972. O aprofundamento dos laços bilaterais acabou por ocorrer somente no século XXI, dado o processo de ascensão da China e seus impactos na economia mundial, em especial o fenômeno já abordado do *boom* das *commodities*.

Segundo Bernal-Meza e Zanabria (2020), os dois países entraram em um período de reaproximação desde o estabelecimento das relações e o reconhecimento da RPC como representante legítima da China na ONU, aprofundando-se a partir de 2003, quando o governo de Néstor Kirchner (2003-2007) buscou tornar a China um parceiro comercial e financeiro alternativo às potências ocidentais. A partir daí, asseveram Bernal-Meza e Zanabria (2020), a China passou a exercer um papel cada vez mais proeminente, tornando-se um relevante investidor e credor financeiro por meio do sistema de *swap* e da liberação de empréstimos para construção de infraestruturas.

A aproximação bilateral envolveu aspectos como o reconhecimento mútuo sobre disputas territoriais (Malvinas e Taiwan) e o apoio argentino à entrada chinesa na OMC, resultando na assinatura de uma “parceria estratégica bilateral”, em 2004. Ao lado de Brasil (1993), México (2003) e Venezuela (2001), o status de parceria estratégica da Argentina com a China, segundo Quintana (2012), se explica tanto por elementos em torno da política chinesa para a ALC quanto por aspectos específicos da relação bilateral<sup>29</sup>.

De uma perspectiva bilateral, foram diversos fatores que contribuíram para a formação da parceria estratégica. Além do fato da Argentina desfrutar de uma posição de influência no Mercosul e ter se tornado um fornecedor de matérias-primas para a China (soja, minérios, petróleo), os dois países compartilharam visões similares sobre princípios centrais da política externa chinesa, como a “não-intervenção” e o respeito à soberania e à integridade territorial. De modo similar ao Brasil, Pequim e Buenos Aires também convergiram na defesa de um sistema internacional multipolar e na necessidade de reformas nas instituições de governança econômica global (QUINTANA, 2012; BERNAL-MEZA; ZANABRIA, 2020).

---

<sup>29</sup> Sob uma perspectiva mais regional, o estabelecimento das quatro parcerias estratégicas serve primordialmente para três propósitos: a) ampliar influência em sub-regiões (América do Sul, Caribe e América Central); b) garantir fornecimento estável de energia (segurança energética); c) assegurar o abastecimento estável de alimentos (segurança alimentar).

Dez anos depois da construção da “parceria estratégica”, os laços sino-argentinos foram alçados à condição de “parceria estratégica abrangente”<sup>30</sup>, seguindo os passos das relações da China com o Brasil e outros parceiros na ALC, que também tiveram o *status* de seu relacionamento elevado. A elevação da parceria, ocorrida durante a visita do presidente Xi Jinping à Argentina, em 2014, veio acompanhada da assinatura de mais de vinte acordos, incluindo o reforço de mecanismos de cooperação financeira e o compromisso de financiamento para projetos de infraestrutura (LUCCI; GÁRZON, 2019).

Presumivelmente, a evolução do relacionamento bilateral e sua elevação na última década ocorreu em sintonia com o incremento das relações econômicas, embora com questionamentos a respeito da crescente assimetria (comercial e financeira) e da ocorrência de atritos do ponto de vista do diálogo político-diplomático ao longo do período (OVIEDO, 2017; LAUFER, 2019; BERNAL-MEZA; ZANABRIA, 2020). Desta forma, a proposta é descrever, brevemente, os componentes comerciais, financeiros e de investimento que se desenvolveram entre Pequim e Buenos Aires no século XXI, facilitando o posterior detalhamento dos projetos de infraestrutura energética da China na Argentina.

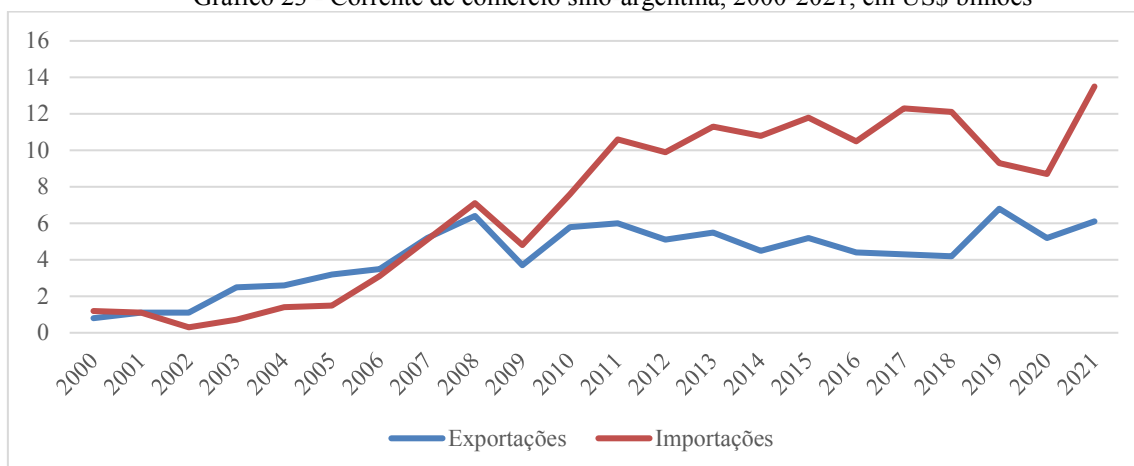
Na esfera comercial, a demanda chinesa por recursos alimentares, minerais e energéticos tornou o país asiático o principal destino das exportações argentinas. Ao longo do século XXI, a China também se firmou como origem de parcela relevante das importações argentinas, contribuindo por recentemente desbancar o Brasil enquanto principal parceiro comercial do país (BARROS *et al.*, 2021). Segundo o Indec (2022), a China foi origem de 21% das importações e destino de 8% das exportações da Argentina em 2021, totalizando um saldo comercial negativo de US\$ 7,3 bilhões.

O Gráfico 23 ilustra a evolução da corrente de comércio sino-argentina:

---

<sup>30</sup> Declaración Conjunta sobre el Establecimiento de la Asociación Estratégica Integral entre la República Argentina y la República Popular China. Para mais detalhes, ver Argentina (2014).

Gráfico 23 - Corrente de comércio sino-argentina, 2000-2021, em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração do autor com base em UN Comtrade (2021) e INDEC (2022).

Nota-se uma evolução crescente da corrente de comércio bilateral, embora em bases desequilibradas, com sucessivos saldos negativos para a Argentina a partir de 2007. Somente em 2019, face as oportunidades de elevação das exportações de soja decorrente da guerra comercial sino-americana (RAY; BARBOSA, 2020), as vendas para o mercado chinês superaram levemente o recorde de US\$ 6,4 bilhões, atingido em 2007. A desaceleração da economia chinesa a partir de 2013, com impactos sobre os preços internacionais de *commodities*, não afetou o ingresso de importações chinesas, em sua maioria compostas por bens manufaturados e de maior valor agregado, embora tenha contribuído para uma estagnação das exportações argentinas.

Além da cristalização de contornos de uma relação centro-periferia na esfera comercial, a última década acrescentou outros importantes componentes no âmbito das relações, em especial a chegada de investimentos diretos, o estabelecimento de acordos de *swap*, a liberação de empréstimos institucionais e a realização de projetos de infraestrutura sob modalidade de contratação. No capítulo anterior, constatou-se que, em relação aos investimentos, a Argentina se situa entre os cinco principais destinos de IED chinês na ALC (Tabela 2).

A entrada de IED chinês se tornou uma novidade a partir de 2010, quando petrolíferas chinesas e o ICBC anunciaram inversões no país (OVIEDO, 2017). Os investimentos, assim como no caso do Brasil, se dirigiram inicialmente ao setor de petróleo, com aquisições de parcelas da Bidas e da subsidiária da *Occidental Petroleum Company* (OXI) por parte da CNOOC e da Sinopec, respectivamente (LUDEÑA, 2017). A soma das transações, ambas realizadas em 2010, gira ao redor dos US\$ 5,6 bilhões e corresponde por cerca de metade do acumulado do IED chinês no país, desde 2005 (AEI, 2021; RED-ALC CHINA, 2021a).

A aquisição de 50% da Bidas, petrolífera local, representou um investimento de US\$ 3,1 bilhões e tornou a CNOOC sócia da *British Petroleum* (BP) na Pan American Energy (PAE). Com isso, a petrolífera chinesa se habilitou para explorar e operar no campo de Cerro Dragão, o mais importante do país (BOLINAGA, 2017). Em 2012, a Bidas comprou ativos de refino e venda de combustíveis da Exxon Mobil (Esso) na Argentina, Uruguai e Paraguai, dando origem a *Axion Energy Group* (STANLEY, 2019b).

Em 2017, a PAE se funde com a Axion Energy Group, formando a *Pan American Energy Group* (PAEG), grupo empresarial que atualmente se posiciona como uma das maiores produtoras e exportadores de petróleo da Argentina, com cerca de 18% do mercado (STANLEY, 2019b). Desta forma, a CNOOC tem seus interesses assegurados por meio de sua participação na PAEG, permitindo a exploração das quatro principais bacias de hidrocarbonetos do país (Golfo San Jorge, Neuquén, Noreste e Marina Austral), bem como a participação na refinaria de Campana, ao norte de Buenos Aires (CNOOC, 2022)

A Sinopec, também em 2010, adquiriu a subsidiária da empresa americana OXY, pelo valor de US\$ 2,45 bilhões. Segundo Bossarelli (2017), a Sinopec tem participação em 23 concessões de produção e exploração de petróleo nas províncias de Santa Cruz, Mendoza e Chubut. A empresa também demonstrou interesse em atuar nos projetos de gás não convencional de *Vaca Muerta*, segunda maior reserva mundial de gás natural, localizada na província de Neuquén (PENELLI, 2020).

Além destas duas transações, outros investimentos se sucederam, embora o ímpeto dos fluxos de IED não tenham atingido o mesmo patamar verificado em 2010. A base da AEI (2021), por exemplo, não registra investimentos em 2012, 2014 e 2018, enquanto a da Red ALC-China (2021a) não computa nenhuma transação para os anos de 2012 e 2015. No geral, a Argentina se destacou, entre 2010 e 2014, enquanto um dos principais mercados para recepção de IED, ao lado do Brasil, posteriormente perdendo espaço para outros países, como Chile, México e Peru (DUSSEL PETERS, 2021b)

Outro importante investimento se concretizou em 2012, quando as autoridades financeiras argentinas autorizaram a compra de 80% da *Standard Bank Argentina* por parte do ICBC, pelo valor de US\$ 650 milhões (LUQUE, 2017). A transação representa um dos maiores investimentos do ICBC fora da China e o maior aporte realizado pelo banco na América Latina. Segundo Lucci e Garzón (2019), o ICBC conta com 103 filiais na Argentina, mais de 1 milhão de clientes e mais de 30 mil empresas em diversos setores.

Embora a presença chinesa no setor de mineração na Argentina não seja tão intensa como em outros países da ALC, é importante destacar o investimento de US\$ 960 milhões da

*Shandong Gold Group* por uma participação de 50% na mina de ouro de Valeadero, situada na província de San Juan. A compra ocorreu junto a canadense *Barrick Gold*, em 2017, logo após a empresa ter sua reputação severamente afetada por um acidente ambiental nas operações da mina (STANLEY, 2019b). A empresa chinesa ainda se comprometeu com investimentos de US\$ 145 milhões para ampliar a vida útil da mina até 2030 (PENELLI, 2020).

A abundância de lítio na região norte da Argentina também está atraindo investidores chineses, principalmente por meio de investimentos diretos e acordos com empresas mineradoras canadenses especializadas em lítio (STANLEY, 2019b). Cabe lembrar que o lítio é um mineral estratégico para produção de veículos elétricos de última geração, sendo do interesse chinês a garantia de acesso para atender à crescente demanda da indústria automotiva<sup>31</sup>. A Argentina, junto a Bolívia e ao Chile, concentra 68% das reservas mundiais de lítio (NUÑEZ, 2019).

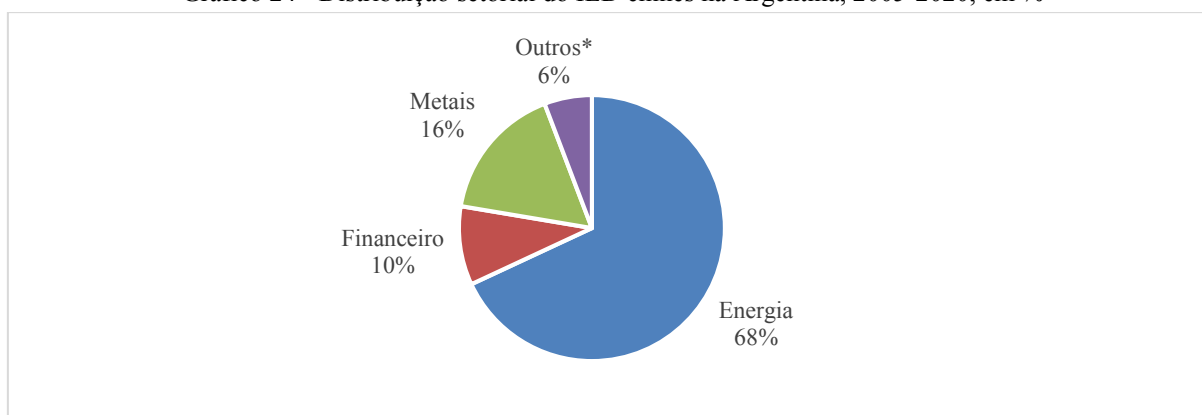
Em 2018, a *Nextview New Energy* adquiriu, por US\$ 256 milhões, a canadense *Lithium X*, empresa dedicada à exploração e desenvolvimento de projetos de lítio com participação na Argentina (STANLEY, 2019b). No mesmo ano, a *Ganfeng Lithium* desembolsou US\$ 160 milhões para a também canadense *Lithium Americas*, com o objetivo de comprar 50% do projeto de lítio Caucharí-Olaroz, na província de Jujuy, prevendo ainda um cronograma de financiamento de até US\$ 400 milhões (PENELLI, 2020).

O Gráfico 24 apresenta a distribuição setorial do IED chinês na Argentina, entre 2005 e 2020, considerando a sua representação em relação ao total.

---

<sup>31</sup> Sergio Cesarín, em entrevista para Delgado (2021), assevera que as mineradoras chinesas vêm operando em projetos de mineração na Bolívia, Chile e norte da Argentina (triângulo do lítio). O seu posicionamento agressivo se dá principalmente por meio de fusões e/ou aquisições de empresas locais, europeias, australianas ou canadenses.

Gráfico 24 - Distribuição setorial do IED chinês na Argentina, 2005-2020, em %



Fonte: Elaboração do autor com base em AEI (2021).

Com base no Gráfico 24 e nas descrições das transações de investimento, infere-se que os fluxos de IED chinês na Argentina tem uma orientação predominantemente orientada à busca de recursos (*resource-seeking*), visando assegurar o fornecimento ordenado de petróleo e recursos minerais. As duas transações no setor de óleo e gás e as aquisições e projetos de investimento no setor de mineração correspondem por 76% dos investimentos chineses<sup>32</sup>. A compra do *Standard Bank* por parte do ICBC corresponde por cerca de 10% do acumulado de IED chinês no país sul-americano.

Segundo Luque (2019), os investimentos chineses não foram necessariamente favorecidos com o estreitamento das relações bilaterais e do estabelecimento da “parceria estratégica”, havendo casos em que as autoridades argentinas (governo central e de províncias) inclusive obstaculizaram a concretização de projetos de investimento. O argumento desenvolvido por Luque (2019) é o de que a atração de investimentos diretos deriva mais da construção de condições políticas, institucionais e regulatórias do que propriamente de alianças diplomáticas de alto-nível.

Na dimensão financeira e da infraestrutura, contudo, o diálogo e os acordos de alto-nível mostram-se centrais, havendo uma forte atuação entre diferentes atores estatais para promoção de projetos de cooperação e iniciativas em diversas áreas. Embora seja possível identificar determinantes extraeconômicos nos fluxos de IED, especialmente a diversificação dos fornecedores de energia e minerais, os empréstimos institucionais e os projetos de infraestrutura expressam de forma mais nítida as ferramentas pelas quais Pequim se adapta ao ambiente político, econômico e institucional argentino e se habilita para avançar seus próprios interesses no país e na região como um todo.

<sup>32</sup> Dos investimentos no setor de energia, ao redor de 11% (US\$ 800 milhões) correspondem por três operações no setor de energias “alternativas” (AEI, 2021).

Trata-se de uma lógica que pode ser entendida como *taylor-made*, tal qual exposto por Baumann (2016) para abordar as especificidades dos acordos de comércio da China na ALC. Neste sentido, seria possível sugerir que os chineses procuram se adaptar aos ambientes político, econômico e institucionais de cada mercado, possibilitando o avanço de seus interesses estratégicos por meio da exploração de oportunidades específicas de cada localidade.

Laufer (2019) sintetiza a importância em se analisar o conjunto de capitais chineses, afirmando que:

[...] é necessário considerar os investimentos chineses não apenas no sentido restrito - IDE, ao qual a literatura costuma se referir -, mas também incluindo outras principais formas de transferências de capital e financeiras que chegam ao país. Comparado com a importância da China como parceiro comercial, o investimento direto chinês na Argentina não é importante, mas os financiamentos e empréstimos concedidos tanto para recuperar o nível de reservas do Banco Central - e, em última análise, para comprar produtos da China - como para a construção de projetos de infraestrutura (LAUFER, 2019, p. 96).

Os fluxos financeiros da China para a Argentina ocorrem de duas formas principais. A primeira delas se relaciona com os acordos de *swap* estabelecidos desde 2009, enquanto a segunda se vincula com empréstimos para aquisição de bens, equipamentos e serviços chineses, bem como para financiamento de projetos de infraestrutura.

Segundo Stanley (2019b), os acordos de *swap* entre o Banco do Povo da China e o Banco Central da Argentina se explicam por dois fatores principais:

- a) o interesse chinês em ampliar a internacionalização do *renmimbi* (RMB) após a crise financeira de 2008;
- b) a necessidade argentina de acessar fontes de financiamento internacional, tendo em vista o seu isolamento dos mercados financeiros, reflexo da moratória de 2001 e dos processos de renegociação das dívidas junto aos credores.

O primeiro acordo de *swap* foi firmado em 2009, prevendo intercâmbios de moeda no valor de RMB 70 bilhões (US\$ 11 bilhões).

O acordo de 2009, porém, não foi acionado, tampouco houve manifestação de alguma das partes para sua renovação, quando expirado o prazo, em abril de 2012. De acordo com Sousa e Daldegan (2020), as regras para utilização dos recursos eram pouco flexíveis, não havendo permissão para a livre conversibilidade do RMB para outras moedas, o que era de interesse direto da Argentina. Bernal-Meza e Zanabria (2020) asseveram que, apesar de não acionado, o acordo de 2009 abriu precedentes importantes.

Em 2014, outro pacto foi estabelecido entre as autoridades financeiras, novamente prevendo desembolsos de RMB 70 bilhões (US\$ 11 bilhões) e estabelecendo um prazo de



vigência de três anos. Desta vez, foi autorizada a conversibilidade da moeda chinesa para o dólar. Em um contexto de desequilíbrios comerciais e financeiros, as autoridades financeiras argentinas acionaram uma primeira parcela do montante (US\$ 2,7 bilhões), em 2014, utilizando o restante dos recursos ao final de 2015 (SOUSA; DALDEGAN, 2020). Com isto, foi possível reforçar a confiança dos mercados, interromper a escalada do dólar frente ao peso e estabilizar o saldo das trocas comerciais (BERNAL-MEZA; ZANABRIA, 2020).

Os recursos provenientes dos acordos de *swap* passaram a representar cerca de 35% das reservas internacionais argentinas, evidenciando uma posição na qual a China se consolidou como “emprestador de última instância” (STANLEY, 2019a). O acordo firmado em 2014 foi renovado por mais três anos, em 2017.

Em 2018, às margens do encontro do G20, sediado em Buenos Aires, os presidentes Xi Jinping e Mauricio Macri anunciaram uma “suplementação” do acordo de 2017, prevendo adicionais RMB 60 bilhões (US\$ 8,7 bilhões), elevando o montante do acordo para cerca de US\$ 19 bilhões. Desta vez, contudo, o acionamento do acordo de *swap* ficava condicionado a contratação de um acordo preventivo de US\$ 50 bilhões junto ao FMI. A condição, requerida à época pela própria Argentina, foi retirada em agosto de 2020, quando o acordo de *swap* foi novamente renovado (SOUSA; DALDEGAN, 2020).

O Quadro 10 detalha os acordos de *swap* cambial firmados entre a China e Argentina entre 2009 e 2020, bem como detalhes pertinentes das operações.

Quadro 10 - Acordos de swap cambial entre China e Argentina, 2009-2020.

Ano	Montante	Observações
2009	RMB 70 bilhões (cerca de US\$ 11 bilhões)	Não foi acionado. Regras não permitiam a conversibilidade para outras moedas.
2014	RMB 70 bilhões (cerca de US\$ 11 bilhões)	Autorização para conversão em US\$ dólares e utilização integral
2017	RMB 70 bilhões (cerca de US\$ 11 bilhões)	Renovação do acordo de 2014.
2018	RMB 130 bilhões (cerca de 19 bilhões)	Suplementação de RMB 60 bilhões (US\$ 8,7 bilhões) acordado às margens do G20. Acionamento do acordo ficava vinculado à negociação com FMI
2020	RMB 130 bilhões (cerca de 19 bilhões)	Renovação do acordo de 2017, com a incorporação da suplementação de 2018. Retirada da exigência de negociação com o FMI.

Fonte: Elaboração do autor com base em Sousa e Daldegan (2020).

Além dos acordos de *swap*, os chineses também vêm concedendo empréstimos para compra (direta ou por licitação) de produtos chineses, bem como para realizar melhorias de infraestrutura e serviços. O interesse de Pequim na liberação destes recursos não se esgota na

exportação de bens, serviços e tecnologias chinesas, à medida que também serve como instrumento para obtenção de benefícios políticos. Em 2014, pouco antes do acordo de formação de “parceria estratégica abrangente”, que veio acompanhado de uma série de compromissos de financiamento, os chineses obtiveram aprovação para construir, estabelecer e operar uma estação espacial chinesa na província de Neuquén (BERNAL-MEZA, 2020).

De acordo com os dados expostos no capítulo anterior, a Argentina é o quarto principal receptor de recursos dos bancos públicos de desenvolvimento da China, atrás de Venezuela, Brasil e Equador (Gráfico 13). Desde 2007, são doze empréstimos que totalizam US\$ 17,1 bilhões, conforme discriminado no Quadro 11.

Quadro 11 - Lista de financiamentos chineses na Argentina

Data	Propósito	Emprestador	Tomador	Montante (em milhões de US\$)	Setor
Ago. 2007	Financiamento do comércio	CDB	BICE	30	Multissetorial
Jan. 2010	Renovação acordo de 2007	CDB	BICE	30	Multissetorial
Jul. 2010	Financiamento do comércio: Compra de trens de alta velocidade	CDB e Citic	Governo	273	Transportes
Jul. 2010	Renovação do sistema ferroviário	CDB e outros	Governo	10.000	Transportes
Mar. 2012	Projetos de energia renovável	CDB	Governo	200	Energia
Jul. 2014	Linha de trem Belgrano Cargas	CDB e ICBC	Governo	2.100	Transportes
Jul. 2014	Hidrelétricas Néstor Kirchner e Jorge Cepernic	CDB	Governo	2.500	Energia
Ago. 2014	Compra de vagões para linha A do Metrô	CHEXIM	Governo de Buenos Aires	162	Transportes
Abr. 2017	Desenvolvimento PMEs	CDB	BICE	150	Multissetorial
Nov. 2017	Parque solar de Caucharí	CHEXIM	Governo	332	Energia
Nov. 2018	Modernização da ferrovia de carga de San Martín	CHEXIM	Governo	1.100	Transportes
Fev. 2019	Compra de vagões (linha Roca)	CDB	Governo	236	Transportes

Fonte: Elaboração do autor com base em Ray e Simmons (2020) e Gallagher e Myers (2021).

Nota: BICE – Banco de Investimento e Comércio Exterior. PMEs – Pequenas e médias empresas.

O Quadro 11 apresenta, entre outras informações, os propósitos dos empréstimos institucionais chineses desde 2007, que abrangem desembolsos para financiamento de importações e para desenvolvimento de projetos de infraestrutura. Os empréstimos para o setor

de transportes se destacam, somando 81% do total, sendo seguido pelo setor de energia, correspondendo por 18% do somatório dos empréstimos. O principal prestador é o CDB, ao passo que a maioria dos acordos se dá por intermédio do governo central argentino.

No setor de energia, destacam-se os projetos hidrelétricos Néstor Kirchner e Jorge Cepernic, situados na Patagônia, e o parque solar da Caucharí, localizado na província de Jujuy. Estes e outros projetos serão abordados com mais detalhes na próxima seção, em conjunto com um mapeamento da participação de empresas chinesas no segmento de renováveis, particularmente no marco do programa RenovAr.

No setor de transportes, é importante mencionar a renovação de trechos da rede ferroviária Belgrano Cargas, estratégica para o escoamento da produção agrícola, e a adição de novas locomotivas e vagões à frota existente (QUINTANA, 2017; GONZÁLEZ, 2019). Em 2020, Pequim e Buenos Aires ainda estabeleceram um novo acordo, prevendo aportes de US\$ 4,6 bilhões para realização de projetos ferroviários novos e em andamento, incluindo trechos adicionais da rede da Belgrano e a concretização da ferrovia de San Martín.

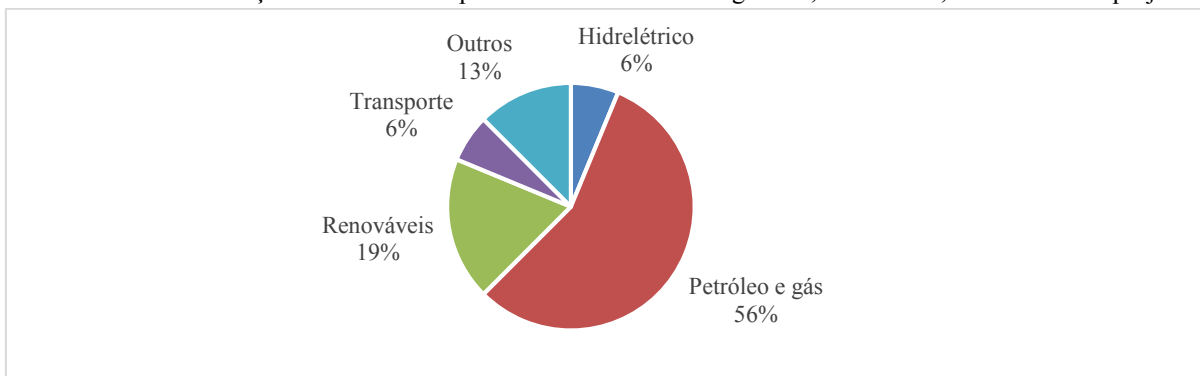
Além disso, foi firmado um memorando de entendimento para a atualização do Trem Norpatagonico, bem como um acordo para provimento de US\$ 500 milhões para aquisição de trens para incorporar ao sistema de transportes da Área Metropolitana de Buenos Aires e de outras treze províncias. As empresas *China Railway Construction Corp.* e *China Machinery Engineering Corp* serão as responsáveis pela construção das obras de reabilitação e atualização das ferrovias (ARGENTINA, 2020; XINHUA, 2020).

De acordo com o levantamento realizado no capítulo anterior, também foi possível identificar que, na contramão do refluxo dos financiamentos do CDB e do CHEXIM nos últimos anos (Gráfico 12), os bancos comerciais chineses, em particular o ICBC, têm tido uma atuação renovada na ALC, liberando recursos para financiamento de projetos, especialmente a partir de 2018 (Gráfico 15). Igualmente mencionado, a Argentina recebeu 40% dos empréstimos destes bancos na ALC, possivelmente em razão da já apontada presença do ICBC no país após a compra da *Standard Bank Argentina* (MYERS, 2021).

Entre 2014 e 2020, foram 16 empréstimos concedidos pelo ICBC na Argentina, incluindo aportes para projetos já mencionados, como as hidrelétricas na Patagônia e a rede da Belgrano Cargas. Diferentemente do CDB e do CHEXIM, os empréstimos se direcionaram em sua maioria ao setor de energia, incluindo aportes para os setores de petróleo e gás e renováveis, à exemplo das usinas eólicas de Loma Blanca e Miramar. O setor de mineração recebeu dois empréstimos, especificamente para o financiamento da produção de cimentos da empresa argentina Loma Negra (MYERS, 2021).

Dada a importância recente dos bancos comerciais chineses na Argentina, o Gráfico 25 apresenta a distribuição setorial dos empréstimos do ICBC no país, entre 2014 e 2020.

Gráfico 25 - Distribuição setorial dos empréstimos do ICBC na Argentina, 2014-2020, em número de projetos



Fonte: Elaboração do autor com base em Myers (2021).

Nos capítulos anteriores, foi pontuado que existe uma correspondência entre empréstimos institucionais chineses e projetos de infraestrutura construídos por companhias do país asiático, embora as obras de infraestrutura executadas pelos chineses também admitam outras fontes de financiamento (CEPAL, 2018; 2021; DUSSEL PETERS, 2020a). Igualmente citado, a Argentina se sobressai como principal mercado para realização de empreendimentos sob modalidade de contratação (Tabela 5).

Entre 2012 e 2020, são 25 projetos de construção da China na Argentina, os quais somam cerca de US\$ 25 bilhões. Conforme será mostrado na sequência, a listagem da Red ALC-China (2021b) engloba projetos que estão suspensos ou que ainda estão em fase de planejamento, como é o caso da usina nuclear de Atucha III, cujos valores de construção chegam a US\$ 7,9 bilhões, ou cerca de um terço dos projetos. A base da AEI (2021) apresenta uma estimativa mais conservadora, de US\$ 12,8 bilhões, distribuídos em quinze contratos de construção, entre 2013 e 2020.

Realizada essas ressalvas, os dados sobre projetos de infraestrutura da China no mercado argentino sugerem uma preponderância do setor de energia, tanto em número de projetos quanto em valores acumulados (Tabela 8). Ao total, são quinze projetos totalizando US\$ 15,4 bilhões, o que corresponde a uma média de US\$ 1 bilhão por projeto. Quando retirados as iniciativas de maior magnitude – usinas hidrelétricas Nestor Kirchner e Jorge Cepernic (US\$ 4,9 bilhões) e usina nuclear de Atucha III (US\$ 7,9 bilhões) -, a média cai para US\$ 269 milhões, distribuídos em treze projetos, alguns dos quais envolvendo a construção de parques eólicos e usinas solares.

Em relação à infraestrutura de transportes, são US\$ 9,4 bilhões distribuídos em sete projetos, com uma média próxima a US\$ 1,3 bilhões. Deste total, cerca de US\$ 5,2 bilhões correspondem aos já citados quatro projetos ferroviários que foram acordados em dezembro de 2021. O restante diz respeito aos projetos igualmente mencionados sobre a reabilitação de trechos das redes Belgrano e San Martín, bem como a compra de vagões para renovação de sistemas de transporte ferroviário e de mobilidade urbana.

A seguir, a Tabela 8 detalha os dados sobre os projetos de infraestrutura da China na Argentina, entre 2012 e 2020, considerando a sua distribuição setorial.

Tabela 8 - Projetos de infraestrutura da China na Argentina, 2012-2020

Setor	Número de projetos	Em %	Montante (em US\$ bilhões)	Em %
Energia	15	60%	15,5	61%
Transportes	7	28%	9,4	37%
Outros	3	12%	0,35	1%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>	<b>25,25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em Red ALC-China (2021b).

O recente ingresso da Argentina na BRI, em fevereiro de 2022, elevou as expectativas em relação a novos compromissos financeiros para desenvolvimento de projetos de infraestrutura. Além das necessidades de financiamento e o papel desempenhado por Pequim enquanto “emprestador de última instância” (STANLEY, 2018), a Argentina, argumenta Ellis (2021b), oferece oportunidades multidimensionais para o avanço de interesses chineses, incluindo atividades de mineração (lítio), extração de recursos não-convencionais (*Vaca Muerta*) e execução de projetos de cooperação espacial e de defesa.

Considerando esses fatores e a evolução das relações sino-argentinas, o ingresso do país na iniciativa chinesa era inclusive esperado, com o ex-presidente Mauricio Macri comparecendo às duas edições do *Belt and Road Forum* (BRF), realizados em 2017 e 2019. O atraso para formalizar a adesão de Buenos Aires ao marco de cooperação da BRI se deveu às incertezas vinculadas à pandemia e ao processo de negociação do país sul-americano com o FMI, cuja ascendência e influência de Washington é notória (DALTO, 2020).

A reaproximação com Pequim durante o governo Fernández (2020-atual), somado com fatores vinculados à ajuda chinesa no fornecimento de vacinas e insumos médicos para o combate à pandemia, contribuíram para uma inclinação positiva da Argentina em relação à BRI. Sob a perspectiva do país sul-americano, os benefícios da adesão, estritamente vinculados com a renovação dos acordos de cooperação financeira e o compromisso com o financiamento de

US\$ 23 bilhões em projetos novos e em andamento (KOOP, 2022), parecem ter superado os riscos da decisão, o que não parece ser o caso das outras duas grandes economias da ALC (Brasil e México), que ainda optam pela não-adesão (MORENO; TELIAS; URDÍNEZ, 2020).

Antes mesmo da viagem de Fernández que culminou na assinatura do Memorando de Entendimento, a diplomacia argentina, por meio de canais de diálogo bilateral, já havia encaminhado aos chineses uma lista com dezessete projetos de infraestrutura prioritários (DINATALE, 2021). O anúncio mais emblemático também ocorreu dias antes da viagem, quando foi divulgada a pretensão de retomar o projeto de Atucha III. A construção da usina nuclear, que havia sido anunciada ainda em 2015, foi paralisada por conta de problemas orçamentários, sendo agora reavivado por meio de um novo acordo entre as estatais *China National Nuclear Corp* (CNNC) e *Nucleoeléctrica Argentina* (ARGENTINA, 2022c).

Com a entrada da Argentina na BRI, emergem debates sobre as oportunidades e desafios da decisão que transparece uma aproximação mais estratégica entre Buenos Aires e Pequim. De um lado, infere-se que a Argentina almeja melhorar suas conexões logísticas, promover uma transição energética híbrida, desenvolver programas de cooperação tecnológica e garantir a estabilidade cambial e financeira, além da ampliação e diversificação das exportações.

Por outro lado, os receios apontam para um possível aprofundamento das assimetrias comerciais e financeiras, além dos possíveis impactos ambientais e sociais negativos associados com a execução de grandes empreendimentos de infraestrutura. A criação de encadeamentos com empresas locais também aparece como um aspecto importante a ser considerado, tendo em vista a preferência chinesa pela contratação de fornecedores e empresas do próprio país.

Dado o foco do presente trabalho no setor energia, buscar-se-á abordar estas discussões em torno de riscos e potencialidades de forma complementar, de modo a contribuir com o objetivo central do estudo, que diz respeito à identificação do *padrão* e das *motivações* em torno dos investimentos chineses em infraestrutura energética. Na próxima seção, pretende-se mapear de forma mais detalhada estes projetos de investimento, destacando os atores envolvidos e os seus propósitos, bem como o seu desenrolar e as eventuais contradições e controvérsias. Alguns destes projetos inclusive já foram brevemente mencionados nesta seção, como as represas hidrelétricas na Patagônia, o parque solar de Caucharí e a retomada do projeto da usina nuclear.

## 4.2.2 A China construtora: Projetos de infraestrutura energética e o setor de renováveis

Considerando os apontamentos anteriores sobre a evolução das relações econômicas sino-argentinas, busca-se, nesta seção, mapear de forma mais detalhada os investimentos chineses em infraestrutura energética na Argentina ao longo da última década, principalmente. Ressalta-se que a noção de “investimento” aqui empregada supera a definição de IED, englobando exportações de capital na forma de empréstimos e financiamentos, bem como exportações de serviços de construção e engenharia. Diferentemente do Brasil, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura energética na Argentina ocorre principalmente pela via de acordos governamentais de financiamento e execução de obras sob modalidade de contratação (*llave en mano, turnkey projects, EPC, etc.*).

Inicialmente, o objetivo será o de apresentar os empreendimentos vinculados diretamente com o financiamento chinês, como é o caso das represas hidrelétricas na Patagônia e o parque solar de Caucharí. As perspectivas em torno da construção da usina nuclear de Atucha III também serão abordadas. Em um segundo momento, objetiva-se apresentar outros projetos de infraestrutura energética, com destaque para a inserção de empresas chinesas enquanto construtoras e operadoras de empreendimentos renováveis, particularmente sob o marco do programa RenovAr.

### 4.2.2.1 As represas hidrelétricas na Patagônia

O primeiro destes projetos diz respeito à construção das represas hidrelétricas Néstor Kirchner e Jorge Cepernic, na região da Patagônia, inicialmente batizadas de Condor Cliff e La Barrancosa<sup>33</sup>. O desejo de construir usinas hidrelétricas no rio Santa Cruz não é novo, remontando a década 1970, quando os primeiros estudos de viabilidade foram realizados (LUCCI, 2019). A construção das hidrelétricas é elucidativa sobre vários aspectos da projeção geoeconômica da China na Argentina, e na América do Sul como um todo, ao mesmo tempo em que manifesta riscos e potencialidades do relacionamento estratégico sino-argentino.

---

<sup>33</sup> Segundo Jáuregui (2021), o governo nacional da Argentina e o governo provincial de Santa Cruz assinaram, em 2007, um acordo para construir o que era então chamado de barragens Condor Cliff e Barragem de La Barrancosa, em referência à localização das barragens. Em 2011, o governo provincial de Santa Cruz renomeou as barragens em homenagem a Néstor Kirchner e Jorge Cepernic – ambos haviam sido governadores da província de Santa Cruz. Em 2017, o governo Macri decidiu voltar aos nomes originais (La Barrancosa e Condor Cliff). Por sua vez, o atual governo Fernández decidiu voltar aos planos de batizar as barragens como Néstor Kirchner e Jorge Cepernic.

A antiga pretensão de edificar as represas na região da Patagônia foi reavivada em 2007, com o governo de Cristina Kirchner relançando o projeto sob o nome de Condor Cliff e La Barrancosa. No mesmo ano, uma licitação foi aberta pela província de Santa Cruz e, em abril de 2008, se sucedeu uma audiência pública voltada ao objetivo de construção das usinas hidrelétricas. Devido à crise de 2008, o projeto foi paralisado e a ausência de fundos foi a razão citada pelas autoridades para o seu cancelamento (LUCCI, 2019).

Ainda de acordo com Lucci (2019), uma segunda licitação foi aberta em 2010, com a finalidade de selecionar um consórcio de empresas com a capacidade de construir, financiar, operar e explorar o complexo hidrelétrico por meio de concessão. Um consórcio formado por Impsa, Corporación América e o grupo brasileiro Camargo Corrêa venceu a chamada, com uma oferta de AR\$ 16,4 bilhões (US\$ 4,1 bilhões). O governo argentino, contudo, decidiu por cancelar o contrato, possivelmente em razão do interesse chinês no projeto<sup>34</sup>.

Uma nova rodada foi aberta em 2013 e quatro consórcios foram qualificados<sup>35</sup>. O governo eventualmente decidiu pela *Represas Patagónicas*, um consórcio internacional formado pelas empresas argentinas *Electroingeniería*, *Hidrocuvo* e a chinesa *Ghezouba Group*. De acordo com o contrato assinado junto ao Estado argentino, a construção das represas – maior projeto no exterior executado pela *Ghezouba* - teria um período de cinco anos e meio de duração (66 meses), com expectativas para finalização das obras ao final de 2022 (STANLEY, 2018).

Segundo Lucci (2019), o acordo para o financiamento do projeto foi selado durante a visita do presidente Xi Jinping à Argentina, em julho de 2014. O acordo de crédito foi estabelecido entre o Ministério da Economia da Argentina e três instituições financeiras chinesas (CDB, ICBC e BOC). Neste acordo, o CDB ficaria responsável por financiar 50% do projeto, enquanto o ICBC e o BoC aportariam 30% e 20% do custo total de construção, respectivamente.

Do montante total do empréstimo, 23% seriam utilizados para aquisição de equipamentos de construção (US\$ 1,08 bilhão), enquanto restante seria correspondente a construção (US\$ 3,62 bilhões) (QUINTANA, 2017). O crédito chinês compreenderia um período de quinze anos e contemplaria cinco anos e meio de carência, exatamente o prazo inicialmente previsto para a construção. Desta forma, o início dos pagamentos começaria uma

---

<sup>34</sup> Lucci (2019), com base em relatos colhidos juntos a “diversos jornalistas e políticos”, manifesta essa possibilidade. Desde o cancelamento, os negócios em torno da construção das represas foram transferidos para jurisdição do governo nacional - e não mais da autoridade provincial.

<sup>35</sup> Segundo Lucci (2019), os outros três consórcios eram formados pelas seguintes empresas: a) Austral Construcciones, Chediak, Esuco, Sinohydro e Ieesa; b) Impsa, Odebrecht e Alstom; c) Comporación América, Panedile, Isolux Eleprint e Power Machines and Inter Rao.



vez que as centrais entrassem em operação, sendo viabilizado pelos recursos provenientes da comercialização de energia. As taxas de juros foram de Libor + 3,8% (RIUS, 2017).

Em fevereiro de 2015, o CDB realizou o primeiro desembolso de US\$ 287 milhões para início das obras, sendo seguido de uma cerimônia de inauguração pela então presidente Cristina Kirchner. Depois disto, foram instaladas as infraestruturas iniciais e os trabalhos preliminares começaram incluindo a movimentação de terras, instalação de locais de trabalho, a transferência de máquinas e a contratação de trabalhadores (LUCCI, 2019, p. 9).

O projeto foi colocado sob revisão ainda no final de 2015, pouco tempo após a posse do ex-presidente Macri. Segundo Stanley (2018, p. 85), a renegociação implicou em uma série de modificações no contrato original, com o aceite das partes para reduzir o número de turbinas (de onze para oito) e a capacidade de geração instalada (de 1760 MW para 1460 MW). O novo acordo ampliou o prazo de construção para 80 meses, ao invés dos 66 inicialmente acordados, ao mesmo tempo em que permitiu uma redução do empréstimo original para US\$ 4 bilhões.

Ao escrutínio da administração Macri, que questionava os custos econômicos e as deficiências técnicas do projeto<sup>36</sup>, se somaram as críticas de Organizações Não-Governamentais (ONG) em relação aos seus custos sociais e ambientais (STANLEY, 2018, p. 85). Os críticos do projeto - que incluem ONGs como a *Fundación Ambiente y Recursos Naturales* (FARN), comunidades indígenas, moradores locais e membros da comunidade científica – apontam que as barragens podem alterar os vales de inundação e os níveis dos lagos próximos, colocar em risco à biodiversidade da região e sítios arqueológicos historicamente significativos, além de afetar os direitos das comunidades indígenas que não foram previamente consultadas (JÁUREGUI, 2021, p. 22).

Enquanto o governo Macri foi capaz de redesenhar o projeto e equacionar suas divergências na mesa de negociações, o que incluiu a readequação das turbinas para também atender as críticas de ambientalistas (LARA, 2020), os questionamentos de natureza socioambiental prolongaram-se. Em dezembro de 2016, a Suprema Corte atendeu aos questionamentos e decidiu, por unanimidade, suspender a construção das barragens até que fossem conduzidos novos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e uma audiência pública fosse realizada, conforme exigido pela legislação nacional (STANLEY, 2018, p. 86).

---

<sup>36</sup> A principal deficiência técnica e que afeta também a análise econômica do projeto diz respeito à necessidade de construção de linhas de transmissão de alta-tensão, o que tornaria a transmissão e a distribuição da eletricidade gerada nas represas ineficiente. Essa deficiência, que significaria um transporte de apenas 43% da capacidade instalada do complexo hidrelétrico, ainda se soma com a constatação de que as hidrelétricas poderiam operar em capacidade máxima apenas três meses do ano. Para mais detalhes, ver Lucci (2019).

A pedido da Suprema Corte, o Congresso Nacional realizou uma audiência pública em julho de 2017. Apesar da pressão dos grupos contrários ao projeto, a decisão tomada foi a de suspender a medida cautelar apresentada pelas ONGs e aprovar um novo EIA. Em setembro de 2017, a retomada das obras foi novamente autorizada (LARA, 2020).

Apesar disso, as ONGs solicitaram nova anulação do EIA, gerando incertezas e reviravoltas em relação à execução do projeto, que pouco avançou desde então. Em outubro de 2020, o tribunal novamente reconheceu as reivindicações dos críticos das represas e solicitou a manifestação do governo por meio de três instituições públicas, das quais apenas duas haviam respondido até dezembro de 2021. O plano de gestão ambiental das barragens foi suspenso em razão da pandemia, embora a construção tenha continuado (JÁUREGUI, 2021).

Atualmente, o governo argentino encontra-se em meio a negociações com representantes chineses para firmar um adendo no acordo de financiamento, de modo a ampliar o prazo para início dos pagamentos, tendo em vista que o projeto sofreu uma série de paralisações e atrasos desde o seu início<sup>37</sup>. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores da Argentina, o embaixador Sabino Vaca Narvaja recentemente se reuniu com representante da *China Engineering Corporation* (CEEC), matriz da *Ghezouba Group Corp.* O embaixador destacou que é “imminente a assinatura de um novo adendo financeiro, que contempla os custos adicionais causados por mudanças no projeto inicialmente previsto” (ARGENTINA, 2022b).

O projeto é estratégico tanto para a China quanto para o governo Fernandez. Em março de 2016, em meio às revisões levadas a cabo pelo então governo Macri, os chineses, por meio dos advogados do CDB, encaminharam uma carta ao então ministro das Finanças da Argentina, Alfonso Prat-Gray, requerendo esclarecimento sobre os acordos relacionados tanto com as represas na Patagônia quanto o projeto de renovação da Belgrano Cargas. A nota, segundo exposto por Lucci (2019, p. 1) atestava que ambas as construções eram grandes iniciativas apoiadas pelo Partido Comunista Chinês e que cada um dos acordos de pagamento previa cláusulas de condicionalidade cruzada (*cross default clause*).

Isto é, se um dos projetos viesse a ser cancelado, o financiamento para o outro empreendimento também viria a ser suspenso, o que indubitavelmente colocou pressão sob a presidência de Macri, que entendia a importância do projeto de renovação da malha ferroviária (STANLEY, 2018; LUCCI, 2019). A pressão exercida pela China demonstra como a projeção do país é capaz de “amarrar” diferentes projetos de infraestrutura em um determinado país e

---

<sup>37</sup> De acordo com Jáuregui (2021), o acordo inicial previa que os pagamentos iniciassem ainda em 2022, quando estava prevista a finalização da obra. O consórcio de bancos chineses havia liberado, até o momento, cerca de US\$ 1,7 bilhões do montante total previsto, de US\$ 4,7 bilhões.

utilizar instrumentos econômicos para barganhar e avançar os seus interesses estratégicos, o que também ilustra a superação da lógica mercadológica em grandes projetos de construção.

Para a Pequim, projetos desta magnitude asseguram a criação de demanda para exportação de maquinário, tecnologias e serviços, ao mesmo tempo em que consolidam a presença de suas empresas em um dos principais mercados na América do Sul, cuja dotação de recursos naturais é igualmente estratégica (SHUJOVITZKY, 2017). Stanley (2018) reforça que a cláusula virou um tópico controverso, ao passo que Jáuregui (2021) menciona que, apesar dos atrasos na liberação dos financiamentos, houve disposição por parte de Pequim de redesenhar o projeto e, mais recentemente, ampliar o prazo para início dos pagamentos.

Em relação ao interesse do governo Fernández, destacam-se os benefícios econômicos do projeto:

- a) as oito turbinas e os 1.460 MW de potência tornariam as represas um dos maiores complexos hidrelétricos em operação no país, acrescentando 15% na atual geração de energia renovável e elevando a sua participação para 40% do total. Além do potencial de prover cerca de 4% do total da capacidade instalada no país, a geração possibilitaria substituir a importação de diesel e gás natural em períodos de alta demanda, significando economias de US\$ 1,1 bilhão por ano, além da redução das emissões;
- b) a geração de mais de cinco mil empregos diretos, a maioria preenchida por habitantes locais, além da participação de duas empresas locais no processo de construção, manutenção e operação. A *Electroingeniería* tem participação prevista na fase de construção, enquanto a *Hidrocuvo* ficará responsável pela operação e manutenção;
- c) a produção de benefícios regionais, incluindo a possibilidade de instalação de projetos industriais intensivos em energia. A oferta de eletricidade abriria possibilidades para expansão de empreendimentos agrícolas, pecuários e industriais, possivelmente influenciando o desenvolvimento do turismo e de infraestrutura no entorno das barragens (estradas pavimentadas, reservatórios e serviços, etc.);
- d) não há necessidade de reassentamento de pessoas, sendo este fator um fator particularmente atrativo para os chineses, que tem experimentado críticas e protestos em outros projetos hidrelétricos no exterior, onde existe a necessidade de reassentamento (QUINTANA, 2017; STANLEY, 2018; LUCCI, 2019).

O projeto é também emblemático no relacionamento sino-argentino. Após um certo distanciamento durante o governo Macri, o governo Fernandez pretende estreitar os laços com Pequim, o que se tornou visível com a entrada de Buenos Aires na Nova Rota da Seda (LARA,

2020; KOOP, 2022). A expectativa é de que as obras, ainda em um estágio inicial de construção, devam prosseguir até a sua conclusão, o que depende, porém, da concretização de um novo acordo de financiamento. Conforme visto, a construção das represas também é estratégica para Pequim e a sua finalização deve ocorrer sob o marco da própria BRI, o que pode influenciar a retomada de projetos antigos e a realização de novos empreendimentos, incluindo a usina nuclear Atucha III, próximo projeto analisado.

#### 4.2.2.2 A usina nuclear Atucha III

Outro projeto de grande magnitude e que também se encontra envolto de controvérsias diz respeito à construção da usina nuclear de Atucha III. O projeto, paralisado durante o governo Macri, recentemente foi reavivado, tendo sido confirmada a sua retomada dias antes da recente viagem do presidente Alberto Fernandez à China.

Os acordos preliminares previam a construção de duas usinas nucleares (Atucha III e IV). Jáuregui (2021) lembra que os planos atravessaram diversas idas e vindas desde suas primeiras concepções. Os planos para a construção da usina de Atucha III anteviam a sua instalação em Zarate, na província de Buenos Aires, e empregaria um reator nuclear com tecnologia canadense, que utiliza urânio natural, da mesma forma que as outras três usinas existentes na Argentina.

Para o projeto de Atucha IV, o planejamento era o de construir um reator com base na tecnologia chinesa (*Hualong One*), que utiliza urânio enriquecido. A localização inicial da usina de Atucha IV seria a província de Rio Negro, sendo posteriormente descartado em razão da proibição pelas autoridades locais para instalação de reatores (JÁUREGUI, 2021, p. 21).

Os acordos presidenciais, firmados em julho de 2014 e abril de 2015<sup>38</sup>, foram legados a administração Macri. Segundo Madhavan, Rawski e Tian (2018), a transição levou a atrasos e incertezas, com adiamentos de encontros de alto-nível. Apesar um Memorando de Entendimento assinado em 2016, que estabelecia um compromisso para construção das duas usinas (uma com uso de tecnologia canadense e outra com uso de tecnologia chinesa), o presidente Macri, em abril de 2019, optou por levar adiante somente uma das usinas – a que empregava o reator de tecnologia chinesa -, de modo a assegurar financiamento do ICBC e reduzir o tamanho do empréstimo (KOOP; PIKE, 2019b; JÁUREGUI, 2021).

---

<sup>38</sup> Além do acordo de parceria estratégica abrangente (julho de 2014), os governos da China e da Argentina firmaram um Acordo de cooperação para o uso pacífico de tecnologia nuclear, em abril de 2015.

Os projetos das usinas de Atucha III e Atucha IV não avançaram durante o governo Macri, apesar do compromisso assumido em 2019. As alegações do governo argentino atestavam problemas orçamentários, embora a pressão de Washington em relação às usinas possa ter exercido um papel importante para a sua paralisação. Segundo Laufer (2019), o governo Macri, embora não tenha cancelado outros projetos com financiamento chinês, foi condicionado pelas preocupações (e pressões) geopolíticas dos Estados Unidos para não concretizar a construção das plantas nucleares. Em abril de 2021, oficiais de alto-escalão do governo Biden, em vista a Argentina, expressaram suas preocupações em relação à falta de transparência das atividades econômicas da China (LPO, 2021). Paralelamente, o cancelamento de uma das usinas nucleares sob justificava de falta de recursos veio logo após a aprovação de um pacote de ajuda financeira por parte do FMI, em 2018 (JÁUREGUI, 2021).

A partir de uma reaproximação durante o governo Fernandez (2020-atual), as negociações para construção da usina foram reativadas. Segundo Koop (2021), a nova planta será construída na província de Buenos Aires e ajudará a satisfazer as necessidades energéticas do país, embora existam questionamentos em relação aos altos custos e possíveis riscos. O objetivo é retomar inicialmente o projeto do reator chinês e, no médio prazo, construir também a outra usina, com tecnologia canadense (KOOOP, 2021).

Em meio às preparações para a viagem de Fernandez para a abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim, novas tratativas se sucederam, culminando com o anúncio de acordo entre as partes no início de fevereiro de 2022. Segundo publicação do governo argentino, os representantes da *Nucleoeléctrica Argentina* (NASA) e da *Chinese National Nuclear Corporation* (CNNC) assinaram um contrato para a construção da quarta usina nuclear do país (Atucha III), a ser instalada no Complexo Nuclear de Atucha, na cidade de Lima, província de Buenos Aires (ARGENTINA, 2022c).

Estima-se que o projeto envolva investimentos superiores a US\$ 8 bilhões e que 40% dos fornecedores sejam nacionais. O contrato prevê o fornecimento de engenharia, construção, aquisição, comissionamento e entrega de um reator tipo HPR-1000 (*Hualong One*), que utilizará urânio enriquecido como combustível. A potência de Atucha III será de 1200 MW e vida útil de 60 anos, com expansão das capacidades nucleares nacionais graças à transferência de tecnologia. O cronograma de construção estabelece que o início das obras ocorra no final de 2022 e que sejam contratados mais de sete mil trabalhadores (ARGENTINA, 2022c).

A nota publicada não indica a fonte de financiamento, embora se espere que os recursos sejam providenciados em sua maioria pelo ICBC. A tendência é que o banco, ao lado de outros financiadores, aporte recursos suficientes para cobrir 85% do custo da obra, com o restante

sendo financiado pelo próprio governo argentino (KOOP, 2021; 2022). Além disso, o contrato de empréstimo possivelmente prevê um período de carência de oito anos e um período de dez anos para reembolso (ENNIS; SÁNCHEZ, 2021; JÁUREGUI, 2021).

Para a Argentina, a construção da usina nuclear serve aos propósitos de ampliação da oferta de energia, com contribuições para a descarbonização da matriz energética, que atualmente tem 60% de sua geração de eletricidade dependente de usinas térmicas (CMMESA, 2022). O funcionamento da instalação nuclear contribuiria ao compromisso de reduzir as emissões argentinas em 19%, assumido no marco do Acordo de Paris. Ao contrário de fontes de energia renovável variável (como eólica e solar), as usinas nucleares podem funcionar em capacidade plena praticamente sem interrupções, oferecendo fornecimento contínuo e confiável de energia (KOOP, 2021).

Além de diversificar a matriz de fornecimento elétrico de forma eficiente, segura e limpa, bem como a substituição da demanda por combustíveis fósseis para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, o contrato ainda contempla, enquanto condição precedente, a transferência de tecnologia para a fabricação nacional de combustíveis nucleares (FIRMARON..., 2022). Por outro lado, há aqueles que entendem que o cenário ideal seria a construção simultânea de ambos os reatores (com tecnologia canadense e chinesa), à medida que poderiam gerar maiores encadeamentos com a indústria local, que já tem domínio na tecnologia de urânio de baixo enriquecimento<sup>39</sup>.

Embora com previsões de transferências de tecnologia e utilização de conteúdo local, as preocupações não se limitam aos efeitos de transbordamento do projeto, envolvendo também riscos relacionados com a exposição à radiação derivada da extração de urânio e ao armazenamento de resíduos, bem como a ocorrência de possíveis acidentes<sup>40</sup>. Os custos do projeto também são vistos com objeção, não sendo rara a defesa por projetos menores e orientados à geração de energia eólica e solar (KOOP, 2021).

Sob a perspectiva chinesa, o caráter estratégico do projeto da usina nuclear é evidente. De acordo com Madhavan, Rawski e Tian (2018), a construção de uma instalação nuclear envolve custos altos, ao redor de bilhões de dólares, demora ao menos de seis a sete anos para sua construção e exige a interação de atores representantes da indústria, governo e reguladores.

---

<sup>39</sup> Segundo Ricardo Bernal Castro, antigo técnico da Comissão Nacional Argentina de Energia Atômica, a aquisição de um reator chinês pressurizado de água leve, que usa urânio enriquecido como combustível, não promoveria setores industriais ou tecnológicos nacionais, tratando-se de um projeto “*llave en mano*” que utiliza conhecimentos que o setor nuclear argentino pouco emprega na atualidade (ALONSO, 2020).

<sup>40</sup> A província de Rio Negro, por exemplo, proibiu a instalação de reatores nucleares justamente por conta dessas preocupações.

Mais especificamente, exige o desenvolvimento de uma série de especificidades (desenho de reatores, sistemas de controle, fabricação de combustível, serviços de engenharia, financiamento e gerenciamento) que demandam que a criação de um ecossistema de atores especializados e sistemas integrados de conhecimentos e habilidades.

Neste sentido, pressupõe necessárias interações governamentais de alto-nível para assegurar a construção e operação das usinas, dando aos exportadores de equipamentos e tecnologias nucleares a oportunidade de construir relacionamentos de longo prazo com países hospedeiros (MADHAVAN, RAWSKI; TIAN, 2018). Lembram ainda os autores que a construção de projetos em indústrias avançadas constitui uma ferramenta de influência geopolítica mais poderosa do que outros tipos de infraestrutura, como estradas e estádios.

De acordo com o argumentado nos capítulos anteriores, a mudança estrutural da economia chinesa - materializado no plano *Made in China 2025* e, mais recentemente, no *China Standards 2035* - incentiva a exportação de equipamentos e serviços com um grau tecnológico mais avançado, cujo objetivo reside na exportação de padrões e soluções em uma gama de setores, muitos deles vinculados com o campo da infraestrutura e da engenharia<sup>41</sup>.

No caso específico da usina nuclear de Atucha III, a exportação da tecnologia do reator Hualong One, desenhado para competir com reatores de terceira geração em outros países, contribui para o propósito chinês de conquistar espaços em mercados importantes e consolidar sua presença no longo prazo, bem como promover o uso de seus próprios padrões. Além disso, representa um passo importante para a China ampliar a sua inserção no setor nuclear, que é bastante recente; até o momento, apenas o Paquistão possui um reator nuclear com a utilização da tecnologia desenvolvida pela CNNC. Com o projeto, será possível ainda o desenvolvimento de aprendizados em termos de integração de serviços de construção com uma base industrial local consolidada (MADHAVAN; RAWSKI; TIAN, 2018).

Em síntese, o projeto da usina nuclear Atucha III apresenta indícios das motivações extraeconômicas na incursão chinesa em projetos de infraestrutura energética. Se bem-sucedido, assegura a participação chinesa em um segmento estratégico, estabelece condições para uma projeção duradoura de seus interesses e estimula a exportação de bens e serviços em indústrias com grau elevado de complexidade tecnológica e gerencial. Desta forma, Pequim, por meio de instrumentos econômicos (financiamentos e serviços de construção), potencialmente firma sua presença no setor de infraestrutura energética da Argentina e torna-

---

<sup>41</sup> A construção dos linhões de Belo Monte igualmente denota este componente estratégico de consolidação de multinacionais chinesas enquanto líderes tecnológicos em seus respectivos segmentos.

se crescentemente capaz de projetar poder e influência, assegurando contratos e benefícios políticos de longo alcance.

Na sequência, pretende-se abordar um projeto que apresentou resultados exitosos, abrindo caminho para as discussões subsequentes sobre outros projetos de infraestrutura energética, em particular no segmento de renováveis.

#### 4.2.2.3 O parque solar de Caucharí

O parque solar de Caucharí, ao contrário das controvérsias vinculadas com os projetos anteriormente descritos, constitui o exemplo mais bem-acabado de um relacionamento “ganha-ganha” (LUCCI; GARZÓN, 2019). O projeto expressa as potencialidades da cooperação energética no setor de renováveis e ilustra as possibilidades de compartimentalização de interesses mútuos nos esforços voltados à transição energética (JÁUREGUI, 2021).

De acordo com Lucci e Garzón (2019), a participação chinesa no setor de renováveis argentino se amplia a partir de 2015, com um maior foco de inversões e participação de empresas do país asiático em projetos de pequeno e médio porte em geração de energia eólica e solar. Situação esta que também se deveu ao programa RenovAr lançado pelo governo Macri em 2016. O contexto do lançamento da iniciativa era de “emergência energética”, caracterizado pela insuficiência de investimentos na ampliação da capacidade de geração e em infraestruturas relacionadas, o que tornou a Argentina em um país importador de energia.

O programa engloba licitações regulares para desenvolver projetos de energias renováveis, em linha com as metas estipuladas pela legislação nacional (lei 27.191/2015 e decreto 531/16), cuja finalidade consiste em elevar a representação das energias limpas para 20% da matriz energética até 2025 (ARGENTINA, 2015; 2016). As empresas apresentam seus projetos de investimento e o preço pelo qual estão dispostas a vender sua capacidade, sendo a *Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico* (CAMMESA) a administradora desses contratos de longo prazo de compra de energia (PPA, em inglês) (PWC, 2017).

Desde 2016, foram realizadas três rodadas de licitações (RenovAr 1, 1.5 e 2), com diversos contratos firmados em distintas formas de energia limpa (Tabela 9).



Tabela 9 - Detalhes das Rodadas do Programa RenovAr (1, 1.5 e 2)

Fonte de energia	Número de projetos	Potência instalada (em MW)
Eólica	34	2.466,20
Solar	41	1732,4
Biomassa	18	157,7
Biogás	37	64,9
Pequenas centrais hidrelétricas	14	32,1
Biogás (aterro sanitário)	3	13,1
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>4.466,40</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em RenovAr (2021).

A Tabela 9 ilustra os detalhes do programa RenovAr desde o seu lançamento, em 2016. São 147 projetos concedidos pelo governo argentino, com uma potência instalada de mais de 4400 MW. Conforme se verá na sequência, os chineses têm tido envolvimento tanto na contratação de projetos quanto na prestação de serviços de construção (EPC).

O parque solar de Caucharí é resultante da primeira rodada de licitações, tendo sido adjudicado pelo Ministério de Energia e Recursos Renováveis para a empresa argentina *Jujuy Energía y Minería Sociedad del Estado* (JEMSE). Por sua vez, a JEMSE contratou duas empresas chinesas para o desenho, construção e operação, sob modalidade “*llave en mano*”: a PowerChina e a *Shanghai Electric Power Generation Group* (Shanghai Electric). O fornecimento de painéis solares ficou a cargo da chinesa *Talesun* (JÁUREGUI, 2021, p. 17).

A importância de Caucharí se vincula com a sua magnitude. Trata-se do maior projeto de usina solar da ALC, com três unidades (I, II e III) e potência instalada de 105 MW cada. O parque se localiza em uma zona que recebe uma das maiores quantidades anuais de radiação solar, na cidade de Caucharí (província de Jujuy), noroeste da Argentina<sup>42</sup>. São 960 mil painéis solares espalhados por mais de 800 hectares, a mais de quatro mil metros de altitude, com capacidade para abastecer 160 mil residências (ARGENTINA, 2019; ORTIZ, 2021a).

O financiamento do projeto ficou a cargo do CHEXIM e do governo da província de Jujuy. O banco chinês desembolsou US\$ 331 milhões, cerca de 85% do custo total. A taxa de juros do empréstimo é de 3% ao ano e o prazo para pagamento é de 15 anos (180 meses), com 5 anos de carência (60 meses). Em contrapartida, a província se comprometeu com a compra de cerca de 80% dos materiais e insumos junto a fornecedores chineses (LUCCI; GARZÓN, 2019; GARISSON, 2019). O governo local, por meio da emissão de títulos verdes (*green bonds*) no mercado internacional, financiou os 15% restantes. O custo da obra girou em torno

<sup>42</sup> Segundo Ortiz (2021), o lugar escolhido para construção de Caucharí é um dos que apresentam maior incidência de radiação solar do planeta, oferecendo 260 dias de sol por ano e com temperaturas baixas, fatores favoráveis para melhor produção de energia elétrica a partir de módulos fotovoltaicos.

dos US\$ 390 milhões, acrescidos de US\$ 60 milhões para despesas operacionais e outros US\$ 50 milhões para construção de uma estação de transformação, trazendo o custo total para cerca de US\$ 500 milhões (LUCCI; GARZÓN, 2019, p. 20; KOOP; PIKE, 2019a).

A inauguração de Caucharí ocorreu em outubro de 2019 e a comercialização da energia iniciou cerca de um ano depois, em setembro de 2020. No primeiro ano de operações, o parque alcançou um rendimento de 82% como fator de utilidade, acima da média de outros parques solares. O funcionamento das três unidades entrega ao sistema integrado argentino energia suficiente para suprir 70% do consumo atual da província de Jujuy (ORTIZ, 2021a).

O Quadro 12 detalha aspectos do projeto solar de Caucharí, apresentando aspectos referentes ao processo de licitação, às partes envolvidas e aos investimentos realizados.

Quadro 12 - Detalhamento do Projeto solar de Caucharí

<b>Detalhes do projeto</b>		
Localização	Caucharí, Jujuy, Argentina	
Estado atual	Em operação	
Início das obras	2017	
Fonte de energia	Solar	
Geração média de eletricidade	230.000 MWh por ano	
<b>Contrato de Construção</b>		
Licitação	RenovAr 1.0	
Partes	Proprietário	JEMSE
	Contratado	PowerChina e Shangai Electric
Investimento total	US\$ 440 milhões	
<b>Financiamento</b>		
Financiamento	China Eximbank	US\$ 315 milhões
	Títulos verdes	US\$ 210 milhões

Fonte: Elaboração do autor com base em Lucci e Garzón (2019) e outras fontes.

O projeto apresenta inúmeros benefícios e poucos impactos socioambientais foram identificados. O parque solar contribui de forma importante para o objetivo de descarbonização da matriz energética, tendo proporcionado a geração de emprego e renda para a população local e representando o primeiro empreendimento no qual comunidades indígenas partilham dos lucros oriundos da venda de eletricidade (JÁUREGUI, 2021).

O parque se localiza sobre 13.500 hectares de terras indígenas, sobre as quais as comunidades tem status legal e título sobre a terra. Ao contrário do projeto na Patagônia, onde houve questionamentos em relação à consulta previa exigida pela Convenção 169 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), as comunidades consentiram na realização do projeto e na partilha dos lucros.

O acordo estabelecido prevê que as comunidades indígenas recebam 2% dos lucros gerados pela operação de Caucharí, o que pode atingir até US\$ 1 milhão por ano. Além da utilização dos lucros para melhora de infraestruturas sociais (educação, saúde, etc.), cerca de 600 membros das comunidades foram treinados para trabalhar na construção e operação da instalação, havendo também programas para manutenção dos empregos por meio de iniciativas associadas com o turismo e outras atividades (JÁUREGUI, 2021; LUCCI; GÁRZON, 2019).

Os impactos sociais e ambientais foram pouco significativos, não tendo sido necessárias ações de deslocamento de populações. Houve, porém, questionamentos por parte da *Fundación Ambiente y Recursos Naturales* (FARN), que informou que as reuniões de consulta entre as empresas e as comunidades locais teriam ocorrido em fevereiro e agosto de 2017, após a aprovação, em 2016, da declaração de viabilidade ambiental. Questionamentos também surgiram por conta de uma minuta pública do contrato entre a JEMSE e o CHEXIM, assinado antes da conclusão do processo de consulta às comunidades locais (JÁUREGUI, 2021, p. 28).

Outro ponto levantado diz respeito ao uso de tecnologia e insumos chineses para construção do parque de Caucharí e de outros projetos renováveis no país. Segundo Koop e Pike (2019a), há preocupações entre associações industriais em relação aos incentivos oferecidos para empresas estrangeiras através do RenovAr, potencialmente inibindo o uso de tecnologias e produtos locais. Krakowiak (2018), com base em informações da CAMMESA, assinala que o componente de integração nacional nos projetos eólicos e solares têm sido baixas, ao redor de 10%. O governo argentino recentemente lançou uma iniciativa de natureza público-privada, designada como *Clúster Renovable Nacional*, com o objetivo de impulsionar a produção nacional e integrar a cadeia de fornecedores de energias limpas no país<sup>43</sup>.

A despeito disto, o projeto tem sido encarado como bastante exitoso. De acordo com relatos colhidos no estudo de Lucci e Garzón (2019), os desdobramentos do projeto foram positivos para a comunidade local, com geração de empregos e fonte de receitas. Natalia Sarapura, secretária de Negócios Indígenas da Província de Jujuy, afirmou que os habitantes estão retornando às comunidades, muitos dos quais haviam migrado para outras regiões em busca de trabalho. O projeto, ademais, deu utilidade às terras que não possuem qualquer outra

---

<sup>43</sup> De acordo com Spaltro (2022), a intenção é substituir cerca de US\$ 130 milhões importações, bem como promover investimentos anuais da ordem de US\$ 1 bilhão. A China e a Europa são os principais fornecedores mundiais de painéis fotovoltaicos (solares) e aerogeradores eólicos. O governo ainda explora a possibilidade de requerer 50% de componentes nacionais para construção parques eólicos e renováveis.

alternativa de uso, dada a topografia extrema e o clima árido, que inviabilizam o desenvolvimento de outras atividades (LUCCI; GÁRZON, 2019).

Neste contexto, em que os benefícios superam em larga medida os desafios e as possíveis implicações negativas, tratativas estão sendo realizadas para ampliar a capacidade de geração de Caucharí. Em abril de 2021, a JEMSE anunciou a assinatura de um pré-contrato com as empresas chinesas (PowerChina e Shanghai Electric) para construir as unidades IV e V e expandir a sua potência instalada para 500 MW (JUJUY, 2021). De acordo com Jáuregui (2021), o papel das autoridades locais, em particular do governador de Jujuy, Gerardo Morales, tem sido fundamental para construção de canais de diálogo e relações especiais com as contrapartes chinesas, permitindo a promoção de projetos de cooperação.

Em síntese, o parque solar de Caucharí constitui o exemplo mais emblemático da cooperação energética sino-argentina, expressando as potencialidades do setor renováveis e as possibilidades de compartimentalização de interesses (locais, comunitários, nacionais) em bases nitidamente “ganha-ganha”. A China, conforme referido, tem a capacidade de prover financiamento e insumos a baixo custo para ampliar a capacidade de geração de fontes renováveis (ELLIS, 2021a; KONG, GALLAGHER, 2020). O caso de Caucharí também ilustra as possibilidades de autoridades locais e regionais firmarem parcerias, em bases descentralizadas, e promoverem iniciativas inovadoras, conforme sugere o esquema criado para favorecer as comunidades indígenas e torna-las sócias do empreendimento.

Sob a perspectiva chinesa, Caucharí é estratégica por algumas razões. Primeiro, promove a expansão de mercados por meio da concessão de financiamento, atrelando a execução de projetos com a contratação de empresas chinesas e uso de tecnologias próprias. Segundo, ocupa setores emergentes e crescentemente relevantes, exporta padrões e serviços e estabelece interesses duradouros em um importante mercado regional. Terceiro, projeta uma imagem da China de ator responsável e comprometido com o combate às mudanças climáticas, fortalecendo a percepção internacional acerca de sua capacidade em prover bens públicos globais. Por fim, adquire influência em uma região rica em recursos, especialmente lítio – Jujuy está inserido no que é conhecido como “triângulo do lítio” -, com presença estabelecida em uma das três minas de exploração da Argentina (Caucharí-Olaroz).

Na sequência, a proposta é abordar de forma mais profunda participação chinesa nos setores eólico e solar, sobretudo os projetos sob o marco do programa RenovAr.

#### 4.2.2.4 A participação chinesa no setor de renováveis e outros projetos de infraestrutura energética

A presença chinesa no setor de renováveis vem crescendo desde 2015, em sintonia com os propósitos do governo argentino de impulsionar a geração de energia a partir de fontes renováveis. O projeto de Caucharí ilustra como a China pode contribuir com o financiamento e a prestação de serviços de construção, além do provimento de insumos e tecnologias. Ao longo das rodadas de licitação, as companhias chinesas adjudicaram projetos eólicos e solares e em grande medida contrataram outras firmas do país asiático para execução dos serviços de construção engenharia. Além da participação no programa RenovAr, as empresas chinesas adquiriram ativos eólicos e solares e manifestaram o interesse em construir outros projetos de infraestrutura energética, particularmente a expansão da rede de gasodutos do país e a modernização da rede elétrica da região metropolitana de Buenos Aires.

O programa RenovAr envolve chamadas abertas de licitação, através das quais empresas nacionais e multinacionais apresentam propostas de investimento. A iniciativa adjudicou 147 projetos de geração a partir de diferentes fontes (solar, eólica, biomassa, biogás, pequenas centrais hidrelétricas), totalizando 4.466 MW de potência (Tabela 9). A China, diante de suas capacidades técnicas e financeiras na realização de empreendimentos no exterior, demonstrou interesse nos setores de energia eólica e solar (GUO; CAZALBÓN, 2017; JÁUREGUI, 2021; NUÑEZ, 2020).

Realizada em outubro de 2016, a Rodada 1 adjudicou 29 projetos, distribuídos em empreendimentos de energia eólica, solar, biomassa, biogás e pequenas centrais hidrelétricas. A potência instalada prevista era de 1.142 MW (Tabela 10)

Tabela 10 - Detalhes sobre a Rodada 1 do Programa RenovAr

Fonte	Número de projetos	Potência (MW)	Preço médio (USD/MW)
Eólica	12	707,5	59,39
Solar	4	400	59,75
Biomassa	2	14,5	110
Biogás	6	8,6	154
Pequenas centrais hidrelétricas	5	11,4	105
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>1142</b>	<b>61,33</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em RenovAr (2021).

A participação chinesa na Rodada 1 do foi significativa. No setor eólico, a *Envision Energy*<sup>44</sup> adjudicou quatro projetos, com capacidade de geração de 185 MW. O parque solar de Caucharí, adjudicada a JEMSE, tornou-se viável mediante a contratação da PowerChina para o desenvolvimento da engenharia, aquisição de equipamentos e insumos e construção e comissionamento das instalações (POWERCHINA, 2021).

O Quadro 13 apresenta a participação chinesa na Rodada 1 do programa RenovAr, detalhando aspectos relacionados com os ativos eólicos e solares com envolvimento de empresas do país.

Quadro 13 - Participação chinesa na Rodada 1 do programa RenovAr

Projeto	Fonte	Empresa	Potência (em MW)	Preço médio (US\$/MW)	Situação	Observações
García del Rio	Eólica	Envision/Sowitech	10	49,81	Em operação	
Cerro Alto	Eólica	Envision	50	56,98	Cancelado	Projeto foi integrado com o parque eólico de Los Meandros
Los Meandros	Eólica	Envision	75	53,88	Em construção	Expansão da capacidade para 125 MW.
Vientos del Secano	Eólica	Envision	50	49,08	Em operação	
Caucharí I	Solar	JEMSE	100	60	Em operação	Contratação da PowerChina na modalidade EPC.
Caucharí II	Solar	JEMSE	100	60	Em operação	
Caucharí III	Solar	JEMSE	100	60	Em operação	

Fonte: Elaboração do autor com base em Jáuregui (2021) e RenovAr (2021).

Ao comparar as informações de potência instalada da Tabela 9 e do Quadro 13, nota-se que a participação chinesa no setor eólico foi de 26%, computando 185 MW de potência instalada. As três unidades de Caucharí renderam uma participação de 75% sobre os projetos de energia solar, correspondendo por 300 MW de um total de 400 MW.

De acordo com Jáuregui (2021), o projeto de García del Rio, localizado na província de Buenos Aires, foi inaugurado em dezembro de 2019, enquanto o parque eólico Vientos del Secano, também situado na província de Buenos Aires, foi inaugurado em novembro de 2020. O projeto de Cerro Alto, localizado na província de Rio Negro, foi cancelado pela *Envision*,

<sup>44</sup> A Envision Energy (2021) é uma empresa de capital privado, com sede em Shanghai. Segundo *website* da empresa, a Envision é uma das companhias líderes em tecnologias verdes, com negócios voltados para o desenho, venda e operação de turbinas eólicas, entre outras atividades.

que o fundiu com o parque de Los Meandros, cuja capacidade de geração subiu para 125 MW<sup>45</sup>. Desta forma, os 185 MW de potência mantiveram-se inalterados.

Guo e Cazalbón (2017), Nuñez (2020) e os registros da Red ALC-China (2021b) inserem o parque eólico Arauco II (Etapas 1 e 2), sob concessão a Arauco S.A.P.E.M, como sendo mais um exemplo no qual a PowerChina se estabelece como “sócio estratégico” na execução de atividades de construção (NUÑEZ, 2020). Não foi possível, porém, confirmar essa informação nas páginas oficiais tanto da PowerChina quanto do Parque Eólico Auraco<sup>46</sup>.

Por outro lado, foi noticiado que a PowerChina investirá US\$ 600 milhões para concluir as obras que ampliarão a capacidade de produção do parque eólico para 400 MW, o que permitirá que o projeto se converta em um dos maiores da América do Sul<sup>47</sup>. O prazo para pagamento dos fundos será de vinte anos, incluindo um período de cinco anos de carência (POWERCHINA..., 2021; EMPRESA..., 2021).

A Rodada 1.5 do programa RenovAr, realizada em novembro de 2016, adjudicou 30 projetos, distribuídos em empreendimentos de energia eólica e solar, somente. A potência instalada prevista foi de 1.281,6 MW, com um preço médio de 53,98 USD/MW (Tabela 11)

Tabela 11 - Detalhes sobre a Rodada 1.5 do programa RenovAr

Fonte	Número de projetos	Potência (MW)	Preço médio (USD/MW)
Eólica	10	765,4	53,34
Solar	20	516,2	54,94
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>1281,6</b>	<b>53,98</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em RenovAr (2021).

A participação chinesa na Rodada 1.5 foi menos significativa, com envolvimento em dois projetos. O primeiro diz respeito ao projeto eólico “Pampa”, adjudicado à empresa *Sinohydro*. O segundo consiste no projeto solar de 80 MW Iglesia-Guañizuli, situado na província de San Juan, adjudicado pela chinesa JinkoSolar (Quadro 14).

<sup>45</sup> Para mais detalhes sobre o processo de cancelamento do projeto, que envolveu tanto razões econômicas quanto aspectos em torno das relações entre a *Envision*, autoridades e comunidades locais, consultar artigo do Observatorio Petrolero Sur (OPSUR, 2020).

<sup>46</sup> Na seção “projetos” do sítio oficial da PowerChina, constam os projetos solares de Caucharí (I, II e III) e da Cafayete, bem como os parques eólicos de Loma Blanca (I, II, III e IV) e Miramar. No sítio do Parque Eólico Arauco, não há menções à PowerChina. Ver PowerChina (2021) e Parque Eólico Arauco (2021).

<sup>47</sup> Dinatale (2021) informa que a extensão do parque está incluída dentro dos 17 projetos de infraestrutura que potencialmente se concretizarão no marco da iniciativa da Nova Rota da Seda.

Quadro 14 - Participação chinesa na Rodada 1.5 do programa RenovAr

Projeto	Fonte	Empresa	Potência (em MW)	Preço médio (US\$/MW)	Situação
Pampa	Eólica	Sinohydro	100	46	Suspensão
Iglesia-Guañizuli	Solar	JinkoSolar	80	54,1	Em operação

Fonte: Elaboração do autor com base em RenovAr (2021).

Ao comparar as informações de potência instalada da Tabela 9 e do Quadro 14, é possível notar que a participação chinesa no setor eólico foi de 13%, computando 100 MW de um total de 765,4 MW. No segmento de energia solar, a presença chinesa foi de 15%, correspondendo por 80 MW de um total de 516 MW.

O projeto eólico “Pampa”, situado na província de San Juan, foi cancelado por descumprimento de compromissos firmados em contrato (JÁUREGUI, 2021, p. 17; SPALTRO, 2018). Por sua vez, o parque solar construído pela JinkoSolar foi inaugurado em maio de 2019.

Novamente, Nuñez (2020) e Guo e Cazalbón (2017) registram o parque eólico Arauco II (Etapas 3 e 4), adjudicado para Arauco S.A.P.E.M na Rodada 1.5, como pertencente a um projeto com envolvimento chinês, o que não foi possível confirmar.

Jáuregui (2021), com base em Argentina Eólica (2016), identifica o parque eólico Sarmiento, concedido à empresa *SoEnergy International*, como sendo parte de um projeto com participação chinesa. Também não foi possível confirmar a origem chinesa da empresa, tampouco a participação de empresas do país asiático na construção do empreendimento.

De acordo com Nuñez (2020), a participação chinesa na Rodada 2 foi ainda menor do que as anteriores, com projetos solares somando 299,9 MW e projetos de biogás acumulado 9,60 MW. Os projetos, segundo o autor relativos à “participação de capitais com domicílio explicitamente declarado na República Popular da China”, não foram indicados no estudo (NUÑEZ, 2020, p. s/p). Buscou-se algum tipo de confirmação das informações, o que não se mostrou possível até o momento.

Desta forma, optou-se por analisar a participação chinesa considerando as Rodadas 1 e 1.5 do programa RenovAr, que tiveram 97% de seus projetos vinculados com empreendimentos eólicos e solares (JÁUREGUI, 2021). No total, a presença chinesa nas Rodas 1 e 1.5 foi de 28%<sup>48</sup>. A presença em projetos solares foi mais marcante, da ordem de 41%, especialmente em razão dos 300 MW relacionados com o parque solar de Caucharí. No setor eólico, a participação

<sup>48</sup> As empresas espanholas (Isolux, Fielfare, Colway) também tiveram uma participação relevante nas rodadas 1 e 1.5, desenvolvendo projetos eólicos (198 MW) e solares (194 MW). Ver Argentina Eólica (2016).



foi de 19%, embora neste número não seja computado o cancelamento do projeto eólico “Pampa”, cancelado pela Sinohydro (Tabela 12).

A Tabela 12 descreve a presença chinesas nas Rodadas 1 e 1.5 do programa RenovAr, em particular a sua representação em termos de capacidade instalada em ativos eólicos e solares.

Tabela 12 - Presença chinesa nas Rodadas 1 e 1.5 do programa RenovAr, em MW e em %

Fonte	Rodadas 1 e 1.5 (em MW)	Participação chinesa (em MW)	Participação chinesa (em %)
Solar	916,2	380	41%
Eólica	1472,9	285	19%
<b>Total</b>	<b>2389,1</b>	<b>665</b>	<b>28%</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em RenovAr (2021).

A presença chinesa no setor de renováveis contempla também aquisições de ativos eólicos e solares existentes, alguns dos quais vinculados às Rodadas 1 e 1.5 do RenovAr.

Em 2017, a *Xinjiang Goldwind Science & Technology* (Goldwind) adquiriu as fazendas eólicas Loma Blanca I, II e III (cada uma com 52 MW de potência), bem como Loma Blanca IV (com 103 MW de potência), situadas na província de Chubut, no sul do país. A mesma Goldwind também adquiriu o parque eólico Miramar I<sup>49</sup> (com 96 MW de potência), cuja adjudicação havia sido dada para a espanhola Isolux na rodada 1.5 do RenovAr<sup>50</sup>. A empresa firmou com a PowerChina um contrato de engenharia, aquisição e construção (EPC) para as cinco unidades (POWERCHINA, 2021; JÁUREGUI, 2021, p. 18).

Em abril de 2021, quatro destes projetos entraram em operação (Loma Blanca I, II e III e Miramar I), logrando sua incorporação ao sistema integrado da Argentina. Ambos os complexos somam uma potência de 355 MW e apresentam uma vida útil de aproximadamente 20 anos. A unidade de Loma Blanca IV ainda aguarda autorização para sua incorporação ao sistema de transmissão. Em conjunto, os cinco parques constituem o maior projeto eólico desenvolvido por uma empresa chinesa na Argentina, tendo contribuído com a geração de ao menos 1500 empregos locais (ESPECIAL..., 2021).

De forma similar, a chinesa *Canadian Solar* adquiriu o parque solar Cafayete (100 MW), situado na província de Salta. A empresa também contratou a *PowerChina* para provimento de serviços de construção e engenharia do parque solar, cuja inauguração ocorreu em julho de

<sup>49</sup> Segundo informações de Myers (2021), o ICBC concedeu financiamento para os projetos eólicos de Loma Blanca e Miramar, embora não detalhe o propósito do desembolso, tampouco seu montante.

<sup>50</sup> Segundo Kollmann (2020), os complexos eólicos de Loma Blanca e Miramar pertenciam a espanhola Isolux, que se desfez dos ativos em 2016 por conta de dificuldades financeiras. Empresas associadas ao Grupo Macri compraram os ativos, e depois os revenderam para a chinesa Goldwind. Somente na intermediação, as empresas do Grupo teriam lucrado cerca de US\$ 69 milhões. Além disso, outras irregularidades foram denunciadas.

2019. O parque havia sido adjudicado na Rodada 1.5 para espanhola Isolux, que o revendeu para a empresa chinesa em abril de 2018 (JÁUREGUI, 2021, p. 18; INI, 2019).

Considerando o mapeamento realizado, tornou-se possível elaborar uma síntese a respeito da presença chinesa no setor de renováveis na Argentina (Quadro 15).

Quadro 15 - Projetos confirmados da China no setor de renováveis da Argentina

Projeto	Fonte	Empresa	Potência (em MW)	Investimento (em US\$ milhões) *	Situação
García del Río	Eólica	Envision/Sowitech	10	-	Em operação
Los Meandros	Eólica	Envision	125	75	Em construção
Vientos del Secano	Eólica	Envision	50	200	Em operação
Caucharí (I, II e III)	Solar	JEMSE	300	390	Em operação
Iglesia-Guañizuli	Solar	JinkoSolar	80	103	Em operação
Loma Blanca (I, II, III e IV)	Eólica	Goldwind	259	665	Em operação
Miramar I	Eólica	Goldwind	96	75	Em operação
Cafayete	Solar	Canadian Solar	100	50	Em operação
<b>Total</b>			<b>1020</b>	<b>1558</b>	

Fonte: Elaboração do autor com base em RenovAr (2021) outras fontes.

\* Os dados sobre montante de investimento foram extraídos de Lucci e Garzón (2019) e Red-ALC China (2021b).

De acordo com o Quadro 15, a participação direta e indireta da China no setor de renováveis da Argentina, em projetos confirmados, soma 1020 MW de capacidade instalada e acumula cerca de US\$ 1,5 bilhão em investimentos. Caso o projeto de ampliação de Arauco II se concretize, serão mais US\$ 600 milhões em investimento e outros 200 MW de potência. Há, ainda, outro projeto eólico em fase de planejamento (*El Angelito*), embora as tratativas para a sua construção estejam estagnadas desde 2015, quando havia sido firmado um acordo entre representantes da China e da Argentina e que previa o envolvimento de entidades chinesas de financiamento e da empresa *Sinowynd Technologies* (JÁUREGUI, 2021).

Colocando em perspectiva, a capacidade de geração de energia eólica e solar da China corresponde a cerca de 20% dos 5.002 MW de potência instalada em energia renováveis da Argentina (CAMMESA, 2022). A incorporação de Cafayete (80 MW) ao portfólio de projetos com envolvimento chinês ainda eleva a participação do país asiático para 50% dos

empreendimentos solares do RenovAr<sup>51</sup>. A inclusão de Miramar I, com capacidade 96 MW, não altera a participação chinesa de 19% nos projetos eólicos, à medida que apenas compensa o cancelamento do projeto “Pampa” (100 MW), inicialmente adjudicado para a Sinohydro.

Outro aspecto importante diz respeito à participação da *PowerChina* em contratos de construção convencional para edificação de parques eólicos e solares. Além de Caucharí, maior parque solar da América Latina, a empresa desenvolveu serviços de construção e engenharia nos complexos eólicos de Miramar e Loma Blanca, bem como no parque solar de Cafayete, além de estar envolvida em uma possível ampliação do parque eólico Arauco II.

A inserção da empresa demonstra ao menos dois aspectos importantes. Primeiro, a capacidade de empresas chinesas em oferecer serviços de engenharia, aquisição e construção (EPC). Lucci e Garzón (2019) lembram que as firmas chinesas têm buscado escritórios regionais que possibilitem o aproveitamento de oportunidades derivadas da demanda por projetos renováveis. Segundo, a coordenação entre firmas chinesas e entidades de financiamento, que atrelam seus empreendimentos com a contratação de outras empresas chinesas especializadas, sendo a *PowerChina* a mais proeminente.

A projeção chinesa em energias renováveis se manifesta de forma alinhada e se expressa através da interação entre diferentes atores, servindo a diversos propósitos, como a exportação de padrões tecnológicos, expansão de mercados e liderança em segmentos emergentes e com crescente relevância na arena internacional. Sob uma perspectiva geoeconômica, a projeção chinesa contribui tanto para a mudança estrutural da economia chinesa quanto para consolidar sua presença em um dos mais relevantes mercados sul-americanos, facilitando o avanço de interesses estratégicos em outras dimensões.

Um exemplo claro disso ocorreu em janeiro de 2022, quando foi noticiado que a Secretaria de Energia da Argentina e a empresa chinesa *China Electric Power Equipment and Technology Co. Ltd.* (CET), subsidiária da State Grid, se reuniram para firmar um contrato de construção para a obra de melhoramento da rede elétrica da área metropolitana de Buenos Aires (AMBA I). A reunião também contou com a presença de representantes diplomáticos e funcionários do BOC e do ICBC. Os investimentos seriam de US\$ 1,1 bilhão e teriam como objetivo a construção de uma nova estação transformadora e mais de 500 quilômetros de linhas de alta tensão, permitindo modernizar a rede de transmissão e distribuição de energia, que atualmente opera de forma sobrecarregada (ARGENTINA, 2022a; DW, 2022).

---

<sup>51</sup> Segundo informações da Rodada 1.5 do RenovAr, o projeto de Cafayete previa inicialmente uma potência instalada de 80 MW. Embora o projeto tenha 100 MW de potência segundo divulgado pela *PowerChina* (2021) e outras fontes, foi mantido a potência prevista na licitação para realização deste cálculo.

Desta forma, há indícios de uma inicial presença chinesa também no segmento de transmissão, embora em bases distintas da que ocorre no caso brasileiro, marcado pela aquisição de ativos existentes e participação em processos de licitação da ANEEL. Desta forma, a China se adapta às condições regulatórias locais e busca estabelecer contratos na esfera governamental, preservando seus interesses no sentido de expandir mercados e exportar serviços de construção e padrões tecnológicos. Assim como em outros exemplos, a pretensão é atrelar a liberação de empréstimos mediante contratação da CET, subsidiária da State Grid.

Por fim, é importante mencionar o interesse chinês em contratos para promover outros tipos de infraestrutura energética. O governo argentino está avançando na expansão de um sistema de gasodutos para transportar o gás produzido em *Vaca Muerta*, a segunda maior reserva mundial de gás natural (LEWKOWICZ, 2021). Em maio de 2021, a Secretaria de Energia da Argentina firmou um Memorando de Entendimento com um consórcio de empresas chinesas, formado pela PowerChina e a Shanghai Electric, voltado para a condução de estudos de viabilidade para a construção e financiamento Sistema de Gasoductos Transport.Ar Producción Nacional (PRIMER PASO..., 2021)<sup>52</sup>.

O projeto de maior magnitude diz respeito ao Gasoduto Presidente Néstor Kirchner, cujo objetivo consiste em transportar o gás natural de *Vaca Muerta* até a província de Buenos Aires. Estima-se que a obra terá 1000 quilômetros de extensão, entre Tratayén, em Neuquén, e a cidade de Salliqueló, na província de Buenos Aires, com capacidade de transporte de 60 milhões de m<sup>3</sup> diários. A expansão da rede de gasodutos prevê inversões de US\$ 3,7 bilhões, dos quais US\$ 2,5 bilhões apenas com o Gasoduto Néstor Kirchner. Apesar do governo argentino já ter assignado cerca de US\$ 1,5 bilhão, o desenvolvimento da rede de dutos exigirá investimentos adicionais (ORTIZ, 2021b; PONT, 2021; GASODUCTO..., 2021).

Os benefícios da expansão da malha de gasodutos do país se vinculam com a possibilidade de escoar a produção nacional de gás para abastecer os centros de consumo e as centrais térmicas do país. Outro aspecto importante diz respeito à substituição de importações de gás natural e de combustíveis líquidos utilizados em usinas térmicas, economizando US\$ 1,15 bilhão anuais em divisas. A construção da rede de gasodutos também contribuiria para objetivos em torno da transição energética híbrida da Argentina (JÁUREGUI, 2021).

Além disso, se planeja expandir, em um segundo momento, o Gasoduto Néstor Kirchner até a cidade brasileira de Uruguaiana, e posteriormente até Porto Alegre, o que permitirá sua interconexão com as redes de dutos do sul do Brasil. A equação da referida extensão é

---

<sup>52</sup> Embora sem especificar os gasodutos objeto de financiamento, Dinatale (2021) informa a lista de projetos prioritários encaminhados pela Argentina às contrapartes chineses inclui projetos na rede de gasodutos do país.

potencialmente benéfica: o polo industrial do sul do Brasil necessita de gás para produzir, enquanto falta para a Argentina um mercado amplo que justifique a exploração da produção de gás não-convencional de *Vaca Muerta* (PRIMER PASO..., 2021; JÁUREGUI, 2021).

O envolvimento chinês na rede da expansão de gasodutos, contudo, ainda é incerto. Há dúvidas em relação ao cronograma de investimentos chineses, que pode ser mais lento do que as necessidades do governo argentino. As condições relativas aos fornecimentos de maquinário e equipamentos de companhias chinesas igualmente podem gerar conflitos com a indústria nacional. Outras dificuldades se atrelam com as críticas relacionadas com a suposta contradição entre a realização de investimentos em hidrocarbonetos e os compromissos climáticos assumidos pelo país (LEWKOWICZ, 2021).

De toda forma, os chineses têm interesse na exploração das reservas de gás em *Vaca Muerta*, e estão lá representados indiretamente pela CNOOC, que possui participação na *Pan American Energy*. A criação de infraestrutura para escoar a produção de gás pode inclusive elevar as exportações de GNL para a China, tornando a Argentina parte da segurança energética do país asiático (PENELLI, 2020).

Paralelamente, o objetivo de expansão da rede de gasodutos emana oportunidades para novas obras de infraestrutura para as firmas chinesas, interessadas em consolidar sua presença e exportar serviços, equipamentos e tecnologias. Vale recordar que a *Corporación Nacional de Importación e Exportación Técnica de China* (CNTIC) já leva adiante um investimento de US\$ 200 milhões para construir 50 km de gasodutos na província de Entre Ríos, junto com uma linha de alta tensão de 132 kw e uma extensão de fibra óptica, que conformam *Cierre Energético del norte entrerriano* (PENELLI, 2020; RED ALC-CHINA, 2021b).

Em resumo, a presença chinesa não se limita aos grandes projetos (Atucha III e represas Nestor Kirchner e Jorge Cepernic), expandindo-se também ao segmento de renováveis. A lógica de oferecer financiamento e atrelá-lo com a contratação de empresas chinesas, contudo, se verifica também no projeto do parque solar de Caucharí, que contou com os serviços de engenharia e construção da PowerChina, envolvida em outros projetos eólicos e solares. O projeto de Caucharí ainda projeta as possibilidades de cooperação energética e reforça uma imagem de uma China comprometida com a entrega de bens públicos globais, ampliando sua posição em uma região situada no “triângulo do lítio”.

## 5 CONCLUSÕES

Ao longo da dissertação buscou-se abordar a projeção geoeconômica da China e suas manifestações na ALC, abordando de forma mais específica as motivações e a lógica dos investimentos do país asiático em infraestrutura energética no Brasil e na Argentina. A estrutura do trabalho foi delineada para partir do geral para o particular, inicialmente tratando de aspectos mais abrangentes acerca da ascensão chinesa e, posteriormente, abordando o panorama latino-americano e das maiores economias sul-americanas.

Em um primeiro, buscou-se abordar, por meio de uma perspectiva sistêmica e estrutural, o fenômeno da ascensão chinesa, tratando-o como efeito e catalisador da transição sistêmica em curso. Desta forma, apresentou-se a trajetória de ascensão da RPC em associação com o processo de renascimento da Ásia Oriental (ARRIGHI, 2008). Nesse contexto, foi possível identificar que a China se beneficiou das condições sistêmicas e estruturais que se desenharam na região do Leste Asiático a partir da década de 1970.

Paralelamente, observou-se que a China procurou se beneficiar das transformações existentes e executou as políticas de “Reforma e Abertura” ainda no final dos anos 1970, com destaque para as Quatro Modernizações e para a introdução de ZEE. Sob a liderança de Deng Xiaoping, o objetivo primordial da RPC se converteu na busca pelo desenvolvimento econômico, ao passo que a integração às redes regionais e internacionais de comércio e produção constituiu o caminho pelo qual seria possível promover a “modernização socialista” e a superar o atraso e do isolamento internacional (PAUTASSO, 2011).

Ao longo da década de 1990, inaugurou-se um novo ciclo de inovações institucionais, abrindo espaço para a articulação de dois padrões de crescimento. O primeiro se caracterizou pela expansão das exportações por meio das ZEE, enquanto o segundo se fundamentou na expansão dos investimentos públicos em infraestrutura econômica, indispensáveis para atender as necessidades do rápido crescimento urbano e industrial.

Do ponto de vista da inserção internacional, evidenciou-se que a China optou pela adoção de um padrão de inserção internacional de baixo perfil (*low profile*), cujo objetivo principal residia na construção de um ambiente externo favorável ao desenvolvimento. Com efeito, o país asiático logrou se inserir em instituições regionais e internacionais, destacando-se o ingresso na OMC, em 2001.

Notou-se que, ao mesmo tempo em que a China estreitava seus laços com a economia mundial e se colocava como um *player* no comércio internacional e como centro manufatureiro global. Neste sentido, foram estabelecidas iniciativas para incrementar a presença internacional

das empresas chinesas. A principal destas iniciativas ficou conhecida como *going global* e visava auxiliar empresas relativamente competitivas, com várias formas de propriedade, a investir diretamente no exterior, de modo a elevar as exportações de bens e serviços e estabelecer conjunto robusto de empresas multinacionais (PEN; ZHENG, 2015).

Desta forma, buscou-se apresentar, ao longo da dissertação, a evolução da *going global* e sua maturação institucional, ao passo que se procurou identificar os determinantes e os fundamentos dos investimentos chineses. Argumentou-se, com base na literatura da área de EPI e de geoeconomia, que os determinantes dos fluxos de IED chinês no exterior não se limitam a aspectos econômicos (busca por recursos, mercados, ativos estratégicos e eficiência), conforme estipulado pelas teorias de internacionalização, coexistindo determinantes de natureza extraeconômica.

Neste sentido, assumiu-se a hipótese de “alargamento” da teoria eclética de Dunning defendida por Santos e Milan (2014), ao mesmo tempo em que se sublinhou a impossibilidade em se separar o poder econômico do poder político, ou a lógica de acumulação de poder da lógica de acumulação de riqueza (ARRIGHI; 1996; PADULA, 2017). Destacou-se, a partir dos estudos da geoeconomia, que os Estados fazem uso de instrumentos econômicos, entre os quais os investimentos diretos, para promover interesses nacionais, estabelecer áreas de influência e incorporar ações econômicas e realidades maiores ao poder estatal (BLACKWILL; HARRIS, 2016; RODRIGUES, 2021).

Além disso, foram ressaltadas as perspectivas de trabalhos seminais da disciplina da área de EPI. Enquanto Gilpin (1987) destacou que os Estados buscam controlar ou ao menos exercer influência sobre a divisão internacional do trabalho, Strange (1994) tratou de salientar as fontes do “poder estrutural” dos Estados - definido como o poder de modelar e determinar as estruturas da política econômica global -, em particular o controle sobre a produção, o crédito, a segurança e o conhecimento. Não menos importante, também se recorreu à “teoria do universo em expansão” elaborada por Fiori (2008; 2009; 2010), a qual atesta que os Estados, por meio de projetos extraterritoriais, atuam com o objetivo de “elevar a riqueza nacional”, “conquistar territórios econômicos supranacionais”, “ocupar posições monopolísticas” e “obter lucros extraordinários” (FIORI, 2009, p. 142).

Com base nestes aportes teóricos, buscou-se, no decorrer da dissertação e na análise dos universos brasileiro e argentino, identificar a existência de motivações estratégicas para compreender a lógica e o padrão dos investimentos chineses no exterior. Antes disso, tencionou-se apresentar, ainda no segundo capítulo, o principal “projeto extraterritorial” da China na contemporaneidade, que se vincula à pretensão do país de reconstruir a Rota da Seda

e, por meio disto, remodelar o ambiente internacional de forma alinhada aos seus interesses (MAÇÃES, 2018; YIWEI, 2016).

Para tanto, foi necessário resgatar os antecedentes relacionados com o lançamento da iniciativa, ocorrida em 2013. Neste sentido, foi pontuado que os efeitos da crise financeira de 2008, somado as transformações no panorama internacional que se sucederam a partir de então, impactaram o regime de crescimento chinês e influenciaram redefinições em sua inserção internacional, que assumiu um caráter mais proativo e assertivo (YAN, 2014). Entre as manifestações desta projeção mais ativa, a elevação das exportações de capitais (IED, empréstimos, contratos de construção) significou uma de suas consequências mais relevantes, com ampliação da estratégia *going global* e aprofundamento da internacionalização do desenvolvimento chinês.

Conforme visto, a BRI acabou se configurando como o principal vetor de inserção internacional de Pequim, prevendo investimentos e projetos de infraestrutura na Eurásia e outras regiões, como a própria ALC (PAUTASSO *et al.*, 2020). O entendimento foi o de que a iniciativa serve ao cumprimento de uma série de objetivos estratégicos da China, entre eles a mudança estrutural de sua economia, a criação de demanda para capacidade ociosa da indústria pesada, a diversificação dos parceiros comerciais e dos fornecedores de *commodities* energéticas e minerais, a ascensão nas hierarquias de valor agregado, a projeção de liderança e influência e a exportação de padrões e soluções tecnológicas.

De maneira geral, a última década presenciou uma intensificação da estratégia de desenvolvimento internacionalizado da China e expressou a execução de seu “novo projeto geoeconômico” (SCHERER, 2015; WISE, 2020). Houve, portanto, um alargamento da presença internacional da China e de sua capacidade de exercer poder e influência nas mais distintas regiões do globo.

Com base nisto, procurou-se, no terceiro capítulo, compreender as manifestações dessa estratégia de internacionalização e seu aprofundamento na ALC, considerando sobretudo os investimentos, financiamentos e projetos de infraestrutura. Em outros termos, objetivou-se entender de que forma ocorreu essa interação entre os países da região e a China a partir de 2010, que passou a envolver novos vetores além do comércio.

Na seara do IED, apreendeu-se que o Brasil se configura como “centro gravitacional” dos investimentos chineses na ALC (CARIELLO, 2021), embora outros países também sejam receptores relevantes. Com um foco inicial em recursos naturais (energia e mineração), os investimentos passaram a se diversificar para os setores de eletricidade e infraestrutura, especialmente na esfera das aquisições. Por outro lado, a “onipresença do setor público”



(DUSSEL PETERS, 2015) mostrou-se como um aspecto quase permanente, com predominância de estatais na aquisição de ativos e, em menor medida, proposição de novos projetos de investimentos (*greenfield*).

Além da emissão de IED, os financiamentos se mostraram engrenagens centrais na estratégia de desenvolvimento internacionalizado da China. Embora com uma trajetória declinante nos últimos anos, o CDB e o CHEXIM constituíram fontes alternativas para países com escasso acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo sido empregadas práticas de “empréstimos por petróleo” (*loan for oil*) com os governos equatoriano e venezuelano, assim como com a Petrobrás. Os setores de energia e infraestrutura cobriram mais de 80% dos empréstimos destas duas instituições, que também cumprem o papel de gerir fundos regionais de desenvolvimento e oferecer suporte à atuação das empresas chinesas na região.

Os bancos comerciais chineses (*big four*) ampliaram sua presença na região a partir de 2018, momento em que a ALC ingressa oficialmente na BRI. Essa maior presença sinaliza redefinições em relação ao panorama global dos financiamentos chineses, em particular a preferência por projetos menores e mais sustentáveis. Além de ser o quarto principal receptor de empréstimos do CDB e do CHEXIM, a Argentina liderou o recebimento de aportes dos bancos comerciais, sobretudo do ICBC.

Em relação aos projetos de infraestrutura, buscou-se diferenciá-los conceitualmente dos investimentos diretos, bem como sublinhar a sua centralidade na projeção internacional da China e em seu relacionamento com os países da região. Além da menção às oportunidades e aos desafios deste elo que pode ser compreendido como o mais complexo da relação China-ALC (DUSSEL PETERS, 2020), averiguou-se que existem correspondências entre os países destinatários de projetos de infraestrutura e receptores de empréstimos, sugerindo a coordenação entre atores institucionais e empresariais na execução de iniciativas no exterior.

Constatou-se a proeminência dos mercados sul-americanos para a internacionalização de firmas chinesas e a execução de empreendimentos sob modalidade de contratação (EPC, *llave en mano*, etc.), sendo a Argentina o principal deles. Os setores de energia e transportes se sobressaíram, com destaque para a construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas e, mais recentemente, projetos de energia renovável. As estatais novamente predominam, sendo responsáveis pela esmagadora maioria dos empreendimentos, o que as retrata como atores centrais da projeção geoeconômica da China na América do Sul.

Diante de uma compreensão abrangente acerca das manifestações da ampliação da estratégia *going global* e do desembarque de capitais chineses na ALC, os esforços da

dissertação foram empregados no sentido de mapear os investimentos chineses em infraestrutura energética no Brasil e Argentina, especialmente entre 2010 e 2020.

No caso brasileiro, optou-se por analisar a trajetória das principais empresas - State Grid, CTG, SPIC e CGN, sendo as duas últimas com atuação mais recente. Enfatizaram-se as complementaridades e as condições domésticas que favoreceram a inserção destas companhias no setor elétrico brasileiro.

Para a State Grid, o mercado brasileiro se mostrou estratégico para projeção de sua liderança mundial em matéria de tecnologias de transmissão de energia. A construção das linhas de transmissão de Belo Monte, seja em associação com empresas brasileiras ou de forma independente, representou um marco fundamental na estratégia de internacionalização da empresa, tendo sido a primeira vez que a sua tecnologia UHV foi empregada fora da China. Com a aquisição da CPFL Energia, a State Grid tornou-se detentora de ativos de geração e se consolidou no mercado de distribuição de energia. Atualmente, a empresa controla mais de 20.000 quilômetros de linhas de transmissão e 4,3 GW de capacidade instalada de geração, sendo ainda responsável pela distribuição de energia para quase 10 milhões de clientes.

A CTG, por outro lado, tem uma atuação mais focada no setor de geração de energia hidrelétrica. Desde 2013 no Brasil, a empresa adquiriu ativos hidrelétricos que somam 8,2 GW de potência instalada, além de ter construído a hidrelétrica de São Manoel (735 MW) em associação com a EDP Brasil e com a brasileira Furnas. No setor de renováveis, são 328 MW de capacidade instalada através da participação em parques eólicos. Além da posição de segunda maior geradora privada de energia no Brasil, a CTG detém participação indireta nos negócios da EDP Brasil, o que inclui ativos de transmissão e distribuição da CELESC, empresa estatal do estado de Santa Catarina (BARBOSA, 2020a).

Por fim, foram mapeados os investimentos da SPIC e da CGN. A primeira ingressou no Brasil em 2016, quando comprou os parques eólicos da *Pacific Hydro*. Em seguida, a SPIC ainda adquiriu participações na usina hidrelétrica de São Simão (1710 MW) e no complexo termelétrico da Gás Natural Açú (GNA). A empresa, uma “nova entrante” no setor elétrico brasileiro, tem investimentos finalizados e em planejamentos próximos a US\$ 4 bilhões, bem como uma capacidade instalada que pode atingir 3GW de potência.

A presença da CGN se vincula diretamente com o setor de renováveis. O primeiro investimento ocorreu em 2019, quando a empresa adquiriu três usinas de energia renovável pertencentes à italiana Enel. Posteriormente, a CGN comprou ativos eólicos da Atlantic Renováveis. Ademais, a companhia chinesa, por meio da Atlantic, arrematou 218 MW em

projetos eólicos em leilão realizado pela ANEEL. Em um curto período, a CGN expandiu sua capacidade instalada no país para 1400 MW, considerando a soma de projetos eólicos e solares.

Diferentemente do caso brasileiro, os projetos de infraestrutura energética da China na Argentina se vinculam com acordos governamentais de financiamento, sob os quais se atrelam à prestação de serviços de construção e engenharia por parte de companhias chinesas. Além dos recursos para a construção de obras públicas, recorda-se que os governos de China e Argentina firmaram um conjunto de acordos de *swap* cambial desde 2009, deixando o país asiático sob a condição de “emprestador de última instância” (STANLEY, 2019a).

Ao contrário da seção sobre o Brasil, preferiu-se mapear os investimentos chineses em infraestrutura energética de duas formas. Em um primeiro momento, foram descritos três projetos representativos – represas hidrelétricas Nestor Kirchner e Jorge Cepernic, usina nuclear de Atucha III e parque solar de Caucharí. A construção das hidrelétricas encontra-se em andamento, apesar das reviravoltas sucedidas ao longo do tempo, que envolveram tanto o criticismo por parte de ONGs ambientais e do próprio sistema judiciário argentino quanto controvérsias vinculadas com a pressão exercida pela China por meio da ameaça do uso da cláusula de condicionalidade cruzada (*cross default clause*).

O projeto da usina nuclear de Atucha III, também envolto por contradições, estava suspenso até recentemente. A entrada da Argentina na BRI reacendeu as expectativas de construção da usina, que possivelmente contará com financiamento do ICBC e outras instituições. O acordo também prevê a aquisição de um reator nuclear de tecnologia chinesa. Por outro lado, o projeto de Caucharí se apresenta como um exemplo emblemático de cooperação “ganha-ganha”, tendo a China se mostrado um potencial parceiro para a Argentina avançar o seu objetivo de promover uma transição energética híbrida (JÁUREGUI, 2021).

Em um segundo momento, procurou-se apresentar a participação chinesa no programa RenovAr, particularmente em suas duas primeiras rodadas. A participação direta e indireta da China foi de 28% com relação ao total de potência instalada, computando por 665 MW. Em projetos solares, foram 380 MW, representando 41% do total. Os parques eólicos corresponderam por 19% do total, equivalente a 285 MW de capacidade instalada.

Ao incluir aquisições conduzidas pelas empresas *Goldwind* e *Canandian Solar*, a capacidade eólica e solar com participação chinesa na Argentina sobre para 1020 MW, o que representa 20% do total da potência instalada em energias renováveis do país. Outro aspecto importante diz respeito à presença da *PowerChina*, contratada para o desenvolvimento dos parques solares de Caucharí e Cafayete e dos complexos eólicos de Miramar e Loma Blanca, além de estar envolvida em uma possível ampliação do parque eólico Arauco II.

Por fim, foram descritos outros dois projetos relevantes de infraestrutura energética em fase de planejamento. O primeiro deles diz respeito ao melhoramento da rede elétrica da região metropolitana de Buenos Aires (AMBA I), cuja construção ficará a cargo de uma empresa subsidiária da State Grid e empregará tecnologias de ultra-alta tensão. O segundo diz respeito ao possível envolvimento chinês para construção e financiamento da expansão do sistema de gasodutos da Argentina, com destaque para o Gasoduto Néstor Kirchner.

Diante desta breve recapitulação dos principais pontos trabalhados ao longo da dissertação, os quais correspondem aos objetivos específicos da pesquisa, entende-se que a hipótese inicialmente elaborada se mostrou válida, isto é, os investimentos chineses em infraestrutura energética revelam motivações que superam determinantes econômicos, permeando objetivos estratégicos e que também visam a projeção de poder e influência. A identificação de indícios estratégicos em investimentos em infraestrutura energética não constitui uma tarefa trivial, uma vez que, diferentemente de inversões em recursos naturais, a sua lógica não se encontra associada ao fornecimento ordenado de energia, minérios e alimentos para assegurar a segurança energética e alimentar no longo prazo.

Ao levar em consideração a atuação das empresas e dos projetos de infraestrutura analisados, evidenciou-se os objetivos econômicos estratégicos de criar demanda para empresas de construção e equipamentos de energia e expandir mercados para a atuação de estatais no exterior. A construção das linhas de transmissão de Belo Monte, a reativação da usina nuclear de Atucha III e a presença chinesa no setor de renováveis da Argentina revelam objetivos que se atrelam não somente à mudança estrutural da economia chinesa e ao imperativo de dar vazão à capacidade produtiva ociosa, envolvendo também a pretensão de exportar padrões tecnológicos por meio de contratos que garantem a ascendência chinesa no longo prazo.

Além da expansão internacional de empresas no exterior e a promoção do uso de bens e serviços vinculados com a base industrial nacional, sublinha-se o caráter igualmente estratégico de iniciativas levadas à cabo no setor de renováveis – como a participação chinesa no programa RenovAr e a inserção da State Grid, CGN e de outras empresas no mercado brasileiro. As inversões neste segmento contribuem para a ocupar espaços em setores emergentes e crescentemente relevantes, estabelecer interesse duradouros nas maiores economias sul-americanas, projetar a capacidade chinesa de prover bens públicos globais e adquirir influência em regiões que são ricas em recursos, particularmente Jujuy, inserida no que é conhecido como “triângulo do lítio”.

Outro aspecto relevante e que expressa motivações extraeconômicas se vincula ao propósito de consolidar a presença de grandes *players* do setor energético nestes dois mercados

regionais servindo como plataforma para inserções em outros mercados da região, conforme já vem se sucedendo em aquisições da State Grid e da CTG nos mercados peruano e chileno. Além disso, é possível recordar a obtenção de benefícios políticos por meio da concessão de empréstimos (GALLAGHER, 2016; RODRIGUES, 2021), conforme sugere o acordo para instalação da estação espacial na província de Neuquén, em 2014.

Isto é, a China, por meio de instrumentos econômicos e da execução de projetos extraterritoriais, procura elevar a riqueza nacional, ocupar posições competitivas ou mesmo monopolísticas no tabuleiro de poder internacional e fortalecer as bases de seu poder estrutural (FIORI, 2009; SANTOS; MILAN, 2014; STRANGE, 1994). Com efeito, torna-se capaz de promover interesse nacionais, estabelecer áreas de influência e incorporar ações econômicas e realidades maiores ao poder estatal, elevando sua ascendência e sua capacidade de influenciar a economia mundial e a divisão internacional do trabalho (GILPIN, 1974; BLACKWILL; HARRIS, 2016; RODRIGUES, 2021). Na ALC, e no Brasil e na Argentina em particular, os capitais chineses em infraestrutura energética contribuem para incorporar os países da região às estratégias de desenvolvimento internacionalizado da China (WISE, 2020), permitindo a projeção de sua influência em um espaço tradicionalmente dominado pelos interesses de Washington (YU, 2015).

Desta maneira, foi possível identificar que o padrão de investimentos chineses em infraestrutura energética se vincula aos objetivos estratégicos e de projeção de influência de Pequim no exterior, embora as formas de inserção relacionados aos casos brasileiro e argentino revelem diferenças importantes. Trata-se de uma lógica que pode ser entendida como *tailor-made* (BAUMANN, 2016), sob a qual os chineses procuram se adaptar aos ambientes político, econômico e institucionais de cada mercado, preservando o avanço de seus interesses por meio da exploração de oportunidades específicas de cada localidade.

No caso brasileiro, o padrão dos investimentos em infraestrutura energética teve como característica a aquisição de ativos no setor elétrico de multinacionais brasileiras e estrangeiras, interessadas em se desfazê-los diante das conjunturas doméstica e internacional. Houve, também, a inserção por meio de processos de licitação promovidos pela ANEEL, cuja estabilidade e previsibilidade atendem a padrões de concorrência de mercado.

De forma distinta, a Argentina apresentou menos oportunidades de mercado para inserção das companhias chinesas, demandando o estabelecimento de acordos governamentais para construção de projetos de infraestrutura energética, nos quais se previam a exportação de serviços de construção e engenharia como contrapartida à liberação de linhas de financiamento. Nesse cenário, o caso argentino apresenta de forma mais nítida o componente político e

estratégico dos interesses chineses, expressando de forma igualmente mais evidente a coordenação da atuação internacional da China aos moldes do que Fiori (2009) conceitua como “Estado-economia nacional”.

No que diz respeito à hipótese secundária, que sugeria a possibilidade de aprofundamento da dependência tecnológica e financeira em relação à China e a subordinação da infraestrutura energética a uma potência extrarregional, se reconhece a necessidade de novos estudos para uma avaliação mais acurada. Por outro lado, é possível discernir, por meio dos casos analisados, que a Argentina, quando comparada ao Brasil, aparenta demonstrar uma maior propensão para configuração deste cenário.

Conforme apresentado, a Argentina foi objeto de pressões econômicas por parte de Pequim no caso das represas da Patagônia, que ameaçou a ativação da cláusula de condicionalidade cruzada. Ao mesmo tempo, o país atualmente depende dos acordos de *swap* para salvaguardar suas reservas internacionais. A predominância de projetos de construção convencional, a despeito de previsões para emprego de conteúdo local, potencialmente enfraquece as capacidades das empresas nacionais no longo prazo, que se mostram menos competitivas na produção de insumos e construção de infraestruturas. Por sua vez, os investimentos chineses no Brasil expressam um nível mais elevado de associação com empresas nacionais, evidenciado na construção da primeira linha de transmissão de Belo Monte e outros projetos no setor de geração hidrelétrica.

Adota-se, porém, um caminho de maior cautela no que diz respeito aos impactos destes investimentos em termos de elevação de assimetrias de poder e riqueza e cristalização de cenários de elevação de dependência financeira e tecnológica. Entende-se que existe a necessidade de agregar outros aportes teóricos e incorporar dados adicionais para uma avaliação mais robusta.

Por fim, infere-se que a presente dissertação abre caminhos para construção de futuras agendas de pesquisa, por meio das quais será possível debater as implicações destes investimentos e projetos para o desenvolvimento econômico e social dos países no longo prazo e para a própria integração sul-americana. Outras temáticas que emergem dos resultados da pesquisa apontam para pesquisas que busquem investigar a presença da China no setor de renováveis e os limites e potencialidades da cooperação energética, bem como analisar o papel da BRI em um contexto de redefinições e complexificações de interesses chineses na ALC, que à esta altura já não mais se resumem a busca de mercados para exportação de manufaturas e obtenção de recursos estratégicos ao crescimento.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal. Skirting or courting controversy? Chinese FDI in Latin American extractive industries. **Alternative Pathways to Sustainable Development: Lessons from Latin America**, International Development Policy series, n.9, 2017, p. 174-198.
- ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara; SANTORO, Mauricio. **What Railway Deals Taught Chinese and Brazilians in the Amazon**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2021
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Resultados de Leilões**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/resultados-de-leiloes>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- AGLIETTA, Michel; BAI, Guo. **China's development: capitalism and empire**. London: Routledge, 2015.
- ALONSO, Matías. Bernal Castro: Si no hay un reactor CANDU sería preferible no avanzar con China. **TSS**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KJ1PMp>. Acesso em: 03 mar. 2022.
- AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE - AEI. **China Global Investment Tracker**. Washington: Heritage Foundation. 2021. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 19 jul. 2021
- AMORIM, Samuel Conde; FERREIRA-PEREIRA, Laura C. Brazil's quest for autonomy in Asia: the role of strategic partnerships with china and japan. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 64, n. 2, p. 1-21, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202100203>. Acesso em: 03 mar. 2022.
- ANDREONI, Manuela. China aposta em usinas solares e eólicas no Brasil. **Diálogo Chino**, 09 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rJzSeo>. Acesso em: 01 mar. 2022
- ARGENTINA EÓLICA. Sólo el 8% de las licitaciones de energías renovables fueron a empresas argentinas. **Asociación Argentina de Energía Eólica**, 07 jan, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/34JM6xx>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- ARGENTINA. Boletín Oficial de la República Argentina. **Decreto 531/2016**. Energía Eléctrica. Buenos Aires, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3MOS7Kv>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- ARGENTINA. Boletín Oficial de la República Argentina. **Ley 27191/2015**. Poder Legislativo. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3w67I2n>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- ARGENTINA. Comisión Nacional de Energía Atómica. **Se firmó el contrato para la construcción de la Central Nuclear Atucha III**. Buenos Aires, 01 fev. 2022c. Disponível em: <https://bit.ly/3HIRm2D>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- ARGENTINA. **Declaración Conjunta sobre el Establecimiento de la Asociación**

**Estratégica Integral entre la República Argentina y la República Popular China.** 2014. Disponível em: <https://bit.ly/34szc6P>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Economía. **AMBA I: Inversión estratégica por 1.100 millones de dólares en transporte eléctrico.** Buenos Aires, 13 jan. 2022a. Disponível em: <https://bit.ly/3JeIhPT>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Energía y Minería. **Proyectos adjudicados del Programa RenovAr: Rondas 1, 1.5 y 2.** 2021. Disponível em: <https://bit.ly/37o15R2>.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. **Importante reunión con Energy China por las represas Néstor Kirchner y Jorge Cepernic.** Buenos Aires, 17 jan. 2022b. Disponível em: <https://bit.ly/3tVA7Wg>. Acesso em: 08 mar. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. **El Presidente encabezó la firma de cuatro acuerdos con China por USD 4.695 millones para la reactivación de líneas ferroviarias.** Buenos Aires, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mec9IW>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ARGENTINA. Ministerio del Interior. **Se inauguró el Parque Solar Caucharí en Jujuy que dará energía renovable a 160.000 hogares.** Buenos Aires, 01 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tePWbs>. Acesso em: 09 mar. 2022.

ARMONY, Ariel C.; STRAUSS, Julia C. From Going Out (*zou chuqu*) to Arriving In (desembarco): constructing a new field of inquiry in China-Latin America interactions. **The China Quarterly**, [S.L.], v. 209, p. 1-17, mar. 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX.** Rio de Janeiro: Contratempo, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2008.

AVENDANO, Rolando; MELGUIZO, Angel.; MINER, Sean. **Chinese FDI in Latin America: new trends with global implications.** Washington: Atlantic Council, 2017.

BANCO MUNDIAL. China. Comércio (% do PIB). **Indicadores de desenvolvimento mundial.** 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3k1zoO4>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BANCO MUNDIAL. China. Reservas totais. **Indicadores de desenvolvimento mundial.** 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3IqCiq0>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **BNDES assina contratos de R\$ 4,5 bi para o Projeto Gasene.** Rio de Janeiro, 26 dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3jWBnn0>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. Notícias. **BNDES aprova R\$ 5,2 bilhões para linha de transmissão de UHE Belo Monte**



(PA) ao RJ. Rio de Janeiro, 19 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3IquLHP>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. New kids on the block china's arrival in Brazil's electric sector. Boston: **Global Development Policy Center**. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/2XzkQOp>. Acesso em 23 jul. 2021.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. Petrobras-China relations: trade, investments, infrastructure projects and loans. **Tempo do mundo**, Brasília, n. 24, dez. 2020b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm24art11>.

BÁRCENA, Martha. Why Mexico's Relationship with China Is So Complicated. **Americas Quarterly**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3rO4wWw>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BARROS, Pedro Silva *et al.* **Integração econômica bilateral Argentina-Brasil: reconstruindo pontes**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HvWI15>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BAUMANN, Renato. An overview of selected free trade agreements with China. **BID/Intal**, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ucnx4Z>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p.31-44, nov. 2011.

BECARD, Danielly Silva Ramos; LESSA, Antônio Carlos; SILVEIRA, Laura Urrejola. One step closer: the politics and the economics of China's strategy in Brazil and the case of the electric power sector. *In*: BERNAL-MEZA, R.; XING, L. **China-Latin America Relations in the 21st Century: the dual complexities of opportunities and challenges**. Cham: Palgrave MacMillan, 2020.

BECARD, Danielly Silva Ramos; MACEDO, Bruno Vieira de. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 143-161, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400108>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BEESON, Mark. Geoeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy. **Economic and Political Studies**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 240–256, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/20954816.2018.1498988>.

BENETTI, Estela. CEO da EDP defende privatização da Celesc em visita ao Sul de SC. **NSC Total**, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3q65Zq0>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BERNAL-MEZA, Raul. China y América Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia. **Revista do Ceam**, Brasília, v. 5, n. 1, 2019.

BERNAL-MEZA, Raul; ZANABRIA, Juan M. A goat's cycle: the relations between argentina and the People's Republic of China during the Kirchner and Macri administrations (2003–2018). *In*: BERNAL-MEZA, Raul; XING, Li. **China–Latin America Relations in**

**the 21st Century:** The dual complexities of opportunities and challenges. Cham: Palgrave MacMillan, 2020.

BIJIAN, Zheng. China's "peaceful rise" to great-power status. **Foreign Affairs**, New York, v. 84, n. 5, 2005.

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by other means:** geoeconomics and statecraft. London: Belknap Press of Harvard University Press. 2016.

BLOOMBERG. Porque o governo chinês decidiu comprar a Syngenta? **El País**, 04 fev. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3lKePGS>. Acesso em: 20 set. 2021.

BOLINAGA, Luciano. China y Argentina: Seguridad energética, petróleo e inversiones (2010-2015). In: OVIEDO, Eduardo (org.). **Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina:** análisis general y estudio de caso. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2017.

BOSSARELLI, Marilina. **Las empresas chinas en Argentina.** Buenos Aires: EMTD-CGTRA, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3rQcI61>. Acesso em: 15 out. 2021

BP. **BP Statistical Review – 2019:** China's energy market in 2018. 2019. Disponível em: <https://on.bp.com/2XynV11>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Itamaraty. **Relatório da Subcomissão de Energia e Mineração à quinta reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).** Brasília, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3iabcbP>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12783, de 11 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Brasília, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3Jh1Err>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Boletim de Investimentos Estrangeiros - Países Selecionados.** Brasília: Camex, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3Jirond>. Acesso em: 30 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Assuntos Internacionais. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil.** Brasília, 2018. Múltiplas edições. Disponível em: <https://bit.ly/3Jf2JAc>. Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. Planalto. **Saiba quais são os oito atos bilaterais assinados entre Brasil e China.** Brasília, 25 out. 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3KCfgOm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRAUDEL, Ferdinand. **Civilização material, economia e capitalismo:** século XV-XVIII - São Paulo: Martins Fontes 2005. (As estruturas do cotidiano, v. 1).

BRENNER, Robert. **The economics of global turbulence:** the advanced capitalism economies from long boom to long downturn. London: Verso, 2006.

BUSILLI, Virginia Soledad; JAIME, María Belén. Chinese Investments in Brazil: economic diplomacy in bilateral relations. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 541-564, dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2019430300005>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BUSTELO, Santiago; CARIELLO, Tulio; FRAGOSO, Gabriel. **Investimentos chineses no Brasil 2014-2015**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3tYvLO6>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BUSTELO, Santiago; CARIELLO, Tulio; FRAGOSO, Gabriel. **Investimentos chineses no Brasil 2016**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/36nxl3W>. Acesso em: 27 jan. 2022.

CAI, Peter. Understanding China's Belt and road initiative. **Lowy Institute**, 22 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2UIS5xf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CARDOSO, Daniel. China-Brazil: a strategic partnership in an evolving world order. **East Asia**, v. 30, n. 1, p. 35-51, Dec. 2012

CARIELLO, Tulio. **Investimentos chineses no Brasil 2018**: o quadro brasileiro em perspectiva global. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2019.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos chineses no Brasil**: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2021.

CASADO, Letícia; ANDREONI, Manuela. CCCC expands its Latin America portfolio. **Dialogo Chino**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rTlalo>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CAVALLO, Eduardo; POWELL, Andrew (ed.). **Building opportunities for growth in a Challenging World**: 2019 Latin American and Caribbean Macroeconomic Report. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2019.

CAVALLO, Eduardo; POWELL, Andrew; SEREBRISKY, Tomás. (Ed.). **De estruturas a serviços**: o caminho para uma melhor infraestrutura na América Latina e no Caribe. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2020.

CHAUVET, Pablo *et al.* **China**: current and potential role in infrastructure investment in Latin America. Santiago: ECLAC, 2020

CHERNAVSKY, Emilio; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **As transformações estruturais do comércio exterior chinês**. Brasília, 2011. (Comunicados do IPEA, 97).

CHIN, Gregory T.; GALLAGHER, Kevin P. Coordinated Credit Spaces: the globalization of Chinese development finance. **Development and Change**, v. 50, n. 1, p. 245-274, jan. 2019

CHINA NATIONAL OIL OFFSHORE CORPORATION - CNOOC. **Other opportunities in the Americas**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3qQBMbK>. Acesso em: 05 mar. 2022

CHINA. Central Committee of the Communist Party of China. **The 13th Five Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016-2020)**.

Beijing: Official Publications, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3yRunhd>. Acesso em 25 jul. 2021

CHINA. Chinese Government. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3ciJxCE>. Acesso em 15 nov. 2021.

CHINA. Communique of the Third Plenary Session of the 11th Central Committee of the Communist Party of China. **Beijing Review**, 29 dez. 1978. Disponível em: <https://bit.ly/3slQlGH>. Acesso em 20 jul. 2021.

CHINA. Full text of the Vision for Maritime Cooperation under the Belt and Road Initiative. **The State Council**, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3iGhUaz>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. **China's policy paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2016. Disponível em: <https://on.china.cn/3kM3aYj>. Acesso em: 15 nov. 2021

CHINESA State Grid compra brasileira CPFL Energia por US\$ 4,5 bilhões. **Istoé Dinheiro**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3w4yecq>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, jun. 2017

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; SILVA FILHO, Edison; PINTO, Eduardo Costa (org.). **China em transformação: Dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

COLOMBINI NETO, Iderley. **Dinâmica capitalista dos investimentos chineses no Brasil**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2016.

COMEX STAT. **Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro**: China. 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 13 jan. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China**. Santiago: Naciones Unidas, 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2021.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA – CNDR. **Vision and actions on jointly building Silk Road economic belt and 21st-century maritime silk road**. Beijing: Official Publications, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3xGMMNg>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COMPANHIA ADMINISTRADORA DEL MERCADO MAYORISTA ELÉCTRICO - CAMMESA. **Resumen ejecutivo**: principales variables MEM. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3u6uZPc>. Acesso em: 10 mar. 2022.

COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS – CELAC. **Beijing Declaration of the First Ministerial Meeting of the CELAC–China Forum**. Santiago: CELAC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3pO9Cjg>. Acesso em: 12 fev. 2022

COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS – CELAC. **China-CELAC Joint Action Plan for Cooperation in Key Areas (2022-2024)**. Santiago: CELAC, dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3KGodqx>. Acesso em: 20 jan. 2022.

COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS – CELAC. **Special declaration of Santiago of the II Ministerial Meeting of the CELAC-China Forum on the Belt and Road Initiative**. Santiago: CELAC, jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jJjxod>. Acesso em: 12 fev. 2022

COSTA, Luciano. China acelera venda de painéis solares no Brasil e mira avanço maior em geração. **Reuters**, 28 ago. 2019c. Enfoque. Disponível em: <https://reut.rs/37DBJfT>. Acesso em: 26 fev. 2022.

COSTA, Luciano. Chinesa State Grid conclui testes de linha de transmissão da usina de Belo Monte. **Uol Economia**, 23 ago. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3Jj4yw2>. Acesso em 24 fev. 2022.

COSTA, Luciano. Elétrica chinesa CGN mira aquisições e quer triplicar ativos no Brasil até 2024. **Reuters**, 04 nov. 2020. Entrevista. Disponível em: <https://reut.rs/3JhmR4G>. Acesso em: 22 fev. 2022.

COSTA, Luciano. Enel vende usinas de energia renovável no Brasil à chinesa CGN Energy por R\$2,9 bi. **Uol Economia**, 16 jan. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3JiYtzq>. Acesso em: 24 fev. 2022.

COTE, Chris. State Grid's Bold Leap: Chinese Investment in Brazil's Transmission Sector. *In*: MYERS, Margaret; VISCIDI, Lisa (ed.). **Navigating Risk in Brazil's Energy Sector: The Chinese Approach**. Washington: Inter-American Dialogue, 2014.

CPFL ENERGIA. Assessoria de Imprensa. **CPFL Energia assume controle acionário da CEEE-T, do Rio Grande do Sul**. São Paulo, 14 out. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3IdLnSM>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CPFL ENERGIA. **Relatório Anual 2018**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3IfZXJF>. Acesso em: 17 fev. 2022.

CPFL ENERGIA. **Relatório Anual 2020**. São Paulo, 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/35SUJqd>. Acesso em: 24 fev. 2022.

CTG BRASIL. **A empresa**. São Paulo, 2022a. Disponível em: <https://www.ctgbr.com.br/a-empresa/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CTG BRASIL. **Negócios**. São Paulo, 2022b. Disponível em: <https://www.ctgbr.com.br/negocios/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CUI, Shoujun; ZHANG, Zheng. China and Brazil Development Finance Cooperation: A case study of the Belo Monte Transmission Line Project. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel; CUI, Shoujun. (ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. México, D.F: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018. p. 235–257.

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na nova ordem internacional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p.9-29, nov. 2011.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. China: ascensão à condição de potência global. *In*: CARDOSO, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko (org.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacional selecionados**. Brasília: IPEA, 2009.

D'SOUZA, Ritika. Making South Asian Apparel Exports More Competitive. **World Bank Blogs**, 26 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3jXsr0w>. Acesso em: 30 jul. 2021.

DALTO, Verónica. Crise afeta adesão da Argentina à Iniciativa do Cinturão e da Rota. **Diálogo Chino**, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HRI5FB>. Acesso em: 02 mar. 2022.

DEHART, Monica. Remodeling the Global Development Landscape: the China Model and South–South cooperation in Latin America. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 7, 2012.

DELGADO, Juan. Investidores chineses disputam minas de lítio na Argentina. **Diálogo**, 09 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/37CLyux>. Acesso em: 08 mar. 2022.

DEUTSCHE BANK. **China's Belt and Road Initiative**. A guide to market participation. 2019. Disponível em: [https://cib.db.com/docs\\_new/DB\\_Belt-and-Road\\_Report.pdf](https://cib.db.com/docs_new/DB_Belt-and-Road_Report.pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

DINATALE, Martín. Anticipo: los 17 proyectos que pidió Argentina para que financie China. **Cronista**, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3oyq2N5>. Acesso em: 06 mar. 2022.

DOWNIE, Edmund. Powering the Globe: Lessons from Southeast Asia for China's Global Energy Interconnection Initiative. **Center on Global Energy Policy**, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JhoAH0>. Acesso em: 12 fev. 2022.

DU, Julan; ZHANG, Yifei. Does One Belt One Road initiative promote Chinese overseas direct investment? **China Economic Review**, v. 47, p. 189-205, fev. 2018.

DUNNING, John H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v.9, 2000, p.163-190

DUSSEL PETERS. Enrique. Monitor de la Infraestructura China en América Latina y Caribe 2021. **Red ALC-China**, 24 maio de 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3gTZwtX>. Acesso em: 20 nov. 2021

DUSSEL PETERS, Enrique. Monitor de la infraestructura China en América Latina y Caribe 2020. **Red ALC-China**, 13 jul. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/2OyBgSR>. Acesso em: 17 nov. 2021.

DUSSEL PETERS, Enrique. Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean 2021. **Red ALC-China**, 31 mar. 2021b. Disponível em: <https://dusselpeters.com/344.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

DUSSEL PETERS, Enrique. Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean. **Red ALC-China**, 18 mar. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3qPWCbl>. Acesso em: 18 nov. 2021.

DUSSEL PETERS, Enrique. The Omnipresent Role of China's Public Sector in Its Relationship with Latin America and the Caribbean. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel C. (ed.). **Beyond Raw Materials**. Who are the Actors in the Latin America and Caribbean-China Relationship? Buenos Aires: Red ALC-China, Friedrich Ebert Stiftung, 2015. pp. 17-49.

DUSSEL PETERS, Enrique; VELÁSQUEZ, Samuel Ortiz. Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe: aspectos metodológicos. **Red ALC-China**, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uSGD0s>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DW. **China financiará mejoras a la red eléctrica de Argentina**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/35V4cNJ>. Acesso em: 07 mar. 2022.

EDP BRASIL. **Changing Tomorrow Now**. EDP Brasil Caderno Principal, Relatório Anual 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IglD8e>. Acesso em: 26 fev. 2022.

EDP. **Shareholders Structure**. 2022. Disponível em: <https://www.edp.com/en/investors/shareholder-structure>. Acesso em: 27 fev. 2022.

ELLIS, Evan. China's Bid to Dominate Electrical Connectivity in Latin America. **The Jamestown Foundation**, 24 maio de 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3gTZwtX>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ELLIS, Evan. New directions in the deepening Chinese-Argentine engagement. **Global Americans**, 11 fev. 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3rMXwZS>. Acesso em: 08 fev. 2022.

ELLIS, Evan; LAZARUS, Leland. China's New Year Ambitions for Latin America and the Caribbean. **The Diplomat**, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/33Ec0Cl>. Acesso em: 18 jan. 2022.

EMPRESA China financiará la ampliación del Parque Eólico Arauco. **Rioja Virtual**, 19 dic. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3q86waY>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ENNIS, Belen; SÁNCHEZ, Augustina. Castiglioni: Avanzan las negociaciones con China por la construcción de la IV Central. **Enula**, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3185zFK>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ENVISION. **About us**. 2021. Disponível em: <https://www.envision-group.com/en/aboutus.html>. Acesso em: 09 mar. 2022.

ESPECIAL: Parques eólicos de tecnología china comienzan a operar. **Xinhua Español**, 08 May 2021. Disponível em: [http://spanish.xinhuanet.com/2021-05/08/c\\_139931432.htm](http://spanish.xinhuanet.com/2021-05/08/c_139931432.htm)

ESTATAL china SPIC adquire firma mexicana de energía renovable Zuma Energía. **Reuters**, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://reut.rs/34JXObc>. Acesso em: 15 out. 2021.

FERNANDES, Carla. A China e o Brasil: parceiros Estratégicos na Energia. **Nação e Defesa**, n. 138, p. 151–175, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-44782011000400003>

FIORI, José L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, Buenos Aires, n. 2, p.157-183, 2009.

FIORI, José L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. *In*: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

FIORI, José L. Prefácio ao poder global. **Revista Tempo do Mundo (RTM)**, v. 2, n. 1, p. 131–153, 2010.

FIRMARON con China contrato por la cuarta central nuclear Atucha III por u\$8.300 millones. **Ámbito**, 01 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3taT2Nj>. Acesso em: 08 mar. 2022.

FORNES, Gaston; MENDEZ, Alvaro. **The China-Latin America axis: emerging markets and their role in an increasingly globalised world**. 2nd ed. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

FUCUCHIMA, Leticia. Chinesa CGN prevê R\$ 11 bi para energia limpa no país. **Valor Econômico**, 02 out. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3IcEck3>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GALLAGHER, Kevin. *et al.* **China's global energy finance**. Boston: Global Development Policy Center, 2019. Disponível em: <https://www.bu.edu/cgef/#/intro>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GALLAGHER, Kevin. **The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

GALLAGHER, Kevin; MYERS, Margaret. China-Latin America finance database. **Inter-American Dialogue**, Washington, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3vnAAQU>.

GAO, Yuning.; WANG, Qinzen. China's global investment: structure, route and performance. *In*: JAGUARIBE, Anna (ed.). **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018.

GARISSON, Cassandra. On South America's largest solar farm, Chinese power radiates. **Reuters**, 23 abr. 2019. Disponível em: <https://reut.rs/3JjqK9k>. Acesso em: 11 mar. 2022.



GARZÓN, Paulina *et al.* **Banco de Desarrollo de China**: financiamiento, gobernanza y desafíos socio-ambientales para América Latina y el Caribe. *Latinoamérica Sustentable*, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3luIvZg>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GARZÓN, Paulina; CASTRO, Diana. China-Ecuador relations and the development of the hydro sector: A Look at the Coca Codo Sinclair and Sopladora Hydroelectric Projects. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel; CUI, Shoujun. (Ed.). **Building development for a new era**: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean. México, D.F: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018.

GASODUCTO Vaca Muerta: avanzarán con el proyecto mientras negocian con China. **Más Energía**, 09 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3KM14m2>. Acesso em: 12 mar. 2022.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton NJ: Princeton University Press, 1987.

GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER - GDPC. **China's Global Power Database**. Boston, 2022. Disponível em: <https://www.bu.edu/cgp/>.

GLOBAL INFRASTRUCTURE CONNECTIVITY ALLIANCE – GICA. **Global Energy Interconnection**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tfSCoU>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GONZÁLEZ, Joaquin V. Argentine cargo rail network witnesses great improvements with China's help. **China Daily**, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Ijh2SS>. Acesso em: 02 mar. 2022.

GRANSOW, B. Chinese Investment in Latin American Infrastructure: Strategies, Actors, and Risks. *In*: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A. C. **Beyond raw materials**: who are the actors in the Latin America and Caribbean-China relationship? México DF: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2015

GUO, Jia; CAZALBÓN, Astrid. Las Inversiones Chinas en el Sector Energía Renovable de Argentina: Oportunidades y Retos. **Revista de Economía y Comercio Internacional**, v. 7, p. 127-159, 2017.

HANSSON, Anders; HEDI, Kim. **Motives for internationalization**: small companies in Swedish incubators and science parks. 2007. 48 f. Dissertação (Mestrado em Business Studies) - Universidade de Uppsala, Uppsala, 2007.

HARAN, Juan Manuel; GAVA, Marcos González. China amplia presença no mercado de energia elétrica da América Latina. **Diálogo Chino**, 3 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31Zk0we>. Acesso em: 10 dez. 2021.

HARRIS, Michael. Peru's San Gaban project receives Chinese cash infusion. **HydroReview**, 12 jan. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/31YT7bU>. Acesso em: 03 dez. 2021.

HARVARD UNIVERSITY. Center for International Development. **The Atlas of economic complexity**. Harvard: 2021. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em: 30 out. 2021.

HILLMAN, Jonathan E. China's Belt and Road Initiative: Five Years Later. **Center for Strategic & International Studies**, 25 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3xAvXUf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

HIRATUKA, Célio. China's OFDI in Brazil: Trends and Impacts, 2000-2017. *In*: DUSSEL PETERS, E. (ed.). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019

HIRATUKA, Célio. Chinese infrastructure projects in Brazil. Two Case Studies. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel; CUI, Shoujun. (ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. México, D.F: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018a.

HIRATUKA, Célio. **Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL**. Campinas: Unicamp, 2018b. (Texto para Discussão, n. 339). Disponível em: <https://bit.ly/3iRZCDA>. Acesso em: 02 ago. 2021.

HIRATUKA, Célio; DEOS, Simone. Chinese financing in Brazil (2000-2018). *In*: DUSSEL PETERS, Enrique (ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

INI, Luis. Salta: En operaciones la planta fotovoltaica Cafayate, de 100,1 MWp, la más grande del país. **Energias Renovables**, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JerEDH>. Acesso em: 07 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS – INDEC. Argentine Foreign Trade Statistics. **Informes técnicos**, v. 6, n. 12, fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/34Vu3UG>. Acesso em: 03 mar. 2022.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 11 jun. 2018.

JACQUES, Martin. **When China Rules the World: The end of the western world and the birth of a new global order**. New York: Penguin Books, 2012.

JAEGER, Bruna. Investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul: Impactos sobre a integração regional. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.8, n.39-40, 2017, p.4-23.

JAGUARIBE, Anna. Characteristics and directions of China's global investment drive. *In*: JAGUARIBE, Anna (ed.). **Direction of Chinese Global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018.

JÁUREGUI, Juliana González. How Argentina Pushed Chinese investors to help revitalize its energy grid. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2021.

JENKINS, Rhys. **How China is reshaping the global economy: development impacts in Africa and Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

JIANG, Shixue. China's New Leadership and the New Development of China-Latin America Relations. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 1, 2015, p. 133-153. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1142/S2377740015500074>. Acesso em: 10 dez. 2021.

JUJUY. **Rumbo a los 500 Mw. Se firmó el acuerdo para la ampliación de Cauchari**. San Salvador de Jujuy, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3i8Ht30>. Acesso em: 04 mar. 2022.

KAPLAN, Stephen B. Banking unconditionally: the political economy of Chinese finance in Latin America. **Review of International Political Economy**, v. 23, n. 4, 2016, p. 643-676,

KEOHANE, Robert; OOMS, Van Doorn. A empresa multinacional e a política econômica mundial. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, , p. 135-177, abr/jun 1975.

KHANNA, Parag. **Segundo mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KHANNA, Parag. **The future is Asian: commerce, conflict, and Culture in the 21st Century**. New York: Simon & Schuster, 2019.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOLESKI, Katherine; BLIVAS, Alec. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean**. Washington: Congressional Research Service, 2018

KOLMANN, Raúl. Parques eólicos: el negociado de los Macri perjudicó al Estado en cientos de millones de dólares. **Página 12**, 01 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wp8Y0D>. Acesso em: 11 mar. 2022.

KONG, Bo; GALLAGHER, Kevin. Chinese development finance for solar and wind power abroad. **Global Development Policy Center**, jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/39OdsKJ>. Acesso em: 12 fev. 2022.

KOOP, Fermín. Argentina e China são parceiros naturais diz Tu Shuiping da PowerChina. **Diálogo Chino**, 23 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/38WEg2u>. Acesso em: 03 dez. 2021.

KOOP, Fermín. Argentina joins China's Belt and Road Initiative. **Diálogo Chino**, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3oKe0Qv>. Acesso em: 14 fev. 2022.

KOOP, Fermín. Argentina retoma projeto de usina nuclear financiada pela China. **Diálogo Chino**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3siKowz>. Acesso em: 04 dez. 2021.

KOOP, Fermín; PIKE, Lili. China builds Latin America's largest solar plant. **China Dialogue**, 05 mar. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3s3EPBK>. Acesso em: 16 nov. 2021.

KOOP, Fermín; PIKE, Lili. Os chineses estão de olho na Argentina para expansão nuclear. **Diálogo Chino**, 24 maio 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/35YFyLS>. Acesso em: 02 mar. 2022.

KOTZ, Ricardo Lopes; OURIQUES, Helton. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, jul. 2021, p. 96-113.

KRAKOWIAK, Fernando. Negócio a medida de los importadores. **Página 12**, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3MTFhdL>. Acesso em: 05 mar. 2022.

KROEBER, A. **China's economy**: what everybody needs to know. Oxford University Press, 2020.

KUPFER, David; FREITAS, Felipe Rocha. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. *In*: JAGUARIBE, Anna (org.). **Direction of Chinese Global Investments**: Implications for Brazil. Brasília: FUNAG, 2018. p. 215–266

LARA, Tais Gadea. Con nuevo gobierno, Argentina reactiva las represas en la Patagonia. **Diálogo Chino**, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HS1eXI>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LAUFER, Rubén. Argentina-China y la política de Beijing hacia América Latina. **Cuadernos del CEL**, v. 4, n. 7, p. 74–108, 2019.

LEGRO, Jeffrey W. O que a China vai querer? As futuras intenções de uma potência em ascensão. *In*: SPEKTOR, Matias.; NEDAL, Dani (org.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: FGV. 2010.

LEWKOWICZ, Javier. Argentina aposta em gás natural apesar de compromissos climáticos, **Diálogo Chino**, 29 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Ji4eO3>. Acesso em: 09 mar. 2022.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China**: 40 anos de relações diplomáticas: Análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016. 480 p.

LIN, Justin Y.; WANG, Yan. Development beyond aid. **Project Syndicate**, May, 8th. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39GGhzw>. Acesso em 27 nov. 2021.

LINHA de transmissão que liga Hidrelétrica de Belo Monte ao Sudeste do país é inaugurada em MG. **G1 Sul de Minas**, 21 dez. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/3qav0QW>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LINS, Clarissa; FERREIRA, Guilherme. **Logistics infrastructure in the Southeast region**: an analysis of possible pathways for a partnership between Brazil and China. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), jun. 2019.

LIU, Hongsong; XU, Yue; FAN, Xinzhu. Development finance with Chinese characteristics: Financing the Belt and Road Initiative. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000208>

LOZANO, Génesis. Ecuador's China-backed hydropower revolution. **Diálogo Chino**, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3EUnH5a>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LPO. Biden's envoys to Argentina expresses concern about China's nuclear power plant and Huawei. **La Política Online**, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/36yJgMq>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LUCCI, Juan. Is it Possible to Say No to China? The Case of the Kirchner-Cepernic Dams in Argentine Patagonia. **LAD Case Study**, 2019. Disponível em: <https://stanford.io/3CNUN6E>. Acesso em: 06 mar. 2022.

LUCCI, Juan; GARZÓN, Paulina. **China y Argentina: inversiones, energía y sustentabilidad. El caso del Parque Solar Caucharí**. Washington: Iniciativa para las Inversiones Sustentables China-América Latina, 2019.

LUDEÑA, Miguel Perez. **Chinese investments in Latin America: opportunities for growth and diversification: ECLAC - Production Development Series**. Santiago: 2017.

LUQUE, Javier. Chinese Foreign Direct Investment and Argentina: Unraveling the Path. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 4, p. 605–622, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11366-018-09587-7>.

MAÇÃES, Bruno. **Belt and Road: A Chinese World Order**. Hurst & Company, 2018.

MADHAVAN, Ravi; RAWSKI, Thomas; TIAN, Qingfeng. Chinese infrastructure projects in advanced industries. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel; CUI, Shoujun. (ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. México, D.F: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018.

MAIA, Bruna. Fundo Brasil-China não financiou nenhum projeto em seis anos. **Diálogo Chino**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/34CQT3a>. Acesso em: 14 fev. 2022

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª Ed. São Paulo, Atlas, 2006.

MARINHO, Pedro Lopes. **Explicações sobre a internacionalização produtiva das empresas: das teorias clássicas às novas teorias**. 2013. 112 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping: o homem que pôs a China na cena do século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p.28-42, 2015.

MILNER, Helen. The Analysis of International Relations: International Political Economy and Formal Models of Political Economy. *In*: SPRINZ, Detlef F.; WOLINSKY, Yael (ed.). **Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods**. Michigan: Michigan University Press, 2004. p. 284-311.

- MINGEY, Matthew; KRATZ, Aghata. China's Belt and Road: Down but not Out. **Rhodium Group**, 04 jan. 2021. Disponível em: <https://rhg.com/research/bri-down-out/>. Acesso em 20 nov. 2021.
- MORENO, Juan Enrique; TELIAS, Diego; URDINEZ, Francisco. Deconstructing the Belt and Road Initiative in Latin America. **Asian Education and Development Studies**, v. 10, n. 3, p. 337–347, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AEDS-01-2020-0021>
- MYERS, Margaret. **China-Latin America Commercial Loans Tracker**. Washington: Inter-American Dialogue. 2021. Disponível em: [https://www.thedialogue.org/map\\_list/](https://www.thedialogue.org/map_list/)
- MYERS, Margaret; RAY, Rebecca. **Shifting Gears: Chinese finance in LAC, 2020**. Boston: Inter-American Dialogue. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3mMxSSE>.
- MYERS, Margaret; WISE, Carol (ed.). **The political economy of China-Latin America relations in the new millennium: brave new world**. New York: Routledge, 2016.
- NAIDIN, Leane; BRANDÃO, Fernanda; VIANA, Manuela. O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS. **BRICS Policy Center**, Rio de Janeiro, fev. 2012.
- NAUGHTON, Barry. **The Chinese economy: transitions and growth**. Massachusetts: The MIT Press, 2007.
- NIU, Haibin. A Strategic Analysis of Chinese Infrastructure Projects in Latin America and the Caribbean. In: DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel; CUI, Shoujun. (ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. México, D.F: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018.
- NOGUEIRA, Alberto; HAFFNER, Jacqueline. O papel do Estado Chinês nos Investimentos Externos Diretos (IDE) na América Latina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, **Anais [...]**. São Paulo: ECA, 2016. p. 1-15
- NUÑEZ, Jonatan. Entre el umbral fósil y las nuevas energías: un acercamiento al estudio del comportamiento de los capitales chinos en el mercado energético argentino. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 19, n. 73, pp. 21-40, 2020.
- NUÑEZ, Jonatan. Exploração de lítio leva América do Sul a impasse. **Diálogo Chino**, 04 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3MShKdi>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- OBSERVATORIO PETROLERO SUR – OPSUR. **Another renewable false step: the Cerro Alto wind power project**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wcbCGW>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- OBSTFELD, Maurice; ROGOFF, Kenneth Rogoff. **Global imbalances and the financial crisis: products and common causes**. Mimeo, 2009.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LEITE, Alexandre César Cunha. Chinese engagement for Global Governance: aiming for a better room at the table? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, spec. n., p. 265-285, 2014

OLIVEIRA, Lucas Kerr. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA – ONS (Brasil). **Evolução da capacidade instalada no SIN - mar2022/ dez2026**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3IgQQRU>. Acesso em: 23 fev. 2022.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA – ONS (Brasil). **ONS lança infográfico mostrando evolução da geração eólica**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/36oolv9>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Is it official development assistance?** Paris: OCDE, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3lu6jfk>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ORTIZ, Ignacio. El Parque fotovoltaico Cauchari cumple un año y avanza la construcción de la segunda etapa. **Telam**, 10 out. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3JgaplL>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ORTIZ, Ignacio. La construcción de gasoductos demandará inversiones por US\$ 3.471 millones hasta 2023. **Telam**, 28 nov. 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3MPZbXc>. Acesso em: 09 mar. 2022.

OVIEDO, Eduardo. **Alternancia política y capitales chinos en Argentina**. In: OVIEDO, Eduardo Daniel (comp.). *Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina. Análisis general y estudio de casos*. Rosario: UNR Editora, 2017. p. 12–35.

PADULA, Raphael. As origens da Economia Política Internacional: uma reflexão voltada à superação do atraso. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 6., Belo Horizonte, 2017. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3tRDxKt>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PARQUE EÓLICO ARAUCO. **Proyectos**. 2021. Disponível em: <https://peaenergia.com/proyecto>. Acesso em: 12 mar. 2022

PAUTASSO, Diego *et al.* A Iniciativa do Cinturão e da Rota e os dilemas da América Latina. **tempo do mundo**, Brasília, n.24, dez. 2020

PAUTASSO, Diego *et al.* As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. e1122, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n2.2021.1122>

PAUTASSO, Diego. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. supl., p. 45-56, nov. 2011

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e poder global da China: A política Made in China 2025. **Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, nov. 2019

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio; NOGARA, Tiago. A nova rota da seda e o projeto chinês de globalização. **Insight Inteligência**, v. 90, 2020.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A nova rota da seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25-44, 23 abr. 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100–115, 2013.

PEI, Changhong; ZHENG, Wen. **China Outbound Foreign Direct Investment Promotion System**. New York: Springer, 2015

PENELLI, Sebastián. Radiografía de las inversiones chinas en energía argentina. *Ámbito*, 07 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Lh5Clj>. Acesso em: 06 fev. 2022.

PINTO, Eduardo Costa. O Eixo Sino-Americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. *In*: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; COSTA PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana (org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2010.

PONT, Sabrina. Un gasoducto de Vaca Muerta a Brasil, con inversión de China. **Más energía**, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3MShsTQ>. Acesso em: 10 mar. 2022

POSTONE, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey. **Novos Estudos - Cebrap**, n. 81, p. 79-97, jul. 2008.

POWERCHINA financia parque eólico Arauco. *Ámbito*, 30 dez. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3w8TTA5>. Acesso em: 04 mar. 2022.

POWERCHINA. **Proyectos**. 2021 Disponível em: <https://www.powerchina.com.ar/proyectos.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PRAZERES, Tatiana; BOHL, David; ZHANG, Pepe. **China-LAC trade: four scenarios in 2035**. Washington: Atlantic Council, 2021.

PRIMER PASO para el gasoducto Vaca Muerta-Brasil con financiamiento chino. *Ámbito, Energía*, 14 maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3tYgz3x>. Acesso em: 15 mar. 2022

PROENÇA, Adriano; KUPFER, David. Experiências empresariais. *In*: JAGUARIBE, Anna (org.). **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 267–288.

PROPOSTA por usina de Santo Antônio é rejeitada pela Cemig. **Diário do Comércio**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3q9XwSB>. Acesso em: 19 fev. 2022.

PWC. **RenovAr 2**. Renewables in Argentina. 2017. Disponível em: <https://www.pwc.com.ar/es/publicaciones/assets/renovar2-i.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2022.



QUINTANA, Juan Uriburu. China's Strategic Partnerships in Latin America: Energy Resources and Food Security (1990-2010). *In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE*, 22., 2012, Madrid. **Proceedings** [...]. Madrid: Ipsa, 2012

QUINTANA, Juan Uriburu. El déficit argentino en infraestructura y el rol de China. Grandes Proyectos en Revisión. *In: OVIEDO, Eduardo Daniel (ed.). Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina: análisis general y estudio de casos*. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2017.

RAMALHO, André. Chinesa Spic compra 33% das termelétricas GNA I e II, no Porto do Açu (RJ). **Valor Econômico**, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3IgasMM>. Acesso em: 27 fev. 2022.

RAY, Rebecca; ALBRIGHT, Zara C; WANG, Kehan. **China-Latin America Economic Bulletin 2021 Edition**. Boston: Global Development Policy Center, 2021.

RAY, Rebecca; BARBOSA, Pedro Henrique. China-Latin American Economic Bulletin, 2020 Edition. Boston: **Global Development Policy Center**, 2020.

RAY, Rebecca; SIMMONS, Alexander. Tracking China's Overseas Development Finance. **Global Development Policy Center**, 07 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3AavB7p>.

RECAJ, C. M. El financiamiento chino en América Latina y el Caribe en el contexto de las relaciones económicas bilaterales. *In: PETERS, E. D. (comp.). América Latina y el Caribe-China: economía, comercio e inversión 2019*. Ciudad de México: RED ALC-China, 2020.

RED ACADÉMICA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE CHINA – RED ALC-CHINA. **Chinese OFDI in LAC: Transactions (2000-2020)**. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3pS1cro>.

RED ACADÉMICA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE CHINA – RED ALC-CHINA. **Database of Monitor of Chinese infrastructure in Latin America and the Caribbean 2021**. 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3pS1cro>

RESERVAS internacionais: lista de países. **Trading Economics**, 2021. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/foreign-exchange-reserves>. Acesso em: 26 jul. 2021.

RIBEIRO, Erik H.; UNGARETTI, Carlos Renato. COVID-19 e a crise da ordem liberal: aceleração do tempo histórico e mundo pós-ocidental. **Agenda Política**, v. 8, n. 3, p. 191–220, 2021

RIBEIRO, Erik H; UNGARETTI, Carlos Renato. New paths of Brazil-China energy cooperation: Going green? **Energy Review**, set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36gb7NW>. Acesso em: 25 nov. 2021

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. **Governo passa o controle da CEEE-T para a CPFL Energia**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3w6spLz>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RÍUS, Rocío Susana. Estudio de casos de las inversiones chinas en Venezuela y Argentina. In: OVIEDO, Eduardo Daniel (comp.). **Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina: análisis general y estudio de casos**. Rosario: UNR Editora, 2017.

ROCHAS, Anna Flávia. State Grid e Copel vencem leilão de Teles Pires. **Exame**, 12 mar. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Jg8nlz>. Acesso em: 02 mar. 2022.

RODRIGUES, Bernardo. Geoeconomia Híbrida da China na América do Sul. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. e1085, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n1.2021.1085>

RODRIGUES, Bernardo. Pousa do dragão na América do Sul. **Cadernos Prolam/Usp**, v. 19, n. 37, p. 78-105, 22 out. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.166148>.

RODRIGUES, Bernardo; HENDLER, Bruno. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p.5-25, 2018.

ROSENBERG, Justin; BOYLE, Chris. Understanding 2016: China, Brexit and trump in the history of uneven and combined development. **Journal of Historical Sociology**, v. 32, n. 1, p. 1-27, mar. 2019.

ROSITO, Tatiana. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2020.

SALIDJANOVA, N. Going out: an overview of China's outward foreign direct investment. **USCC Staff Research Report**, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3AQ82Bz>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SANTOS, Leandro; MILAN, Marcelo. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2014, p. 457-486.

SANTOS, Thauan; CAMOÇA, Alana; RODRIGUES, Bernardo Salgado. Relações econômicas entre América Latina e Caribe e seus impactos na integração regional (2001-2016). **Tempo do mundo**, Brasília, n. 24, 2020

SÁ-SILVA, Jackson.; ALMEIDA, Cristóvão.; GUINDANI, Joel. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.1, 2009. Ac

SAUVANT, Karl P.; CHEN, Victor Zitian. China's regulatory framework for outward foreign direct investment. **China Economic Journal**, v. 7, n. 1, jan. 2014.

SCHERER, André L. A Nova Estratégia de Projeção Geoeconômica da China e a Economia Brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, jul. 2015.

SCHUJOVITZKY, Lara. Capitales chinos en Argentina: naturaleza y clasificación en base a casos de estudio. In: OVIEDO, Eduardo Daniel (org.). **Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina: análisis general y estudio de casos**. Rosario: UNR Editora, 2017. p. 36-53.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DEBONE, Victor Sant'anna. A expansão dos investimentos externos diretos chineses: O caso do setor energético brasileiro. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 44, p.90-113, nov. 2017

SCISSORS, Derek. **China's global investment vanishes under COVID-19**. Washington: American Enterprise Institute, 2020

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power**. New York: Oxford University, 2013.

SILVA, André. A política externa do governo Dilma Rousseff: identificando interesses e condicionantes. *In*: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ABRI, 4., 2018, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Abri, 2018

SILVA, André. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: A Diplomacia Multidimensional do Governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p.143-184, 2015.

SILVEIRA, Laura Cristina Feidnt Urrejola. **Laços e traçados da China no Brasil: implantação de infraestrutura energética e a componente socioambiental**. 243 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SONG, Xiaoyu. Financing of China's policy banks in Latin America and the Caribbean. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique. (ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Distrito Federal: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p.65-83

SOUSA, Ana Tereza Lopes; DALDEGAN, William. A China e os acordos de swap cambial com Argentina, Brasil, Chile e Suriname. **Tempo do mundo**, Brasília, n. 24, dez. 2020.

SPALTRO, Santiago. Energías renovables: buscan dejar de importar paneles solares y molinos de China y Europa. **Cronista**, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3u2ulSI>. Acesso em: 08 mar. 2022.

SPALTRO, Santiago. Por incumplimientos: Gobierno pidió cancelar dos contratos de renovables. **Cronista**, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37o4Jb4>. Acesso em: 08 mar. 2022.

SPIC BRASIL. **Geração**. Nossos ativos. 2022. Disponível em: <https://www.spicbrasil.com.br/geracao-de-energia/>. Acesso em: 26 fev. 2022

SPIC BRASIL. GNA inicia operação comercial de sua primeira termelétrica no Porto do Açu (RJ). **Destaques**, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3iceIm6>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SPIC faz proposta oficial por Santo Antônio. **Estado de Minas**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3iaKfot>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SPIC. **Overseas Development**. 2021. Disponível em: <http://eng.spic.com.cn/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SREEHARSHA, Vinod; ISAAC, Mike. Didi Chuxing, China's Ride-Hailing Giant, Agrees to Buy Uber Rival in Brazil. **New York Times**, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://nyti.ms/3s1FQKJ>. Acesso em: 10 nov. 2021.

STANLEY, Leonardo. Argentina's infrastructure gap and financial needs: the role of China. *In*: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A. C.; CUI, S. (ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. México, D.F: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018.

STANLEY, Leonardo. China's OFDI in Argentina. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique (ed.). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: Conditions and challenges**. Distrito Federal: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019b.

STANLEY, Leonardo. China's financing in Argentina. *In*: DUSSEL PETERS, Enrique (ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Distrito Federal: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019a.

STAT GRID CORPORATION OF CHINA. **Corporate Profile**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3qXC042>. Acesso em: 10 mar. 2022.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2nd ed. New York: Continuum, 1994

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

TANG, Charles. Investimentos Chineses no setor energético brasileiro: Oportunidades para o Brasil. **FGV Energia**, ago. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3CYfGvH>. Acesso em: 27 fev. 2022.

TIANQI LITHIUM. **Our business: investments**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3m3jtt1>. Acesso em: 02 dez. 2021.

TREVISAN, Claudia. Trade, investment, technology, and training are China's tools to influence Latin America. **Council on Foreign Relations**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3npidsF>. Acesso em: 08 nov. 2021.

UGARTECHE, Oscar; LEÓN, Carlos de. China's Financing of Latin America. **Observatorio Económico Latinoamericano**, 03 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3DIJDIm>. Acesso em 10 dez. 2021.

UN COMTRADE Data. **International trade in goods and services based on UN Comtrade data**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qaReSF>.

UNCTAD. **Methodological Note: World Investment Report**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2PkNYF7>. Acesso em 30 de jan. 2021.

UNCTAD. **UNCTAD Stats**. Foreign direct investment. Inward and outward flows and stock, annual. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2VWtl5h>. Acesso em 10 ago. 2021.

- UNGARETTI, Carlos Renato; HAFFNER, Jacqueline A. Os investimentos externos chineses no setor de cobre peruano: implicações e desafios ao desenvolvimento (2007-2019). **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, p. 89–130, 2020.
- VADELL, Javier. **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**: diferentes dimensões de um mesmo processo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018
- VADELL, Javier. The North of the South: the geopolitical implications of “Pacific Consensus” in South America and the Brazilian dilemma. **Latin America Policy**, Monterrey, v. 4, n. 1, p.36-56, maio 2013.
- VADELL, Javier; SECCHES, Daniela; BURGER, Mariana. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el sur global. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 44-68, 1 out. 2019.
- VANDERLEI, Gary Rainer Chumacero. **State Grid**: a inserção chinesa no setor elétrico brasileiro. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- VAZ-PINTO, Raquel. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, special issue, 2014.
- VELÁSQUEZ, Samuel Ortiz. Inversión extranjera directa de China en América Latina y el Caribe, aspectos metodológicos y tendencias durante 2001-2016. **Economía Informa**, v. 406, p. 4–17, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecin.2017.10.001>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- VISENTINI, Paulo F. **As relações diplomáticas da Ásia**: articulações regionais e afirmação mundial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- WISE, Carol. **Dragonomics**: How Latin America is maximizing (or missing out on) China’s international development strategy. New Haven: Yale University Press, 2020.
- WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION – WITS. **World Bank**. 2021. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>.
- XING, Li. China’s pursuit of the “one belt one road” initiative: a new world order with chinese characteristics? *In*: XING, Li (ed.). **Mapping China’s ‘One Belt One Road’ initiative**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019
- XING, Li. Revisiting Chinese and Latin American economic development: an unintended consequence of different industrialization strategies *In*: BERNAL-MEZA, Raul; XING, Li. (ed.). **China–Latin America relations in the 21st century**: the dual complexities of opportunities and challenges. Cham: Palgrave MacMillan, 2020
- XINHUA. **Empresas chinesas e argentinas estreitam cooperação ferroviária com quatro novos acordos**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3GNnHEo>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- XINHUA. Xi Focus: Xi emphasizes "struggles" to achieve national rejuvenation. **Xinhua**, 09 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3yS8BKs>. Acesso em: 04 ago. 2021.

YAN, Xuetong. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 22 abr. 2014

YI, Shi. China deixa de construir novos projetos a carvão no exterior. **Diálogo Chino**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/34Ok9EM>. Acesso em: 23 fev. 2022.

YIWEI, Wang. **The belt and road initiative**: what will China Offer the world in its rise. Beijing: New World Press, 2016

YU, Lei. China's strategic partnership with Latin America: a fulcrum in China's rise. **International Affairs**, v. 91, n. 5, p. 1047-1068, 2015.

ZHA, Daojiong. China's economic diplomacy: focusing on the Asia-Pacific region. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 1, abr. 2015.

ZHANG, Longmei. **Rebalancing in China**: progress and prospects. Washington: International Monetary Fund: 2016. (IMF Working Paper, WP/16/183)

ZHU, Chaoping. China's 'two-sessions': ambitious but practical goals in five-year plan target high-quality growth. **South China Morning Post**, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/37N57x2>. Acesso em: 04 ago. 2021.

ZHU, Charlie; CHEN, Michelle. China's State Grid to buy Brazil assets from Spain's ACS. **Reuters**, 29 maio 2012. Disponível em: <https://reut.rs/3D6HRZG>. Acesso em: 07 fev. 2022.

## ANEXO A – ASPECTOS METODOLÓGICOS E INFORMACIONAIS DAS BASES DE DADOS SOBRE IED CHINÊS

Base	Metodologia	Fonte de informação	Tipo de informação	Detalhes das informações	Observações
<b>Ministério do Comércio (MOFCOM)</b>	Coleta de dados com base nos registros de aprovação e registros de projetos de IED	Dados oficiais (projetos aprovados)	Dados agregados. Não fornecem dados de transações individuais	Destinos; países e regiões; setores	Não identifica destino final dos investimentos de forma adequada. Coletam dados apenas dos primeiros destinos, o que infla dados de paraísos fiscais. Críticas em relação à transparência a partir de 2019 (Scissors, 2020)
<b>China Global Investment Tracker (CGIT)</b>	Inclui a compra de menos de 10% do poder de voto.	Preferência por fontes corporativas de participantes chineses e estrangeiros (Scissors, 2020)	Fusões e aquisições e novos investimentos (greenfield); contratos de construção; transações "problemáticas"	Data do projeto; empresa investidora; montante do investimento; tamanho da participação; sócio de destino; setor; subsetor; país; região; BRI; greenfield.	Exclui investimentos abaixo dos US\$ 95 milhões. Inclui anúncios de investimento. Classifica investimentos de acordo com aderência ou não à BRI.
<b>Red Acadêmica de América Latina y Caribe sobre China (Red ALC-China)</b>	Segue o critério de 10% ou mais de poder de voto para classificar o investimento enquanto IED.	Compilação de fontes de organizações privadas e conferência por transação confirmada (Dussel Peters, 2019; 2020)	Fusões e aquisições e novos investimentos (greenfield)	Data do projeto; empresa investidora; origem da empresa investidora; empresa-alvo; país e cidade de destino; tipo de projeto (novo ou fusão e aquisição); montante de investimento; emprego; atividade (matérias-primas; manufatura; serviços; compra de tecnologia); propriedade da empresa investidora (pública ou privada)	Não inclui projetos apenas anunciados. Oferece dados separados de projetos de infraestrutura

Fonte: Elaboração do autor com base em Dussel Peters e Velásquez (2016), Scissors (2020), Velásquez (2017) e informações extraídas das próprias bases.

## ANEXO B – COOPERAÇÃO ENERGÉTICA SINO-BRASILEIRA, 2006-2019

Ano	Evento	Resumo
2006	Ata Final da Primeira Sessão Plenária da Cosban	Acordado o interesse em implementar projetos nas áreas de siderurgia, alumina, gasoduto para gás natural, central termelétrica, escaneamento de contêineres, petróleo e de aviação regional.
2009	Protocolo de Energia e Mineração	Entre as áreas de cooperação contempladas, é concedida ênfase ao intercâmbio de informações, à cooperação no âmbito científico-tecnológico vinculado à produção e uso de energia (especialmente de biocombustíveis) e ao estímulo à cooperação em diferentes setores (petróleo, gás, energia elétrica e energias renováveis)
2010	Plano de Ação Conjunta (2010-2014)	Plano previa a expansão da cooperação nas áreas de petróleo, serviços de engenharia e equipamentos, fontes renováveis (eólica, solar, hidroeletricidade, biocombustíveis e biomassa) e energia nuclear. Além disso, estabeleceu o objetivo de identificar áreas para a criação de <i>clusters</i> para promoção de tecnologias chinesas no Brasil e tecnologias brasileiras na China
2012	Plano Decenal de Cooperação (2012-2021)	O Plano sublinhou a importância do setor de petróleo e gás, destacando também a relevância dos investimentos em geração e transmissão de energia e da promoção da cooperação entre empresas dos dois países nas áreas de construção e tecnologia de transmissão de energia.
2013	Ata Final da Terceira Sessão Plenária da Cosban	A ata da reunião menciona a participação de empresas chinesas no leilão do campo de Libra, o maior do pré-sal. Além disso, são enfatizadas as possibilidades de cooperação no segmento de transmissão de energia, com menção à liderança chinesa na tecnologia de ultra-alta tensão (HDVC, em inglês) e a abertura de processo de licitação para as linhas de transmissão de Belo Monte
2015	Ata Final da Quarta Sessão Plenária da Cosban	Retomada de compromissos genéricos, renovação de acordos anteriores e novas menções aos setores de petróleo e gás, energia elétrica e, em menor medida, energias limpas e renováveis
2015	Plano de Ação Conjunta (2015-2021)	Reafirmação de compromissos anteriores e introdução de novos temas em matéria de cooperação energética, como eficiência energética, redes elétricas inteligentes e desenvolvimento de novas fontes, especialmente renováveis (eólica, solar, hidroelétrica, biocombustíveis e biomassa).
2019	Relatório da Subcomissão de Energia e Mineração à Quinta Reunião da COSBAN	Relatório menciona concordância em aprofundar a parceria bilateral no setor de óleo e gás e encoraja as empresas chinesas a participar de novos projetos brasileiros de óleo e gás. Além disso, foi sublinhado o objetivo de expandir o comércio de petróleo bruto. No setor de eletricidade, o relatório expressou satisfação com a implementação exitosa dos projetos de cooperação. Em matéria de renováveis, é destacado o objetivo de aprofundar a cooperação efetiva em setores como biocombustíveis, energia eólica, energia solar e bioenergia.
2019	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energias Renováveis e Eficiência Energética	Objetivo de estabelecer as bases para um relacionamento institucional colaborativo de cooperação bilateral nas áreas de energias novas e renováveis e eficiência energética. Prevê, também, objetivos de cooperação e coordenação em terceiros países e fóruns internacionais. O acordo estipula as áreas prioritárias de cooperação (bioenergia, energias renováveis e distribuição de recursos energéticos e eficiência energética). Entre as modalidades de cooperação, incluem-se atividades de promoção de investimentos.

Fonte: Elaboração do autor com base em Lima (2016) e Brasil (2019a; 2019c).